

Observatório Militar da Praia Vermelha

Coletânea de Artigos - 2023

الله أكبر
بسم الله الرحمن الرحيم
الحمد لله رب العالمين
والصلاة والسلام
على سيدنا محمد
والآله الطيبين الطاهرين
الطاهرات



Escola de Comando e Estado-Maior do Exército





COLETÂNEA DE ARTIGOS - 2023

OBSERVATÓRIO MILITAR DA PRAIA VERMELHA
COLETÂNEA DE ARTIGOS - 2023

Organizadores

Anselmo de Oliveira Rodrigues

Nadhine Hentzy Stellet da Silva

*Esta coletânea é constituída de artigos confeccionados por colaboradores do OMPV
sobre assuntos relacionados à segurança e defesa.*

ECEME

2024

COORDENAÇÃO GERAL

General de Brigada Mário Eduardo Moura Sassone

Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ORGANIZADORES

Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues

Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha

Nadhine Hentzy Stellet da Silva

Adjunta do Observatório Militar da Praia Vermelha

REVISORES DE LINGUAGEM

Tenente Coronel Giana Elvira de Oliveira Marques

Professora de Inglês da ECEME

Tenente Coronel Helena Rodrigues Rocha Martins de Oliveira

Professora de Espanhol da ECEME

Tenente Coronel Aurinete Zanelato de Souza Pereira

Professora de Espanhol da ECEME

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Nadhine Hentzy Stellet da Silva

Responsável pela diagramação

Gabriel dos Santos Andrade de Oliveira

Responsável pela diagramação e pelo design gráfico da capa

O120 Observatório Militar da Praia Vermelha: Coletânea de artigos - 2023
Organizadores: Anselmo de Oliveira Rodrigues e Nadhine Hentzy Stellet da Silva
Rio de Janeiro: ECEME, 2024.

310 p. Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-64844-15-5

1. Guerra. 2. Israel. 3. Hamas. 4. Geopolítica. 5. Rússia. 6. Ucrânia. 7. Amazônia. 8. Ásia.

CDD 355

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Anselmo de Oliveira Rodrigues</i>	
CONFLITOS BÉLICOS	11
Crise Rússia e Ucrânia e os impactos na saúde	12
<i>Paulo César dos Santos Faria</i>	
Conflito russo-ucraniano: uma guerra em solo europeu	24
<i>Esley Rodrigues de Jesus Teixeira</i>	
Análise de Situação Conflito Israel x Hamas	28
<i>Sandro Teixeira Moita</i>	
DOCTRINA E OPERAÇÕES MILITARES	31
A função de combate Inteligência na Operação Lança de Netuno	32
<i>Heinz Stricker do Valle</i>	
<i>André Felipe Botelho Gondim</i>	
<i>Luciano Velôzo Gomes Pedrosa</i>	
A função logística manutenção e a operacionalidade da Força Terrestre	41
<i>Mário Victor Vargas Júnior</i>	
<i>Victor Artur Baldisera</i>	
<i>Mauro Lucio Nunes dos Santos</i>	
O preparo e o emprego do vetor militar em ações de resposta aos desastres naturais: breves considerações	52
<i>Ion de Castro Lima Fernandes</i>	
<i>Mário Augusto de Moraes Silva</i>	
O uso da defesa antiaérea como meio de dissuasão à superioridade aérea oponente	57
<i>Felipe de Castro Faustino</i>	
A Ajuda vem do alto: o Lançamento Aéreo de Suprimento em Apoio a População Yanomami	64
<i>Rodrigo Tavares Ferreira</i>	
A 17ª Brigada de Infantaria de Selva e a operação Verde Brasil - oportunidade para o combate aos delitos transfronteiriços	74
<i>Daniel Simões da Silva</i>	
A logística do conflito russo-ucraniano: possíveis lições aprendidas para o Exército Brasileiro	80
<i>Jonathas da Costa Jardim</i>	

A operação Acolhida - boas práticas e repercussões no âmbito internacional	88
<i>Paulo David Rocha Bezerra da Silva</i> <i>Filipe Lourenço França</i>	
A nova Escola de Sargentos do Exército - desafios logísticos e benefícios	94
<i>Vinicius de Moraes Cunha</i>	
A força de prontidão da 10ª brigada de infantaria motorizada e as contribuições proporcionadas pelo ciclo de prontidão	102
<i>Luiz Antônio Freire de Paiva Junior</i> <i>Tobias Machado Ferreira</i>	
Comando Conjunto da Amazônia Legal	112
<i>Esley Rodrigues de Jesus Teixeira</i>	
O perfil do líder militar brasileiro para o horizonte de 2040	116
<i>Luiz Augusto Fontes Rebelo</i>	
A força de prontidão Lobo D'Almada na crise Yanomami	121
<i>Nilton Fabiano Velozo Lins</i> <i>Pedro Alcântara Xavier</i>	
As capacidades e limitações dos grupos táticos de batalhão (BTG) na guerra russo-ucraniana	129
<i>Vinicius de Castro Leal</i>	
Israel e os desafios de uma incursão militar terrestre na faixa de Gaza	136
<i>Anselmo de Oliveira Rodrigues</i>	
Organizações que aprendem: um novo olhar sobre as organizações militares e o papel da liderança militar para a aprendizagem	141
<i>Luiz Augusto Fontes Rebelo</i>	
DQBRN	147
Considerações sobre a atual Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) do Exército Russo	148
<i>Roney Magno de Sousa</i> <i>Danielle Morais Bourguignon Sparta</i>	
GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA	158
O Exército Brasileiro e a sustentabilidade do meio ambiente	159
<i>Luciano Hickert</i>	
CEEEEx 20 anos: trajetória e relevância	165
<i>Oscar Medeiros Filho</i>	
O novo raiar do Sol? A evolução na política de defesa do Japão e as transformações geopolíticas do Leste Asiático	169
<i>Alana Camoça Gonçalves de Oliveira</i>	

A complexa geopolítica entre Índia, Paquistão e China	177
<i>Jonathas da Costa Jardim</i>	
<i>Robson Pinheiro Dantas</i>	
A foz do rio Amazonas e sua importância geopolítica para o Brasil	186
<i>Carlos Henrique Moraes</i>	
Os Pelotões Especiais de Fronteira no contexto da estratégia nacional de defesa	193
<i>Edvaldo Nunes Nascimento Junior</i>	
<i>Carlos Eduardo da Silva Lourenço</i>	
<i>Thiago Lopes Barreto Velasco</i>	
Amazônia: o contrato social do estado brasileiro	198
<i>Anselmo de Oliveira Rodrigues</i>	
<i>Geopolitical Reasoning</i> na política externa dos Estados Unidos da América - da guerra ao terror à contenção da China	201
<i>Mario Augusto Santos</i>	
O valor social das capacidades de defesa: recursos para as Forças Armadas	206
<i>Amanda Neves Leal Marini</i>	
<i>Tigernaque Pergentino de Santana Junior</i>	
A nova era de competição geopolítica e os desafios para a política nacional de defesa do Brasil	212
<i>Renan Azevedo de Souza</i>	
Amazônia à luz da geopolítica contemporânea	220
<i>Bruno de Moraes Silva</i>	
<i>Renato de Sousa</i>	
As ações russas em seu entorno estratégico	228
<i>Stênio da Silva Ribeiro</i>	
Expansão da influência regional do Irã	239
<i>João Gabriel Fischer Morais Rego</i>	
Amazônia: como desenvolvê-la com preservação ambiental, justiça social e cuidado com todos amazônidas?	244
<i>Tigernaque Pergentino de Sant'ana Junior</i>	
<i>Marcus Vinicius Gonçalves da Silva</i>	
<i>Washington Rocha Triani</i>	
<i>Tássio Franchi</i>	
O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil como vetor de projeção do Brasil em seu entorno estratégico	252
<i>Rafael Nunes Pereira</i>	
MISSÕES DE PAZ	259
Por que o aumento da presença das mulheres nas Forças Armadas brasileiras é importante para a paz mundial?	260
<i>Wilmarie Gloria Marchany</i>	

A Equipe Móvel de Treinamento em Operações na Selva (JWMTT) na MONUSCO - resultados e contribuições para o Exército Brasileiro	266
<i>Hugo David Araújo</i> <i>Luís Fernando Tavares Ferreira</i> <i>Rafael Henrique Rodrigues de Souza</i>	
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	273
A Europa e os desafios decorrentes da mobilidade humana forçada no século XXI	274
<i>João Carlos de Almeida Lima</i> <i>Felipe Vieira Monroe</i> <i>Christian Alberto Becker Scarduelli</i>	
A guerra civil da síria e suas implicações para a União Europeia	281
<i>Christian Alberto Becker Scarduelli</i> <i>Letiane Lopes de Freitas</i>	
SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO INTERNACIONAL	290
Crime organizado, ouro e migrações: aspectos da dinâmica de fronteira no Escudo das Guianas	291
<i>Lucas Barreto Rodrigues</i> <i>Everaldo Bastos Furtado</i>	
TERRORISMO	302
Pedras, foguetes e posts - o conflito entre Israel e <i>Hamas</i> sob a ótica da guerra irregular na era da informação	303
<i>Frederico Chaves Salões do Amor</i>	

APRESENTAÇÃO

*Anselmo de Oliveira Rodrigues**

A equipe do Observatório Militar da Praia Vermelha tem a satisfação de apresentar a Coletânea de Artigos do Observatório Militar da Praia Vermelha - 2023. Fruto de um trabalho realizado nos três primeiros meses do ano de 2024, esta coletânea apresenta os artigos que foram publicados no site do OMPV em seu sexto ano de efetivo funcionamento - 2023.

No ano de 2023, mais uma vez o Observatório Militar da Praia Vermelha acompanhou os principais fatos e temas relacionados à segurança e defesa que ocorreram no globo. No âmbito doméstico, a Amazônia e sua interface com a defesa e segurança, foi o tema que mereceu destaque pela equipe do Observatório Militar da Praia Vermelha, que criou um grupo de estudo específico para estudar e analisar essa temática com mais densidade.

Na esfera internacional, os olhos do Observatório Militar da Praia Vermelha estiveram atentos ao conflito entre Israel e *Hamas*. Da mesma forma como aconteceu com a temática Amazônia, o Observatório Militar da Praia Vermelha também criou um grupo de estudo para estudar, analisar e acompanhar o conflito Israel x *Hamas*. E assim, o OMPV conseguiu entregar para a sociedade um material rico em conhecimento acerca do referido conflito, composto por entrevistas, artigos, relatórios, seminários e debates, os quais se encontram no site do OMPV e no canal do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) no *Youtube*.

Entretanto, as contribuições geradas pelo Observatório Militar da Praia Vermelha em 2023 não se resumiram apenas aos dois temas citados anteriormente. Contando com uma equipe multidisciplinar, o Observatório Militar da Praia Vermelha analisou outros assuntos importantes relacionados à segurança e defesa em 2023, tais como doutrina militar, operações militares, missões de paz, liderança, movimentos migratórios forçados, dentre tantos outros.

E assim, passo a apresentar a Coletânea de Artigos do Observatório Militar da Praia Vermelha - 2023, a qual possui um total de 41 artigos, que foram assinados por 57 distintos autores e que está organizada por áreas temáticas. Em cada área temática, os

* Coronel do Exército Brasileiro. Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha.

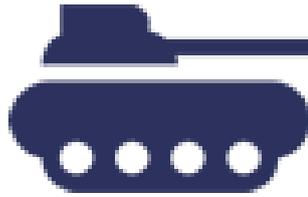
artigos foram inseridos de acordo com a ordem cronológica de sua publicação no site do OMPV.

A área temática conflitos bélicos apresenta três artigos relacionados ao tema que foram publicados em 2023. A área temática doutrina e operações militares, por sua vez, contém 16 artigos que foram publicados em 2023, representando dessa forma, o DNA da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. A área temática DQBRN possui apenas 1 artigo publicado em 2023. A área temática geopolítica e estratégia, outro carro chefe do Observatório Militar da Praia Vermelha, apresenta 15 artigos publicados em 2023.

A área temática missões de paz apresenta 2 artigos que foram publicados em 2023. A área temática movimentos migratórios seguiu a tendência da área temática missões de paz e também apresenta dois artigos que foram publicados em 2023. Finalmente, a área temática segurança pública e crime organizado internacional e a área temática terrorismo apresentam, ambas, apenas 1 artigo publicado em 2023.

Além de conter pesquisas e estudos relacionados à segurança e defesa de elevada qualidade, essa coletânea também é uma bela oportunidade para que os leitores e a sociedade em geral possam entender o trabalho efetuado pelos integrantes do Observatório Militar da Praia Vermelha em 2023 e, dessa forma, possam compreender os assuntos relacionados à Defesa Nacional, que tanto instiga militares e civis mundo afora. Afinal, a Defesa não é exclusiva dos militares, ela é um tema que requer a contribuição de todos os integrantes da sociedade!!!

CONFLITOS BÉLICOS



CRISE RÚSSIA E UCRÂNIA E OS IMPACTOS NA SAÚDE*

Paulo César dos Santos Faria¹

1. Introdução

A invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada em 24 de fevereiro de 2022, representou um duro golpe no entendimento do sistema interestatal *westfaliano*. Desde o final Segunda Guerra Mundial não ocorria na Europa um conflito de tamanha magnitude, envolvendo dois Estados relevantes no tabuleiro geopolítico regional e global (LOUREIRO, 2022).

Conflito deflagrado em decorrência da traumática dissolução da ex-URSS para os russos (MIELNICZUK, 2006), que sepultou o status geopolítico da Rússia na década de 1990, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, após 12 meses de intensos combates dentro e fora do campo de batalha, está distante de uma conclusão. Em meio à destruição de cidades e mortes de militares e civis, outra questão surge com a permanência do conflito: *Quais os impactos sobre a saúde de ambos os países envolvidos?*

Diante dessa indagação, este artigo objetiva descrever os efeitos da atual crise no Leste Europeu na assistência médica desses Estados. Para tal, este artigo está dividido em sete seções. A introdução lança a pergunta que norteia o esforço desse trabalho. Na sequência, realiza-se uma revisão histórica que tem por finalidade trazer elementos sobre a Rússia e Ucrânia. A seguir, são apresentados o sistema de saúde ucraniano e a situação sanitária atual da Ucrânia. Após, são apresentados o sistema de saúde russo e os impactos do conflito sobre a saúde pública na Rússia. Na parte final, são realizadas algumas considerações sobre a saúde com base no que foi descrito.

2. Histórico

A relação entre russos e ucranianos não é recente, pelo contrário, ela é antiga. Com um histórico repleto de idas e vindas, aproximações e distanciamentos, os dois países guardam um antepassado cultural em comum: a Rússia de *Kiev*, que pode ser entendida como sendo uma confederação de tribos eslavas do Leste Europeu, que vigorou do século IX ao século XIII.

* Artigo originalmente publicado em 15 de março de 2023 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

A República Nacional da Ucrânia foi declarada em 23 de junho de 1917, ano do colapso do Império Russo e da Revolução Russa, permanecendo independente por poucos anos, sendo posteriormente incorporada à ex-URSS em 1922. Entre os anos de 1931 e 1933, durante o regime de *Josef Stalin*, os ucranianos sofreram o Holodomor, ou a Grande Fome, que vitimou mais de 20% da população ucraniana, o equivalente a 14 milhões de cidadãos (BRASIL, 2022).

Em 1991, em decorrência do desmantelamento da ex-URSS, aflorou o sentimento de autodeterminação dos povos nas antigas repúblicas socialistas soviéticas. Com a Ucrânia não foi diferente e em 1991, por meio de um referendo realizado na Ucrânia, 90% da população votou pela independência, fato que possibilitou os ucranianos puderam finalmente constituírem o seu Estado soberano (NOVO, 2022).

Um importante momento pós-independência foi a assinatura do Memorando de Budapeste sobre garantias de segurança, ocorrido em 5 de dezembro de 1994. Neste acordo, a Ucrânia se desfez do seu expressivo arsenal de armas nucleares. Em contrapartida, teve a garantia de que as potências que assinaram tal acordo (Estados Unidos da América, Rússia e Reino Unido) não violariam a integridade territorial e a independência política da Ucrânia (BRASIL, 2022).

Na virada do século XX para o século XXI, a Ucrânia começou a demonstrar a intenção de estreitar seus laços com o Ocidente. O sucesso alcançado pela União Europeia e a satisfação da população dos recém ingressos na aliança, despertaram o desejo da população ucraniana em se juntar ao capitalismo pulsante do ocidente. Todavia, em 2013, o então presidente ucraniano *Víktor Yanukóvytch* (pró-Rússia), retrocedeu nos entendimentos com a União Europeia, postura que motivou enormes protestos que culminaram na sua deposição e na ascensão de um governo pró-Ocidente (NOVO, 2022).

A reviravolta no poder político da Ucrânia gerou uma reação imediata oriunda de Moscou. Aproveitando-se da fragilidade estrutural do país, a Rússia anexou a península da Crimeia ao seu território. Para Moscou, a Criméia não faz parte do território ucraniano, tendo em vista que somente em 1954, por um gesto de amizade de *Nikita Khrushchov* ao povo ucraniano, a região passou a ser controlada pela Ucrânia. Com forte presença étnica e linguística russa, em março de 2014 foi realizado um referendo, cujo resultado apontou para 95.5% dos eleitores optando pela união da Crimeia à Rússia. Após este fato, *Vladimir Putin* enviou tropas para assegurar o controle da região, violando os acordos assinados nos anos 1990 (APARECIDO, 2022).

No Leste da Ucrânia, a guerra na região do *Donbass*, também chamada de rebelião pró-russa, é um conflito armado na região da Bacia do *Donets*. Desde 2014, o controle territorial de partes das repúblicas ucranianas de *Donetsk* e *Lugansk* é mantido por grupos separatistas armados e financiados pela Rússia. Em fevereiro de 2022, o Presidente *Vladimir Putin* reconheceu oficialmente a independência dessas duas repúblicas, como sendo uma retaliação às negociações entre a Ucrânia e a OTAN (NOVO, 2022). Não pelo acaso, em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia deflagrou operações militares em larga escala no território ucraniano, postura que marcou o recrudescimento de um conflito que começou em 2014, impactando sobremaneira a balança de poder mundial.

Do exposto, compreende-se que a escalada da crise atingiu seu auge em 24 de fevereiro de 2022, após um aumento nas tensões entre os dois países, que compartilham raízes tanto no passado histórico quanto nas relações territorial, cultural e política. Este cenário no Leste Europeu tem como principal motivação a aproximação da Ucrânia com a OTAN e a União Europeia, que sob à ótica russa tal movimento é visto como uma ameaça a sua segurança.

3. O Sistema de Saúde ucraniano

O sistema de saúde na Ucrânia se baseia em um sistema herdeiro da estrutura de saúde soviética, onde os cuidados são disponibilizados de forma gratuita para todos os cidadãos. No entanto, na prática, tais serviços gratuitos cobrem apenas o fornecimento básico e os pacientes muitas vezes pagam pelo custo da maioria dos cuidados, inclusive o uso de equipamentos especializados (TREATMENT ABROAD, 2022).

O sistema de saúde ucraniano obteve melhoras significativas, graças aos recentes esforços voltados para melhorar sua credibilidade junto aos usuários e para o combate à corrupção, uma prática frequente no país, dado o baixo financiamento estatal e os baixos salários pagos aos profissionais de saúde. A reforma gradual tinha como objetivo introduzir um sistema baseado em seguros de saúde, com a contribuição por parte dos cidadãos para o financiamento do sistema (INTERFAX-UKRAINE, 2009).

Em questão de semanas, a invasão russa colocou em risco o progresso desses esforços, interrompendo os programas de vigilância, imunização e tratamento de doenças, sob o risco de uma eclosão de surtos de doenças infecciosas. As interrupções nos cuidados para doenças crônicas degenerativas e nos serviços de saúde de rotina ameaçam aumentar a mortalidade e diminuir a expectativa de vida, que é de 71 anos no país, relativamente baixa para os padrões europeus (SIMONEAU et al, 2022).

A interrupção não foi total, contudo os danos na infraestrutura de saúde se tornaram mais aparentes conforme o transcorrer dos combates, ainda assim sendo difícil para as autoridades avaliarem a real dimensão da destruição. Em contrapartida, os programas de entidades civis provaram ser resilientes e algumas áreas do país conseguiram manter os serviços de rotina. Entende-se que, neste momento, a prioridade fundamental para o sistema de saúde deva ser a proteção e a segurança. Estima-se que cerca de 1.000 estabelecimentos de saúde na Ucrânia estejam próximos a áreas de conflito ou em território contestado. Até agosto de 2022 foram registrados mais de 269 ataques a estabelecimentos de saúde, como o ocorrido em 09 de março de 2022, a uma maternidade localizada em *Mariupol* (RFI, 2022).

Embora a Rússia insista que seus alvos sejam legítimos, não é isso que se percebe nesse conflito. Destruir ou causar danos a infraestrutura civil, particularmente a infraestrutura de saúde, pode ser encarado como uma forma calculada de submissão destinada a aterrorizar e forçar a fuga da população, haja vista que os profissionais, os estabelecimentos e veículos de saúde são protegidos especificamente pelo Direito Internacional Humanitário (DIH) (CICV, 2022).

Em relação à necessidade de material de saúde e se tratando de um conflito armado, as maiores prioridades são para os suprimentos cirúrgicos, medicações anestésicas, sangue, kits de transfusão, equipamentos de terapia intensiva, além de medicamentos essenciais. Organizações civis adquiriram veículos blindados para o transporte desses materiais para as zonas de conflito. Devido à vulnerabilidade dos sistemas de Tecnologia da Informação (TI), a Ucrânia tem dificuldade em fornecer os serviços de saúde, especialmente porque os ataques cibernéticos afetaram estes sistemas. Esses ataques incluem negação de serviço distribuído (DDoS), *malware*, ransomware e desconfiguração de sites (PARTIDA, 2022).

Diante do exposto, conclui-se parcialmente que a invasão da Ucrânia causou significativo impacto no sistema de saúde do país, que, diga-se de passagem, já era deficiente antes do conflito. Dentre os vários problemas existentes, toma destaque a corrupção, a qual é causada pelos baixos salários. A perda da infraestrutura de atendimento, em maior intensidade nas áreas conflagradas, é uma situação que representa uma grave ameaça para milhões de ucranianos.

4. Situação Sanitária na Ucrânia

Na história da humanidade, as doenças e as epidemias surgiram em momentos de

paz, como em momentos de guerra. O conflito entre Rússia e Ucrânia não é diferente. As consequências para a saúde da população ucraniana vão muito além dos bombardeios às suas estruturas hospitalares (MANDAVILLI, 2022).

Duas semanas antes do início da guerra, por volta do dia 10 de fevereiro de 2022, a Ucrânia havia registrado sua maior taxa diária de casos de covid-19. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), menos de 40% da população da Ucrânia estava vacinada contra a doença. Em *Kiev*, a taxa de vacinação era de 65%, enquanto em algumas regiões do país chegava a 20%. As aglomerações em abrigos antiaéreos durante os ataques e nas passagens de fronteira enquanto a população fugia do país, criou as condições propícias para a propagação do coronavírus (VARELLA, 2022). Dados da OMS indicam que em 2016, apenas 31% das crianças ucranianas estavam totalmente imunizadas contra o sarampo. A baixa taxa de vacinação contribuiu para um surto iniciado em 2017 e que até 2020 já havia registrado 115 mil casos. Infelizmente, apesar dos serviços de saúde terem se esforçado para imunizar quase 82% da população, não foi possível interromper a disseminação de um vírus altamente contagioso. Na busca por lugares mais seguros, habitantes da cidade de *Kharkiv*, onde a cobertura vacinal está abaixo de 50%, levam com eles o risco de surtos epidêmicos (VARELLA, 2022).

Os terríveis impactos da invasão russa na saúde materna e neonatal foram registrados em uma foto de uma mulher sendo evacuada de uma maternidade na cidade ucraniana de *Mariupol*, atualmente ocupada pela Rússia. Mais de 4.300 bebês nasceram na Ucrânia entre 24 de fevereiro e 13 de março, muitos deles em abrigos antiaéreos. Cerca de 80 mil mulheres ucranianas devem ter dado a luz no primeiro semestre deste ano, provavelmente sem pré-natal, parto seguro ou consultas de acompanhamento com uma equipe de saúde. A Organização Mundial da Saúde estimou que 15% das gestações necessitariam de cuidados médicos especializados, contudo o oxigênio e os medicamentos seriam escassos. Dos 70 centros especializados de cuidados perinatais, pelo menos 15 haviam suspenso os serviços nos primeiros meses de conflito (INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE, 2022).

Outro grande problema de saúde pública na Ucrânia é a tuberculose. Segundo Leslie Roberts (2022), em artigo publicado na revista *Nature*, o país tem uma das mais altas taxas de incidência de tuberculose resistente a múltiplas drogas. Apesar de nem todos os infectados com a bactéria da tuberculose desenvolvam a doença, a cada ano cerca de 32 mil pessoas desenvolvem tuberculose ativa, com um terço dos casos resistentes aos medicamentos. Na Ucrânia, a tuberculose é a principal causa de morte entre os pacientes

com HIV/Aids e outro dado preocupante se deve ao fato de um em cada cinco pacientes também é HIV positivo. A transmissão do bacilo da tuberculose se dá pela via aérea, a partir da inalação de aerossóis eliminadas pela tosse e pela respiração, sendo um risco em potencial para os que vivem em ambientes insalubres e com aglomerações (ROBERTS, 2022).

A Ucrânia, com aproximadamente 1% de sua população infectada com HIV ou Aids, tem a segunda maior taxa de HIV/Aids da Europa. As taxas de infecção são especialmente pronunciadas em grupos como usuários de drogas intravenosas e homens que fazem sexo com homens. A guerra dificultará ainda mais para os pacientes ucranianos identificarem seu diagnóstico de HIV e o acesso ao tratamento (INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE, 2022).

Quando a guerra eclodiu em 24 de fevereiro de 2022, a Ucrânia estava sofrendo um surto de poliomielite. Em outubro de 2021, o país havia registrado o primeiro caso de poliomielite na Europa em cinco anos (RIZZOLO, 2022). O vírus da poliomielite é altamente contagioso e afeta principalmente as crianças menores de 5 anos de idade, podendo atingir a medula espinhal, causando paralisia e até a morte. As vacinas podem impedir a transmissão do vírus de pessoa para pessoa, porém as taxas de vacinação contra a poliomielite estão abaixo de 50% em algumas áreas da Ucrânia, incluindo sua segunda maior cidade, *Kharkiv*. A doença estava se aproximando da erradicação na maior parte do mundo, sendo fonte de grande preocupação para especialistas em saúde pública em todo o mundo.

Em vista disso, pode-se depreender que a situação da saúde na Ucrânia caminha para uma grave crise sanitária. O conflito interrompeu campanhas vacinais e programas de assistência a doenças infectocontagiosas, dentre elas a covid-19. Por ser um país com baixas taxas de cobertura vacinal, isto torna a situação ainda mais grave, além dos surtos recentes de tuberculose multirresistente, sarampo e poliomielite, sendo os deslocados e refugiados aqueles que correm maior risco.

5. O Sistema de Saúde Russo

O sistema de saúde russo já foi considerado um dos melhores sistemas de saúde do mundo, porém, na atualidade, a Rússia oferece um atendimento de saúde razoável. O índice de cuidados de saúde de 2021 (*Health Care Index*) classificou o sistema russo como o 59º melhor de 89 países mensurados, com uma pontuação muito baixa em qualidade de infraestrutura (NUMBEO, 2022).

Um relatório emitido pela Bloomberg classificou os serviços de saúde russos em último entre os 55 países desenvolvidos, com base na eficiência dos sistemas estatais de saúde. Esta é uma grave queda para um país que já foi considerado um dos mais inovadores e cientificamente adiantados do mundo. Embora existam alguns pontos importantes de progresso, o sistema de saúde da Rússia ainda enfrenta desafios significativos (INTERNATIONAL CITIZENS INSURANCE, 2022).

Desde 1996, a constituição russa assegura aos seus cidadãos o direito à saúde de forma gratuita. O serviço é fornecido por meio do Fundo Federal de Saúde Obrigatório, capitalizado por descontos salariais de 2 a 3%, porém os cuidados de saúde na Rússia são subfinanciados. O país gasta entre 5% e 6% de seu PIB anual na saúde. Estes valores estão muito abaixo da média global, que são geralmente cerca de 10%, e coloca a Rússia próxima da última colocação entre todos os países europeus (INTERNATIONAL CITIZENS INSURANCE, 2022).

Como na Ucrânia, subornos e corrupção não são incomuns, e são encarados até de forma corriqueira, uma vez que os pacientes anseiam por atendimento em meio aos recursos limitados. Existem relatos de problemas de pagamento de médicos e enfermeiros que não recebem os seus salários por vários meses e o fato de que esses salários são alarmantemente baixos (RFI, 2022). Nas últimas décadas, a Rússia busca estabelecer reformas estruturais do seu sistema de saúde, como a implementação de um sistema de seguros, como na Ucrânia, com a participação dos cidadãos no financiamento da assistência, porém tem alcançados resultados de forma lenta (KOEN, 2022).

Como conclusão parcial, nota-se que o sistema de saúde russo se assemelha ao sistema de saúde ucraniano, tendo o Estado como provedor único da assistência. O que no passado esteve como referência de atendimento, na atualidade se destaca como sendo um dos piores sistemas de saúde da Europa. Assim como na Ucrânia, reformas foram iniciadas para implementar um novo tipo de modelo de assistência, porém com o advento do conflito, estas mudanças permaneceram estagnadas.

6. Impactos na assistência médica na Rússia

Após a invasão da Ucrânia, a União Europeia adotou vários pacotes de sanções contra a Rússia com o objetivo de provocar o máximo de dificuldades ao país e tentar minar a sua capacidade de prosseguir com o conflito. Dentre o rol de sanções implementadas, há medidas restritivas específicas (sanções individuais), sanções econômicas e medidas diplomáticas (LEON, 2022).

Empresas multinacionais e associações profissionais, inclusive da área médica, também adotaram medidas suspendendo suas relações com a Rússia. A intenção dessas atitudes tem como objetivo pressionar ainda mais o presidente Vladimir Putin, porém também estão tendo efeitos significativos no atendimento médico prestado aos pacientes (BMJ, 2022). A comunidade científica e seus membros foram praticamente excluídos da academia mundial. As colaborações de países mais desenvolvidos foram interrompidas, mesmo aquelas para as quais já haviam sido concedidos subsídios e os trabalhos clínicos já haviam começado (BMJ, 2022). Pesquisadores russos se lamentam devido à grande dificuldade de publicar seus trabalhos em periódicos internacionais que são revisados por pares, uma vez que esses cobram altos valores e os cartões de crédito internacionais na Rússia estão bloqueados. Situação semelhante ocorreu em relação à assinatura de periódicos estrangeiros (KOONIN, 2022).

Métodos mais modernos de diagnóstico por imagem, como tomografia computadorizada (TC), ressonância magnética (RM), tomografia por emissão de pósitrons (PET), entre outros, estão sob risco de não serem mais realizados, uma vez que dependem de componentes importados que neste momento estão cada vez mais difíceis de serem obtidos, especialmente de forma rápida. O rastreamento para câncer de mama também não foi realizado em 2022, pois os filmes radiográficos que são utilizados para a mamografia são produzidos apenas na Bélgica (BORISSOVA, 2022).

Embora medicamentos, aparelhos e equipamentos médicos sejam considerados necessários por razões humanitárias e excluídos das sanções, diversas empresas tomaram medidas independentemente das sanções. A farmacêutica americana *Eli Lilly and Company* informou que enviaria medicamentos para doenças como câncer e diabetes, que constituem emergências médicas. Além de não iniciar nenhum novo ensaio clínico na Rússia, a empresa suspendeu as vendas de "medicamentos não essenciais" (BORISSOVA, 2022).

Em virtude do que foi mencionado, verifica-se que a saúde na Federação Russa vem sofrendo efeitos pela ação contra a Ucrânia. Diferentemente da Ucrânia, que arcou com severos danos a sua infraestrutura, as sanções aplicadas contra a Rússia visam comprometer a sua logística, trazendo grande incerteza quanto ao prosseguimento de tratamentos e no desfecho de doenças.

7. Considerações Finais

Considerando o objetivo proposto, entende-se que a assistência médica na Rússia e

na Ucrânia, moldada de várias maneiras por um passado soviético comum, depende em grande parte do financiamento do governo. Antes do conflito, ambos os países enfrentavam grandes dificuldades para fornecer atendimento de saúde com uma qualidade satisfatória para seus cidadãos, quer seja pelo baixo investimento na área da saúde, quer seja pela baixa remuneração de seus servidores, quer seja até pela corrupção, que é relatada como uma rotina dentro dos sistemas. Outro ponto de convergência, é a implementação de reformas estruturais com a adoção do sistema de seguridade social, onde existe a contribuição por parte dos usuários para os custos da saúde, mas que seguem ainda de forma lenta.

Além disso, é importante destacar que o conflito ocorre na vigência da primeira pandemia do século XXI, pegando a Ucrânia com baixas taxas de vacinação para a covid-19. Apesar das principais causas de morte na Ucrânia serem as doenças não transmissíveis (DNT), os recentes surtos de poliomielite e sarampo ameaçam a saúde infantil e a prevalência de HIV e tuberculose multirresistente se encontram entre as mais altas da Europa, o que tornam as doenças infecciosas motivo de grande preocupação. O sistema de saúde ucraniano, apesar da escassez de medicamentos e suprimentos médicos, além da falta de manutenção de equipamentos, necessita manter o atendimento a essas enfermidades e a atenção à saúde materna (BUSS, 2022).

Até meados de 2022, mais de 6,8 milhões de pessoas deixaram o país, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), sendo mais de 3,6 milhões para a Polônia, e o restante para países como a Romênia, Rússia, Hungria, Moldávia, Eslováquia e Bielorrússia. Milhares dessas pessoas não permaneceram nesses países, mas continuaram sua jornada para outros Estados, especialmente os países europeus, sobrecarregando os sistemas de saúde e agravando a possibilidade de disseminação de surtos de doenças (ROA, 2022).

Do outro lado, a Rússia vem sofrendo com sanções impostas pela comunidade internacional. Embora a União Europeia ratifique que todas as sanções estão em plena conformidade com as obrigações decorrentes do direito internacional, respeitando simultaneamente os direitos humanos e as liberdades fundamentais, é no mínimo discutível o comprometimento causado junto à logística de saúde e da produção científica às margens do embate em curso.

Por fim, o conflito entre Ucrânia e Rússia é mais um exemplo de que as guerras atuais tem se tornado cada vez mais guerras contra civis. De um lado, os efeitos são mais perceptíveis e alardeados por canais de notícias internacionais, porém há um outro pouco

conhecido por grande parte da grande mídia, porém não menos implacável, uma vez que também se impede o atendimento para aqueles de necessitam de socorro. Pelo que se pode perceber, até o momento só há perdedores.

Referências:

APARECIDO, Julia Mori; AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia**. Série Conflitos Internacionais, Vol. 9, nº 1, 2022. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-9-n.-1fev.2022.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

BMJ. **Russia's war in Ukraine is killing cancer care in both countries**. BMJ, 2022. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/376/bmj.o701.full.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

BORISSOVA, Alexandra. **Sanções e boicotes comprometem assistência médica na Rússia**. Medscape, 2022. Disponível em: <https://portugues.medscape.com/verartigo/6507795>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Vol. 1, p. 1-50, 2022.

BUSS, P. M. et al. **A guerra na Ucrânia, as outras e a saúde global**. Le Monde Diplomatique, 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-guerra-na-ucrania-as-outras-e-a-saude-global/> Acesso em: 24 de maio de 2022.

CICV. **Mesmo a guerra tem limites: profissionais e estabelecimentos de saúde devem ser protegidos**. CICV, 2022. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/mesmo-guerra-tem-limites-profissionais-e-estabelecimentos-de-saude-devem-ser-protectidos>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

INTERFAX-UKRAINE. **Ukraine to start introducing insurance-based healthcare system in spring of 2010**. Kyiv Post, 2009. Disponível em: <https://www.kyivpost.com/article/content/ukraine-politics/ukraine-to-start-introducing-insurance-based-health53483.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

INTERNATIONAL CITIZENS INSURANCE. **Understanding Russia's Healthcare System**. International Citizens Insurance, 2022. Disponível em: <https://www.internationalinsurance.com/health/systems/russia.php>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE. **5 health crises that endanger Ukrainian lives as the war continues**. International Rescue Committee, 2022. Disponível em: <https://www.rescue.org/article/5-health-crises-endanger-ukrainian-lives-war-continues>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

KOEHN, Jodi. **Russian Health Care Crisis**. Wilson Center, 2022. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/russian-health-care-crisis>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

KOONIN, E. V. **Science in times of war: oppose Russian aggression but support Russian scientists**. EMBO reports, Vol. 23, nº 4, 2022. Disponível em: <https://www.embopress.org/doi/epdf/10.15252/embr.202254988>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

LEON, D. A. et al. **The Russian invasion of Ukraine and its public health consequences**. The Lancet Regional Health - Europe, Vol 15, p. 100358, 2022. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S26667762%2822%2900051-5>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

LOUREIRO, Felipe. **A Guerra na Ucrânia: significados e perspectivas**. CEBRI, 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/27/a-guerra-na-ucrania-significados-e-perspectivas>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

MANDAVILLI, A. **Public Health Catastrophe Looms in Ukraine, Experts Warn**. The New York Times, 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/03/26/health/ukraine-health-tb-hiv.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

MIELNICZUK, F. **Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS**. Contexto Internacional, Vol. 28, nº 1, p. 223–258, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/5KxWrYnRR4XNzqqhwxKyDkB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

NOVO. **Rússia e Ucrânia: um resumo da história e do conflito**. Novo, 2022. Disponível em: <https://novo.org.br/explica/russia-e-ucrania-um-resumo-da-historia-e-do-conflito/>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

NUMBEO. **Health Care Index by Country 2019 Mid-Year**. Numbeo, 2022. Disponível em: https://www.numbeo.com/health-care/rankings_by_country.jsp. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

PARTIDA, Devin. **How Healthcare Is Impacted by the Russia-Ukraine Conflict**. BioSpectrum, 2022. Disponível em: <https://www.biospectrumasia.com/news/90/19905/how-healthcare-is-impacted-by-the-russia-ukraine-conflict.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

RFI. **Saúde em dia - Como a invasão da Ucrânia destruiu o sistema de saúde do país**. RFI, 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/sa%C3%BAde-em-dia/20220802-como-a-invas%C3%A3o-da-ucr%C3%A2nia-destruiu-o-sistema-de-sa%C3%BAde-do-pa%C3%ADs>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

RIZZOLO, Fernando. **Guerra na Ucrânia e saúde pública**. Diário do Comércio, 2022. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/opiniao/guerra-na-ucrania-e-saude-publica/>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

ROA, M.M. **El mapa de los refugiados por la guerra en Ucrania**. Statista, 2022. Disponível em: <https://es.statista.com/grafico/26969/numero-de-refugiados-procedentes-de-ucrania-por-pais-de-destino/>. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

ROBERTS, Leslie. **Surge of HIV, tuberculosis and COVID feared amid war in Ukraine.** Nature, Vol. 603, p. 557-558, 2022. Disponível em: <https://media.nature.com/original/magazine-assets/d41586-022-00748-6/d41586-022-00748-6.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

SIMONEAU, Michaela. KHAN, Humzah. **War amid a Pandemic: The Public Health Consequences of Russia's Invasion of Ukraine.** CSIS, 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/war-amid-pandemic-public-health-consequences-russias-invasion-ukraine>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

TREATMENT ABROAD. **The Healthcare System In Ukraine.** Treatment Abroad, 2022. Disponível em: <https://www.treatmentabroad.com/destinations/ukraine/healthcare-system-ukraine>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

VARELLA, D. D. **Ucrânia, tuberculose, HIV, covid.** Drauzio, 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/ucrania-tuberculose-hiv-covid-artigo/>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: UMA GUERRA EM SOLO EUROPEU*

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira¹

Há mais de um ano a Europa passa por um dos maiores conflitos em seu próprio território desde a Segunda Guerra Mundial. O ceticismo quanto a impossibilidade de guerras entre democracias, ou a crença em que o desenvolvimento levaria a um mundo de paz perpétua, contribuiu para o despreparo relativo. Cálculos mal realizados e falta de informações plenamente confiáveis acabaram também por levar a um conflito hoje longe de parecer terminar.

A guerra russo-ucraniana é decorrente de um concerto que já se desenha desde a ex-União Soviética e que se acelerou nos últimos anos. A Rússia, ávida por controlar a passagem das estepes europeias ao seu território, se viu ameaçada com o discurso, e as ações, de aproximação entre o governo ucraniano e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Detendo arsenais nucleares e convencionais superiores, além de maior capacidade industrial e de manutenção de seus estoques de gêneros alimentícios e energéticos, a Rússia não parece sentir o ataque conjunto do ocidente, tampouco o peso das sanções a ela estipuladas.

O conflito entre Rússia e Ucrânia, por si só, não se tornaria manchete de jornal se não fosse o grande impulso das mídias norte-americanas e europeias na formação da informação e da opinião. Na percepção das mídias norte-americanas e europeias, tal conflito é compreendido como guerra, entendimento que não se observa em outros conflitos (por vezes muito mais sanguinolentos e, sem dúvida, muito mais longevos) que ocorrem na África e no Oriente Médio. O poder dado aos elementos de comunicação social e a facilidade com que conseguem hoje compartilhar suas convicções é impressionante, e, às vezes, aterrorizante. A ideia de que a Rússia passa para os norte-americanos e europeus é de que é um país que tem voraz apetite por territórios estratégicos.

O fardo do homem branco ainda parece sobressair na conjugação de pesos da balança do que é ou não relevante. Da mesma forma, a escolha do que é ou não real ou falso, torna o papel da mídia bastante complexo, vez que, mesmo tendo como chefe um

* Artigo originalmente publicado em 17 de maio de 2023 no site do OMPV.

¹ Capitão de Corveta da Marinha do Brasil e doutorando em Ciências Militares da ECEME.

ente apolítico, a guerra sempre é política. O próprio nome guerra na Ucrânia é uma forma de explorar a gravidade da palavra guerra. Não se fala, por exemplo, em guerra no Mali, Sudão, Congo, Timor-Leste. Ali, onde a civilização é menos influente do que a norte-americana e europeia, há no máximo, conflitos tribais (KEEGAN, 1984).

Basta que consideremos que as invasões europeias na África e na Ásia, baseadas no imperialismo europeu do século XIX, estavam chanceladas pelo sentimento civilizacional e até messiânico. A invasão dos Estados Unidos da América às Filipinas foi laureada pelo famoso *The White Man's Burden*, e a expansão britânica sobre a China (momento em que o ocidente obrigou os bárbaros chineses a se viciarem em ópio) ganhou uma linda poesia chamada *The Road to Mandalay*, ambas de *Kipling*. A luta que se desenvolve em solo europeu, chocante e sangrenta como são todas as lutas, é algo horrendo demais para merecer a eternidade dos poemas e a beleza das poesias. Mas isso se vê desde os *Lusíadas*.

Além da mídia, outros atores fazem parte da guerra no século XXI. Longe de serem novos, tais atores constituem uma repaginação em conceitos dantes vistos, cuja natureza e substância incerta, caracterizam a névoa da guerra: incerteza, desordem, probabilidade, fricção, caos e complexidade (ELWARD, 2010). Conceito antigo que, hoje rememorado, parece esquecer a definição antiga que não permite reinvenção.

Um exemplo bem simples dessa assertiva é a guerra de Independência do Brasil e a utilização de algumas centenas de oficiais e praças norte-americanos e britânicos na tripulação (e até comando) dos navios da Armada Imperial Brasileira. Outro exemplo recai sobre *Clausewitz*, um oficial prussiano que lutou pelo exército czarista de Alexandre, sendo acompanhado por vários generais de diversas nacionalidades. Por certo, os serviços dantes ofertados por pessoas físicas (*Thomas Cochrane*, *David Jewett*, *Pascoe Grenfell* e *John Taylor*, por exemplo) agora são ofertados por empresas que os intermediam. Outras “inovações” desta guerra como extremistas e terroristas, forças especiais e coisas do gênero são tão antigas quanto os *zelotes* de Barrabás, os ataques aos comboios de pólvora franceses por *Césare Bórgia* e o atentado perpetrado por *Gavrilo Princip* contra *Francisco Ferdinando*. Falar em mercenários e não lembrarmos dos *privateers* de *Elizabeth I*, é um grave erro histórico.

A guerra, apesar de ser um camaleão que se adapta às características da conjuntura (CLAUSEWITZ, 1989), continua sendo utilizada para se alcançar os objetivos políticos. A Rússia possuía um objetivo claro, desde, pelo menos, as invasões napoleônicas e a criação da Santa Aliança no âmbito do concerto das nações após o congresso de Viena: manter a estabilidade política e impedir agitações que pudessem lhe ameaçar o território.

Após *Waterloo*, o Alexandre dos Russos foi à Paris dos franceses, mas logo a devolveu. Também ajudou na restauração da Prússia e da Áustria, e não se envolveu em grandes conflitos até quase quarenta anos depois, na Criméia, onde, desde muito (1783), já havia estabelecido uma base naval (*Sebastopol*). Depois disso, apenas entraria em conflitos por motivos de invasões, mantendo, aliás, a tradição russa de Pedro I, o Grande, em sua batalha contra os tártaros de *Azov*.

Observando, portanto, as razões profundas através da história, nada comunga para o fato de se temer um expansionismo russo pelo leste europeu. Na verdade, não menos do que o expansionismo português, espanhol, francês, holandês, belga, britânico, alemão, norte-americano ou japonês, bastante presente em nossa história contemporânea. Paradoxalmente, a expansão da OTAN, da democracia e da União Europeia, o que seria o oposto do expansionismo imperialista de fins do século XIX, reascendeu o velho medo russo de perder o controle das estepes. Estava, pois, armada a armadilha de *Tucídides*.

A guerra, contudo, continua a aterrorizar aqueles que não conseguem compreender estas razões. Neste cômputo, os ensinamentos de *Clausewitz*, alinhados aos eventos históricos, nos são úteis, assim como os de guerra total de *Ludendorff*. E, neste caso específico da guerra russo-ucraniana, nos são apresentados dois exemplos bem distintos: a guerra tem sido total para a Ucrânia, e limitada para a Rússia. Ela é total no lado ucraniano porque já se percebe o pleno exaurimento de suas capacidades combativas e de sobrevivência. Mesmo com o robusto apoio de diversos países ocidentais, não se divisa uma quebra do *fait accompli* russo. A expulsão dos cossacos parece muito improvável.

Da mesma forma, para a Rússia, manter-se em posição e não avançar é o caminho natural: não há necessidade de se avançar sobre um país em ruínas, e cujas eleições, ao que tudo indica, serão favoráveis a que se assuma uma postura bem mais comedida que a do atual presidente. Para a Rússia, apesar do que se parece, a guerra é defensiva, e não ofensiva. É uma ação preventiva contra o expansionismo *otaniano*, assim como foi a guerra entre Esparta e Atenas no *Peloponeso*. Talvez seja esse o grande problema das análises que hoje se nos apresentam: a falta de pesquisa histórica, que, *per si*, exigem maior reflexão das ideias do general prussiano (MOITA; FRANCHI, 2021).

Mesmo sendo um conflito eminentemente terrestre, os efeitos no comércio global se fazem sentir, particularmente no próprio continente europeu. O aumento dos gastos militares, em particular da Alemanha e o aumento do pedido de entrada na OTAN de outros países fronteiros à Rússia, como Finlândia e Suécia, são reflexos imediatos do conflito. Outros mais preocupantes seguirão: a necessidade de deter armas nucleares e

capacidade de dissuasão estratégica para evitar agressões, mesmo quando falamos de países menores ou sem protagonismo nas relações internacionais e econômicas; a necessidade de aumento nos gastos militares e de rearmamento para garantir uma dissuasão adequada, independentemente das ferramentas econômicas e financeiras existentes; e a necessidade de se investir na formação de coalizões e alianças para garantir a defesa mútua contra agressões de países mais fortes. Quanto aos reflexos econômicos, são bastante presentes até para os brasileiros: o preço do quilo do tomate, cuja cultura depende da importação de fertilizantes russos, não nos deixa mentir. A participação da Rússia na Organização dos Países Produtores de Petróleo, ademais, nos acende um alerta para como o preço dos combustíveis pode seguir no horizonte próximo.

No decorrer deste ano de conflito europeu, o mundo pareceu relembrar de que a guerra pode, sim, ocorrer em qualquer lugar e envolver quaisquer atores. A saída desastrosa dos Estados Unidos do Afeganistão, os genocídios semanais nas guerrilhas africanas e as mazelas humanitárias na América Central pareciam estar muito longe dos norte-americanos e europeus. A guerra, contudo, continua sendo a guerra: os pressupostos de *Clausewitz* permanecem muito atuais e o diálogo médio nunca foi tão recente. A diferença deste conflito em particular, para os anteriores (mesmo se comparamos com a Ossétia e a Criméia bastante recentes), está na rapidez da informação, e na facilidade de moldura opinativa. As poesias de *Kipling* hoje, muito mais sonoras quando apresentadas como manchetes em redes de televisão e sociais, parecem possuir um poder bem maior de formar opiniões.

Infelizmente, independentemente do lado, não há poesias que possam expressar a perda dos desconhecidos soldados mortos, muito menos de um filho em uma trincheira como, aliás, foi o caso do de *Kipling* na Primeira Grande Guerra.

Referências:

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. HOWARD, Michael; PARET, Peter (Editores). Princeton: Princeton University Press, 1989.

ELWARD, Sean Mikael. **The Fog of War: A Necessary Component of Modern Warfare**. Newport: Naval War College. 2010.

KEEGAN, John. **A History of Warfare**. London: Vintage Books, 1984.

MOITA, Sandro Teixeira; FRANCHI, Tássio. **Os saberes da guerra: o pensamento de Carl von Clausewitz no Brasil (1990-2019)**. Revista da Escola de Guerra Naval, Vol. 27, p. 91-120, 2021.

ANÁLISE DE SITUAÇÃO CONFLITO ISRAEL X HAMAS*

Sandro Teixeira Moita¹

1. Introdução

Em 7 de outubro de 2023, o grupo palestino *Hamas* lançou uma série de ataques contra Israel, naquilo que denominou “Operação Inundação de *Al-Aqsa*”. A sofisticada ação, com efetivos de mais de mil e quinhentos homens, após uma barragem de milhares de foguetes contra Israel, produziu efeitos de surpresa operacional, senão estratégica, permitindo ataques contra posições militares das Forças de Defesa de Israel, vilarejos próximos as fronteiras de Gaza, localidades com grandes concentrações e *drones* carregando munições usadas contra viaturas militares israelenses.

Como foi possível ao Hamas então empreender uma operação complexa e ousada contra um inimigo superior, com capacidades de Vigilância, Inteligência e Reconhecimento das mais avançadas no mundo?

2. Desenvolvimento

Há duas gerações o Estado de Israel não observava uma violência de tal monta em seu próprio território. Obviamente que a nova rodada de hostilidades não podia ser algo inesperado, considerado o histórico das conflituosas relações entre Israel e *Hamas*, mas o grau da surpresa obtido pelo grupo palestino deve ser entendido, pois é aquilo que indica os caminhos pelos quais o conflito se desenrolará, bem como a extensão e peso da resposta que será dada por Israel e, na dialética entre atores que caracteriza o que se entende por uma guerra.

Se antes, Israel se movia por uma estratégia de “aparar a grama”, o que explica o caráter das operações de 2009, 2012, 2014, 2021 e 2022, a escala do ataque demonstra uma fragilidade deste conceito, uma vez que o *Hamas* e demais facções palestinas que se colocaram a seu comando desta vez, especialmente a *Jihad Islâmica Palestina*, não tiveram suas capacidades degradadas decisivamente. Ironicamente, a cada rodada de luta, ambos os lados sempre clamaram vitória, que parece algo extremamente afastado do panorama estratégico.

* Artigo originalmente publicado em 11 de outubro de 2023 no site do OMPV.

¹ Doutor em Ciências Militares e Professor da ECEME.

Assim, o desafio imposto para Israel neste momento é complexo e multifacetado: um país dividido por uma crise política, em meio a um movimento de desengajamento de seu principal aliado da região e fronteiras e um movimento político de normalização de relações com rivais históricos.

Não à toa, o principal serviço de inteligência de segurança de Israel, o *Shin Bet*, estava com as energias voltadas para lidar com uma nova ameaça ao país, como a movimentação política da extrema-direita, que representa um desafio enorme a coesão nacional e a segurança, uma vez que suas demandas passam por tensões com comunidades árabes locais e uma política brutal para com os palestinos. Para além disto, os privilégios concedidos ao ultra-ortodoxos, como a liberação do serviço militar, dentre outros, passam a impressão de colocar outros para lidar com os problemas, o que abala a coesão social.

Ao mesmo tempo, enquanto Israel lançava sua resposta contra as ações do *Hamas*, denominada Operação “Espadas de Ferro”, o *Hizbullah*, ao sul do Líbano, começou a lançar ataques contra o Norte de Israel, usando foguetes, mísseis e material anticarro (antitanque). Embora em muito menor grau que as munições lançada de Gaza, tais ataques elevam o estado de tensões e já promoveram movimentações de Israel em posicionar tropas na fronteira para responder ao fogo, e a preparação da população para buscar abrigos e transferir pacientes de hospitais para complexos hospitalares fortificados.

A convocação de mais de 300 mil reservistas para as Forças de Defesa de Israel em 48 horas e as operações de combate no Sul tendo sido declaradas finalizadas, os prospectos de uma ação terrestre em Gaza se tornam maiores, em face do mais de mil e duzentos mortos e três mil feridos nos ataques e o clamor por uma ação decisiva que responda aos ataques de 7 de outubro, que já ocupam um lugar na história do conflito israelo-palestino.

A concentração de brigadas israelenses na fronteira com Gaza e o lançamento de uma campanha de bombardeiros aéreos e terrestres, com grandes quantidades de bombas e granadas indicam que Israel pode estar seguindo de uma retaliação pesada. O ministro da Defesa israelense, *Yoav Gallant*, indicou que uma ação em Gaza se destina a ter efeitos duradouros, punindo o *Hamas*. Entretanto, o cerco realizado pelos israelenses impede até mesmo a entrada de água, víveres e combustível em Gaza, criando uma situação catastrófica, já dramática para a população palestina que se encontra no meio do enfrentamento.

As autoridades israelenses sinalizam que a ação em Gaza se destina a mudar o *status quo* do conflito. Mas um recorrido histórico recente, lembrando das operações israelenses, que também sinalizavam um enfraquecimento dos grupos militantes palestinos, usando o poder de fogo das Forças de Defesa de Israel, falharam em produzir tal resultado. Voltando mais um pouco, pode-se considerar mesmo as lições da intervenção israelense na guerra civil do Líbano em 1982, destinada a dar um duro golpe nas organizações palestinas que ali estavam. Vislumbrando uma guerra rápida, Israel acabou permanecendo com tropas por dezoito anos naquele país, viu ações controversas afetarem seu prestígio internacional, além de observar o surgimento de um outro movimento adversário: o *Hizbullah*.

3. Considerações Finais

Dessa forma, os ataques de 7 de outubro de 2023 já tem seu lugar reservado na história de Israel, sendo mais uma página no conflito israelo-palestino, com consequências dramáticas não só para as sociedades envolvidas na luta, mas também para o Oriente Médio. A forma como Israel conduzirá suas ações e se o *Hamas* conseguirá trazer de volta a questão palestina ao debate nos países árabes são facetas mais visíveis da luta em curso.

Mas também não se pode desconsiderar implicações geopolíticas mais profundas da competição entre grandes potências. O deslocamento de um grupo de batalha da Marinha dos EUA, com o navio-aeródromo *USS Gerald Ford*, serve como demonstração do apoio americano à Israel, mas também uma mensagem para países como o Irã, possível patrocinador dos grupos palestinos e principal interessado em fazer fracassar os esforços diplomáticos de normalização de relações de Israel com os países árabes. A ver como se desenrolará o atual conflito, tanto em sua dimensão local quanto regional.

DOCTRINA E OPERAÇÕES MILITARES



A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NA OPERAÇÃO LANÇA DE NETUNO*

*Heinz Stricker do Valle¹
André Felipe Botelho Gondim²
Luciano Velôzo Gomes Pedrosa³*

1. Introdução

O 11 de setembro de 2001 constitui, possivelmente, o mais famoso atentado terrorista da história. Sua repercussão global mudou as relações internacionais, determinou o uso da expressão militar no combate às ameaças assimétricas, inaugurou invasões e intervenções armadas em diversos Estados e impactou severamente a economia mundial, além de inúmeras outras consequências e reflexos.

Conforme menciona Khokar (2011), o mais destacado idealizador do atentado foi o líder da *Al-Qaeda* à época, o saudita *Osama Bin Laden*. Esse protagonismo definiu a captura e/ou eliminação desse líder terrorista como o centro de gravidade⁴ para a chamada Guerra ao Terror, política implantada pelo presidente americano *George W. Bush* para dar resposta ao ataque.

Nos esforços para o atingimento desse alvo, foram empregados vultosos recursos financeiros e militares e, após quase uma década, foi identificada a posição do terrorista, em imóvel isolado e protegido, no Paquistão. Dentre as alternativas levantadas, decidiu-se pelo emprego de uma Força de Operações Especiais (F Op Esp) para a eliminação do líder talibã. Tal atividade apoiou-se sobremaneira na função de combate inteligência para sua execução, que se deu com sucesso.

Entende-se por funções de combate como sendo os "conjuntos de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, realizados por unidades das diferentes armas, quadros e serviços do Exército" (BRASIL, 2019, p. 5-6). Seriam, assim, em número de seis, dentre os quais a função de combate inteligência será explorada detalhadamente, mais adiante. Nesse ínterim, o presente artigo buscará apresentar alguns aspectos da

* Artigo originalmente publicado em 01 de fevereiro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

³ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

⁴ Trata-se de uma fonte, componente primário de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate (BRASIL, 2020).

função de combate inteligência visíveis na Operação Lança de Netuno, destacando seus pontos mais relevantes.

2. Operações Especiais

De maneira objetiva, pode-se delinear as Operações Especiais (Op Esp) como sendo as operações constituídas por ações militares para consecução de objetivos nos diversos campos, empregando meios não convencionais (BRASIL, 2015). Por sua vez, entende-se o termo convencional, no âmbito das ciências militares, como se referindo ao uso dos padrões mais clássicos de técnicas de combate, equipamentos, técnicas, táticas e procedimentos.

Usualmente, as Op Esp são atividades complementares às campanhas militares convencionais, podendo - como qualquer evento tático crítico - ganhar considerável destaque, a depender dos objetivos estratégicos elencados. Dentre os tipos mais comuns de Op Esp, destaca-se a ação direta, que é definida como:

"[...] uma ação ofensiva de pequena envergadura e de curta duração, realizada por tropa capacitada, de valor e constituição variáveis, por meio de uma infiltração terrestre, aérea e/ou aquática, contra alvos de valor significativo, localizados em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis" (BRASIL, 2017, p. 3-5).

Das características da Operação Lança de Netuno, observa-se a ocorrência das atividades militares dentro do escopo das ações diretas.

3. A inteligência nos antecedentes e na preparação da Operação

Antes da Operação Lança de Netuno, os Estados Unidos da América (EUA) tentaram, sem sucesso, deter *Bin Laden* em três ocasiões: em 2001, em Tora Bora; em 2006, no vale *Shigal*; e em 2008, no Afeganistão. Após, as investigações sobre o paradeiro de *Bin Laden* estavam dispersas, até que *Leon Panetta* assumiu a direção da CIA⁵ e coordenou as operações de inteligência, colocando um analista sênior como líder. Uma equipe foi montada, com a finalidade prioritária de caçar o líder terrorista, sendo realizadas reuniões temáticas semanais com *Panneta*.

No final de 2010, os trabalhos de inteligência conquistaram informações importantes. Agentes descobriram que dois irmãos que já haviam sido mensageiros do

⁵ *Central Intelligence Agency*, ou Agência Central de Inteligência (tradução nossa).

A função de combate inteligência na Operação Lança de Netuno

líder terrorista viviam em uma casa, que se parecia muito com uma pequena fortaleza, em *Bilal Town*, um bairro de classe média na cidade de *Abbottabad*, Paquistão.

Os agentes passaram a monitorar rigidamente essa fortaleza. Entretanto, como disse *Nada Bakos*, ex-analista da CIA, o trabalho de inteligência é extremamente complexo - semelhante a montar um quebra-cabeça em que sempre faltam peças. Torna-se um trabalho cheio de dúvidas e ambiguidades, com o desafio de receber e analisar informações desencontradas e que frequentemente não fazem sentido.

O emprego de imagens aéreas e de satélite contribuíram com uma série de informações relevantes. Foi verificado que a residência vivia isolada do exterior, sem *internet* ou telefone fixo. Nenhum lixo era recolhido, sendo completamente queimado dentro do complexo. Alguns moradores não saíam da casa e particularmente um homem nunca ia à rua e, alguns analistas especularam que poderia se tratar de *Bin Laden*, devido ao seu tipo físico, contudo não conseguiam uma boa imagem de seu rosto. A falta dessa prova definitiva impossibilitava a decisão de atuar na casa.

Nesse momento, as informações levantadas eram relevantes e os elementos *SEAL*⁶ começaram a realizar repetidos ensaios em uma réplica da fortaleza, construída em uma área de treinamento da CIA na Carolina do Norte.

O monitoramento prosseguiu e ainda que sem a imagem do rosto de *Bin Laden*, *Panneta* e sua equipe de analistas tinham 95% de convicção de que *Bin Laden* se homiziava naquele local. Convidados por *Panneta* para criticar o trabalho realizado pela CIA, analistas do NCTC (*National Counterterrorism Center*) avaliaram em até 60% quanto à possibilidade do homem suspeito ser *Osama Bin Laden*. O diretor do NCTC, *Michael Leiter*, disse que seria preferível esperar por uma confirmação positiva da identidade de *Bin Laden*. No entanto, quanto mais o tempo passava, maior o risco de ocorrer um vazamento. Apesar das incertezas, a inteligência da CIA tinha obtido as melhores informações sobre *Bin Laden* desde Tora Bora em 2006.

⁶ *S.E.A.L.*: sigla *Sea, Air and Land*, remetendo sutilmente ao animal marinho foca (inglês), que passa grande parte de sua vida na água e é adaptado ao frio. Como são chamados os operadores que completaram o curso de mesmo nome.

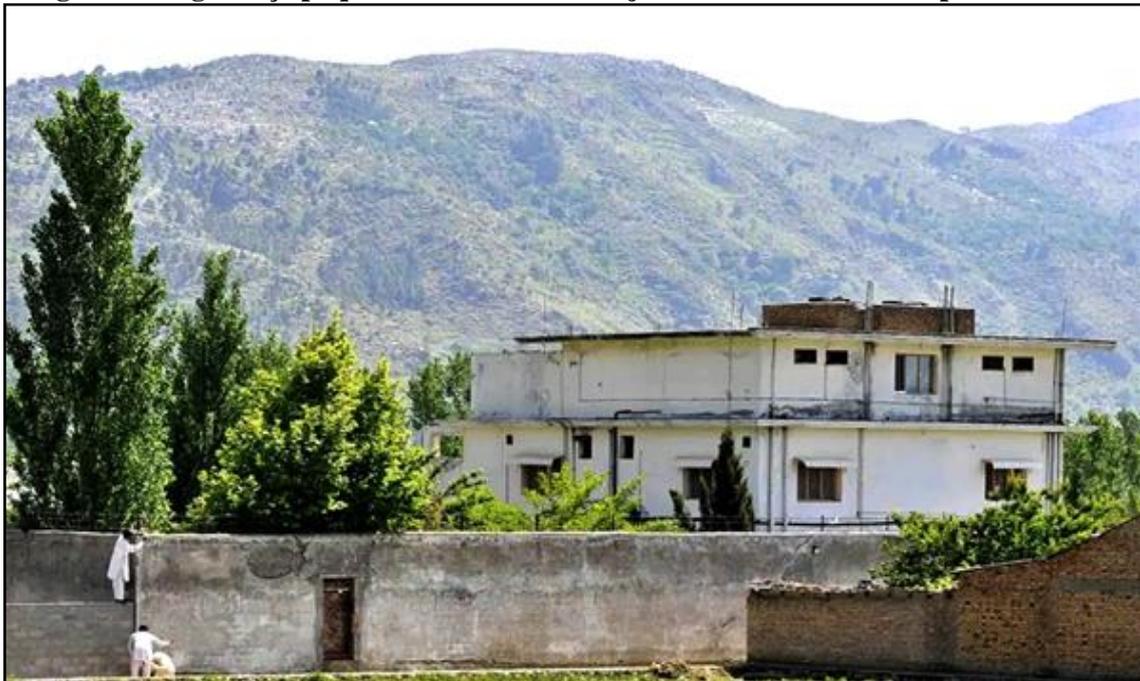
Figura 1 - Comparação do local de operação levantado pela inteligência com o modelo físico criado para a condução dos ensaios



Fonte: MARIMÓN, 2022.

Em 28 de abril, *Panneta* e a equipe de segurança nacional se reuniram com o presidente *Obama*. As condições de luar sobre *Abbottabad* favoreciam um ataque nas próximas noites. A operação seria em território paquistanês e *Obama* tinha receio de um problema diplomático, caso ocorresse algum incidente que levasse tropas dos EUA a serem capturadas ou a combater com tropas locais. Após compreender as informações, o presidente deu orientações, como a de possuir helicópteros reservas para resgate da tropa. Assim sendo, *fruto da confiança no trabalho de inteligência realizado por seus analistas*, *Obama* autorizou a realização da Operação Lança de Netuno.

Figura 2 - Segurança paquistanesa no esconderijo de *Osama Bin Laden* após sua morte



Fonte: MARIMÓN, 2022.

4. A Operação

A Operação Lança de Netuno⁷ constitui um dos mais famosos e recentes exemplos de Operação Especial (Op Esp) da história. Foi planejada, em termos gerais, como a eliminação de *Osama Bin Laden*, cognominado *Geronimo* por meio de uma F Op Esp composta por vinte e três integrantes do *SEAL Team 6*⁸ (tropa especial da Marinha norte-americana), um intérprete e vários cães de guerra.

O planejamento primava pela simplicidade: a partir de *Jalalabad*, no Afeganistão, dois *Silent Hawks* com as equipes principais, seguiriam diretamente a *Abbottabad*, a cerca de 250 km de distância. Seriam seguidos, com uma defasagem de 45 minutos, por dois MH-47 *Chinook* com equipes e combustível de reserva, que estabeleceriam um FARP⁹, situada cerca de 48 km ao norte de *Abbottabad*. No término da missão no complexo, os *Silent Hawks* seguiriam ao FARP, reabasteceriam e retornariam a *Jalalabad*, encerrando a fase crítica da operação.

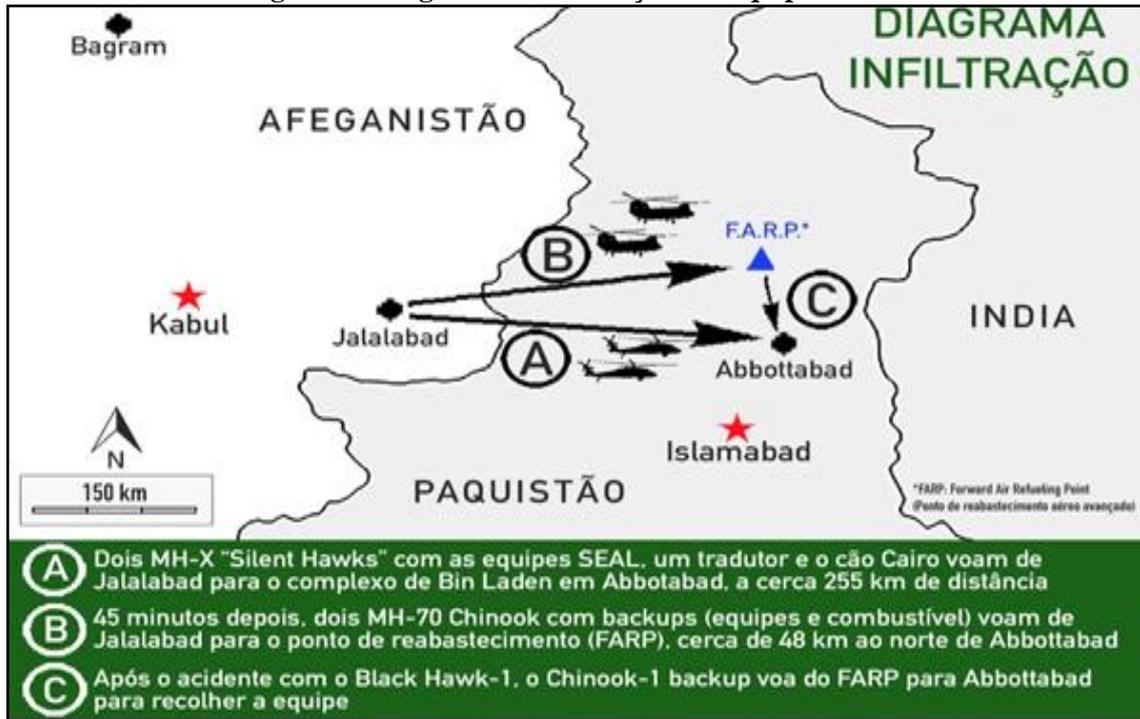
No complexo, o planejamento previa que Hawk-1 iria pairar sobre o quintal e doze operadores *SEAL* desceriam através de cordas. O Hawk-2 voaria para o canto nordeste do complexo e deixaria um tradutor, um cão - de nome *Cairo* - e quatro integrantes do time tático, que controlariam o perímetro do edifício. A seguir, iria pairar sobre a casa e o líder da equipe e os seis operadores restantes desceriam no telhado. O tradutor tinha a função de manter a vizinhança local à distância, atuando como se fosse um policial paquistanês à paisana. Se fosse difícil encontrar *Bin Laden*, o cão seria enviado para dentro da casa em busca de paredes falsas ou portas ocultas.

⁷ Do original *Neptune Spear* (tradução nossa).

⁸ No caso do *Team 6* (Time seis), se refere a um destacamento ainda mais sobrelevado, dentro do contexto da tropa de elite.

⁹ *F.A.R.P.: Forward Air Refueling Point* – Ponto de Reabastecimento Aéreo Avançado (tradução nossa).

Figura 3 - Diagrama de infiltração das equipes SEAL



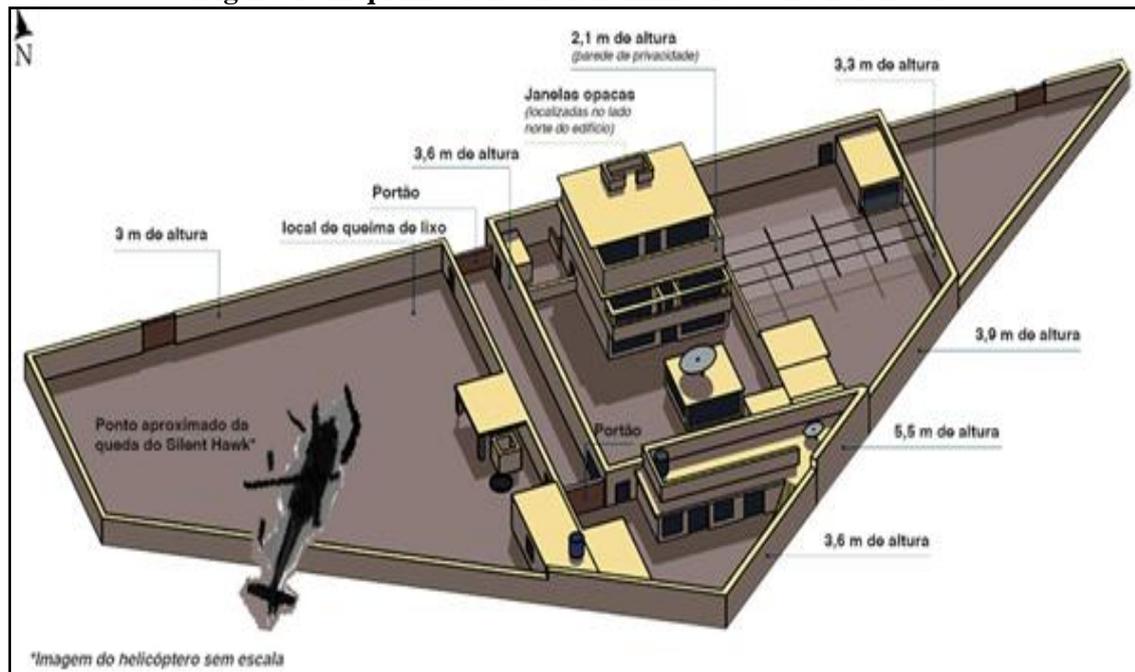
Fonte: MARIMÓN, 2022.

A equipe, infiltrada por helicópteros de um modelo especial - mais furtivo, denominado informalmente como *Silent Hawk* - realizaria a entrada na habitação; faria a eliminação seletiva do líder terrorista, contendo resistências da mesma forma; coletaria material, documentos, computadores, discos de dados, fotografias, etc; e exfiltraria pelos mesmos meios, conduzindo a evidência principal: o corpo do terrorista mais procurado do mundo, até então.

A despeito de um planejamento reunindo notáveis meios, observou-se a pane em um dos helicópteros, já no pouso, o que o fez cair no pátio do complexo, e obrigou a equipe a destruí-lo, intencionalmente, após a retirada de material sigiloso. Um dos *Chinook* rapidamente chegou para prestar o apoio à retirada.

O restante da ação seguiu o planejamento: os *SEALs* invadiram a casa, e além de *Bin Laden*, eliminaram *Khalid* (seu filho), *Abu Ahmed* e *Abrar al-Kuwaiti* (os irmãos mensageiros) e *Bushra* (esposa de *Abrar*). Foram apreendidos computadores, câmeras, CDs, DVDs e pen-drives. De imediato, as equipes passaram a embarcar o pessoal e as apreensões. Grupos de curiosos começavam a se reunir nas proximidades do complexo; e eram contidos pelo tradutor e pelos operadores que vigiavam o perímetro. Após 38 minutos desde a partida até a chegada, os *SEAL* seguiam de volta para *Jalalabad*, com o corpo de *Osama Bin Laden* e vários materiais apreendidos.

Figura 4 - Esquema do local de homizio de Osama Bin Laden



Fonte: MARIMÓN, 2022.

4. Conclusão

As ações do dia 11 de setembro de 2001 marcaram indelevelmente a história contemporânea dos conflitos armados. O combate a estas ações e as organizações que a promoveram, passaram a delinear os principais objetivos militares no século XXI, principalmente em sua primeira década, no qual a *Al-Qaeda* e seu líder *Osama Bin Laden* foram protagonistas de um cenário assimétrico, onde o papel da inteligência militar foi preponderante para a execução exitosa durante a Operação Lança de Netuno, em dois de maio de 2011.

Em síntese, a sinergia entre a coleta, análise e divulgação dos dados de inteligência em seu nível estratégico e operacional de forma precisa e oportuna viabilizou o emprego eficaz das Forças de Operações Especiais na consecução da neutralização de *Osama Bin Laden*. Este episódio evidenciou uma das capacidades mais primorosa das Operações Especiais, qual seja: a de realizar ações diretas contra alvos de alto valor, o que influencia de forma impactante, desde então, o espectro político das relações entre Estados ou quaisquer entes beligerantes. Dessa forma, conclui-se que:

a. A Operação Lança de Netuno caracterizou-se pelo pleno atendimento aos princípios intrínsecos às Operações Especiais dentre os quais podem ser ressaltados a integração e a seletividade. Estes princípios ficam evidenciados no compartilhamento de informações entre os órgãos de inteligência civis, como a CIA, e as forças armadas

americanas, além da atuação em um alvo prioritário para o Estado Final Desejado¹⁰ da política denominada “Guerra ao Terror”;

b. No nível tático, a Operação Lança de Netuno foi realizada respeitando-se as características das Operações Especiais. Os operadores *SEAL* planejaram e executaram uma ação de alto risco, com baixo grau de visibilidade, com elevado grau de precisão, em que pese a dificuldade de coordenação e apoio em que a missão apresentava; e

c. Na operação, que culminou na eliminação do líder da *Al-Qaeda*, foram levadas em consideração fatores de êxito consagrados em manuais doutrinários de Operações Especiais. Dentre esses, se destacam: a decisão de emprego no mais alto nível, no caso o presidente dos Estados Unidos da América, *Barack Obama*; o acesso aos mais altos níveis de inteligência; ações dirigidas contra alvos de alto valor; apoio de inteligência oportuno, ágil e oportuno; logística adequada, incluindo apoio à infiltração e à exfiltração.

Por fim, no atual teatro operacional, em que o ambiente se apresenta, segundo o antropólogo *James Cascio*, de maneira frágil, ansiosa, não-linear e incompreensível, ganham preponderância a velocidade das informações e a precisão das ações: o oposto repercutiria no fracasso operacional e na ocorrência de danos colaterais irreversíveis. As Forças de Operações Especiais, se empregadas, devem estar integralmente associadas à inteligência, aos moldes da Operação descrita. Assim, a Operação Lança de Netuno é um exemplo do sucesso nessa direção, devendo ser seguido pelos decisores que atuam nesse espectro militar.

Referências:

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.211: Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**. Brasília: COTER, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.212: Operações Especiais**. Brasília: COTER, 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre**. Brasília: EME, 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.107: Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre**. Brasília: EME, 2015.

¹⁰ Condições a serem estabelecidas sobre uma área ou grupo. Seu atingimento indica efetivo cumprimento da missão. De outra forma, é a situação futura que se intenciona alcançar (BRASIL, 2020, p. F-1).

A função de combate inteligência na Operação Lança de Netuno

KHOKHAR, Amna Yousaf. **Operation Neptune Spear**. Strategic Studies, Vol. 31, nº 3, p. 109-123, 2011.

MARIMÓN, Albert Caballé. **T&D HISTÓRIA - Operação 'LANÇA DE NETUNO**. Tecnologia & Defesa, 2020. Disponível em: <https://tecnodefesa.com.br/td-historia-operacao-lanca-de-netuno/>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

A FUNÇÃO LOGÍSTICA MANUTENÇÃO E A OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE*

Mário Victor Vargas Júnior¹
Victor Artur Baldisera²
Mauro Lucio Nunes dos Santos³

1. Introdução

Segundo o manual do Exército Brasileiro - Logística Militar Terrestre, a função de combate Logística pode ser definida como sendo o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados para prover apoio e serviços, de modo a assegurar a liberdade de ação e proporcionar amplitude no alcance e duração das operações militares (BRASIL, 2018a). Suas atividades básicas são: gerar, desdobrar, **sustentar** e reverter os meios necessários à Força Terrestre. Além dessas atividades básicas, a função de combate Logística ainda engloba as áreas funcionais de **apoio de material**, apoio ao pessoal e apoio de saúde (BRASIL, 2018a).

O apoio de material é de responsabilidade da função logística Manutenção, a qual pode ser definida como sendo o conjunto de atividades que são executadas visando manter o material de emprego militar em condições adequadas de utilização durante todo o seu ciclo de vida e, quando houver avarias, restabelecer essa condição (BRASIL, 2018a).

A partir desses conceitos militares e compreendendo que a função logística manutenção influencia diretamente na capacidade operacional do Exército Brasileiro, este artigo visa a estabelecer a relação existente entre a função logística Manutenção e a operacionalidade da Força Terrestre na atualidade.

2. A VBTP-MSR 6X6 Guarani e a capacitação de RH na área de manutenção

Tendo em vista que o contrato celebrado entre o Exército Brasileiro e a empresa *Iveco Latin American Ltda*, elaborado pelo Comando Logístico para a obtenção da VBTP-MSR 6x6 GUARANI, é uma referência de planejamento e concepção contratual, este artigo utilizará o recorte estabelecido pelo Termo de Contrato nº 120/2016, do Comando Logístico, firmado em 22 de novembro de 2016, como *Benchmarking* interno.

* Artigo originalmente publicado em 01 de março de 2023 no site do OMPV.

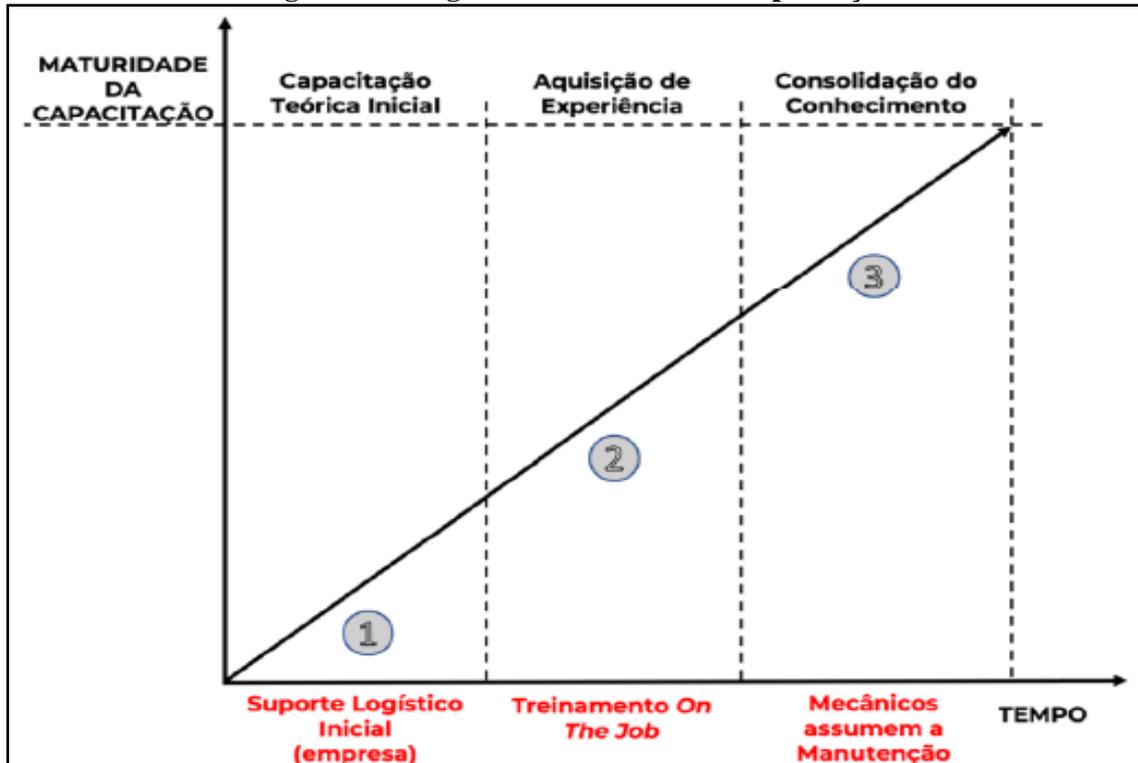
¹ Coronel do Exército Brasileiro.

² Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

³ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

O objeto central desse contrato foi a obtenção de 1.580 unidades da VBTP-MSR 6X6 Guarani e a garantia de que tais veículos estariam cobertos pelo Suporte Logístico Inicial (SLI)⁴. No intuito de otimizar a compreensão acerca do assunto, observa-se a existência de três estágios relevantes para a capacitação de pessoal na área de manutenção, ilustrados pela figura 1.

Figura 1 - Estágios de Maturidade da Capacitação



Fonte: OS AUTORES, 2023.

O primeiro estágio é denominado de suporte logístico inicial, período que coincide com a obtenção, por aquisição ou desenvolvimento, de um Sistema e Material de Emprego Militar (SMEM), circunstância em que ainda não se dispõe de pessoal capacitado à sua manutenção. Nessa fase, a empresa supre todas as demandas de manutenção emergentes, enquanto é iniciado o processo de capacitação.

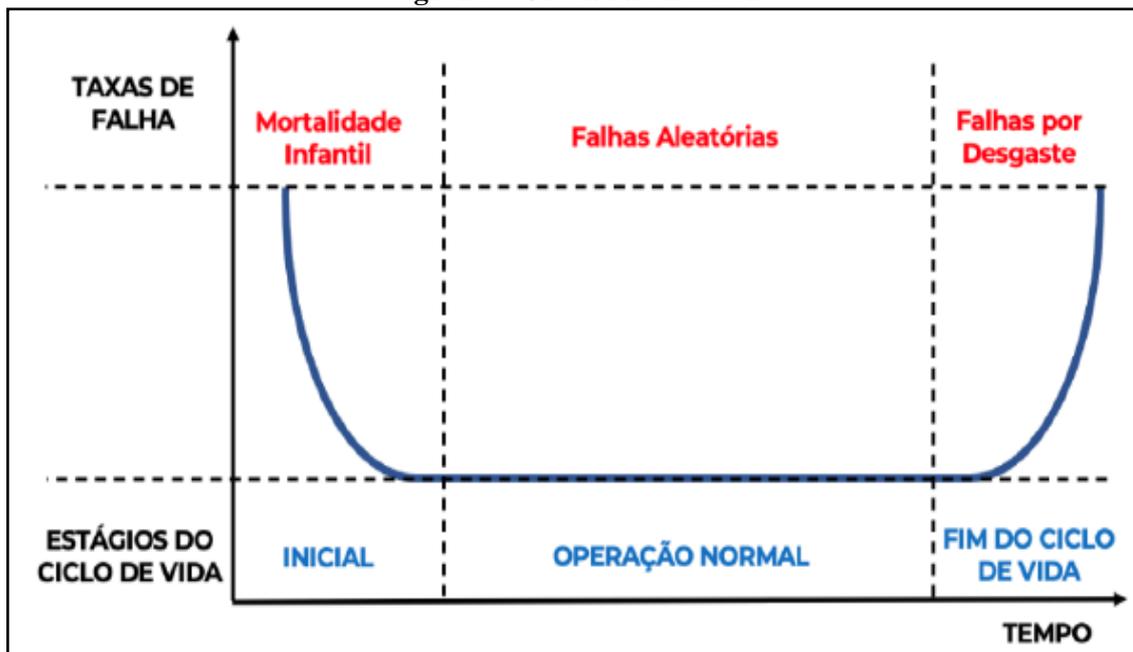
Após o estágio inaugural, há o período em que tem profissionais habilitados para realizar a manutenção do Sistema e Material de Emprego Militar. Entretanto, tais profissionais ainda estão desprovidos de experiência desejável na atividade para permitir o desenvolvimento dos trabalhos com eficiência. Nesse âmbito, é introduzido o treinamento *on the job*, metodologia que permite a aquisição dessa *expertise*, com baixos índices de falhas atitudinais.

⁴ Função gerencial que provê controles de planejamento e funcionamento com o propósito de assegurar que o sistema ou material atinja os requisitos de desempenho, seja desenvolvido a um preço razoável e possa ser suportado durante todo o ciclo de vida (BRASIL, 2018a).

O ciclo de capacitação se encerra no terceiro e último estágio, o qual é caracterizado pela consolidação do conhecimento. Nessa fase, há profissionais habilitados e experientes para atender todas as demandas de manutenção, sendo o conhecimento consolidado fruto da prática diária de atividades de manutenção.

A exemplo do que ocorre com a VBTP-MSR 6x6 Guarani, as falhas incidentes sobre os diversos Sistemas e Materiais de Emprego Militar se comportam de maneira similar. Em geral, acompanham o traçado linear do gráfico que representa as taxas de falha em função do tempo (figura 2), comumente conhecido como “curva da banheira”:

Figura 2 - Curva da Banheira



Fonte: OS AUTORES, 2023.

O desenho inicial representa a fase de “Mortalidade Infantil”, caracterizada pelo surgimento de inúmeras avarias decorrentes de defeitos de instalação, erros de fabricação, inadequação de componentes, imperfeições de projeto, entre outras tantas questões que incidem sobre o veículo no início de seu ciclo de vida. Após um breve período de ajustes, as falhas iniciais tendem a diminuir (BRASIL, 2017a). O traçado linear ulterior representa a fase de “Falhas Aleatórias”, caracterizado por ser um período de grande confiabilidade e durabilidade do material, uma vez que as avarias ocorrem acidentalmente, normalmente decorrente de fatores imponderáveis. Encerrando a abordagem gráfica, aflora a fase denominada de “Falhas por Desgaste”, em que os sistemas e seus componentes sofrem avarias em virtude do uso prolongado, caracterizando o fim da vida útil do equipamento (BRASIL, 2017a).

A função logística manutenção e a operacionalidade da força terrestre

O aludido instrumento contratual proporcionou suporte às Organizações Militares do Exército Brasileiro que são dotadas da VBTP-MSR 6x6 Guarani, em um período crucial do ciclo de vida do Sistema e Material de Emprego Militar, caracterizado pela elevada incidência de falhas, momento em que inexistiam militares capacitados, ferramental adequado e as peças de reposição necessárias para a manutenção de um veículo blindado de alto valor agregado.

“... coberturas adicionais de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva das Viaturas Guarani, incluindo mão-de-obra e suprimentos de manutenção, inclusive itens de consumo e desgaste (óleos, lubrificantes e baterias) decorrente do uso normal, para as Organizações Militares da EB/CONTRATANTE, detentoras deste material, garantindo a disponibilidade mínima acordada entre as partes” (BRASIL, 2016, p. 1 do Anexo E).

Evidencia-se, ainda, que entre as condições impostas à empresa contratada, encontram-se a capacitação de recursos humanos para a operação e a manutenção do Sistema e Material de Emprego Militar, em 1º, 2º e 3º Escalões de Manutenção⁵ e a homologação do Centro de Instrução de Blindados para capacitar quadros com o propósito de assumir a atividade de manutenção do veículo.

“3.2. Capacitar tecnicamente, mediante o emprego de instrutores e técnicos de seus quadros, para **peçoal [sic] designado** pela EB/CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, **a partir do recebimento da primeira unidade da Viatura Guarani.**

3.2.1. Tal atividade deverá desenvolver-se por meio da realização de **cursos anuais de operação e manutenção**. Quanto a este último, o conteúdo deverá abranger os 1º, 2º e 3º escalões de manutenção.

3.3. Homologar o Centro de Instrução de Blindados a capacitar seus instruendos, nas atividades descritas na Cláusula 3.2” (BRASIL, 2016, p.1, Anexo E - grifo nosso).

Complementarmente, a vigência contratual estabelecida para o SLI foi de três anos contados a partir do recebimento definitivo do Sistema e Material de Emprego Militar (mil e duzentas horas de funcionamento ou 22.500 km rodados), o que ocorresse primeiro.

Constam ainda do instrumento contratual, o fornecimento de pacotes de literatura técnica direcionada à operação, manutenção e à catalogação de peças de reposição e de suprimentos, para todas as Organizações Militares detentoras da VBTP-MSR 6x6 Guarani e para as Organizações Militares logísticas encarregadas de sua manutenção.

A educação capacita, mas a prática consolida o conhecimento de forma inextinguível. Dessarte, após a fase inicial de capacitação, segue-se um período de

⁵ Escalão de Manutenção é o grau ou amplitude de trabalho requerido nas atividades de manutenção, em função da complexidade do serviço a ser executado (BRASIL, 2017a).

treinamento na modalidade *on the job training*⁶, metodologia que possibilitou pôr em prática todo o arcabouço teórico recebido, no próprio ambiente de trabalho.

Sendo assim, ao passo em que se executa o treinamento de militares previamente capacitados, ocorre a prestação da assistência técnica contratada, por técnicos da *Iveco*:

“5.2 As manutenções de 1º e 2º escalões serão realizadas:

5.2.1. **No primeiro ano** de vigência do SLI: **por técnicos da CONTRATADA, acompanhados pelos militares capacitados**, nas OM detentoras das viaturas, sob supervisão da IVECO/CONTRATADA.

5.2.2. **No segundo e terceiro anos** de vigência do SLI: pelos militares capacitados, nas OM detentoras das viaturas, sob supervisão da IVECO/CONTRATADA” (BRASIL, 2016, p. 2, Anexo “E” - grifo nosso).

Dessa forma, chega-se a conclusão de que o conjunto de preceitos e ideias contidas no Termo de Contrato nº 120/2016-COLOG/DMat é portador de numerosos ensinamentos para futuros processos de obtenção de Sistema e Material de Emprego Militar, particularmente, para a capacitação de recursos humanos na área de manutenção. Concita-se aos planejadores e assessores de alto nível sua observância e aprimoramento contínuo.

3. A logística de manutenção de blindados: uma proposta de giro técnico de Mnt

A manutenção dos meios blindados do Exército Brasileiro não é tarefa simples, haja vista a gama de blindados empregados pela instituição (blindados nacionais e importados, com características e emprego diferentes). Como exemplo, pode-se citar os carros de combate da “família *Leopard*” - fabricado na Alemanha e os carros de combate da “família *Mike*” - de fabricação norte-americana. Cada “família” de blindados tem as suas peculiaridades, quer seja de manutenção, quer seja de suprimento, características que criam dificuldades na logística, em especial de manutenção.

A diversidade dos blindados utilizados pelo Exército Brasileiro dificulta a logística de manutenção desses meios, desde a aquisição de suprimento até a aplicabilidade deles, uma vez que as características diferentes, trazem consigo também a necessidade de conhecimentos distintos. Um militar com capacidade para executar a manutenção em determinado blindado, não necessariamente possui capacidade para manter outro blindado, em virtude de suas especificidades (BRASIL, 2022).

⁶ O treinamento *on the job* é aquele fornecido pela empresa aos funcionários dentro do ambiente de trabalho. Com a supervisão de um membro mais experiente, os demais funcionários são instruídos (SANDER, 2019).

Uma das diversas atividades de manutenção a serem realizadas é o chamado giro técnico. O giro técnico compreende um conjunto de atividades periódicas a serem executadas pelas guarnições das Viaturas Blindadas de Combate (VBC) e pelas guarnições das Viaturas Blindadas Especializadas (VBE), que visam verificar as condições de utilização de todos os sistemas das viaturas, bem como buscam detectar possíveis ou eventuais falhas de funcionamento nas mesmas. Estas atividades representam, também, uma excelente oportunidade para reforçar a coesão e o adestramento das guarnições, além de servir como prática dos conhecimentos teóricos obtidos nos treinamentos, cursos e estágios.

A padronização é um meio para melhorar, tanto a execução, quanto o gerenciamento das atividades de manutenção. Nesse contexto, a execução da manutenção deve ser entendida como o trabalho operacional realizado nas oficinas, enquanto o gerenciamento consiste no conjunto de tarefas administrativas de planejamento da manutenção, dimensionamento do estoque, análise do registro de falhas e dos resultados reais das inspeções, recuperações e substituições, elaboração e revisão de orçamentos e planos de manutenção, dentre outras tarefas.

Nesse escopo, o manual do Exército Brasileiro: Manual de Ensino de Gerenciamento da Manutenção, traz a seguinte assertiva:

“5.5.1 Muitas pessoas têm dúvidas sobre como promover, na prática, a padronização da manutenção em suas organizações. Uma das dúvidas mais comuns é sobre como iniciar a padronização: "precisamos elaborar padrões para todas as ações da manutenção? Isto vai levar anos!". Como regra, a padronização deve ser iniciada pelas tarefas mais repetitivas e que estão mais sujeitas a erro. Por isso, é recomendável começar a padronização pelas atividades de inspeção.

5.5.2 Além de ocorrerem com maior frequência, as inspeções são a base das atividades de manutenção e permitem ajustar as periodicidades de recuperação e substituição dos diversos componentes e peças do equipamento. As inspeções são atividades relativamente simples e que visam à detecção de sinais de falhas com a maior antecedência possível. Iniciando a padronização pelas inspeções, também é possível treinar os operadores da produção para que executem as atividades de manutenção autônoma, tais como: limpeza, inspeções visuais e lubrificação” (BRASIL, 2017b, p. 5-10).

No contexto das atividades de manutenção, as inspeções são as que possuem certo grau de padronização, com parâmetros previamente definidos na doutrina militar brasileira. As inspeções são importantes para o acompanhamento do material, visando a qualidade da manutenção realizada e buscando oportunidades de melhoria.

O giro técnico de manutenção é a atividade relacionada às inspeções técnicas que ganha importância à medida que o material não é utilizado. Os blindados são viaturas que geralmente passam longos períodos sem serem utilizados, quer seja pela necessidade de haver local apropriado para trafegar, quer seja pelo elevado consumo de combustível, sendo utilizados, de forma geral, somente nas operações e atividades de campanha. Com isso, o giro técnico de manutenção, seja ele o estático ou dinâmico, é muito importante para os blindados, pois garante a sua operacionalidade.

O giro técnico compreende duas modalidades: o giro estático (realizado com a viatura imobilizada) e o giro dinâmico (realizado com deslocamento da viatura). Para a execução destas atividades deverão ser seguidas rigorosamente as prescrições contidas nos manuais específicos de cada viatura, sejam eles de chassi (Descrição, Operação e Conservação) ou torre e armamento (Descrição, Operação e Conservação).

Para a execução do giro técnico dinâmico, é interessante que o deslocamento da viatura não exceda 1 (um) quilômetro por giro, recomendando-se, como dado médio, que a metade do percurso seja realizado em marcha a frente e a outra metade em marcha a ré. Esse procedimento visa garantir que a viatura seja testada, à frente e à ré, com segurança dos sistemas do blindado⁷. Caso o percurso do giro técnico dinâmico seja realizado através campo, ao final do mesmo, é interessante que se realize a lavagem da viatura, utilizando-se os meios existentes na Organização Militar, podendo valer-se do PALL (Posto de abastecimento, lubrificação e lavagem), rampa de lavagem, lava-jato ou baia tanque para esse fim⁸.

Em testes realizados pelo Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar em 2020 e 2021, verificou-se que os tempos médios estimados para a realização dos giros estático e dinâmico em uma viatura blindada *Leopard 1 A5BR*, foram os seguintes⁹:

- Giro Técnico Estático: de 1 hora e 30 minutos a 2 horas e 15 minutos; e
- Giro Técnico Dinâmico: de 2 horas e 30 minutos a 3 horas e 15 minutos.

Cabe destacar que o giro técnico somente poderá ser realizado por guarnições constituídas, validadas e certificadas. As movimentações das viaturas blindadas durante o giro dinâmico deverão ocorrer obedecendo todas as medidas de segurança previstas e

⁷ Notícia fornecida pelo Tenente-Coronel Ricardo Teixeira Poitevin, Chefe do Centro de Operações de Suprimento e Manutenção (COSM), do PqRMnt/3, em conversa informal com o autor.

⁸ Informação recebida pelo autor, via e-mail, em contato com o Major Maurício Wallau Vielmo, Chefe do Centro de Operações de Apoio Logístico (COAL), do 4º Batalhão Logístico.

⁹ Documentação recebida por intermédio do Major Victor Thiago Andrade de Lourenço, Adjunto do Centro de Operações de Suprimento e Manutenção (COSM), do PqRMnt/3, em contato informal do autor.

observando os níveis de operacionalidade doutrinários. Ainda, durante a realização dos percursos relativos ao giro dinâmico, é de bom grado que as viaturas que possuem canhão estejam com o tubo deste liberado do dispositivo de ancoragem, tudo em acordo com o previsto em manual e visando garantir o funcionamento e segurança adequados, tanto para a viatura, quanto para o pessoal envolvido na atividade¹⁰.

4. A relação entre função Log manutenção e a projeção de poder da Força Terrestre

A Portaria nº 1.985, de 10 de dezembro de 2019, do Comandante do Exército, define que a projeção da Força Terrestre deve apoiar a inserção internacional do Brasil (BRASIL, 2019b). Essa projeção de poder, prevista como uma estratégia de emprego das Forças Armadas deve se desenvolver da seguinte forma:

“... por meio da participação militar além-fronteiras, em situações que possibilitem o respeito internacional ao país, por iniciativa própria ou atendendo às solicitações provenientes de acordos externos, visando a dissuadir potenciais agressores e a apoiar os interesses nacionais relacionados com a manutenção da paz internacional” (BRASIL, 2019a, p. 5-2).

Sendo também entendida como projeção de força, essa estratégia implica na criação de uma Força Expedicionária sustentável, para **durar na ação por um período prolongado** (BRASIL, 2019a). O exemplo mais assertivo de projeção de força realizado pelo Exército Brasileiro são as operações de paz com participação de tropa.

“A participação brasileira em missões de paz teve início em 1947, quando observadores militares brasileiros foram enviados à Península Grega, no Sudeste da Europa, a fim de participar da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs - UNSCOB. **A primeira operação de paz brasileira ocorreu em 1957, com o envio do Batalhão Suez para o Oriente Médio**, para compor as Forças de Emergência das Nações Unidas - UNEF-1” (BRASIL, 2017a, p. 1-2, grifo nosso).

Após isso, o Brasil empregou tropas e/ou meios militares também no “Congo (ONUC), República Dominicana (FIP/OEA), Angola (UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET), Haiti (MINUSTAH) e, mais recentemente, no Líbano (UNIFIL)” (BRASIL, 2020a). Essa participação possibilitou às tropas participantes a **oportunidade de aprimorar os seus sistemas operacionais e logísticos** (BRASIL, 2020a - grifo nosso). Considerando os cenários futuros e destacando

¹⁰ Documentação recebida por intermédio do Tenente-Coronel Ricardo Teixeira Poitevin, Chefe do Centro de Operações de Suprimento e Manutenção (COSM) do PqRMnt/3, em contato informal do autor.

a importância dessa capacidade para a Força Terrestre, a Política Nacional de Defesa (PND) estabelece que:

“A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional” (BRASIL, 2020b, p. 17).

Nesse mesmo contexto, a Estratégia Nacional de Defesa (END) enfatiza que o Brasil deve estar preparado para atender às possíveis demandas de participação em operações de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas ou de organismos multilaterais; sendo capaz de desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz, de acordo com os interesses nacionais (BRASIL, 2020a). Assim sendo, o Exército Brasileiro:

“... deverá ter a capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força Expedicionária, quer para operações de paz, de ajuda humanitária ou demais operações, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior” (BRASIL, 2020a, p. 54).

E, quando do retorno dessa Força Expedicionária, a última etapa do processo de sua desmobilização/reversão será a **manutenção** e redistribuição/estocagem do matéria (BRASIL, 2018b). Assim sendo, nota-se a importância da função logística Manutenção para que a Força Terrestre possa exercer sua projeção de poder, seja para contar com Sistema e Material de Emprego Militar em condições de serem empregados, para garantir que durem na ação, seja para que esse ativo volte a ser utilizado após seu emprego nas missões supracitadas.

5. Conclusão

Conforme verificado anteriormente, a atividade de manutenção é caracterizada por sua transversalidade. Detém presença marcante em todo o ciclo de vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar. Inicia suas ações durante seu processo de obtenção, antevendo a metodologia de capacitação de recursos humanos e a envergadura logística mais adequadas às futuras demandas de manutenção. Além disso, convém mencionar que a manutenção proporciona sustentação logística durante o emprego dos meios terrestres,

A função logística manutenção e a operacionalidade da força terrestre

garantindo poder de combate à Força Terrestre (F Ter), a fim de contribuir com a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Por meio da disponibilização dos sistemas e materiais de emprego militar, perfeitamente mantidos, coopera para a obtenção do permanente estado de prontidão da Força Terrestre, necessário à salvaguarda dos interesses nacionais de desenvolvimento nacional e bem-estar social.

Referências:

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Logístico. **Contrato nº 120/2016COLOG/DMat. - Dispõe sobre a aquisição de Viatura Blindada Guarani.** Brasília: Exército Brasileiro, 2016.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Logístico. **EB60-ME-22 - Gerenciamento da Manutenção.** Brasília: Exército Brasileiro, 2017a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **ME 21-253 - Manual Escolar Formatação de Trabalhos Científicos.** Rio de Janeiro: ECEME, 2017b.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.219 - Operações de Paz.** Brasília: Exército Brasileiro, 2017c.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.238 - Logística Militar Terrestre.** Brasília: Exército Brasileiro, 2018a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Logístico. **EB40-CI-10.550 - Reversão em Operações de Paz.** Brasília: Exército Brasileiro, 2018b.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre.** Brasília: Exército Brasileiro, 2019a.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1.985, do Cmt Ex, de 10 de dezembro de 2019. Aprova a Missão do Exército, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército.** Brasília: Exército Brasileiro, 2019b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa;** Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília: Ministério da Defesa, 2020c.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-12.317 - Batalhão Logístico.** Brasília: Exército Brasileiro, 2022.

SANDER, C. **O que é o treinamento *on the job* e como usá-lo na sua empresa.** CAE, 2019. Disponível em: <https://caetreinamentos.com.br/blog/treinamento/oque-e-treinamento-on-the-job/>. Acesso em: 31 de julho de 2022.

O PREPARO E O EMPREGO DO VETOR MILITAR EM AÇÕES DE RESPOSTA AOS DESASTRES NATURAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES*

*Ion de Castro Lima Fernandes¹
Mário Augusto de Moraes Silva²*

Introdução

O preparo da tropa abarca o adestramento das tropas e as atividades de padronização de táticas, técnicas e procedimentos. O emprego da tropa, por sua vez, envolve as ações práticas desenvolvidas quando ocorrem diversas situações, incluindo as de catástrofes. Portanto, o preparo orienta o emprego e permite a atuação eficaz do vetor militar em resposta às catástrofes decorrentes de fenômenos naturais.

A ocorrência de desastres naturais engloba os eventos atmosféricos, hidrológicos ou geotérmicos, como os furacões, os tsunamis, as erupções vulcânicas, dentre outros. Cerca de 45% das mortes ocorridas nos últimos 50 anos decorreram de desastres naturais, sendo que as catástrofes hidrológicas se encontram entre os desastres mais mortais do planeta.

O emprego do vetor militar nas situações de catástrofes naturais no Brasil e no mundo, possui grandes possibilidades de atuação. A Força Terrestre (braço forte do Exército Brasileiro), em cumprimento às suas atribuições legais, pode ser empregada em operações de coordenação e cooperação com agências, como a defesa civil, na fase de resposta aos desastres naturais de grandes proporções. Nos momentos em que as capacidades civis são ultrapassadas, o Exército Brasileiro tem atuado no cenário de operações interagências (ARAÚJO, 2013).

Ou seja, fica claro que o preparo da tropa é a base para o emprego adequado nas operações de cooperação e coordenação com agências. Ou seja, as instruções ministradas para os militares se reveste de grande importância e viabiliza o permanente estado de prontidão para as ações de resposta aos desastres naturais no território nacional. Em vista desta realidade, este artigo tem por objetivo realizar breves considerações sobre o preparo e o emprego do vetor militar em situações de catástrofes naturais.

* Artigo originalmente publicado em 19 de abril de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

A importância do preparo

Nos desastres naturais, tem-se observado que as demandas em apoio são muito maiores do que a capacidade efetiva de apoiar, pelo que cresce de importância uma adequada preparação para saber quais missões devem ser apoiadas e em quais prioridades. Nesses tipos de missões, tem-se notado que o foco do emprego dos militares reside em duas grandes vertentes de atividades: 1) a retirada da população, incluindo os seus bens materiais das áreas de risco para os abrigos temporários; e 2) as tarefas referentes aos donativos (transporte, confecção de cestas básicas, armazenamento e distribuição) (BRASIL, 2011).

Como o Brasil é um país que costumeiramente sofre com catástrofes naturais, predominantemente as de cunho hidrológico, a sociedade brasileira tem envidado esforços no sentido de se preparar melhor para o enfrentamento às catástrofes naturais. Dessa forma, o Brasil, por meio do Ministério da Defesa, realizou a quarta edição do Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil. O evento ocorreu entre os dias 22 e 26 de novembro de 2021 e contou com mais de 100 participantes entre militares das Forças Armadas, Forças Auxiliares e integrantes de 28 agências, municipais, estaduais e federais. O exercício conjunto trabalhou a agilidade e assertividade das respostas frente a desastres, com a integração entre todas as instituições, objetivando fomentar o preparo constante dos agentes para salvar vidas e minimizar perdas (BRASIL, 2021).

Além do adestramento de tropas e agências, estudos realizados em outros países do entorno estratégico do Brasil demonstram que é comum os militares realizarem cursos nas áreas relacionadas à gestão de riscos de desastres naturais. Essas capacitações são realizadas com o aproveitamento de estruturas educacionais já existentes na organização de defesa civil daqueles países, permitindo a padronização de procedimentos para o emprego mais assertivo e eficaz da tropa quando da ocorrência de um desastre (EQUADOR, 2022b).

Na Venezuela, a Universidade Nacional Experimental Politécnica das Forças Armadas (UNEFA) oferece o curso para a carreira de administração de desastres. Essa formação, por vezes realizada pelos militares e custeada pelas Forças Armadas, é uma licenciatura que tem o objetivo de formar pessoas aptas a planejar e administrar atividades antes e depois da ocorrência de uma catástrofe (UNEFA, 2022).

Os Exércitos da Argentina e do Equador, por exemplo, padronizam os procedimentos operativos junto com as agências da defesa civil, ampliando a integração entre esses órgãos e o vetor militar. Essa combinação é feita no adestramento e tem

permitido que o princípio da complementariedade seja aplicado, aumentando a efetividade das ações no contexto interorganizacional (ARGENTINA, 2017; BRASIL, 2013; EQUADOR, 2022a).

No Brasil, nota-se que a defesa civil tem oferecido cursos de capacitação que estão hospedados no site da Escola Virtual do Governo. Nesse sentido, o plano de capacitação continuada em proteção e defesa civil permite que agentes interajam entre si e com a sociedade. Essa maior integração aumenta o cabedal de conhecimento sobre as agências envolvidas nas ações de respostas aos desastres naturais, particularmente, por meio da realização de cursos dos 2 (dois) grandes temas: capacitação básica em proteção e defesa civil; e planos de contingência (BRASIL, 2022).

Em vista do que foi apresentado, resta claro que as catástrofes naturais têm se tornado um desafio cada vez mais comum para o Brasil e para os países do entorno regional. A securitização do tema na América do Sul descortina dois aspectos importantes: 1) a fragilidade de algumas instituições destinadas exclusivamente para isso e; 2) a confiabilidade nas Forças Armadas para exercerem missões distintas das quais estão sendo destinadas.

O amparo jurídico e doutrinário no Brasil

A Lei Complementar Nr 97, de 09 de junho de 1999, estabelece que cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República. Em vista dessa realidade, verifica-se que a presença e a capilaridade das Forças Armadas, conjugadas com suas capacidades, com possibilidade de uso dual (guerra e não guerra), facilitam seu emprego em ações subsidiárias em qualquer parte do território nacional, complementando as outras expressões do Poder Nacional. Para Mariath et al. (2018), tais atribuições subsidiárias deverão ser realizadas em ambiente interagências, em operações conjuntas ou por uma força singular, a fim de atingirem seus objetivos de forma plena.

Tal entendimento também é seguido pelo Exército Brasileiro, que define as operações de cooperação e coordenação com agências (OCCA) como sendo as operações executadas por elementos da Força Terrestre em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências (BRASIL, 2019).

Para o Exército Brasileiro, cooperar com a defesa civil significa atuar de forma integrada com os órgãos do sistema de proteção e defesa civil (SINPDEC) com ações

estruturadas de resposta à ocorrência de desastre natural ou antrópico, a fim de contribuir com o socorro às situações de emergência e de estado de calamidade pública, atenuando os efeitos destes, ajudando na preservação da vida humana e do bem-estar da população atingida e cooperando com o restabelecimento da normalidade social (BRASIL, 2014).

Conclusão

Conforme verificado na quarta edição do exercício conjunto de apoio à Defesa Civil, observa-se que o Exército Brasileiro está evoluindo no tocante ao adestramento da tropa para missões voltadas ao apoio em desastres naturais. Entretanto, ainda existe a carência de normatizar as instruções específicas sobre as tarefas desenvolvidas no cenário de desastres naturais. Nesse sentido, a elaboração de Programas Padrão para regular as instruções de adestramento da tropa pode potencializar a efetividade e a eficiência do vetor militar para atuar nas ações de respostas aos desastres naturais.

Sedimentado nas melhores práticas da Venezuela e do Equador, é recomendável a realização da capacitação da tropa em sistema de parceria com o Governo Federal. No caso brasileiro, esses cursos são gerenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e estão hospedados no site da Escola Virtual do Governo Federal, facilitando a integração entre agentes e agências na medida em que amplia o conhecimento cognitivo entre as organizações.

A respeito do emprego, conclui-se que o Exército Brasileiro se demonstra apto a cumprir missões de, além de realizar operações básicas ofensivas e defensivas, também possui capacidades para o cumprimento de operações de cooperação e coordenação com agências.

Assim sendo, infere-se que o emprego do Exército Brasileiro, em todo o território nacional tem sido eficiente. Tal fato decorre principalmente da presença de algumas de suas Organizações Militares em diferentes estados da federação, além da articulação adequada à presença territorial, obtendo capacidade de pronta resposta em caso de necessidade de emprego imediato.

Referências:

ARAÚJO, Alexandre dos Passos de. **A coordenação colaborativa dos esforços das Forças Armadas com outras organizações nos casos de desastre natural**. Tese de Doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2013. Rio de Janeiro: ECEME, 2013.

ARGENTINA. **Ejercicio conjunto Respuesta Inmediata XIII**. Portal Oficial de Noticias de la Armada Argentina, 2017. Disponível em: <https://gacetamarinera.com.ar/ejercicio-conjunto-respuesta-inmediata-xiii/>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. 1ª Divisão de Exército. **Relatório de emprego da tropa federal na Operação Serrana**. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 2011.

BRASIL. Estado-Maior do Exército: **EB20-MC-10.201: Operações em Ambiente Interagências**. Brasília: Exército Brasileiro, 2013.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. **EB20 - MF - 10.101: Exército Brasileiro**. Brasília: Exército Brasileiro, 2014.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre - EB20 - MF - 10.102: Doutrina Militar Terrestre**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Noticiário do Exército: **Exercício conjunto simula apoio à Defesa Civil em caso de desastres de grandes proporções**. Noticiário do Exército, 2021. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/14643456. Acesso em: 6 de Maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Capacitações**. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/capacitacoes>. Acesso em: 23 de abril de 2022.

EQUADOR. Sitio Oficial del Gobierno del Ecuador: **SGR capacita en Sistema de Comando de Incidentes y de Evaluación Inicial de Necesidades**. Equador, 2022a. Disponível em: <http://www.gestionderiesgos.gob.ec/sgr-capacita-en-sistema-de-comando-deincidentes-y-de-evaluacion-inicial-de-necesidades/>. Acesso em: 6 de agosto de 2022.

EQUADOR. Sitio Oficial del Gobierno del Ecuador: **SGR capacitó en gestión de riesgos a 85 militares del Ejército**. Equador, 2022b. Disponível em: <http://www.gestionderiesgos.gob.ec/sgr-capacito-en-gestion-de-riesgos-a-85-militares-del-ejercito/>. Acesso em: 6 de julho de 2022.

MARIATH, Leonardo et al. **As atribuições subsidiárias do Exército Brasileiro**. PADECEME, n° 55, 2018.

UNEFA **Administración de Desastres**. UNEFA, 2022. Disponível em: <http://www.uneфа.edu.ve/portal/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

O USO DA DEFESA ANTIAÉREA COMO MEIO DE DISSUAÇÃO À SUPERIORIDADE AÉREA Oponente*

Felipe de Castro Faustino¹

Introdução

O primeiro relato do emprego de armas utilizadas contra aeronaves data de 1870, durante a Guerra Franco-Prussiana, quando a então empresa alemã *Krupp AG*, antecessora da atual *ThyssenKrupp AG* desenvolveu o “*ballonkanone*”, um canhão de 32 mm para abater os balões que tentavam reabastecer as tropas francesas sitiadas em Paris, sendo esta reconhecida como a primeira arma antiaérea da história, como relata Thiago Vinholes (2016).

Desde então, em meados de 1914, no decorrer da Primeira Guerra Mundial, quando as aeronaves passaram a ser empregadas no campo de batalha devido a seu valor estratégico, notou-se a necessidade de uma contramedida eficaz, diante da nova ameaça que vinha do céu, de modo que essa contramedida dissuadisse a investida de aeronaves inimigas.

Para o general italiano e teórico do poder aéreo *Giulio Douhet*, quem dominasse o céu dominaria o mundo. Essa teoria se mostra válida quando observamos os principais conflitos militares decorridos durante a segunda metade do século XX e início do século XXI. O país que alcança a supremacia aérea tem a capacidade de ditar os rumos do conflito. Howard (1996) afirmou que para exercer o poder aéreo em sua plenitude, era necessário que as capacidades inimigas de interferir fossem destruídas, assim, o poder aéreo atacante alcançaria a supremacia aérea no espaço aéreo inimigo. Desse modo, as forças de defesa não teriam como se opor ao poder aéreo atacante. Como afirma Schramm (2019), antes de o poder aéreo ou naval poder efetivamente ser usado contra o inimigo, ele terá de enfrentar o seu concorrente.

Um poder aéreo atacante, ao invadir o espaço aéreo inimigo não é confrontado apenas por outro poder aéreo, pelo contrário, ele se expõe e pode ser repellido ou neutralizado por baterias antiaéreas. A mera desconfiança da presença de artilharia antiaérea pode ser algo tão perigoso para o invasor quanto o próprio poder aéreo adversário. Nos conflitos contemporâneos, as defesas antiaéreas representam uma ameaça

* Artigo originalmente publicado em 26 de abril de 2023 no site do OMPV.

¹ 3º Sargento da Marinha do Brasil.

significativa a qualquer força aérea atacante que esteja sobrevoando o território adversário.

Diferentemente dos aviões e helicópteros, em que pode haver a previsibilidade de seu ponto de partida (aeroportos, heliportos e porta-aviões) para confrontar o invasor, a artilharia antiaérea na maioria dos casos é móvel, podendo ser posicionada furtivamente em qualquer ponto do terreno, aproveitando das características do ambiente como camuflagem ou uma proteção natural contra investidas do inimigo. Essa mobilidade característica da artilharia antiaérea torna sua aplicabilidade no campo de batalha muito versátil.

Independentemente de suas capacidades numéricas ou tecnológicas, uma força aérea jamais deve negligenciar uma ameaça antiaérea, que se for bem empregada pode causar severos danos em qualquer poder aéreo atacante e interferir significativamente no desenrolar de um conflito. Um exemplo disso foi o elevado número de aeronaves abatidas da então Força Aérea Soviética, durante a Guerra Afegão-Soviética de 1979, quando os *mujahedins* utilizaram artilharia antiaérea de curto alcance, como os mísseis portáteis *stingers*, para abater as aeronaves soviéticas que faziam passagens a baixas altitudes e negligenciavam as capacidades de contramedidas por parte dos rebeldes.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o líder alemão *Adolf Hitler* também tinha consciência do quão preocupante era a ameaça antiaérea britânica para a *luftwaffe*. O caso mais emblemático dessa preocupação transcorreu durante o planejamento da Operação *Leão Marinho*, que tinha como objetivo a destruição da capacidade aérea britânica, ocasião em que *Adolf Hitler* também determinou a destruição das indústrias que produziam equipamentos e artefatos de defesas antiaéreas (OLIVEIRA, 2015).

No decorrer da história contemporânea, mais precisamente nas guerras ocorridas na segunda metade do século XX, percebe-se que os principais atores envolvidos nos conflitos, na maioria dos casos, prezaram por eliminar primeiramente as ameaças ao poder aéreo atacante. Nas invasões ao Afeganistão, Iraque e Kosovo, esses países sofreram pesados ataques aéreos da força aérea norte-americana, que tinha como objetivo, destruir as já debilitadas forças aéreas e defesas antiaéreas afegãs, iraquianas e kosovares, de modo a minimizar os riscos de uma contraposição às forças atacantes.

A Doutrina Brasileira de Defesa Antiaérea

No Brasil, a atribuição de defesa aeroespacial é combinada com os três ramos das Forças Armadas, porém a competência precípua é da Força Aérea Brasileira que atua por

meio do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), órgão diretamente subordinado ao Comando de Operações Espaciais, que é um comando operacional conjunto, e em tempos de paz é subordinado ao Comando da Aeronáutica, e em caso de conflito, fica subordinado ao Comando Supremo (BRASIL, 2020). Esse sistema conjunto é de suma importância na integração e no compartilhamento de informações entre os três ramos das Forças Armadas para a defesa da soberania no espaço aéreo nacional.

As defesas antiaéreas são compostas por unidades operacionais, que dispõe de equipamentos de contramedidas em caso de hostilidades ou ameaças aéreas ao território defendido. Essas unidades são amplamente empregadas diante de ameaças aéreas como: aviões, helicópteros, drones e mísseis, que vez ou outra realizam atos hostis contra a soberania do território nacional (BRASIL, 2017a), conforme consta no manual de Defesa Antiaérea do Exército Brasileiro:

“A Artilharia Antiaérea participa ativamente da obtenção e da manutenção da Superioridade Aérea, por meio da Defesa Antiaérea desses objetivos, anulando ou reduzindo o ataque do inimigo aéreo, em conjunto com as aeronaves que realizam as missões de interceptação” (BRASIL, 2017a, p 14).

Como ensina o manual de doutrina antiaérea da Força Aérea Brasileira, as defesas antiaéreas têm por atribuição realizar a tarefa básica prevista com o propósito de dominar o espaço aéreo e o espacial de interesse e de impedir que o inimigo faça o mesmo (BRASIL, 2017b). A doutrina de defesa antiaérea também é fundamentada na Estratégia Nacional de Defesa (END), que define claramente os objetivos de uma defesa antiaérea. Na END, a missão da defesa antiaérea brasileira é dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional (BRASIL, 2020).

A doutrina brasileira de defesa antiaérea adota um conceito de defesa antiaérea de responsabilidade conjunta, com os três ramos das Forças Armadas, cada uma delas atuando de modo coordenado e combinando técnicas de combate no teatro de operações. Todo esse esboço que compõe a defesa do espaço aéreo brasileiro fica subordinado diretamente a um comando militar centralizado em tempos de guerra. A atuação conjunta das Forças Armadas maximiza a capacidade de combater um oponente de modo eficaz, e reduz os riscos de sofrer fogo amigo, evitando também a interferência mútua (BRASIL, 2020).

As defesas antiaéreas são de modo geral compostas em três diferentes níveis de defesa: curto, médio e longo alcance, cada um com um nível estratégico, cujo objetivo é

neutralizar potenciais ameaças aéreas que estejam a uma determinada distância. Cada um dos níveis de defesa é acionado conforme o tipo, tempo e a distância a qual a ameaça antiaérea for identificada. Desse modo, a contramedida mais adequada é acionada para interceptar a ameaça, permanecendo as demais camadas de defesa antiaérea em determinados níveis de prontidão, e caso seja necessário o emprego das demais camadas, essas podem ser acionadas em pouco tempo.

Dissuasão Antiaérea

As armas antiaéreas também são constantemente empregadas como meios de dissuasão a possíveis investidas de um oponente com capacidades aéreas ofensivas superiores e quando o poder aéreo defensor não possui a capacidade necessária para manter a superioridade aérea dentro de seu espaço aéreo, as defesas antiaéreas são essenciais para complementar parte dessa lacuna. Os dois principais exemplos nesse contexto são o Irã e a Coreia do Norte, ambos têm sido alvos de pesadas sanções econômicas e diplomáticas, o que tem acarretado dificuldades aos países citados em adquirir equipamentos mais modernos e peças de reposição para seus equipamentos militares.

Contudo, tanto o Irã quanto a Coreia do Norte, ao longo dos anos, desenvolveram capacidades defensivas e dissuasórias consideráveis, principalmente mísseis avançados antiaéreos e anti navios. As capacidades de mísseis do Irã são a peça-chave de suas proezas militares, dada a relativa falta de poder aéreo em comparação com rivais como Israel e Arábia Saudita (BBC, 2020). O Irã opera aviões claramente obsoletos em relação a seus principais adversários da região (Israel e Arábia Saudita), porém, a sua capacidade de repelir uma possível ameaça aérea por meio de sua força de mísseis, composto por vetores de diferentes modelos e alcance, tem sido essencial na capacidade dissuasória iraniana.

Assim como o Irã, a Coreia do Norte também possui uma força aérea bastante obsoleta e incapaz de manter a superioridade aérea dentro do seu próprio território, mas sua força de artilharia, tanto a convencional, quanto a antiaérea, possuem numerosas peças de artilharia capaz de causar danos significativos a qualquer força invasora. Essa dissuasão adotada por esses países tem evitado quaisquer investidas por parte de seus adversários, mesmo eles possuindo um poder aéreo superior, e por vezes uma superioridade tecnológica.

“Para compensar sua inferioridade em matéria aérea (frente a adversários como Israel e Arábia Saudita, por exemplo), o Irã cultivou um notável programa de mísseis que o situa na primeira fila na região nesse campo. Apesar das sanções norte-americanas, nas últimas três décadas Teerã conseguiu desenvolver sua própria tecnologia militar” (FALAH, 2020).

Esses países (Irã e Coreia do Norte) foram capazes de dissuadirem uma possível investida norte-americana em seus territórios, simplesmente por possuírem capacidades defensivas eficazes e em quantidades suficiente para dissuadir o oponente, e causar severos danos a um possível invasor.

Diferentemente da Coreia do Norte e Irã, a Síria não possui Forças Armadas com a capacidade necessária para dissuadir seus oponentes, sendo a Rússia a responsável por realizar a defesa do espaço aéreo sírio. Apesar disso, no dia 14 de abril de 2018, as defesas antiaéreas sírias foram capazes de interceptar 71 mísseis disparados pela coalizão liderada pelos Estados Unidos da América (DA SILVA, 2018, p 43).

Tal ataque tinha por objetivo destruir instalações estratégicas em território sírio. Nesse ataque, foram disparados um total de 103 mísseis contra o território sírio e, mesmo com suas forças de defesa debilitadas, o governo sírio foi capaz de interceptar 71 mísseis com a ajuda dos sistemas de defesa antiaérea russa *9K37-Buk* e o sistema *Pantsir S-1* (DA SILVA, 2018).

O Brasil, apesar de possuir empresas de tecnologia militar estratégicas, como a AVIBRAS e a EMBRAER, que são algumas das principais fabricantes de tecnologia militar do mundo, ainda possui meios dissuasivos antiaéreos muito discretos, tanto pela sua importância internacional, quanto pela suas dimensões continentais. Todavia, nos últimos anos, o Brasil vem desenvolvendo sistemas de defesa antiaérea interessantes e estratégicos, como as plataformas ASTROS 2020, ASTROS AFC e ASTROS III, além de mísseis e foguetes.

Conclusão

Com isso, nota-se a extrema importância no desenvolvimento, aquisição e na utilização em larga escala da artilharia antiaérea na defesa do espaço aéreo. Acredita-se que a posse de uma boa capacidade na dissuasão pode desencorajar a vontade de um possível agressor em atacar. Essa estratégia defensiva, baseada na aquisição e no desenvolvimento de meios, tem se mostrado muito eficaz, principalmente para países

sancionados e que possuem dificuldades na aquisição de aeronaves e peças de reposição em suas frotas.

Essas limitações tecnológicas no desenvolvimento de aviões não inibiram países com menores capacidades econômicas (Irã e Coreia do Norte) em desenvolver meios alternativos a essa lacuna. Pelo contrário, as dificuldades enfrentadas serviram para estimular a pesquisa nacional e impulsionar suas indústrias de defesa. Também nota-se o quanto a contraposição a um poder aéreo pode influenciar o desenrolar de um conflito bélico e o quanto ele pode prejudicar o decorrer do conflito se essa ameaça aérea não for repelida ou dissuadida de modo eficaz por unidades de artilharia antiaérea. Portanto, o uso da artilharia antiaérea é um pilar fundamental na defesa de um país.

Referências:

AVIBRAS. **Mísseis e Foguetes**. Disponível em: <https://www.avibras.com.br/site/areas-d-e-atuacao/defesa/misseis-e-foguetes.html>. Acesso em: 22 de abril de 2023.

BBC NEWS. **Qual o tamanho do poderio militar do Irã**. BBC News, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50988198>. Acesso em: 26 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Defesa Antiaérea - Manual de Campanha**. Brasília: Exército Brasileiro, 2017a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Defesa Antiaérea - Manual de Defesa Antiaérea**. Brasília: Comando da Aeronáutica, 2017b.

BRASIL. Congresso Nacional. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Congresso Nacional, 2020.

DA SILVA, Jonathan Carlos. **A importância da diversificação do subsistema de armas de artilharia antiaérea à luz do cenário da Guerra na Síria**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, 2018. Rio de Janeiro: EsACosAAe, 2018.

FALAH, Ali. **A radiografia do poder militar do Irã**. El País, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-08/a-radiografia-da-forca-militar-do-ira.html>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

HOWARD, M. E. **O Conceito de Poder Aéreo: uma avaliação histórica**. Air Space Power Journal em Português, 1996.

OLIVEIRA, Dimas da Cruz. **Grandes Batalhas**. São Paulo: Hunter Books, 2015.

SCHRAMM, João Francisco. **O domínio do ar: surgimento, impacto e evolução do**

poder aéreo nas duas grandes guerras mundiais. Revista da UNIFA, Vol. 32, nº2, p. 37-46, 2019.

VINHOLES, Thiago. **“Ballon Kanone”, a primeira arma anti-aérea da história.** Airway, 2016. Disponível em: <https://www.airway.com.br/ballon-kanone-primeira-arma-anti-aerea/>. Acesso em: 18 de março de 2023.

A AJUDA VEM DO ALTO: O LANÇAMENTO AÉREO DE SUPRIMENTO EM APOIO A POPULAÇÃO YANOMAMI*

Rodrigo Tavares Ferreira¹

1. Introdução

Inicialmente, o lançamento aéreo de suprimento (LAS) foi concebido de maneira muito simples. Segundo Ferreira (2022), o lançamento aéreo de suprimento consistia em usar os aeroplanos e/ou aviões para entregar os suprimentos necessários às tropas que atuavam em locais isolados, onde os transportes terrestres e marítimos não conseguiam chegar, solucionando o problema logístico dos exércitos em campanha.

O emprego do lançamento aéreo de suprimento em operações teve seus primeiros registros ocorridos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mais precisamente no episódio em que os ingleses abasteceram por meio aéreo suas tropas que estavam sitiadas pelos turcos em *Kut-el-Amara* em 1916 (DEL RE, 1955; FERREIRA, 2022).

Na Segunda Grande Guerra (1939-1945), o lançamento aéreo de suprimento foi consolidado como doutrina militar, servindo como uma forma eficiente para prestar o apoio logístico às tropas que atuavam isoladamente e em locais distantes de suas bases. Como exemplo, tem o caso em que os alemães utilizaram largamente o lançamento aéreo de suprimento para apoiar o seu exército durante a Batalha de *Stalingrado* em 1942. Outro exemplo reside no episódio em que os norte-americanos supriram, por meio do lançamento aéreo de suprimento, as tropas da *101st Airborne Division* na Batalha da Ardenas em 1944 (FERREIRA, 2022; POTTER; GILLES, 2006).

No período da Guerra Fria e no pós-Guerra Fria, o lançamento aéreo de suprimento continuou a ser utilizado, principalmente pelos norte-americanos e pelos ingleses, que empregaram amplamente o lançamento aéreo de suprimento em conflitos como as guerras da Coreia, Vietnã, Iraque e Afeganistão, e também em campanhas na África Oriental, no Suez, no Brunei, em Bornéu, em Omã, na Irlanda do Norte e na Rodésia (FERREIRA, 2022; POTTER; GILLES, 2006; STURKOL, 2011).

A partir de 1970, o lançamento aéreo de suprimento começou a ser aproveitado em operações de ajuda humanitária. Em 1973, por exemplo, os ingleses lançaram alimentos

* Artigo originalmente publicado em 24 de maio de 2023 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro, Comandante do Batalhão DOMPSA e Mestre em Ciências Militares.

às populações que viviam em regiões remotas do Himalaia. Mais recente, em 2010, após o terremoto no Haiti, os norte-americanos lançaram 25 toneladas de comida e água para a população haitiana vitimada (FERREIRA, 2022; POTTER; GILLES, 2006; NICKEL, 2014; THE ECONOMIC TIMES, 2014; USA, 2019).

Atualmente, nota-se que o lançamento aéreo de suprimento possui um amplo espectro de emprego, sendo largamente utilizado em operações de guerra e de ajuda humanitária. Na doutrina militar brasileira, o lançamento aéreo de suprimento está previsto para ser usado na entrega de equipamentos e suprimentos necessários às tropas e/ou às populações (BRASIL, 2021; FERREIRA, 2022).

Em vista desse cenário, surge o seguinte questionamento: *Como o lançamento aéreo de suprimento, realizado pelas Forças Armadas brasileiras, tem proporcionado ao Estado Brasileiro uma pronta resposta estratégica para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional no território Yanomami?*

Para responder esse questionamento, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicia-se com uma breve introdução seguida da pergunta que norteia este artigo. Na sequência, discorre-se sobre a doutrina do lançamento aéreo de suprimento. Depois, descreve-se como está sendo realizada a operação de ajuda humanitária e o emprego do lançamento aéreo de suprimento em apoio à população *yanomami*. Na parte final, são realizadas considerações sobre a utilização do lançamento aéreo de suprimento nas operações de combate das Forças Armadas e em ações de apoio à população brasileira.

2. A doutrina do Lançamento Aéreo de Suprimento

Nos dias atuais, o lançamento aéreo de suprimento é definido como sendo a entrega de suprimentos e equipamentos necessários às ações das tropas empregadas nos diversos tipos de operações militares ou à sobrevivência dos elementos apoiados, por intermédio do lançamento de cargas com paraquedas, por meio de aviões ou helicópteros, tanto militares, como civis (BRASIL, 2021; FERREIRA, 2022).

O emprego do lançamento aéreo de suprimento oferece uma capacidade de pronta resposta logística para as operações, tanto de guerra, como de ajuda humanitária. Deve-se a isto, principalmente: a rapidez no transporte de itens críticos; a mobilidade para levar suprimentos a qualquer lugar; e a flexibilidade para transportar diversos tipos de materiais. Desta maneira, o lançamento aéreo de suprimento caracteriza-se como sendo uma ferramenta essencial para sustentar o apoio logístico às Forças Armadas, aos órgãos governamentais e à população (BRASIL, 2021; BRASIL, 2020; FERREIRA, 2022). Na

doutrina militar brasileira, o emprego conjunto das Forças Armadas, com meios aéreos e pessoal, é imprescindível para o êxito da missão de LAS (BRASIL, 2021; BRASIL, 2020).

No Exército Brasileiro, o Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimentos pelo Ar (B DOMPSA), Organização Militar integrante da Brigada de Infantaria Paraquedista, é o principal condutor da Força Terrestre no que se refere às missões de lançamento aéreo de suprimento (BRASIL, 2020; BRASIL, 2021; FERREIRA, 2022), estando apta a realizar essa missão nas seguintes situações:

- na urgência na distribuição dos suprimentos;
- em apoio às populações e às tropas isoladas;
- nas áreas e/ou localidades que não possuem uma rede de estradas adequadas que permitam o acesso ao local;
- na interdição ou redução do tráfego nas estradas;
- na transposição de obstáculos, geográficos ou não, de grande vulto; e
- em operações que exijam deslocamentos longos e rápidos.

Em vista disso, diversos tipos de suprimentos podem ser lançados por via aérea, como por exemplo: equipamentos de emprego militar, alimentos não perecíveis, água potável, medicamentos, material hospitalar, roupas, calçados, material de higiene pessoal, barracas, colchões, botes infláveis, abrigos, materiais de construção, entre outros. Para realizar o lançamento aéreo desses materiais, os mesmos são acondicionados em cargas, que variam de peso e tamanho, sendo: as leves (até 227 kg); as médias (de 227 kg até 1.000 kg) e as pesadas (acima de 1.000 kg) (BRASIL, 2021).

3. A operação de ajuda humanitária aos *Yanomamis*

a. O Comando Operacional Conjunto Amazônia e os desafios da logística

O Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023, dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e de combate ao garimpo ilegal no território *Yanomami* a serem adotadas por órgãos da administração federal (BRASIL, 2023a). Por conseguinte, a Portaria GM-MD nº 710, de 3 de fevereiro de 2023, orientou o apoio que deve ser prestado pelas Forças Armadas. Em decorrência disso, o Ministério da Defesa ativou o Comando Operacional Conjunto Amazônia para atuar em Roraima e na porção do Estado do Amazonas incluído na terra indígena *Yanomami* (BRASIL, 2023b).

O território *Yanomami* possui mais de 96.650 km², uma área equivalente o tamanho de Portugal, a qual está localizada dentro da floresta amazônica numa região montanhosa de difícil acesso e que não possui um adequado sistema de transporte, tornando-se num enorme desafio para a logística (BRASIL, 1992; MEIRA MATTOS, 1984; SOMAIN, 2011).

Para cumprir o determinado pela Portaria GM-MD nº 710, o Comando Operacional Conjunto Amazônia observou a existência de desafios para prestar o apoio logístico a população *Yanomami*, tais como: a urgência na chegada dos alimentos a locais de difícil acesso; o deslocamento dos materiais por grandes distâncias geográficas, que só é possível com o uso de aeronaves; a transposição de um enorme obstáculo geográfico, como a floresta amazônica; e a falta de estradas que dão acesso ao local onde vivem os indígenas (BRASIL, 2023a; BRASIL, 2021; BRASIL, 2020). Para superar os desafios apresentados, os seguintes meios aéreos das Forças Armadas foram colocados à disposição do Comando Operacional Conjunto Amazônia:

Tabela 1 - Aviões e helicópteros empregados

Força Armada	Aviões	Helicópteros
FAB	A-29, E-99, R-99, C-98 Caravan, KC-390 <i>Millennium</i> , C-105 Amazonas	H-60 <i>Black Hawk</i> e H-36 Caracal
EB	--	HM-2 <i>Black Hawk</i> e HM-4 Jaguar
MB	--	UH-15 Super Cougar

Fonte: AEROIN, 2023.

Para assegurar a efetividade no apoio logístico à população *Yanomami*, o Comando Operacional Conjunto Amazônia detectou as seguintes premissas:

1º) vencer a distância de, aproximadamente, 330 km entre Boa Vista-RR, sede do Comando Conjunto, e o 4º Pelotão Especial de Fronteira, onde situa-se o aeródromo de Surucucu, principal rota de acesso aéreo ao território *Yanomami* (AEROIN, 2023);

2º) propiciar o fluxo ininterrupto de suprimentos entre Boa Vista-RR e o território *Yanomami* (AEROIN, 2023; BRASIL, 2023c); e

3º) reconstruir a pista de pouso do aeródromo de Surucucu, ação que possibilita a retomada do pouso de aviões de carga, como o C-105 Amazonas (BRASIL, 2023c; PODER 360, 2023).

Para vencer o desafio imposto pela geografia e prestar o apoio logístico efetivo aos *Yanomamis*, a solução encontrada pelo Comando Operacional Conjunto Amazônia foi a de realizar o lançamento aéreo de suprimentos.

b. O Lançamento Aéreo de Suprimento em apoio a população Yanomami

Na missão de lançamento aéreo de suprimento em apoio à população *Yanomami*, duas Organizações Militares desempenharam um papel fundamental: o B DOMPSA (Exército Brasileiro) e o 1º Esquadrão do 15º Grupo de Aviação - 1º/15º GAV (Força Aérea Brasileira). Os militares dessas Organizações Militares atuaram diuturnamente na preparação das cargas, no lançamento aéreo e na distribuição dos suprimentos.

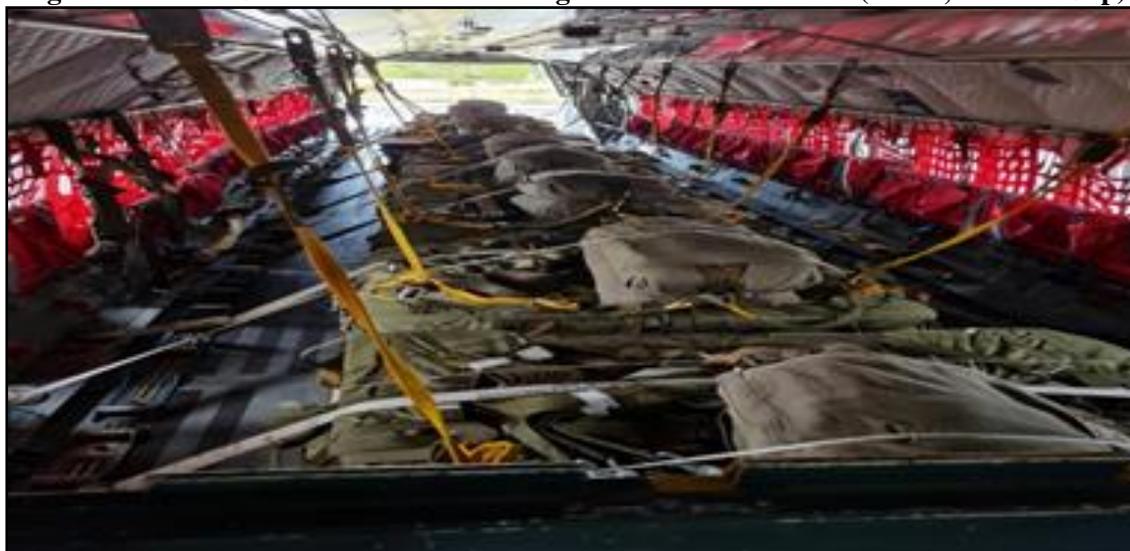
Os militares do B DOMPSA trabalharam na preparação das cargas com os suprimentos que foram lançadas pelos aviões, tais como: alimentos para atender aos indígenas; materiais de construção para a reconstrução da pista do aeródromo de Surucucu; e combustíveis para reabastecimento das aeronaves que pousaram em Surucucu. Após a sua preparação, as cargas foram embarcadas nos aviões da Força Aérea Brasileira, conforme apresentado a seguir:

Figura 1 - Carga média (de 227 kg até 1.000 kg)



Fonte: GZH, 2023.

Figura 2 - Avião C-105 Amazonas com cargas médias embarcadas (com 4,8 Ton de Sup)



Fonte: o AUTOR, 2023.

Figura 3 - Avião KC-390 Millennium com cargas médias embarcadas (com 9,6 Ton de Sup)



Fonte: o AUTOR, 2023.

Os militares do 1º/15º GAV, voando nos aviões KC-390 e C-105, realizaram os lançamentos aéreos dos suprimentos no aeródromo de Surucucu. Nessa ocasião, o tempo de voo entre Boa Vista-RR e Surucucu foi de, aproximadamente, 1 hora e 20 minutos no KC-390, e por volta de 2 horas e 10 minutos no C-105.

Figura 4 - Lançamento aéreo de suprimentos executado pelo KC-390



Fonte: BARROS, 2023.

Figura 5 - Carga chegando ao solo no aeródromo de Surucucu-RR



Fonte: o AUTOR, 2023.

A ajuda vem do alto: o lançamento aéreo de suprimento em apoio a população Yanomami

Após a chegada das cargas ao solo, os militares do Exército Brasileiro desmontaram as cargas e prepararam os suprimentos para a distribuição junto à população local (BRASIL, 2023c). Após isso, as cestas básicas foram embarcadas nos helicópteros das Forças Armadas e foram distribuídas para as 133 comunidades *Yanomami*, localizadas no interior da floresta amazônica. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) planejou de forma detalhada a entrega dos alimentos e acompanhou todo o trabalho da distribuição aos indígenas (BRASIL, 2023c).

Com relação aos paraquedas, as placas dissipadoras de choque e os *containers* utilizados para lançar esses suprimentos pelo ar retornaram para Boa Vista-RR, uma vez que poderiam e deveriam ser reutilizados em futuros lançamentos, movimento que caracteriza a logística reversa.

Em que pese o Comando Operacional Conjunto Amazônia ainda não ter concluído a sua missão, os números parciais obtidos são expressivos. Do dia 23 de janeiro até o dia 17 de maio de 2023, o B DOMPSA e o 1º/15º GAV lançaram 559 cargas médias na floresta amazônica, atingindo a marca de mais de 287 toneladas de suprimentos, contendo:

Tabela 2 - Suprimentos lançados por via aérea, dados parciais

Tipos de Suprimentos	Quantidade	Destino
Classe I – subsistência	10.454 cestas básicas (220.922 kg)	população indígena
	5.576 kg de gêneros alimentícios	4º PEF
	984 litros de água envasada	população indígena
Classe III – combustíveis, óleos e lubrificantes	4.320 litros de óleo diesel	4º PEF
	21.920 litros de querosene de aviação	abastecimento dos helicópteros
Classe IV – materiais de construção	35.575 kg de massa asfáltica	recuperação da Pista de Pouso e Decolagem
	620 kg de óleo asfáltico	
	716,5 kg de cimento	

Fonte: o AUTOR, 2023.

Por meio do lançamento aéreo de suprimento, o Comando Operacional Conjunto Amazônia garantiu e estabeleceu o fluxo ininterrupto dos suprimentos ao território *Yanomami*, fornecendo os alimentos necessários à população indígena e os materiais de construção, essenciais para a conclusão da reforma da pista do aeródromo de Surucucu, o que permitiu a retomada dos pousos dos aviões de carga, como o C-105, na região amazônica (BRASIL, 2023c).

4. Conclusão

O emprego do lançamento aéreo de suprimento em operações militares é uma realidade nas Forças Armadas desde a 1ª Guerra Mundial (1914-1919), tendo a sua

consolidação doutrinária na 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Entretanto, somente a partir da década de 1970, seu emprego foi iniciado em operações de ajuda humanitária.

O lançamento aéreo de suprimento executado pelas aeronaves, nas operações de combate das Forças Armadas ou em ações de apoio à população, permite a entrega dos suprimentos em locais isolados desprovidos de transporte terrestre e/ou marítimo, tanto para as tropas, como para a população, solucionando o problema logístico do desabastecimento dos diversos tipos de materiais e equipamentos.

No âmbito da operação de ajuda humanitária aos *Yanomamis*, o Comando Operacional Conjunto Amazônia, por meio do lançamento aéreo de suprimento, assegurou o fluxo ininterrupto de suprimentos à população indígena, que vive isolada em território de difícil acesso.

Até o presente, mais de 287 toneladas de suprimentos foram lançadas por via aérea no território *Yanomami*. Em comparação com os norte-americanos, os números obtidos do apoio prestado pelas Forças Armadas brasileiras tornam-se ainda mais relevantes, haja vista que os norte-americanos em 2010, lançaram por via aérea, 25 toneladas de comida e água para a população haitiana vitimada pelo terremoto, ao passo que as Forças Armadas brasileiras lançaram mais de 287 toneladas de suprimentos por via aérea no território *Yanomami*, um número quase 13x maior do que o registrado pelos norte-americanos no Haiti.

Cabe ainda salientar que o apoio prestado pelas Forças Armadas brasileiras não ficou restrito apenas a alimentos e água. Ainda teve o lançamento aéreo de materiais de construção, que teve caráter eminentemente estratégico, uma vez que permitiu a reforma da pista do aeródromo de Surucucu, que é a principal rota de acesso aéreo ao território *Yanomami*, possibilitando dessa forma, a retomada do pouso de aviões cargueiros da Força Aérea Brasileira, como o C-105.

Em vista do exposto, conclui-se que o lançamento aéreo de suprimento, realizado pelas Forças Armadas brasileiras, por meio do B DOMPSA e do 1º/15º GAV, proporcionou ao país uma pronta resposta estratégica para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional no território *Yanomami*, devido a sua flexibilidade, mobilidade e rapidez para alcançar qualquer parte do território nacional.

Referências:

AEROIN. **Maior lançamento aéreo de suprimento dos últimos anos ocorreu em terras Yanomamis**. Aeroin, 2023. Disponível em: <https://aeroin.net/maior-lancamento->

A ajuda vem do alto: o lançamento aéreo de suprimento em apoio a população Yanomami

aereo-de-supri mento-dos-ultimos-anos-ocorreu-em-terras-ianomamis/. Acesso em: 24 de março de 2023.

BARROS, Marcelo. **Apoio a yanomamis teve a maior operação de lançamento aéreo de suprimento dos últimos anos**. Defesa em Foco, 2023. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/apoio-a-yanomamis-teve-a-maior-operacao-de-lancamento-aereo-de-suprimento-dos-ultimos-anos/>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 780, de 25 de maio de 1992 - Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena YANOMAMI, nos Estados de Roraima e Amazonas**. Presidência da República, 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1992/Dnn780.htm. Acesso em: 04 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Doutrina de Operações Conjuntas - MD30-M-01**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. **Manual de Campanha Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar**. Brasília: COTER, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023. Dispõe sobre medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami a serem adotadas por órgãos da administração federal**. Brasil, 2023a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Decreto/D11405.htm. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD nº 710, de 3 de fevereiro de 2023 - Aprova a Diretriz Ministerial que orienta o apoio das Forças Armadas para as ações de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e de combate ao garimpo ilegal no Território Yanomami, nos termos do Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023**. Ministério da Defesa, 2023b. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/sis/enoticias/imagens/pub/44993/i23249314809320.pdf>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Exército conduz logística de lançamento de alimentos na Amazônia**. Brasil, 2023c. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/16541739. Acesso em: 24 de março de 2023.

DEL RE, Januário João. **A Intendência Militar através dos tempos**. Vitória: Companhia Editora Americana, 1955

FERREIRA, Rodrigo Tavares. **A história do Lançamento Aéreo de Suprimento**. EBLOG, 2022. Disponível em: [https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-historia-do-lancamento-aereo-de-suprimento.html#:~:text=Essa%20opera%C3%A7%C3%A3o%20durou%20de%2024,\(DEL%20RE%2C%201955\)](https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-historia-do-lancamento-aereo-de-suprimento.html#:~:text=Essa%20opera%C3%A7%C3%A3o%20durou%20de%2024,(DEL%20RE%2C%201955)). Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

GZH. **Suprimentos são lançados na terra yanomami por aviões da FAB.** GZH, 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/02/suprimentos-sao-lancados-na-terra-yanomami-por-avioes-da-fab-veja-fotose-video-da-acao-cldokn2qe001a015766uetstr.html>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Trópicos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984

NICKEL, Shawn. **Riggers support air drops in Northern Iraq.** US Army, 2014. Disponível em: https://www.army.mil/article/131599/riggers_support_air_drops_in_northern_iraq. Acesso: 17 de maio de 2023.

PODER 360. **Militares reformam pista de acesso à terra yanomami.** Poder 360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/militares-reformam-pista-de-acesso-a-terra-yanomami/>. Acesso: 17 de maio de 2023.

POTTER, J. A.; GILES, L. **The United Kingdom's Air Drop Capability.** Bruxelas: OTAN, 2006.

THE ECONOMIC TIMES. **The Economic Times. US humanitarian relief airdrop mission over Iraq.** The Economic Times, 2014. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/nation-world/us-humanitarian-relief-airdrop-mission-over-iraq/slideshow/41418770.cms>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

SOMAIN, René. **Uma geografia dos Yanomami.** *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, nº 11, 2011.

STURKOL, Scott T. **Afghanistan airdrop levels set record in 2010.** Andersen Air Force Base, 2011. Disponível em: <https://www.andersen.af.mil/News/Article-Display/Article/415414/afghanistan-airdrop-levels-set-record-in-2010/>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

USA. Department of the Army. **FM 4-0 Sustainment Operations.** Washington-DC: US Army, 2019.

A 17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E A OPERAÇÃO VERDE BRASIL - OPORTUNIDADE PARA O COMBATE AOS DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS*

Daniel Simões da Silva¹

1. Introdução

A questão ambiental na Amazônia tem chamado a atenção da opinião pública no Brasil e no mundo. Diante deste fato, entre 2019 e 2020, o Estado brasileiro implementou a operação Verde Brasil, que foi uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) voltada ao combate do desmatamento ilegal e dos incêndios florestais em áreas da Amazônia Legal.

A resposta aos problemas ambientais por meio de operações de GLO levantou discussões e questionamentos, sobretudo ao que diz respeito a sua eficácia como resposta aos ilícitos ligados ao meio ambiente (DIAS; GOMES, 2018), fato que ficou evidenciado em uma audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, quando um deputado federal fez algumas críticas à atuação dos militares, questionando seus resultados e defendendo inclusive a extinção deste tipo de operação (COSTA, 2023).

Portanto, fica latente o desconhecimento do assunto por parte da população e até mesmo por parte das autoridades, sendo, portanto, imperiosa a necessidade de um maior aprofundamento sobre o tema.

2. Desenvolvimento

Em vista dessas considerações, cabe destacar que a Garantia da Lei e da Ordem permite que as Forças Armadas atuem com poder de polícia em áreas determinadas e por tempo limitado para preservar a ordem pública, a integridade da população e do patrimônio, bem como para garantir o funcionamento regular das instituições. Atualmente, o Exército Brasileiro tem sido cada vez mais demandado para executar missões deste tipo.

De maneira semelhante, são desencadeadas as chamadas operações em faixa de fronteira, que buscam mitigar os delitos transfronteiriços ligados ao crime organizado

* Artigo originalmente publicado em 14 de julho de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro. Possui o CPEAEx na ECEME.

internacional. Estas operações estão amparadas na LC 97/1999, conforme descrito a seguir:

“Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços” (BRASIL, 1999).

Tanto no contexto das operações em faixa de fronteira, como nas operações de GLO, existe o conceito de segurança integrada, que tem o objetivo de estimular e caracterizar maior participação e integração de todos os setores envolvidos, abrangendo ações preventivas e repressivas. Em linhas gerais, pode-se dizer que o modo de operar é basicamente o mesmo, diferindo apenas o amparo legal para o emprego, conforme sintetizado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Síntese do ordenamento jurídico operação em faixa de fronteira e GLO

Operações em faixa de fronteira	Operações GLO
LC 97/99 e atualizações	Decreto Presidencial
Atuação contra crimes ambientais e transfronteiriços na faixa de fronteira.	Tem poder de polícia no tempo e no espaço discriminado no Decreto. Usado de forma episódica
Normalmente ocorrem operações em ambiente interagências. Não há subordinação.	Os meios do estado são insuficientes e ficam subordinados às Forças Armadas.

Fonte: BRASIL, 1979; BRASIL, 2018.

Com a finalidade de trazer mais luz ao tema, o Exército Brasileiro intensificou sua atuação na parte ocidental na faixa de fronteira amazônica, com foco nas operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA). Essas operações consistem no apoio do Exército Brasileiro aos órgãos ou instituições, sejam eles governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais. O objetivo das OCCA é conciliar interesses e coordenar esforços para alcançar objetivos ou propósitos convergentes que beneficiem o bem comum. Isso permite evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, promovendo a atuação eficiente, eficaz e efetiva dos envolvidos, com menores custos (BRASIL, 2018).

Tanto as operações de GLO, assim como as operações em faixa de fronteira são executadas neste ambiente interagências, potencializando as capacidades de todos os órgãos envolvidos.

Diante das ameaças internas e transnacionais, é de fundamental importância a compreensão do conceito de atuação das Forças Armadas na faixa de fronteira brasileira, onde o Estado brasileiro delega às Forças Armadas a atribuição para atuar de forma

repressiva contra ameaças que possam interferir na sua soberania nacional, delimitando o espectro de atuação contra os ilícitos (ARAÚJO, 2018). Neste contexto, foi criada a operação Ágata, de caráter repressivo, coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) em coordenação com outras agências do governo (ANDRADE et al, 2019). Seu objetivo é coibir delitos como narcotráfico, contrabando, descaminho, tráfico de armas, tráfico de munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. As ações executadas abrangem desde a vigilância do espaço aéreo até operações de patrulha nos principais rios e estradas que dão acesso ao país. Desde 2011, a operação supracitada ocorre regularmente na área do Comando Militar da Amazônia (MUNIZ, 2018).

Neste mesmo sentido, o Comando Militar da Amazônia estabeleceu as operações Curare e Curaretinga a fim de permitir a continuidade das ações de combate aos ilícitos transfronteiriços e cobrir lapso temporal da operação Ágata (BARROS, 2018).

Em se tratando especificamente da operação Verde Brasil (em suas duas edições), esta foi desencadeada pelo governo federal, a partir da autorização de emprego das Forças Armadas em operações de GLO e em ações subsidiárias, abarcando as terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e outras áreas federais nos estados da Amazônia Legal, por meio de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, direcionadas ao combate de desmatamento ilegal e focos de incêndio (PAIM, 2022). Entretanto, a operação Verde Brasil também atuou, mesmo que de forma indireta ou em menor intensidade, contra outros ilícitos comuns às áreas de fronteiras.

A operação Verde Brasil também transcorreu nos estados do Acre, Rondônia e no extremo sul do Amazonas, porção que correspondente a área de responsabilidade da 17ª Brigada de Infantaria de Selva. Essa região é estratégica para o Brasil, pois faz fronteira com o Peru e a Bolívia, dois dos maiores produtores de cocaína do mundo. Além disso, a região conecta a parte ocidental da Amazônia ao oceano Pacífico e demais áreas do país. Além disso, a região apresenta diversas ameaças internas e transnacionais que comprometem a segurança nacional, tais como: narcotráfico, contrabando, tráfico de armas, facções criminosas, imigração ilegal, garimpo ilegal, crimes ambientais, biopirataria, dentre outros (BRASIL, 2019a).

O balanço final dos principais resultados tangíveis, das duas edições da operação, foi divulgado pela assessoria de comunicação social da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, podendo ser verificados de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 2 - Resultados das Operações Verde Brasil

Atividades e apreensões	Verde Brasil 1	Verde Brasil 2
Focos de incêndio combatidos	947	356
Madeira apreendida	1.533 m ³	56.754,519 m ³ ,
Instalações clandestinas destruídas (acampamentos, pontes , etc)	50	-
Pessoas detidas	95	44
Dragas (Balsas de garimpo)	20	6
Embarcações	2	68
Tratores de esteira	26	15
Motosserras	51	40
Carne e pescado	-	3.786 kg
Máquinas de mineração	15	-
Outros equipamentos (geradores, bombas elétricas, motores de popa, rádios, GPS e etc)	72	19
Mercurio	3 litros	-
Armas	78	33
Munições	136	270
Combustível	22.293 litros	7.000 litros
Veículos (Caminhões, carros e motos)	60	66
Animais silvestres	4	76
Dinheiro em espécie	R\$ 5.825,00	-
Drogas	-	16,250 Kg
Maços de cigarro	-	300
Áreas embargadas	12.542,61 hectares	54.777,33 hectares
Cassiterita	-	418,16 Kg
Termos de infração	247	457
Multas aplicadas	R\$ 87.566.000,00	R\$ 359.882.095,01

Fonte: BRASIL, 2019b; BRASIL, 2021.

Conforme demonstrado anteriormente, os ilícitos não ligados diretamente com os incêndios florestais (garimpo ilegal, contrabando, tráfico de drogas e armas) não tiveram resultados tão expressivos, evidenciando a necessidade de fortalecer as ações e estratégias para combater esses crimes de forma mais eficaz.

É importante salientar que, embora tenham amparos jurídicos distintos, tanto as operações na faixa de fronteira, como as operações de GLO, são caracterizadas pela atuação das Forças Armadas em coordenação com demais órgãos, que por sua vez, têm suas capacidades potencializadas.

Portanto, em áreas de fronteira e adjacências, como é o caso da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, é interessante aproveitar as agências mobilizadas para cumprir as missões voltadas ao combate a delitos transfronteiriços, aumentando a eficácia das operações, buscando o melhor aproveitamento de recursos e capacidades dos órgãos envolvidos, o que ocorreu durante a GLO ambiental.

3. Conclusão

Por fim, as operações Verde Brasil trouxeram resultados positivos no combate ao desmatamento ilegal, aos incêndios florestais e outros crimes relacionados. Por meio da GLO, as Forças Armadas puderam atuar de forma repressiva em áreas determinadas, aproveitando a capacidade das Forças Armadas em coordenação com outros órgãos.

No entanto, acredita-se que é essencial continuar a aprimorar essas operações, fortalecendo a cooperação interinstitucional e adotando medidas mais efetivas para enfrentar os diversos desafios presentes na região amazônica. A proteção da Amazônia e o combate aos crimes transfronteiriços são questões de grande relevância, tanto para o Brasil, quanto para a comunidade internacional. Por isso requerem um esforço contínuo e coordenado para obter resultados cada vez mais significativos.

Recentemente, em um novo decreto, assinado em 22 de junho de 2023, pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin, deu às Forças Armadas atribuições de polícia, como fazer revistas pessoais, cumprir mandados de busca e apreensão e efetuar prisões em flagrante na faixa de fronteira que atravessa a terra indígena *Yanomami*, em Roraima. O novo ato amplia o escopo e passa incluir a execução de ações preventivas e repressivas contra os delitos na área de fronteira (LESSA, 2023).

Portanto, é equivocado e simplista criticar indiscriminadamente as operações GLO ou as operações em faixa de fronteira sem mensurar seus resultados e quais foram os benefícios trazidos para a sociedade devido a sua execução. O trabalho das Forças Armadas em parceria com as forças policiais e outros órgãos têm se mostrado fundamental e primoroso para garantir a integridade do país e o bem-estar da população, devendo essas ações serem reforçadas pelas autoridades para que este esforço continue a trazer resultado positivo para o Brasil.

Referências:

ANDRADE, I. D. O. et al. **Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2019.

ARAÚJO, Marco Aurélio Bezerra de. **As Operações Militares Desenvolvidas na Faixa de Fronteira da Região Amazônica: atuação do Comando Militar da Amazônia nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018. Rio de Janeiro: ECEME, 2018.

BARROS, L. A. **O Poder de Polícia do Exército Brasileiro para prevenir e reprimir crimes transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira do Estado do Amazonas:**

Um panorama recente. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola Superior de Guerra, 2018. Rio de Janeiro: ESG, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 6.634, de 2 de maio de 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei no 1.135, de 3 de dezembro de 1970 e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República, 1979.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar no 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.** Brasília: Presidência da República, 1999.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Operação de Garantia da Lei e da Ordem.**, Brasília: COTER, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Palestra sobre a Operação Verde Brasil proferida aos integrantes da Escola de Estado Maior do Exército.** Rio de Janeiro: ECEME, 2019a.

BRASIL. Exército Brasileiro. 17ª Brigada de Infantaria de Selva. **Encerramento da operação Verde Brasil.** Brasil, 2019b. Disponível em: <https://17bdainfsl.eb.mil.br/noticias/17-bda-inf-sl-encerramento-da-operacao-verde-brasil.html>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. 17ª Brigada de Infantaria de Selva. **Encerramento da operação Verde Brasil 2.** Brasil, 2021. Disponível em: <https://17bdainfsl.eb.mil.br/noticias/17-bda-inf-sl-encerramento-da-op-verde-brasil-2.html>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

COSTA, Cristyan. **As verdades de Ricardo Salles para as Forças Armadas.** Revista Oeste, 2023. Disponível em: <https://revistaoeste.com/politica/as-verdades-de-ricardo-salles-para-as-forcas-armadas/>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

DIAS, Haryan Gonçalves; GOMES, Tulio Endres da Silva. **Forças Armadas na Segurança Pública: insegurança jurídica persistente.** Revista da Escola Superior de Guerra, Vol. 33, nº 68, p. 118-157, 2018.

LESSA, Henrique. **Militares ganham poder de polícia para enfrentar o garimpo ilegal.** Correio Braziliense, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/06/5103952-militares-ganham-poder-de-policia-para-enfrentar-o-garimpo-ilegal.html>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

MUNIZ, Carlos Humberto Feitosa. **O emprego do Exército Brasileiro no combate aos delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira amazônica e o atual preparo dos Batalhões de Infantaria de Selva para atuar nesse contexto.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018. Rio de Janeiro: ECEME, 2018.

PAIM, Rodrigo de Almeida. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia Legal: combate aos ilícitos ambientais.** Coleção Meira Mattos, Vol. 16, nº 56, p. 295-325, 2022.

A LOGÍSTICA DO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: POSSÍVEIS LIÇÕES APRENDIDAS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO*

Jonathas da Costa Jardim¹

1. Introdução

O antigo satélite da ex-União Soviética (ex-URSS), a Ucrânia, após o colapso do império soviético, envidou esforços para ser mais autônoma em relação a Moscou, postura que acirrou ânimos e aumentou a frequência de disputas territoriais. Um dos conflitos mais prolongados ocorridos na Europa contemporânea vem sendo a guerra russo-ucraniana.

O conflito russo-ucraniano, iniciado em fevereiro de 2022, tornou vivo conceitos que pareciam em desuso, como a guerra regular e a mobilização nacional. Ainda, intensificou outros, como a conhecida tríade de Clausewitz (2021) e sua célebre teoria de que a guerra é a continuação da política por outros meios. Em seu transcurso, nota-se que as implicações logísticas têm se mostrado significativas para russos e ucranianos.

Em dessa realidade e da importância da logística num esforço de guerra, este artigo se propõe a examinar os aspectos logísticos desse conflito e destacar possíveis lições aprendidas para que o Exército Brasileiro possa melhor compreender a logística e aprimorar suas técnicas, táticas e procedimentos em combate.

2. Logística do conflito russo-ucraniano: lições para o Exército Brasileiro

Com erros e acertos operacionais ocorrendo dia após dia e em ambos os lados, o conflito russo-ucraniano vem nos apresentando diversas lições, particularmente sob o ponto de vista das capacidades logísticas dos dois países.

Com relação ao poder militar terrestre ucraniano, inicialmente percebeu-se a adoção de um fluxo logístico com características defensivas, maior centralização dos recursos, descentralização seletiva de meios aos elementos de emprego em primeiro escalão, medidas ativas e medidas passivas de proteção dos recursos logísticos.

Pelo lado russo, as tropas foram mobilizadas de forma mais rígida devido à manutenção da cadeia de abastecimento, que vem sofrendo dispendiosos reveses causados pela contestação ucraniana, baseada em medidas de "Anti acesso e Negação de

* Artigo originalmente publicado em 19 de julho de 2023 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e Mestre pela Universidade de Madras (República da Índia).

Área" (também conhecido como "A2/AD", sigla em inglês), o que vem exigindo maior seletividade de ações, planejamento minucioso e antecipação de necessidades nos locais mais prováveis de ocorrência de atividades, além do estabelecimento de níveis de serviços diferenciados.

O processo de planejamento russo começou em março de 2021, quando as forças russas iniciaram um aumento dos seus níveis de tropas e equipamentos perto das fronteiras da Ucrânia e da Crimeia. Foi a maior mobilização desde a sua anexação, em 2014. Seguiu-se com uma retirada parcial em junho de 2021, na sequência da conclusão do exercício *Zapad* entre as Forças Armadas da Federação da Rússia e da Bielorrússia, que ocorreu de 10 de outubro a 15 de outubro de 2021.

Em outubro de 2021, uma segunda mobilização levou a cabo mais de 100.000 soldados russos, que ficaram estacionados perto da fronteira ucraniana. As autoridades russas negaram repetidamente qualquer intenção de invadir a Ucrânia. No entanto, exigiam um acordo declarando que a Ucrânia não aderiria à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e uma redução do seu pessoal e equipamento nos países da Europa oriental (GLOBAL CONFLICT TRACKER, 2022).

Os russos, apesar dessa preparação, vêm lutando para manter seus suprimentos em áreas mais próximas de suas tropas. O avanço em direção à capital ucraniana - *Kiev* - e ao centro administrativo de *Chernihiv*, expôs limitações da capacidade militar russa em apoiar suas tropas, trazendo à tona sérios problemas logísticos que foram ignorados no planejamento e manifestados à medida que a guerra avançou.

Desta feita, o presente recorte analítico passará a delinear, por meio da análise de diversos fatores relacionados a logística no conflito, apresentando aquilo que pode ser considerado como lições aprendidas para o Exército Brasileiro.

Ponto Culminante: após o início da ofensiva russa, foi observado um comboio russo com mais de 60 quilômetros de extensão próximo a *Kiev*. Tal comboio foi alvo diuturno de ataques aéreos ucranianos dentro de suas ações de A2/AD, gerando sérios problemas para as tropas russas em primeiro escalão, que ficaram estacionadas por falta de combustíveis e munição. Assim, deixar de integrar os aspectos logísticos durante a fase de planejamento da missão com a manobra, acarretou numa execução desconexa com as reais necessidades, particularmente com relação aos menores escalões. Nesse momento, a logística deixou de ter capacidade para responder, efetivamente, às necessidades da força apoiada limitando a sua liberdade de ação (BRASIL, 2020), caracterizando o atingimento do ponto culminante logístico das forças russas na frente

Norte. Dessa feita, é lícito supor que, partindo-se de tal princípio, a logística não conseguiu acompanhar o ritmo operacional exigido, incorrendo no atingimento do seu ponto culminante antes do esperado, momento em que as forças russas em combate deixam de ter a capacidade para continuar as operações com sucesso (BRASIL, 2020).

Uma lição aprendida que pode ser sugerida ao Exército Brasileiro está voltada para os comandantes em todos os níveis, os quais devem exigir que o planejamento das operações esteja devidamente integrado ao planejamento logístico. Para tanto, é imprescindível que as estimativas logísticas sejam calculadas com base nas reais necessidades, a fim de que a praticabilidade da linha de ação seja completamente factível e tenha flexibilidade capaz de absorver as nuances do combate.

Figura 1 - Comboio Russo nos arredores de Kiev



Fonte: BBC, 2022.

Pausa Operativa: para o cumprimento da missão, devem ser planejadas pausas operacionais, a fim de que não ocorra a falta de recursos para atingir o estado final desejado. Durante o conflito pôde-se observar, após consideráveis consequências ocasionadas pelo atingimento do ponto culminante logístico das forças russas na frente norte em março de 2022, uma pausa operativa (planejada) em julho de 2022, na região de *Donbas*, quando ocorreu uma diminuição do ritmo das operações.

Flexibilidade: os movimentos russos foram obstruídos nos estágios iniciais da guerra pela paralisação da infraestrutura rodoferroviária, principalmente quando os

ucranianos passaram a atacar pontes sobre rios, como a *Antonovsky*, sobre o rio *Dnieper*, em *Kherson*, a *Moshchun* em *Hostomel* e a localizada sobre o rio *Dnipro* (SAHA, 2023), impedindo e/ou limitando o avanço russo sobre tais cidades. A negação do acesso ao sistema ferroviário aumentou a distância máxima de apoio entre os depósitos e as unidades táticas, resultando em um ritmo operacional mais lento. Tendo em vista que os russos não dispunham de veículos de transporte dedicados para a logística em número adequado, sentiu-se a necessidade de um aumento de viagens e, assim, uma maior exposição dos comboios logísticos (JARDIM, 2022). Levando-se em consideração de que o princípio da flexibilidade é caracterizado pela adoção de soluções alternativas ante a mudança de circunstâncias e de que o apoio logístico deve ser preditivo, adaptável e suficientemente reativo para que o objetivo fixado possa ser atingido (BRASIL, 2016), verifica-se que a não existência de opções para o deslocamento do grosso de sua cauda logística após a impossibilidade de utilização do modal ferroviário foi crucial para o insucesso do cumprimento de seu estado final desejado.

Outra lição aprendida que pode ser sugerida ao Exército Brasileiro é que a instituição envide esforços para desenvolver e estimular o incremento da aplicação da doutrina de transportes envolvendo modais de transporte alternativos ao tradicional modal rodoviário a fim de que, em caso da necessidade de emprego, as medidas de A2/AD não restrinjam a liberdade de manobra e garanta o fluxo logístico contínuo e ininterrupto durante as operações.

Adoção de medidas especiais de proteção da logística: o sucesso das operações A2/AD ucranianas que limitaram a capacidade logística russa, em grande parte, foram proporcionadas pelo uso de um suporte essencial para o atingimento desse ponto de decisão, que infringiu aos russos pesadas baixas, fazendo com que o “OODA Loop” (observar, orientar, decidir e agir) ucraniano girasse com muito mais velocidade.

Seja por seu baixo custo, seja por proporcionar surpresa e flexibilidade no movimento tático no espaço de batalha moderno, nota-se uma proliferação de sensores UAV/UCAV (*Unmanned Combat Aerial Vehicle*, sigla em inglês) nos conflitos modernos. Por conta disso, é imprescindível que as técnicas, táticas e procedimentos logísticos sejam adequadas para contrapor tal ameaça, sob pena de ocorrer uma interrupção do fluxo e o atingimento do ponto culminante das tropas em combate.

Uma lição aprendida que pode ser apresentada ao Exército Brasileiro está voltada para o planejamento dos locais e instalações que serão priorizados e contemplados com os meios de proteção antiaérea. Em suma, sugere-se que as principais estruturas logísticas

sejam contempladas com o nível de prioridade mais elevado de proteção aérea. Para tanto, sugere-se a previsão de recursos operacionais para o incremento da proteção dos comboios contra a ação de armas anticarro, como os mísseis norte-americanos Javelin e os suecos AT4.

Efeito das Condições Meteorológicas sobre a logística: a “Rasputitsa” é um fenômeno recorrente na região de operações e que não deveria ter sido negligenciado. A limitação das ações, caso bem planejadas, poderiam coincidir com uma pausa operativa dentro do contexto dos combates, proporcionando tempo para reagrupar tropas e reabastecimento dos níveis de suprimento, elevando o poder de combate dos contendores.

Outra lição aprendida que este artigo intenciona apresentar ao Exército Brasileiro é voltada para o estudo minucioso do terreno e das condições meteorológicas. Com o Brasil possui uma grande extensão territorial, redobra a importância do estudo do terreno e as condições meteorológicas, tendo em vista seu poder de influenciar toda a cadeia de abastecimento. As chuvas torrenciais que normalmente acontecem entre os meses de janeiro e março na região sudeste é um exemplo disso, uma vez que costumam ocasionar desabamentos de terra, limitando os deslocamentos, tornando-se impeditivos ao fluxo logístico em caso de conflito, já que grande parte da produção industrial do país é produzida nessa região e/ou utiliza esses eixos para a distribuição.

Figura 2 - Veículos militares russos destruídos pelas forças ucranianas em *Kharkiv*



Fonte: O AUTOR, 2023.

Hubs logísticos: a mobilização russa utilizou cidades com infraestrutura adequada dentro de sua zona de administração para servirem como base para apoiar em tempo oportuno a zona de combate com os meios necessários e volume adequados para o início de sua ofensiva. Para tanto, os russos basearam suas ações no modal ferroviário, cuja *expertise* é amplamente disseminada dentro da doutrina militar de Moscou. Para o desdobramento das áreas de concentração estratégicas, a Rússia empregou 10 (dez) Brigadas Ferroviárias. As localidades selecionadas possuíam ligação rodoferroviária e se encontravam em “*hubs*” que tem condições de proporcionar o devido suporte logístico para sustentação das tropas (RAIL TARGET, 2023).

Uma lição aprendida que este artigo sugere para o Exército Brasileiro é focada na importância dos *hubs* logísticos em território nacional. Devido a grande extensão territorial, torna-se vital desenvolver os *hubs* logísticos no interior do país, na medida em que integram a indústria nacional de defesa e possibilitam o alcance da prontidão logística.

Integração das capacidades nacionais: em conformidade com o que prescreve os *hubs* logísticos, é desejável que a integração das capacidades nacionais deva ser estimulada desde os tempos de paz, a fim de materializar o poder de combate de uma nação. A prontidão logística e a manutenção do poder de combate só podem ser alcançados se a estrutura industrial for adequada para colocar na frente do campo de batalha as demandas estimadas para o combate.

Em vista dessas considerações, outra lição aprendida que este artigo sugere para o Exército Brasileiro é no sentido de envidar esforços para aprimorar e desenvolver a doutrina, a organização, o adestramento, a gestão das informações, a efetividade do ciclo logístico, a capacitação continuada do capital humano, bem como intensificar a parceria com a Academia e com a Indústria, particularmente a nacional.

Multiplicidade de meios: os diversos tipos de blindados recebidos pela Ucrânia geraram grandes impactos em suas funções logísticas, criando uma imensa cauda logística de suporte, composta por uma infinidade de itens e de sobressalentes de manutenção. Essa enorme variedade de itens e sobressalentes ocasiona dispendiosos custos para manter as tropas em condições de combater.

Para o Brasil, é cediço que a padronização dos itens gera uma diminuição dos encargos logísticos, além da diminuição de custos. Em vista disso, este artigo sugere, como lição aprendida, que o Exército Brasileiro busque diversificar o arsenal bélico desde os tempos de paz, pois permite o domínio do conhecimento da administração e do ciclo

de vida dos materiais, além de proporcionar flexibilidade quanto ao emprego. É certo, ainda, que durante os conflitos, novas tecnologias surgirão, como ocorreu na Ucrânia e sua posse deve ser estimulada a fim de que tais capacidades proporcionem vantagem no campo de batalha.

5. Conclusão

A logística tem sido o fiel da balança e a que afiança a liberdade de ação necessária ao sucesso das missões no conflito russo-ucraniano.

Em síntese, verifica-se que o planejamento militar deve sempre integrar, de forma realística e utilizando-se estimativas logísticas coerentes e factíveis, a praticabilidade de uma operação. O limite alcançado pelo poder de fogo das armas deve ser o mesmo dos domínios logísticos, sob pena de que as batalhas incorram em insucesso. Por outro lado, isso não pode significar inflexibilidade no planejamento logístico, ao ponto de que o mesmo não suporte os infortúnios do combate moderno.

A guerra tem mostrado que a logística é a chave para o sucesso das operações de combate em larga escala. Portanto, é essencial que as manobras levem em consideração a logística como um componente fundamental para o sucesso.

Por fim, como reflexão final, fica a questão sobre a hora de trazer a logística de volta às discussões sobre operações de combate em larga escala. *“A sustentação deve ser elevada a um princípio de guerra, para enfatizar a importância estratégica da logística e fornecer um imperativo para uma melhor integração da base industrial de defesa nas estratégias de dissuasão e defesa”* (ECHEVARRIA, 2021). O futuro das operações de combate em larga escala obviamente depende do futuro da sustentação estratégica e operacional.

Referências:

BBC. Guerra na Ucrânia: por que comboio russo de 64 km parou de avançar perto de Kiev. BBC, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60607115>. Acesso em: 18 de Março de 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Logística Militar - MD42-M-02.** Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB70-MC-10.357 - Grupamento Logístico.** Brasília: Exército Brasileiro, 2020.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. J.J. Graham (Traduzido do alemão para o inglês). Londres: Project Gutenberg License, 2021.

ECHEVARRIA, Antulio J. **War's Logic: Strategic Thought and the American Way of War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

GLOBAL CONFLICT TRACKER. **War in Ukraine**. Global Conflict Tracker, 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/conflict-ukraine>. Acesso em: 20 de Março de 2023.

JARDIM, Jonathas da Costa. **A logística russa no contexto do conflito com a Ucrânia: alguns apontamentos**. A Defesa Nacional, Vol. 848, nº 2, p. 18-25, 2022.

RAIL TARGET. **Deutsche Bahn and Ukrzalisnytsia may set up a joint venture**. Rail Target, 2023. Disponível em: <https://www.railtarget.eu/technologies-and-infrastructure/war-in-ukraine-railway-monitoring-1888.html>. Acesso em: 21 de Março de 2023.

SAHA, Bidisha. **Build, destroy, repeat - battle over bridges and runways in Ukraine**. India Today, 2023. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/world/story/build-destroy-repeat-battle-over-bridges-and-runways-in-ukraine-russia-war-putin-zelenskyy-2338140-2023-02-22>. Acesso em: 17 de Março de 2023.

A OPERAÇÃO ACOLHIDA - BOAS PRÁTICAS E REPERCUSSÕES NO ÂMBITO INTERNACIONAL*

*Paulo David Rocha Bezerra da Silva¹
Filipe Lourenço França²*

Introdução

A forte instabilidade política, econômica e social que acometeu a Venezuela fez eclodir uma enorme crise no país que, a partir do segundo semestre de 2015 se intensificou, vindo a gerar efeitos colaterais variados, notadamente junto à população venezuelana, que tem buscado sair do país, fato que se reflete diretamente na saída de venezuelanos de seu país (KANAAAN, 2019).

O Brasil, devido a sua proximidade fronteiriça, vem registrando ao longo dos últimos anos, um significativo crescimento no número de imigrantes venezuelanos. Segundo a Casa Civil da Presidência da República, em 2018 foi registrada a entrada de cerca de 90 mil venezuelanos no país, o que representa uma média diária de aproximadamente 300 imigrantes venezuelanos. Em 2019, esses números mais que dobraram, uma vez que cerca de 210 mil adentraram o país, representando uma média diária de pouco mais de 600 venezuelanos por dia (BRASIL, 2022a).

Tais números resultaram em impactos sociais perceptíveis em Pacaraima-RR e em Boa Vista-RR, como mendicância, invasão de logradouros públicos, aumento da prostituição, superlotação de hospitais, casos isolados de xenofobia, dentre outros (OLIVEIRA, 2018). Em virtude desse quadro, o Presidente da República, como chefe do executivo, resolveu editar medidas emergenciais voltadas para o acolhimento dessas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Surgiu então, umas das mais importantes operações de ajuda humanitária da história do continente americano: a operação Acolhida, que nada mais é do que uma resposta da sociedade brasileira para a solução da crise venezuelana. Diante da gravidade da situação venezuelana e da importância desse tema para as Forças Armadas brasileiras e para a sociedade brasileira, este artigo intenciona apresentar o trabalho realizado pelas Forças Armadas brasileiras na operação Acolhida.

* Artigo originalmente publicado em 26 de julho de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

A operação Acolhida

A operação Acolhida pode ser enquadrada como sendo uma operação conjunta, interagências, logística e humanitária. É conjunta, devido à participação de efetivos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira. É interagências, por contar, além das Forças Armadas, com outras agências, as quais buscam conciliar interesses diversos e coordenar esforços. É humanitária, pois visa acolher os venezuelanos desassistidos e em situação de vulnerabilidade, de maneira organizada, sistemática e eficiente. É logística, porque o foco está voltado na inserção do venezuelano na sociedade brasileira (SOUSA, 2022).

Com vistas a atingir o estado final desejado visualizado na missão, o planejamento da operação Acolhida baseou-se em três pilares: o ordenamento da fronteira, o abrigo e a interiorização (OLIVEIRA, 2018). O primeiro consistiu em receber, identificar, triar e imunizar os imigrantes que adentraram ao país. O segundo pilar, o abrigo, consistiu em alojar os imigrantes temporariamente a fim de proporcionar as condições ideais para a inserção dos venezuelanos na sociedade brasileira ou, até mesmo, retornarem ao seu país de origem. O terceiro pilar, por seu turno, foi o de interiorização, que consistiu em integrar o imigrante na sociedade brasileira por meio de sua instalação em cidades de todas as regiões administrativas, de acordo com suas situações particulares.

Os abrigos na operação Acolhida

A etapa do abrigo dos imigrantes foi criada visando atender à grande demanda de migrantes e refugiados que se encontravam em vias de participar do processo de interiorização ou absorção no mercado local. Para isso, foram estabelecidos inicialmente 12 abrigos em Boa Vista-RR para acolhimento de indígenas e não indígenas, onde foram ofertadas alimentação, segurança, proteção, atividades sociais, atividades educativas e saúde. Em decorrência disso, foi criado um Posto de Recepção e Apoio com o intuito de atender aos imigrantes e refugiados desabrigados, ofertando serviços básicos, como os de informações, banho, instalações sanitárias, distribuição de doações de alimentos e refeitório.

Figura 1 - Abrigo na operação Acolhida



Fonte: OS AUTORES, 2023.

Ainda nessa etapa, com a finalidade de reduzir o impacto no sistema de saúde de Boa Vista-RR, foi estabelecido um Núcleo de Saúde que ofertava serviços de fisioterapia, psicologia, nutrição, odontologia, psicologia e assistência social, iniciativa que deu maior dignidade aos imigrantes venezuelanos que adentravam o território nacional, muitas das vezes com sérios problemas de saúde.

A criação dos abrigos foi parte da resposta às emergências do Governo Federal frente aos problemas existentes nas cidades de Boa Vista-RR e Pacaraima-RR, uma vez que o grande número de imigrantes venezuelanos andando sem destinos nas ruas daquelas cidades estava causando sérios problemas locais, em especial nas áreas de segurança pública, social e de saúde.

Em 2022, o número de abrigos passou de 12 para 14 abrigos. Os dois abrigos adicionados foram instalados em Manaus-AM e Pacaraima-RR. Assim, a operação Acolhida passou a abrigar mais de 9 mil imigrantes, os quais estavam distribuídos em três cidades, a saber: Manaus-AM, Boa Vista-RR e Pacaraima-RR. Cada um desses abrigos englobou um público-alvo para ocupação, dentre eles o de homens solteiros, mulheres solteiras, famílias, LGBT e indígenas (BRASIL, 2022b).

Os abrigos localizados em Pacaraima-RR e Boa Vista-RR eram compostos, principalmente, por grupos familiares, com homens e mulheres, em sua maioria, entre a faixa etária de 18 a 59 anos. Ou seja, uma massa populacional economicamente ativa que necessitava de empregos para sobreviver. Além disso, grande parte desses imigrantes

procurava algum abrigo a fim de retirar suas crianças de risco, por necessidades de proteção legal, proteção física específica e por problemas médicos graves, evidenciando assim a importância desses abrigos na busca da superação de adversidades por parte dos imigrantes venezuelanos (BRASIL, 2022b).

Figura 2 - Área de Proteção e Cuidados/Hospital de Campanha na Op Acolhida



Fonte: OS AUTORES, 2023.

As boas práticas na operação Acolhida

Desde sua implementação em 2018, a operação Acolhida vem recebendo destacados elogios pela resiliência e hospitalidade dispensada pelos civis e militares integrantes dessa operação em apoio aos refugiados venezuelanos, em especial pelas boas práticas executadas durante a fase de abrigamento (ACNUR, 2022).

Uma boa prática a ser pontuada foi o apoio em alimentação dados aos imigrantes venezuelanos durante o abrigamento, na medida em que eram providos com a alimentação completa (café da manhã, almoço e jantar). Além da alimentação, merece destaque o provimento de segurança e proteção dados aos imigrantes venezuelanos durante a estadia nos 14 abrigos da operação Acolhida espalhados por Boa Vista-RR, Pacaraima-RR e Manaus-AM. Além disso, cumpre mencionar o trabalho social desenvolvido no âmbito dos abrigos, haja vista que os refugiados participavam de atividades sociais e educativas, as quais proporcionavam alento e bem-estar social aos imigrantes venezuelanos que haviam adentrado no território brasileiro.

A Operação Acolhida - boas práticas e repercussões no âmbito internacional

Outro ponto muito que pode ser considerado uma boa prática na operação Acolhida é o provimento de assistência à saúde junto aos imigrantes venezuelanos, propiciando aos que utilizam os abrigos acesso às especialidades médicas como: fisioterapia, psicologia, nutrição, odontologia e psicologia. Além disso, os abrigados receberam toda a imunização decorrente das campanhas de vacinação, reduzindo a possibilidade de contraírem doenças tropicais e outras endemias.

Outra boa prática conduzida pela operação Acolhida durante a fase de abrigamento foi a separação dos abrigos indígenas em diferentes etnias. Tal medida mitigou a possibilidade de conflitos em função das divergências étnico-religiosas existentes entre as tribos venezuelanas que adentraram no solo brasileiro em busca de melhores condições de vida.

Somam-se a todas as supracitadas ações, a preocupação dos integrantes da operação Acolhida em propiciar aos venezuelanos boas condições de inserção no mercado de trabalho brasileiro, possibilitando aos acolhidos facilidades como: acesso a cursos de especialização e qualificação no SENAI, encaminhamento ao mercado de trabalho e apoio no registro e emissão de documentação. Tais medidas têm aumentado o número de trabalhadores venezuelanos no mercado de trabalho em Boa Vista-RR e Pacaraima-RR.

Considerações Finais

As boas práticas da operação Acolhida apresentadas anteriormente contribuíram para projetar positivamente o Brasil no cenário internacional, mesmo que tal feito não receba o devido trato no âmbito interno. Não pelo acaso, a atuação humanitária brasileira foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como sendo um trabalho pioneiro e efetivo na prestação de assistência e integração das pessoas venezuelanas, além de garantir e preservar a dignidade dos refugiados.

O reconhecimento não ficou restrito apenas às Nações Unidas. Inúmeras agências internacionais que, de alguma forma interagiram com a operação Acolhida, também reconheceram o bom trabalho desempenhado pelo Brasil no acolhimento aos imigrantes venezuelanos, como por exemplo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

Do acima exposto, pode-se inferir que as características marcantes da personalidade do povo brasileiro, notadamente a receptividade, a humanidade e a criatividade, tem balizado a resposta do Estado brasileiro no abrigamento dado aos venezuelanos. Assim,

o Brasil, além de contribuir para a estabilidade regional, também aumenta a sua projeção no cenário internacional.

Referências:

ACNUR. **O antes e o depois da Operação Acolhida: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira.** ACNUR, 2022. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2022/06/ACNUR-Brasil-Antes_e_depois_da_Operacao_Acolhida-1.pdf. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

BRASIL. Operação Acolhida. **Informe de Migração Venezuela - Janeiro 2017 - Julho de 2022.** Brasil, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/informes-acolhidaeleicoes/informe-migracao-venezuelana-jan2017-jul022-4.pdf/@@@download/file/informemigracao-venezuelana-jan2017-jul022-v4.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório do 11º Contingente da Operação Acolhida.** Boa Vista: Brasil, 2022b.

KANAAN, G. F. **Operação Acolhida: A Maior Operação Conjunta-Interagências E De Natureza Humanitária No Brasil.** Doutrina Militar terrestre, p. 10-29, 2019.

OLIVEIRA, George Alberto Garcia de. **A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela.** Military Review, p. 1-15, 2018.

SOUSA, Paulo David Rocha Bezerra Sousa. **Aspectos doutrinários do estudo da participação do Exército Brasileiro na Operação Acolhida sob a perspectiva de uma Operação de Ajuda Humanitária.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2022. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

A NOVA ESCOLA DE SARGENTOS DO EXÉRCITO - DESAFIOS LOGÍSTICOS E BENEFÍCIOS*

Vinícius de Moraes Cunha¹

1. Introdução

Desde o dia em que o Exército Brasileiro definiu Recife-PE como sede da nova Escola de Sargentos do Exército (ESE), inúmeras iniciativas tem sido implementadas no sentido de esclarecer a sociedade acerca dos benefícios decorrentes da instalação de uma estrutura desse porte na região metropolitana de Recife-PE. Se há benefícios de um lado, de outro, há desafios a serem superados. Diante dessa realidade, o Exército Brasileiro tem feito centenas de estudos voltados para viabilizar a construção da ESE na citada região.

Conhecido como “a joia da coroa no Exército” (GARCIA, 2018), o sistema de ensino do Exército Brasileiro detém elevada prioridade na instituição. Para que se tenha uma ideia da importância que o sistema de ensino do Exército detém junto à Força, diversas autoridades militares e estudiosos afirmam que o grau de confiabilidade que o Exército Brasileiro detém junto à sociedade está apoiado em seu sistema de ensino, que possui uma característica distinta daquilo que é praticado no sistema de ensino tradicional.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o sistema de ensino do Exército Brasileiro possui três vertentes bem definidas: 1) *o alinhamento com o sistema de ensino nacional* - desde o ensino básico até aos programas de pós-graduação, o ensino ministrado no Exército Brasileiro segue estritamente aquilo que é definido pelo Ministério da Educação; 2) *o ensino técnico militar* - a instituição busca capacitar seus profissionais para atender às necessidades laborais tipicamente militares e a outras demandas da sociedade; e 3) *a formação e o desenvolvimento de valores morais* - essa vertente é a mais valiosa para o Exército Brasileiro, na medida em que se busca formar um profissional capaz de realizar suas missões e atividades nas mais diversas situações e adversidades que venham ocorrer.

Como os Sargentos são os responsáveis por chefiar e liderar as pequenas frações militares em operações, torna-se extremamente imperioso para a instituição destinar um olhar especial para a formação dos futuros líderes das pequenas frações militares. Afinal,

* Artigo originalmente publicado em 09 de agosto de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro. Possui o CPEAEx na ECEME.

os Sargentos se constituem no principal elo entre o comando e a tropa. E uma formação mais qualificada dos Sargentos, indubitavelmente resultará em melhor desempenho funcional.

Tendo como exemplo a consagrada formação dos Oficiais do Exército Brasileiro na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a instituição entende que um local de formação único e que reúna condições semelhantes às proporcionadas pela AMAN, é condição *sine-qua-non* para dar o salto de qualidade desejado na formação dos Sargentos do Exército Brasileiro, pois facilitará o fortalecimento de valores e tradições, contribuirá para a padronização do processo ensino-aprendizagem, dentre tantos outros benefícios e possibilidades. Mas, para isso, é necessário que a instituição supere um sem-número de desafios.

Em vista dessas considerações e tendo em vista a importância desse tema nos dias atuais, este artigo pretende analisar a criação da ESE, destacando os principais desafios logísticos enfrentados pelo Exército Brasileiro para implementar a construção da ESE e os benefícios advindos da sua criação.

2. Breve histórico no processo de formação dos Sargentos

Um dos maiores símbolos da formação de Sargentos do Exército Brasileiro é a Escola de Sargentos das Armas (ESA), estabelecimento de ensino militar que foi criado em 1950, na cidade de Três Corações-MG. Contudo, a formação dos Sargentos do Exército Brasileiro não é realizada exclusivamente na ESA. Pelo contrário, há Organizações Militares em diversas partes do território nacional que são destinadas a formar o futuro Sargento do Exército Brasileiro (ARAGÃO, 2022).

Depois de incansáveis esforços institucionais, a partir de 2005 a formação dos Sargentos de carreira do Exército Brasileiro passou a ter reconhecimento acadêmico, com a titulação de tecnólogo, concomitantemente à sua formação militar, conquista que resultou no aumento da duração do curso, que passou de 1 ano para 2 anos de formação. Contudo, tal mudança não veio acompanhada de investimentos na infraestrutura do local de formação, gerando novos debates e discussões acerca da temática (ARAGÃO, 2022).

Atualmente, o 1º ano do curso de formação e graduação de Sargentos do Exército Brasileiro é feito em 13 Organizações Militares Tecnológicas do Exército Brasileiro, localizadas nos mais diversos locais do território nacional. O 2º ano do curso de formação e graduação de Sargentos do Exército Brasileiro, por sua vez, é realizado em três locais diferentes, a saber: na Escola de Sargento das Armas, em Três Corações-MG; no Centro

de Instrução de Aviação do Exército, em Taubaté-SP; e na Escola de Sargentos de Logística, no Rio de Janeiro-RJ (COSTA, 2021).

Pelo breve histórico aqui apresentado, percebe-se que desde a sua criação, existe a preocupação, por parte do Comando do Exército Brasileiro, em proporcionar as melhores condições para a formação dos futuros Sargentos da instituição

3. O processo de criação da nova Escola de Sargentos do Exército

Em consequência da evolução do processo de formação dos Sargentos do Exército Brasileiro e buscando fazer frente aos novos desafios do século XXI, em 2019 o Estado-Maior do Exército publicou o “Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2020-2023” que, dentre outras coisas, estabeleceu a estratégia, as ações estratégicas e as atividades que devem ser realizadas pela instituição com o fito de viabilizar a criação/construção da ESE, conforme apresentado no quadro a seguir:

Figura 1 - Extrato do Plano Estratégico do Exército (2020 - 2023)

Objetivo Estratégico do Exército	Estratégia	Ação Estratégica	Atividade
OEE 12 Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura, nas Atividades	Estratégia 12.2 Educação do Militar Profissional da Era do Conhecimento	Ação Estratégica 12.2.4 Reestruturar a Formação dos Sargentos de Carreira (2020-2023)	Atividade 12.2.4.1 Sistematizar, aperfeiçoar e padronizar a formação dos Sargentos de Carreira do Exército Brasileiro
	Estratégia 12.3 Adequação da Infraestrutura de Educação e Cultura	Ação Estratégica 12.3.1 Construir e adequar instalações do Sistema de Educação e Cultura do Exército	Atividade 12.3.1.2 Apresentar o projeto da nova escola de formação dos Sargentos de Carreira do Exército Brasileiro até 2022

Fonte: BRASIL, 2019.

Em decorrência disso, em 2020 o Exército Brasileiro estabeleceu um grupo de trabalho para realizar um levantamento de possíveis locais para a construção da nova Escola de Sargentos do Exército (BRASIL, 2020).

Inicialmente, esse grupo de trabalho levantou 16 imóveis, que estavam situados em 6 Comandos Militares de Área distintos. Após análises, estudos, viagens e reuniões, o referido grupo de trabalho selecionou 6 imóveis, dos 16 levantados inicialmente, como sendo compatíveis para sediar a nova Escola de Sargentos do Exército. Na fase final, aprofundando os estudos e debates, agregando novas variáveis no processo decisório, esse grupo de trabalho definiu 3 locais, como sendo os que reuniam as melhores condições para sediar a ESE: Recife-PE, Santa Maria-RS e Ponta Grossa-PR (COSTA, 2021).

E assim, em outubro de 2021, o Exército Brasileiro definiu a guarnição de Recife-PE como sendo a mais apropriada para a implantação de uma Escola de Sargentos única e capaz de proporcionar aos futuros Sargentos do Exército Brasileiro condições semelhantes às proporcionadas pela AMAN na formação dos futuros Oficiais da instituição.

Em 30 de maio de 2022, outro desafio foi superado para a construção da ESE. Naquela ocasião, o Exército Brasileiro e o governo do Estado de Pernambuco celebraram um acordo de cooperação, visando à execução de ações necessárias à viabilização e à efetivação da construção da Escola de Formação e Graduação de Sargentos de Carreira do Exército e do Complexo Militar do Exército Brasileiro na região metropolitana de Recife-PE.

Diante do exposto, nota-se que o Exército Brasileiro tem feito vários esforços e realizado inúmeras ações (*intra corporis e extramuros*) para viabilizar a construção da ESE num local que reúna as condições necessárias para sediar um estabelecimento de ensino militar, tão importante quanto à Academia Militar das Agulhas Negras.

4. Desafios Logísticos

Não restam dúvidas de que a construção da Escola de Sargentos do Exército será um enorme desafio para a instituição, pois demandará um grande esforço orçamentário e logístico para alocar os recursos necessários para a concretização dos objetivos estratégicos do Exército.

Levando-se em consideração de que as Regiões Militares são Grandes Comandos Administrativos responsáveis pelo planejamento, coordenação, controle e integração do apoio logístico, territorial, de saúde e pessoal e de que os maiores desafios a serem superados nesse momento são de natureza administrativa/logística, torna-se necessário apresentar como o Comando Militar do Nordeste e suas Regiões Militares estão articulados na região nordeste:

Figura 2 - Articulação do Comando Militar do Nordeste

CMNE	Regiões Militares	Área de Responsabilidade (Estados)
	6ª RM	Bahia e Sergipe
	7ª RM	Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte
	10ª RM	Ceará e Piauí

Fonte: BRASIL, 2023a.

De acordo com a figura anterior, o Comando Militar do Nordeste possui três Regiões Militares, sendo que o Estado de Pernambuco (local onde será construída a ESE)

está sob a responsabilidade da 7ª Região Militar. Em suma, caberá à 7ª Região Militar realizar o esforço principal na vertente administrativa/logística para a construção da ESE.

Atualmente, a 7ª Região Militar apóia 46 Organizações Militares (cerca de 15.000 militares) desdobradas nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Para executar as atividades de suprimento, transporte, manutenção e salvamento dentro de sua área de responsabilidade, a 7ª Região Militar conta com duas Organizações Militares Logísticas: 7º Depósito de Suprimento e Parque Regional de Manutenção/7.

Dada a amplitude e complexidade do trabalho realizado atualmente pela 7ª Região Militar e tendo em vista que as Organizações Militares Logísticas citadas anteriormente são antigas, estão situadas em locais de difícil acesso, possuem um tamanho aquém daquele considerado como necessário para prestar o apoio logístico adequado e sofrem de problemas estruturais, como a precariedade da infraestrutura viária interna e do seu entorno, o Exército Brasileiro se deparou com um grande desafio logístico a ser superado nesse momento: ***como viabilizar a construção da ESE sem comprometer as atuais missões desencadeadas pela 7ª Região Militar?***

Para superar esse e outros desafios, o Exército Brasileiro visualiza a criação de uma estrutura logística voltada para mitigar os óbices logísticos existentes e que se agravarão com a construção da ESE, qual seja: Complexo Logístico - Forte Castelo do Mar. O supracitado complexo logístico faz parte do projeto intitulado como Complexo Logístico - Forte Castelo do Mar e pretende reunir, de forma centralizada, as Organizações Militares Logísticas sediadas em Recife-PE: 7º Depósito de Suprimento, Parque Regional de Manutenção/7 e 14º Batalhão Logístico.

A concretização do projeto Complexo Logístico - Forte Castelo do Mar, que está sob a responsabilidade da 7ª Região Militar, será de suma importância para a sustentação logística no âmbito do Comando Militar do Nordeste, pois tornará o apoio logístico mais eficaz e eficiente, ao passo que atenderá a diretriz de racionalização do Comandante do Exército, que visa buscar a separação do ramo administrativo, do ramo logístico-operacional, para realizar com eficiência a gestão do bem público sob responsabilidade do Exército (BRASIL, 2014).

Em suma, acredita-se que a utilização da área cedida pelo governo do Estado de Pernambuco ao Exército Brasileiro (ao lado da arena Pernambuco) para a construção do Complexo Logístico - Forte Castelo do Mar, contribuirá para otimização do apoio logístico no âmbito da 7ª Região Militar, garantindo a prontidão logística para atender as

demandas das Organizações Militares apoiadas, incluindo a própria Escola de Sargentos do Exército.

5. Benefícios

A construção da ESE gerará inúmeros benefícios para a sociedade. Além das vantagens proporcionadas junto à formação dos futuros Sargentos do Exército Brasileiro, que contarão com moderna infraestrutura de ensino, outras já estão sendo visualizadas, sobretudo, nos campos ambiental e socioeconômico (BRASIL, 2023b).

O projeto executivo das instalações da ESE incorporará modernas técnicas de edificação sustentável. E diferentes parcerias com instituições, dos setores produtivo e de governo, já se articulam para que a população dos municípios circunvizinhos ao projeto se aproprie, da melhor forma, do impulso gerado pela previsível e considerável demanda por produtos e serviços, ao longo dos próximos anos (BRASIL, 2023b). Durante a construção do campo escolar, está prevista a geração de 11 mil empregos diretos e 17 mil empregos indiretos. Após a sua implantação, estima-se um aumento populacional flutuante de 6 mil pessoas na região, bem como um incremento de, pelo menos, 200 milhões de reais por ano na economia local (BRASIL, 2023b).

Além disso, entende-se que a criação do Complexo Logístico - Forte Castelo do Mar, na guarnição de Recife-PE, é tão importante quanto a criação da ESE. O citado Forte é a estrutura que proporcionará a eficaz e eficiente sustentação logística junto às diversas demandas da 7ª Região Militar, dentre elas as advindas do próprio estabelecimento de ensino militar em questão. Caso não ocorra a criação do complexo logístico, as demandas decorrentes da criação da ESE impactarão de forma direta no apoio logístico da 7ª Região Militar, refletindo indiretamente na qualidade da formação dos futuros Sargentos do Exército Brasileiro.

6. Considerações Finais

A criação da nova ESE trará grandes e importantes benefícios para a Força e para a sociedade, na medida em que os futuros Sargentos do Exército Brasileiro serão formados dentro dos padrões de excelência, favorecendo assim, a relevante capacitação técnica e operacional para enfrentar os diversos desafios da era do conhecimento.

Além disso, visualiza-se que o desenvolvimento socioeconômico da região circunvizinha à área destinada à construção da ESE será incrementado, aumentando a presença do Estado na região, bem como o investimento da iniciativa privada.

Porém, outros desafios precisam ser mensurados, em especial a logística da 7ª Região Militar em proveito da citada Escola, haja vista que as demandas atuais nessa área são grandes e sofrem, atualmente, com a obsolescência das suas infraestruturas logísticas.

Por fim, esse artigo pontua que o binômio Nova Escola de Sargentos do Exército e Complexo Logístico - Forte Castelo do Mar devem andar juntos, na mesma sintonia, rumo ao processo de transformação do Exército Brasileiro, que ratificará o ensinamento histórico de que qualquer empreitada militar só será bem-sucedida, se estiver alicerçada em uma prontidão logística que permita maior eficácia e efetividade para o atingimento dos objetivos estabelecidos.

"No campo das atividades militares, a logística é tudo ou quase tudo, exceto o combate" (Barão Antoine-Henri Jomini)

Referências:

ARAGÃO, Márcio Gregório Santos. **Nova Escola de Sargentos: influência da cultura estratégica na sua criação e expectativas na futura formação dos sargentos de carreira do Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2022. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 295 - EME, de 17 de dezembro de 2014 - Aprova a Diretriz de Racionalização Administrativa do Exército Brasileiro**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2020-2023**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 132 - EME, de 25 de junho de 2020 - Constitui o Grupo de Trabalho para apresentar linhas de ação para a criação da Nova Escola de Formação e Graduação de Sargentos de Carreira do Exército Brasileiro**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2020.

BRASIL. Comando Militar do Nordeste. **Estrutura Organizacional**. Brasil, 2023a. Disponível em: <https://cmne.eb.mil.br/2013-10-27-13-32-54>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

BRASIL. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Escola de Sargentos do Exército é tema central de evento em Pernambuco**. Brasil, 2023b. Disponível em: <http://www.decex.eb.mil.br/bem/noticias/676-escola-de-sargentos-do-exercito-e-tema-central-de-evento-em-pernambuco>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

COSTA, Hércules A. M. **A nova Escola de Formação e Graduação de Sargentos de Carreira do Exército Brasileiro.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2021. Rio de Janeiro: ECEME, 2021.

GARCIA, Alexandre. **Joia da Coroa.** EBlog, 2018. Disponível em: <https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/joia-da-coroa.html>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

A FORÇA DE PRONTIDÃO DA 10ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA E AS CONTRIBUIÇÕES PROPORCIONADAS PELO CICLO DE PRONTIDÃO*

*Luiz Antônio Freire de Paiva Junior¹
Tobias Machado Ferreira²*

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar as principais contribuições geradas pelo trabalho desenvolvido durante o ciclo de prontidão da Força de Prontidão (FORPRON) da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada (10ª Bda Inf Mtz), ocorrido entre 2021 e 2022, no Comando Militar do Nordeste. Tal escolha reside na experiência pessoal dos autores adquirida durante o ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Para alcançar o objetivo estabelecido inicialmente, este artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, apresenta-se o objetivo do artigo. Na sequência, discorre-se sobre a natureza político-estratégica das Forças de Prontidão. Posteriormente, apresenta-se os principais elementos que norteiam o sistema de prontidão da Força Terrestre. Após isso, descreve-se sobre o ciclo de prontidão da Força de Prontidão da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada e na fase final são realizadas algumas considerações sobre o tema.

2. A natureza político-estratégica das Forças de Prontidão

A FORPRON não é um projeto estanque da instituição. Pelo contrário, ela é decorrente da missão constitucional das Forças Armadas brasileiras e dos principais documentos de defesa do Brasil, senão vejamos:

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as Forças Armadas brasileiras, como instituições de Estado, destinam-se à defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e à garantia da lei e da ordem (BRASIL, 1988). Para definir e regular o trabalho desempenhado pelas Forças Armadas, o país conta com dois documentos de

* Artigo originalmente publicado em 16 de agosto de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro. Possui o CPEAEx na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

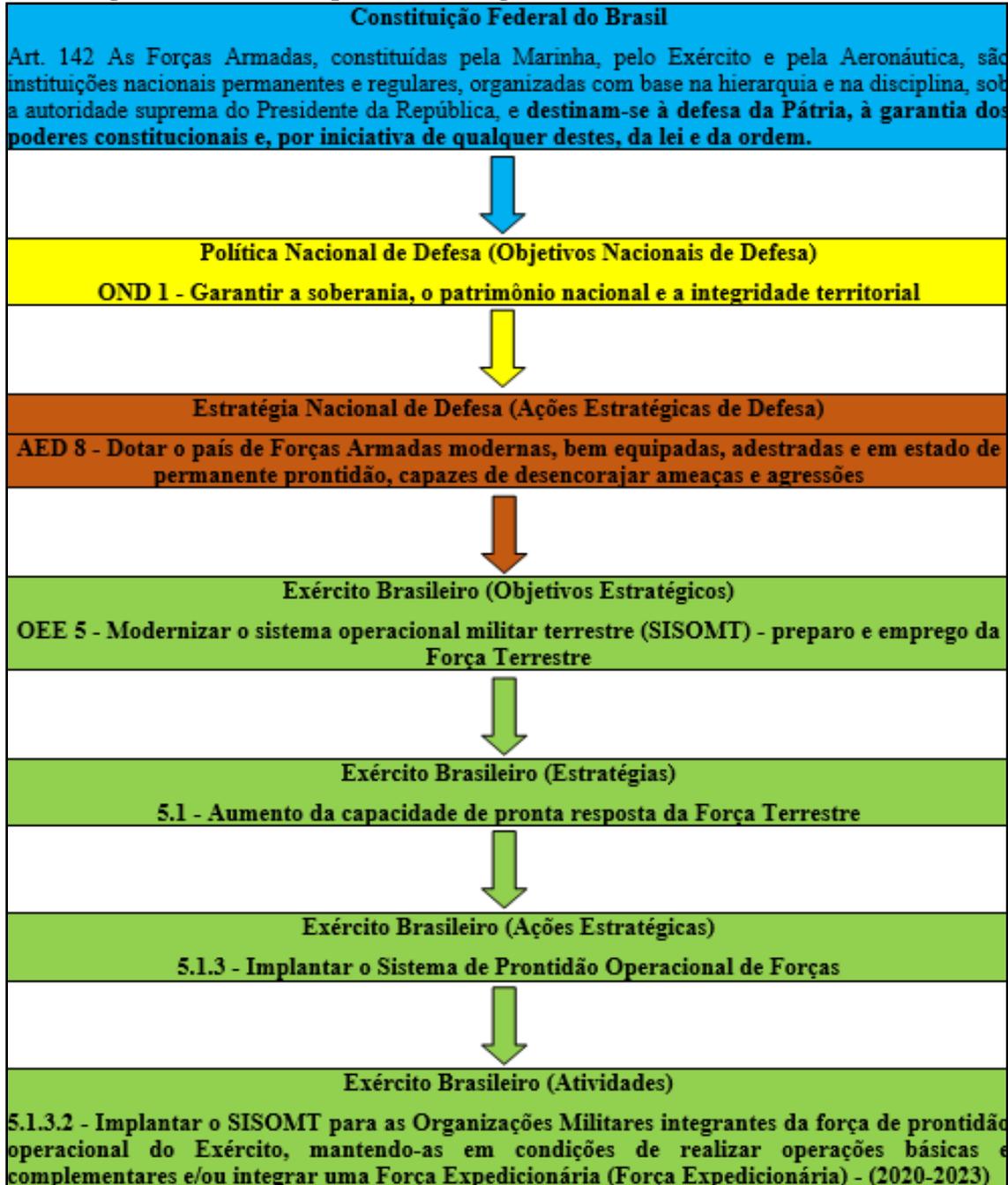
defesa, quais sejam: a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

A Política Nacional de Defesa, documento que trata os assuntos de defesa no mais alto nível, estabelece os objetivos nacionais de defesa do Brasil, os quais norteiam os esforços e movimentos a serem efetuados pelas Forças Armadas brasileiras durante o período de vigência do citado documento. A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, define as ações estratégicas de defesa que devem ser realizadas pelas Forças Armadas brasileiras com o fito de alcançarem os objetivos nacionais de defesa definidos pela PND (BRASIL, 2020).

Para realizar as ações estratégicas de defesa elencadas na END, as Forças Armadas brasileiras definem seus objetivos estratégicos, que também possuem suas respectivas estratégias, ações estratégicas, atividades a serem realizadas e as capacidades a serem adquiridas para tal (BRASIL, 2019a). Tendo como origem a Constituição Federal do Brasil, nota-se que os movimentos efetuados pelas Forças Armadas são decorrentes dos objetivos e das ações estratégicas estabelecidos nos documentos de defesa de mais alto nível do país: PND e END.

E assim, tendo como foco a missão constitucional das Forças Armadas brasileiras e estando alinhada com os principais documentos de defesa, a FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada possui a seguinte natureza político-estratégica:

Figura 1 - A natureza político-estratégica da FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz



Fonte: OS AUTORES, com base em BRASIL, 1988; BRASIL, 2019a.

3. O sistema de prontidão da Força Terrestre

Tendo em vista que a conjuntura contemporânea é marcada pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, torna-se fulcral destinar especial atenção para o sistema de prontidão da Força Terrestre. *Mas, o que vem a ser a Força Terrestre?*

De acordo com o manual de Doutrina Militar Terrestre, a Força Terrestre é o instrumento de ação do Exército Brasileiro, devendo estar organizada, preparada e estruturada com base em capacidades, a partir dos seguintes fatores determinantes:

doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI)³, com vistas ao emprego no amplo espectro dos conflitos (BRASIL, 2022a). Diante disso, o Exército Brasileiro adota o planejamento baseado em capacidades para gerar as forças necessárias para cumprir aquilo que está definido nos principais documentos que norteiam o emprego e as ações das Forças Armadas brasileiras.

Decorrente dessa realidade e da necessidade em possuir uma tropa em permanente estado de prontidão, o Exército Brasileiro implementou um projeto junto a Força Terrestre denominado de Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON), que nada mais é do que um sistema encarregado de planejar, coordenar e controlar, em estreita ligação com o Comandos Militares de Área, o adestramento de determinadas Forças de Prontidão, mantendo dessa forma, o estado de prontidão requerido nos dias atuais (BRASIL, 2022b).

Atualmente, o Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre engloba 10 Brigadas e determinados módulos especializados no território nacional, sendo 06 Brigadas encarregadas de instituir Forças de Emprego Estratégico e 04 Brigadas encarregadas de implementar Forças de Emprego Geral. A Brigada contemplada por esse projeto deve envidar esforços para possuir, ao menos, uma Força de Prontidão sob sua responsabilidade (BRASIL, 2019a).

É dessa forma que o sistema de prontidão do Exército Brasileiro está concebido e sistematizado atualmente. Com foco na Força Terrestre, a instituição busca potencializar as forças militares existentes, agregando poder de combate e gerando as capacidades necessárias para fazer frente aos desafios do século XXI.

4. A 10ª Brigada de Infantaria Motorizada e o SISPRON

A 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, por sua vez, se insere no SISPRON como sendo a responsável por implementar uma FORPRON de emprego geral (BRASIL, 2019b), a qual foi submetida ao processo de certificação em 2021 e 2022, pelo Comando de Operações Terrestres. Sua missão está descrita da seguinte forma:

“A fim de cooperar com o Comando Militar do Nordeste (CMNE), mantendo-se em permanente estado de prontidão, ficar preparada para cumprir as seguintes missões: 1) constituir-se como Força de Emprego Geral do CMNE, pronta para atuar no mais curto prazo, em área desse Comando Militar; 2) realizar defesa territorial, preferencialmente em sua área de atuação e em toda a Região Nordeste;

³ DOAMEPI: acrônimo dos 7 fatores determinantes (Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura) para geração de capacidades.

A FORPRON da 10ª BdaInf Mtz e as contribuições proporcionadas pelo ciclo de prontidão

3) realizar Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na Zona de Segurança Integrada (ZSI) de responsabilidade do CMNE ou em apoio a outro Comando Militar de Área; 4) apoiar a Defesa Civil; 5) atuar no processo de desenvolvimento regional e bem-estar social, para dar efetividade às ações do governo em operações emergenciais por intermédio de Ações Subsidiárias; e 6) participar de operações internacionais” (BRASIL, 2022c, p. 4).

Para cumprir essa missão, a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada está organizada da seguinte forma:

Figura 2 - Organograma da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada



Fonte: BRASIL, 2023.

De acordo com a figura anterior, a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada está composta pelas seguintes Organizações Militares: quatro Batalhões de Infantaria Motorizado (14º BI Mtz; 59º BI Mtz; 71º BI Mtz e 72º BI Mtz); um Grupo de Artilharia de Campanha (7º GAC); um Batalhão Logístico (14º B Log); um Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (10º Esqd C Mec); uma Companhia de Engenharia (10ª Cia E Cmb); uma Companhia de Comunicações (7ª Cia Com); uma Companhia de Comando (Cia C/ 10ª Brigada de Infantaria Motorizada); e um Pelotão de Polícia do Exército (10º Pel PE).

5. O ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada

O ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada teve a duração de 12 meses e foi dividido em 3 (três) fases: preparação, certificação e prontidão (BRASIL, 2022a). A fase de preparação teve a duração de 3 meses. A fase de certificação por sua vez, teve a duração de 1 mês. E a fase de prontidão teve a duração de 8 meses, totalizando 12 meses.

Conforme descrito anteriormente, a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada dedicou três meses ao seu preparo para a certificação, ocasião em que constituiu a Força-Tarefa 71º Batalhão de Infantaria Motorizado e a Força-Tarefa 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, respectivamente. Nesse período, foram realizadas diversas atividades, como seleção de pessoal, mobilização de material, manutenção, aquisição de materiais e

instruções para nivelamento de conhecimento. O nivelamento das instruções foi dividido em duas partes. A primeira parte enfatizou o treinamento do grupo de combate e pelotão, com foco nas seguintes instruções: comunicações; treinamento físico militar; armamento; primeiros socorros em combate; orientação e navegação; dentre outras. A segunda parte focou o adestramento nível subunidade, o qual visava ao atingimento dos seguintes objetivos de adestramento: marcha para o combate; ataque coordenado; defesa de área; operações de substituição; operações em áreas edificadas, operações aeromóveis; e proteção de estruturas estratégicas.

Após a fase de preparação, ocorreu a certificação propriamente dita, que teve a duração de quatro semanas (1 mês). Nessa oportunidade, foram realizadas as simulações construtiva, virtual e viva, todas ocorridas dentro de um tema tático coerente com as missões da Grande Unidade, previstas nas hipóteses de emprego visualizadas pelo Exército Brasileiro (BRASIL, 2022a).

Durante a simulação construtiva, após receber as ordens do escalão superior, a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada realizou o exame de situação de acordo com o processo de planejamento e condução das operações terrestres (PPCOT) e elaborou os produtos necessários para o cumprimento da missão. Concomitantemente, a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada emitiu as ordens de alerta e as unidades subordinadas iniciaram os seus planejamentos. Após a emissão da ordem de operações pelo comando da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, os planos foram reajustados e finalizados. Ato contínuo, o comando e o Estado-Maior da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada e das Organizações Militares subordinadas realizaram a condução do exercício de simulação construtiva, que ficou sob a direção da 7ª Divisão de Exército. Nessa oportunidade, diversos problemas militares simulados foram inseridos pela direção do exercício, pelo que exigiu flexibilidade e capacidade de decisão dos comandantes em todos os níveis.

Após a simulação construtiva, ocorreu a simulação virtual, que ficou sob a coordenação da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada. Os quadros de todas as subunidades de infantaria (capitães, tenentes e sargentos comandantes de grupo de combate) da FORPRON participaram da atividade, utilizando o sistema *Virtual Battlespace 3* (BRASIL, 2022d). Pelo que se pôde observar *in loco*, a simulação virtual proporcionou aos comandantes dos escalões subunidade, pelotão e grupo de combate, a oportunidade de exercitarem as técnicas, táticas e procedimentos estudadas e treinadas durante a fase de preparação. Vale destacar que essa parte do exercício também permitiu

simular o combate em primeira pessoa, ampliando a flexibilidade dos comandantes para a tomada de decisões nos menores escalões.

Depois da simulação virtual, houve a simulação viva, que consistiu em um exercício no terreno, dentro de um quadro de operações ofensivas e defensivas. Utilizando seus meios de campanha, a FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada realizou a concentração estratégica na área de operações, na guarnição de Garanhuns-PE. Após a realização do apronto operacional, foram emitidos os planos e ordens, foram realizadas diversas atividades como marcha para o combate, ataque coordenado, ataque e defesa de localidade, defesa de área, emprego da engenharia, operações aeromóveis, desdobramento de base logística de Brigada, dentre outras ações militares (BRASIL, 2022d). Para proporcionar maior realismo ao exercício simulado, foram utilizados inúmeros meios do Centro de Adestramento Leste, como o dispositivo de simulação de engajamento tático, além da participação de observadores e controladores do adestramento nos níveis Estado-Maior, subunidade, pelotão, grupo de combate, elementos de apoio ao combate e elementos de apoio logístico da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada. Não pode deixar de ser citada a participação da força oponente durante o exercício, que possibilitou a realização do exercício de dupla ação, proporcionando maior dinamismo para a simulação viva (BRASIL, 2022d).

Após a certificação, ocorreu a última fase do ciclo de prontidão, qual seja: a prontidão propriamente dita. Nesse período, que teve a duração de 8 meses, as tropas certificadas permaneceram à disposição da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada para acionamento, caso necessário. Cabe salientar que a Força de Prontidão da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada manteve seu adestramento na fase de prontidão, incluindo a participação nos exercícios do programa de adestramento avançado do Comando Militar do Nordeste, notadamente a operação Guararapes.

Em 2021 e 2022, a operação Guararapes ocorreu imediatamente após a certificação da FORPRON e incluiu atividades como a segurança de infraestruturas estratégicas (usina hidrelétrica de Paulo Afonso, aeródromos locais e outras instalações); a garantia da votação e da apuração, dentre outras, caracterizando as operações no amplo espectro. Durante a operação Guararapes, merece destaque os grandes deslocamentos para a concentração dos meios na área de operações, o emprego de aeronaves da aviação do Exército para reconhecimento, ataque e assalto aeromóvel, bem como a integração com os módulos especializados da Força Terrestre (elementos de defesa química, biológica,

radiológica e nuclear, de operações especiais, de guerra cibernética, de guerra eletrônica e de comunicação social) (BRASIL, 2022d).

6. Considerações finais

Pelo exposto, pode-se inferir que o ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, realizado entre 2021 e 2022, representou um ponto de inflexão no nível de operacionalidade daquela Grande Unidade, pois gerou contribuições relevantes para o incremento da prontidão operacional do Comando Militar do Nordeste. Tendo como base o acrônimo DOAMEPI, este artigo passa a discorrer sobre as contribuições geradas pelo ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada.

No tocante ao fator **doutrina**, o ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada contribuiu para a ratificação da base doutrinária que envolve aquela Grande Unidade, na medida em que a doutrina foi baseada nas hipóteses de emprego, nas missões, atividades e tarefas atinentes à 10ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Quanto ao fator **organização**, a Força-Tarefa 71º Batalhão de Infantaria Motorizado e Força-Tarefa 72º Batalhão de Infantaria Motorizado contribuíram para a integração das capacidades operacionais da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, apresentando estruturas modulares capazes de atender as alternativas de emprego da Brigada, com possibilidade de alteração do poder de combate, conforme a situação exija.

Com relação ao fator **adestramento**, ficou notório o aumento do nível de adestramento das tropas do Comando Militar do Nordeste que participaram do ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada. A prática constante de atividades de campanha, associada à realização de instruções voltadas para o adestramento, potencializou a operacionalidade das tropas da citada brigada.

No que concerne ao fator **material**, nota-se que as contribuições do ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada ficaram evidenciadas pela aquisição ou fornecimento de material de emprego militar, buscando atender ao quadro de distribuição de material, bem como o remanejamento entre as unidades subordinadas para ampliar o poder de combate da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada. Nesse contexto, destacam-se o recebimento de fuzis IA-2, a distribuição de material de campanha e a verificação da prontidão logística.

A FORPRON da 10ª BdaInf Mtz e as contribuições proporcionadas pelo ciclo de prontidão

O fator **educação** ficou comprovado em todas as fases do ciclo de prontidão, especialmente na fase de preparação. Nesse aspecto, as contribuições do ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada foram significativas, uma vez que se buscou a capacitação e a habilitação dos integrantes da citada Brigada.

No tocante ao fator **pessoal**, as contribuições do ciclo de prontidão da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada estiveram diretamente relacionadas à organização dos recursos humanos para a geração de capacidades operacionais. A higidez física, a questão profissional e a moral dos integrantes são apenas alguns, dos inúmeros vetores que tiveram seus aspectos valorizados com a realização das atividades do ciclo de prontidão. Observou-se ainda, o aumento da coesão e o espírito de corpo dos integrantes da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Quanto ao fator da **infraestrutura**, ficou evidente a melhoria de algumas instalações, como alojamentos, salas de instrução, estande de tiro, serviço de aprovisionamento, dentre outras estruturas, proporcionando um ambiente adequado à preparação das tropas da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Dessa forma, ficou evidenciada a importância da inclusão da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada no SISPRON e sua contribuição para o incremento das capacidades operacionais daquela Grande Unidade do Comando Militar do Nordeste. Por fim, é lícito afirmar que o ciclo de prontidão da Força de Prontidão da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada renovou o espírito operacional do combatente do nordeste brasileiro, contribuindo para a ampliação do poder militar terrestre.

Referências:

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. **Plano Estratégico do Exército 2020 - 2023**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz Organizadora do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON)**. Brasília: COTER, 2019b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa - 2020**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre - EB20-MF-10.102**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2022a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação Social. **Sistema de Prontidão**. Revista Verde Oliva, nº 257, 2022. Brasília, 2022b.

BRASIL. Exército Brasileiro. 10ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Plano de Gestão da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada**. Recife: 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, 2022c.

BRASIL. Exército Brasileiro. 10ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Relatório da Certificação da FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz**. Recife: 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, 2022d.

BRASIL. Exército Brasileiro. 10ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Organograma da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada**. Brasil, 2023. Disponível em: <http://10.47.0.2/imagens//2021/ImagensBanner/Organograma.jpg>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

COMANDO CONJUNTO DA AMAZÔNIA LEGAL*

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira¹

A Amazônia Legal, território que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e do Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44 (BRASIL, 2007a) reúne 772 municípios e possui uma área total de 5.015.146,008 km², o que representa cerca de 60% do território nacional. Este território, considerado prioritário e de grande interesse geoestratégico para o Brasil (BRASIL, 2020b), oferece ao planejador militar uma miríade de ameaças, mormente relacionadas a crimes e segurança (mineração ilegal, pesca ilegal, queimadas, tráfico de drogas e de pessoas, problemas migratórios e biopirataria), ameaças que obedecem ao novo paradigma do alargamento do conceito de segurança (MIGON, 2014).

Não há que olvidar, contudo, da necessidade do Brasil possuir tropas permanentemente preparadas para a defesa da pátria (Brasil, 2007b), diretamente focadas nas ameaças convencionais proporcionadas pelos Estados, ávidos por repor recursos que se tornam cada vez mais escassos no mundo atual. Ademais, a falta de estradas e os obstáculos impeditivos para tropas de natureza motorizada ou mecanizada, tornam o deslocamento neste teatro de operações bastante complexo, o que torna a Amazônia Legal um ambiente operacional único no Brasil. Mesmo que estando aptas a desenvolver operações ribeirinhas de forma singular (BRASIL, 2020a), nenhuma das Forças Armadas consegue nela operar plenamente sozinha

As Forças Armadas estão presentes nessa área através de Comandos Militares de Área: a Marinha do Brasil com três distritos navais (4º Distrito Naval, 6º Distrito Naval e 9º Distrito Naval), a Força Aérea Brasileira com três Comandos Aéreos Regionais (I Comando Aéreo Regional, VI Comando Aéreo Regional e VII Comando Aéreo Regional) e o Exército Brasileiro com três Comandos Militares de Área (Comando Militar do Norte, Comando Militar do Oeste e Comando Militar da Amazônia).

O ambiente operacional molda a atuação das Forças Armadas, obrigando-as a realizarem um planejamento e execução conjuntos das operações militares, de acordo com o exposto pelo Chefe do Estado-Maior do 9º Distrito Naval, pelo Chefe do Estado-

* Artigo originalmente publicado em 12 de setembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Capitão de Corveta da Marinha do Brasil e doutorando em Ciências Militares da ECEME.

Maior do Comando Militar da Amazônia e pelo Comandante da VII Comando Aéreo Regional, em palestras realizadas na manhã do dia 14 de agosto de 2023 durante a viagem de Estudos Estratégicos do curso de Comando e Estado-Maior do Exército.

A composição de “forças-tarefas” específicas para determinadas missões enseja a formação e estabelecimento de um Comando Conjunto da Amazônia Legal, estrutura que permite maior sinergia entre as forças militares da região, ao mesmo tempo que se oferece maior poder formal de dissuasão para Estados que queiram se aventurar a contestar a soberania brasileira na região. Comungando todas as tropas localmente disponíveis, este Comando Conjunto terá por sede Manaus, sendo diretamente subordinado ao Chefe de Operações Conjuntas em Brasília.

Propõe-se que possua como comandante um General de Divisão e Chefe do Estado-Maior oficiais generais da Marinha do Brasil (Contra-Almirante) ou da Força Aérea Brasileira (Major-Brigadeiro-do-Ar) de forma rotativa. Dessa forma, acredita-se que a Força Conjunta esteja apta a rapidamente organizar forças-tarefas com componentes navais, terrestres e aéreos, cuja dosagem permitirá aos envolvidos o tempo necessário de mobilização, respeitadas as regras e planos singulares vigentes.

Para tanto, este Comando Conjunto da Amazônia Legal deverá ter, a sua disposição, uma Força Conjunta Ribeirinha criada *ad hoc*, com alto nível de prontidão operativa, elevada flexibilidade e destacada mobilidade, devendo ser formada por tropas do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira.

A criação desse Comando Conjunto também contribuirá para a consecução de um dos cinco macroprojetos do Exército Brasileiro, qual seja: o projeto Amazônia Protegida, que estabelece ações para o fortalecimento da estrutura operacional e logística do Comando Militar da Amazônia, do Comando Militar do Norte e do Comando Militar do Oeste, além de ampliar o Sistema de Proteção da Amazônia, produzindo conhecimento e informações para suporte às políticas públicas na região, tais como as de segurança, de proteção ao meio ambiente, de educação ambiental, de inclusão digital, de distribuição de renda, de regularização fundiária e à repressão a ilícitos na região (BRASIL, 2016).

Almeja-se com esta proposta permitir maior sinergia entre as Forças Armadas brasileiras, através de um Estado-Maior permanentemente ativado, alimentado por informações atualizadas oriundas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) em articulação com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, que repassará dados de inteligência de outras agências interessadas como Polícia Federal, Receita Federal, IBAMA e FUNAI (BRASIL, 2016).

Comando Conjunto da Amazônia Legal

Outro objetivo consiste em apoiar a política externa brasileira (BRASIL, 2007b), mostrando a convicção da defesa da Amazônia, particularmente quanto aos crimes nela cometidos, ponto que se tem mostrado de grande importância, como visto na declaração de Belém (BRASIL, 2023). Isso também converge com o pensamento geopolítico brasileiro, que prioriza as questões do desenvolvimento e da integração do espaço continental brasileiro, com maior atenção à questão das fronteiras e da Amazônia (MIGON, 2014).

Convém destacar que, em nenhum momento os meios ou a estrutura administrativa dos Comandos Militares ficarão subordinados a esse Comando Conjunto, postura que atente ao princípio de guerra economia de meios (BRASIL, 2007b) e permite maior facilidade na manutenção dos objetivos, haja vista seu estabelecimento para missões operacionais efetivas, deixando o preparo da tropa aos seus comandos das forças singulares, fomentando a unidade de comando no mais alto escalão e uma mentalidade militar unificada em todos os níveis (BRASIL, 2011). A utilização de tropas locais permite maior prontidão, devido ao fato de já terem sido aclimatadas e adaptadas às condições geográficas e climáticas do teatro de operações (BRASIL, 2020a).

A imensidão da Amazônia Legal, bem como os desafios hodiernos impelem uma ação conjunta entre as Forças Armadas brasileiras, não apenas para contrapor-se às ameaças contemporâneas, como também para oferecer a dissuasão adequada às ameaças de defesa convencionais.

A sugestão de criação de um Comando Conjunto da Amazônia Legal constitui-se em bom exercício, pois permite que as tropas sejam rapidamente adjudicadas a uma estrutura de planejamento perenemente ativada, garantindo menor tempo de resposta a possíveis sinistros que venham ocorrer.

Obedecidos os princípios da guerra, as singularidades e autonomia de preparo e emprego de cada Força Singular, e a necessidade de se evoluir na mentalidade da integração entre as Forças Armadas brasileiras, a criação desse comando constitui-se em excelente oportunidade para o adequado arranjo de meios materiais de poder em prol da defesa da Amazônia Verde.

Acredita-se que o estabelecimento de um Comando Conjunto, diretamente subordinado ao Chefe de Operações Conjuntas, permanentemente ativado, contribuirá para a maior sinergia entre as Forças Armadas brasileiras, para a melhor elaboração do planejamento do emprego conjunto das Forças e para dar maior poder de dissuasão

(BRASIL, 2010), seja contra as ameaças complexas do século XXI, seja contra qualquer Estado.

Referências:

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007**. Brasília: Presidência da República, 2007a.

BRASIL. **Lei Complementar nº 136, de 3 de janeiro de 2010**. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Operações Conjuntas- Vol. 1**. Brasília: Ministério da Defesa, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Operações Ribeirinhas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.

BRASIL. Presidência da República. **Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica. Brasil, 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica. Acesso em: 16 agosto 2023.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **Planeando a defesa: algumas reflexões**. Revista de Ciências Militares, nº II, Vol.1, p. 41-63, 2014.

O PERFIL DO LÍDER MILITAR BRASILEIRO PARA O HORIZONTE DE 2040*

Luiz Augusto Fontes Rebelo¹

1. Introdução

Sendo uma competência muito valorizada no estamento militar, a liderança militar pode ser definida como um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos (BRASIL, 2011). Nos Estados Unidos da América, a liderança militar pode ser definida como um processo, pois leva tempo para se conquistar, e o tempo varia de acordo com as características de cada líder (EUA, 2019). Ou seja, no entendimento dos norte-americanos, a liderança militar é uma habilidade que pode ser desenvolvida ao longo da carreira.

Na era do conhecimento, marcada por um cenário de constantes incertezas e instabilidade, o profissional militar constituirá, com ênfase ainda maior que no passado, fator determinante, não somente para o êxito das operações, mas também para o aumento de credibilidade da instituição perante a sociedade (BRASIL, 2023a). Atualmente, as rápidas mudanças e a absorção ininterrupta de conhecimento são os novos paradigmas a serem superados, vindo a exigir uma nova postura dos profissionais militares e da Força Terrestre, voltados para uma realidade diferenciada e emergente. Nesse sentido, o fator liderança, indubitavelmente, passa a ser a chave para o processo de transformação do Exército Brasileiro.

Em 2023, o Exército Brasileiro publicou o conceito operacional do Exército Brasileiro (COEB), que nada mais é do que um documento que direciona como a Força Terrestre será empregada, face aos desafios futuros, no horizonte de 2040 (BRASIL, 2023b). Em síntese, tal documento destaca que para a Força obter sucesso nesse cenário de complexidade e incerteza, é necessário uma sólida formação profissional de homens e mulheres, alicerçada por uma conduta ética impecável.

Diante da importância desse tema para o Exército Brasileiro, este artigo tem como objetivo apresentar as principais competências do líder militar do futuro. Para tanto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente é realizado um breve debate sobre

* Artigo originalmente publicado em 19 de setembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro. Possui o CPEAEx na ECEME.

a definição de liderança militar, seguida da exposição do objetivo deste artigo. Na sequência, aborda-se a liderança militar sob uma perspectiva histórica. Em seguida, são apresentadas as principais competências desejáveis para o líder militar no futuro. Na parte final, este artigo destaca a importância do exercício da liderança na esfera militar.

2. A História Militar e a Liderança Militar

A história militar atesta que a liderança sempre foi o alicerce das tropas coesas, motivadas e aguerridas. No Brasil, o culto a líderes militares confunde-se com a própria história militar brasileira. Diversas personalidades, através da aplicação pessoal e profissional, servem de inspiração para as gerações atuais.

Os conflitos armados pretéritos também evidenciam as dificuldades encontradas pelos comandantes na condução de seus soldados em combate. Nas situações de paz relativa, quando homens e mulheres integram uma determinada fração, geralmente as ordens dos comandantes são cumpridas, sem melindres. Já nos momentos de crise e, mormente, nos conflitos armados, a tropa só obedecerá voluntariamente às ordens recebidas afiançados por seus comandantes.

Por conseguinte, quando os pilares da hierarquia e da disciplina são integrados em um contexto em que os comandantes desenvolvem laços sólidos de liderança com os subordinados, a missão é cumprida de maneira adequada, mesmo em meio a pressões, riscos e dificuldades extremas.

De acordo com o manual de liderança do Exército Brasileiro, as formas de liderança são a direta e a indireta (BRASIL, 2011). O profissional militar que exerce a liderança direta está na “linha de frente”, interagindo frequentemente com o grupo. A liderança indireta, por sua vez, se caracteriza pela influência do líder em outros chefes subordinados a ele (BRASIL, 2011).

Ao longo da carreira, o profissional militar desenvolve a *práxis* da liderança firmada nos valores castrenses da disciplina, coesão, espírito de corpo, camaradagem, patriotismo e honra, vitais para a formação e consolidação do *ethos* militar.

3. As competências do líder militar para o horizonte de 2040

A era do conhecimento apresenta um novo e desafiador ambiente para os líderes militares. O profissional militar, para o horizonte de 2040, deve ter a capacidade de liderar e tomar complexas decisões que possam demandar o emprego da força militar em

ambientes humanizados, em operações internacionais ou interagências, muitas vezes com grande sensibilidade cultural.

Em vista dessa realidade, a primeira recomendação deste artigo é a ***importância dos valores morais e éticos*** para um militar. Tal atributo é importante, vez que é fundamental que as decisões tomadas pelos Chefes sejam calcadas em sólidos valores morais e éticos internalizados ao longo de toda a sua carreira.

A segunda recomendação deste artigo é sobre o ***constante autoaperfeiçoamento***. Com o aumento da participação de militares brasileiros em operações de paz sob a égide da ONU e o crescimento de militares brasileiros realizando cursos em países amigos, é fundamental que o militar esteja habilitado em outros idiomas. Além disso, para que o militar possa compreender o ambiente que poderá ser inserido, é desejável que ele adquira e mantenha atualizado, a consciência cultural e cognitiva da conjuntura internacional, realidade que evidencia a necessidade do constante autoaperfeiçoamento.

A terceira recomendação deste artigo é sobre a ***necessidade de estar letrado tecnologicamente***. Num ambiente cada vez mais complexo, onde o homem se encontra cada vez mais dependente da tecnologia, é determinante que o líder militar esteja apto a operar equipamentos com elevado grau de tecnologia agregada, em cenários complexos de guerra e não guerra, à luz de arraigados princípios éticos e morais, fundamentados na legalidade, agindo com autonomia e pensamento crítico (BRASIL, 2023c). Consoante com a necessidade de operar produtos de defesa de alta tecnologia, urge ao líder militar ser flexível e detentor de motivação para o autoaperfeiçoamento contínuo.

A quarta consideração deste artigo é sobre a ***centralidade dos princípios e a influência social***. No Fórum Econômico Mundial, realizado em 2020, a liderança centrada em princípios e na influência social foi a 6ª habilidade mais requisitada em um profissional na atualidade. “Nada é tão contagioso como o exemplo”. Frase extremamente atual e que foi proferida por *François La Rochefoucauld* no século XVII, e simplifica, de maneira fidedigna, a importância do exemplo, nos dias atuais. E para ser exemplo é preciso, antes de mais nada, que o profissional militar seja ético e exigente consigo mesmo, tarefa extremamente árdua.

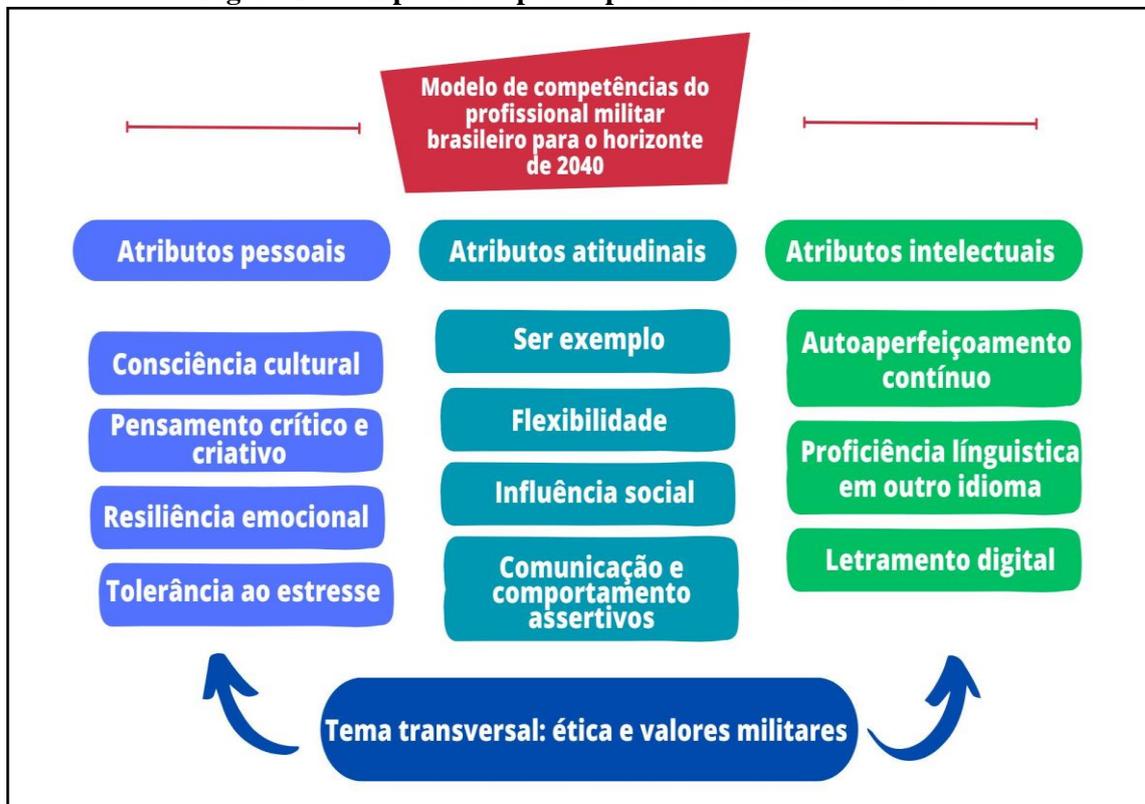
A quinta consideração deste artigo é sobre a ***capacidade de discernimento***. Na era da informação, onde o cenário é marcado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, torna-se essencial que os profissionais militares adquiram a capacidade de discernir. Entre uma inundação de dados e informações, quais informações e dados são significativos e quais têm a intenção de gerar confusão e desorientação? Isso requer ao

militar a necessidade de desenvolver o pensamento crítico a fim de deter a sensibilidade para compreender os contextos.

A sexta consideração deste artigo é a **resiliência emocional**. Ser resiliente denota possuir a capacidade de se adaptar, enfrentar e superar adversidades, desafios, traumas ou situações estressantes, comuns a atividade militar, mantendo uma atitude positiva e voltada para soluções. É a habilidade de resistir à pressão, lidar com a incerteza e se recuperar emocionalmente após passar por experiências difíceis. Percebe-se que a tolerância ao estresse está associada a resiliência, permitindo ao profissional militar manter o equilíbrio diante de contextos adversos.

A sétima e última consideração deste artigo é sobre a **capacidade de se comunicar**. Comunicar-se e comportar-se de maneira assertiva é uma habilidade essencial nos dias atuais. Uma comunicação eficaz envolve a capacidade de transmitir informações de forma clara, compreensível e assertiva, garantindo que a mensagem seja entendida pelos liderados. Basicamente, é fazer o que tem que ser feito e dizer o que tem que ser dito, sempre respeitando o subordinado. Ademais, o profissional assertivo sabe ouvir e dizer não quando necessário. Na figura abaixo, está ilustrado um resumo das competências essenciais do profissional militar do futuro.

Figura 1 - Competências para o profissional militar de 2040



Fonte: O AUTOR, 2023.

4. Considerações finais

Nos dias atuais, cabem aos líderes militares possuírem as competências adequadas às exigências operacionais da Força Terrestre, aptos a empregar os armamentos e equipamentos modernos por meio de uma doutrina autóctone.

Nesse contexto, as competências pessoais, atitudinais e intelectuais, necessárias ao exercício dos cargos e à execução de operações militares, deverão ser adquiridas, desenvolvidas e internalizadas pelos militares ao longo de suas carreiras, cujos valores são considerados fundamentais pela Força. O manual de liderança do Exército Brasileiro deixa bem claro que um líder não precisa possuir todas as competências desejáveis. Entretanto, deve esmerar-se para somar o máximo dessas qualidades, as quais facilitarão sobremaneira sua capacidade de atuação (BRASIL, 2011).

Por óbvio, não se pretende esgotar o assunto nessa breve reflexão, senão, apresentá-lo para que os líderes militares, em formação ou formados, para que se sensibilizem e se conscientizem sobre o exercício da liderança militar, com preocupação central no processo de desenvolvimento e na busca por resultados práticos.

Referências:

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha C 20-10 Liderança Militar**. Brasília: Exército Brasileiro, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz de Pessoal do Exército Brasileiro 2023 - 2027**. Brasília: Exército Brasileiro, 2023a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos - Conceito Operacional do Exército Brasileiro: Operações de Convergência 2040**. Brasília: Exército Brasileiro, 2023b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz de Educação e Cultura do Exército Brasileiro 2023 - 2027**. Brasília: Exército Brasileiro, 2023c.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Headquarters, Department of Army. **Field Manual 6-22: Leader Development**. Washington: Department of Army, 2019.

A FORÇA DE PRONTIDÃO LOBO D'ALMADA NA CRISE YANOMAMI*

*Nilton Fabiano Velozo Lins¹
Pedro Alcântara Xavier²*

1. Introdução

Em dezembro de 2022, três crianças da população *Yanomami* vieram a óbito, fato que motivou a atuação do Ministério da Saúde, que elaborou o relatório sobre a missão *Yanomami* (BRASIL, 2023a), o qual visava estabelecer um diagnóstico e recomendar ações para superar esse desafio. A questão ganhou relevância e, nos primeiros meses de 2023, o Brasil ganhou destaque nos noticiários nacionais e internacionais com a crise *Yanomami*, cujas manchetes destacavam os problemas de saúde e os casos de desnutrição envolvendo integrantes da população *Yanomami*, situação que exigiu uma resposta rápida do Estado Brasileiro e, consequentemente, das Forças Armadas brasileiras.

Assim, em 20 de janeiro de 2023 foi editado um decreto criando um comitê de coordenação (BRASIL, 2023b) e, dez dias após, foi elaborado outro dispositivo legal dispondo sobre as medidas necessárias para o enfrentamento da questão sanitária e de combate ao garimpo ilegal (BRASIL, 2023c). Em ambas as iniciativas, foram atribuídas tarefas ao Ministério da Defesa e, consequentemente, às Forças Armadas, que em função do permanente estado de prontidão, contribuíram destacadamente no enfrentamento da questão.

Diante desses elementos, este artigo procura apresentar o papel desempenhado pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, ou Brigada Lobo D'Almada, no enfrentamento à crise apresentada. Para alcançar este objetivo, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente são apresentados fatos e acontecimentos antecedentes à crise *Yanomami*. Posteriormente, é discorrido sobre a população *Yanomami*, seguido de uma apresentação sobre a 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Após, o artigo destaca as ações, resultados e perspectivas da operação *Yanomami* - 2023. Na fase final, realizam-se considerações sobre a população *Yanomami*, as tropas militares empregadas e a operação *Yanomami* - 2023 propriamente dita.

* Artigo originalmente publicado em 29 de setembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro. Possui o CPEAEx na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

2. A população *Yanomami*

Os *Yanomamis* ocupam uma área de aproximadamente 96 mil km² no território brasileiro (GUITARRARA, 2023). Se fosse um Estado, a reserva *Yanomami* ocuparia uma área equivalente ao Estado Pernambuco, Santa Catarina ou três vezes o Estado de Alagoas. Além dessa expressiva extensão territorial, a região possui precária infraestrutura e se caracteriza por conter relevo montanhoso e vegetação de floresta, dificultando o acesso e a presença do Estado que, na maioria das vezes, adentra na reserva *Yanomami* apenas pelo modal aéreo.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estima que vivem na região em torno de 27 mil indígenas, distribuídos em cerca de 360 comunidades (FUNAI, 2022). Mesmo com mesma cultura e idioma, as aldeias possuem autonomia, cada uma seguindo suas próprias regras. O Instituto Socioambiental (ISA) apresenta outras características dos *Yanomamis* e destaca que a área ocupada se estende pelo país vizinho da Venezuela.

“Os *Yanomami* formam uma sociedade de caçadores-agricultores da floresta tropical do norte da Amazônia cujo contato com a sociedade nacional é, na maior parte do seu território, relativamente recente. Seu território cobre, aproximadamente, 192.000 km², situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela na região do interflúvio Orinoco - Amazonas (afluentes da margem direita do rio Branco e esquerda do rio Negro)” (ISA, 2023, n.p.).

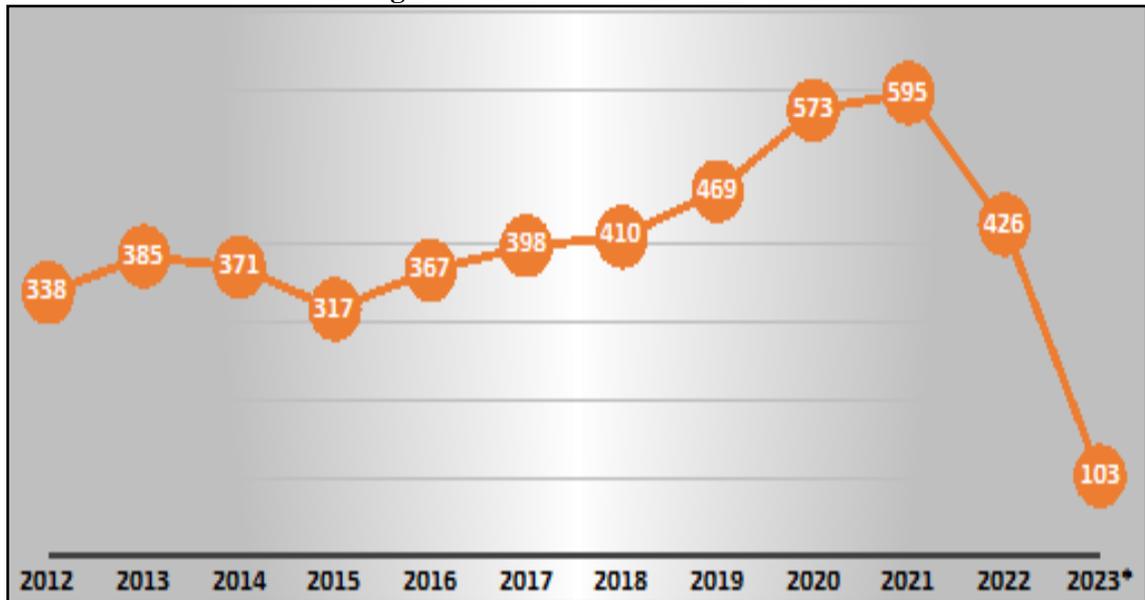
O garimpo ilegal na reserva *Yanomami* é um problema antigo. No início dos anos 1990, a presença dos garimpeiros foi um dos principais argumentos que pressionaram o governo brasileiro na demarcação do território. Esse problema continuou nas décadas seguintes, quase sempre fomentando operações militares com o emprego do Exército Brasileiro.

Apesar da gravidade do problema, este poderia ser ainda maior se não houvesse a presença do Exército Brasileiro no interior da reserva, representado por dois Pelotões Especiais de Fronteira localizados em Surucucu-RR e Auarís-RR, assim como a capacidade logística das Forças Armadas brasileiras. Instalados no final dos anos 1980, tais Pelotões Especiais de Fronteira se tornaram na principal, ou na maioria das vezes, na única representação do Estado Brasileiro na região.

A mortalidade entre os *Yanomamis* também é uma questão antiga. Vivendo na floresta e sem contar com os serviços rotineiros do Estado, os indígenas estão sujeitos às adversidades do ambiente. Essa questão, somada à cultura e ao isolamento geográfico de algumas comunidades, potencializa os casos graves de saúde, provocando inúmeros óbitos, motivado às vezes por questões simples. O relatório integrado de ações do governo

federal aponta um crescimento desses casos de 2012 a 2021 e, desde então, os óbitos entre indígenas tem registrado declínio, conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 1 - Óbitos de indígenas no Estado de Roraima 2012 - 05 de maio de 2023



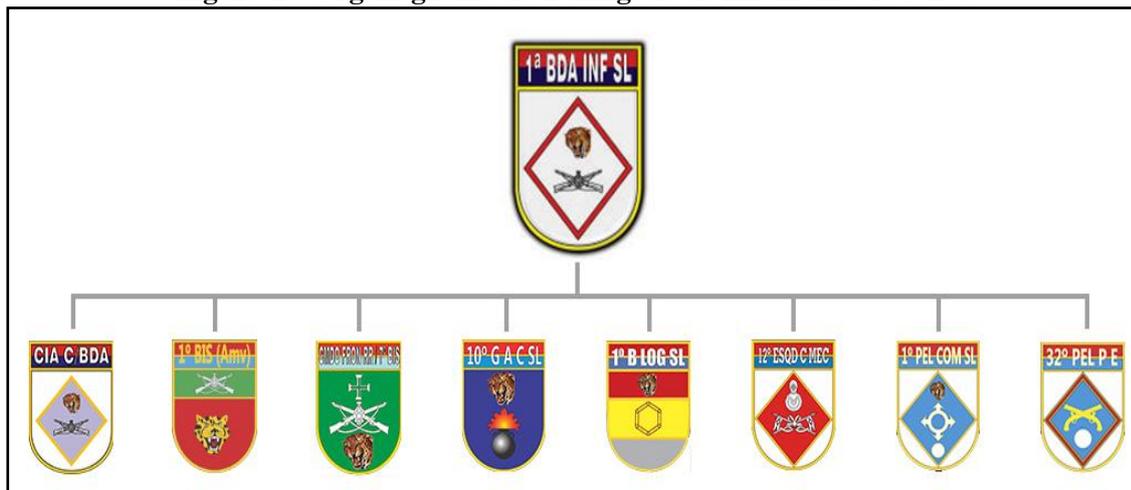
Fonte: OS AUTORES, 2023.

A relação dos indígenas com o Exército Brasileiro foi consolidada ao longo dos anos por meio da confiança e apoio em todas as situações. Assim, não é raro que indígenas sejam incorporados como soldados nos Pelotões Especiais de Fronteira, servindo de guias e intérpretes. Em diversas etnias, possuir indígenas entre os militares é um sinal de prestígio. Além disso, possuir soldados indígenas em seus quadros, facilita o processo de integração do Estado com aquelas populações, realidade que evidencia a relevância do papel executado pela Força Terrestre na região.

3. A Força de Prontidão Lobo D'Almada

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva, historicamente chamada de “Brigada Lobo D'Almada”, tem sua sede localizada em Boa Vista-RR, e está constituída por oito organizações militares diretamente subordinadas, quais sejam: Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel; Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva; 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva; 1º Batalhão Logístico de Selva; 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; 1º Pelotão de Comunicações de Selva e 32º Pelotão de Polícia do Exército. Com exceção do 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel, localizado em Manaus-AM, todas as demais Organizações Militares estão situadas em Boa Vista-RR. A figura abaixo apresenta o organograma da 1ª Brigada de Infantaria de Selva:

Figura 2 - Organograma da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: BRASIL, 2019.

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva é uma Grande Unidade subordinada ao Comando Militar da Amazônia e faz parte das Forças de Emprego Geral Prioritário do Exército Brasileiro. No ano de 2021, a Brigada Lobo D'Almada, devido à sua importância estratégica, foi selecionada como Força de Prontidão Operacional (FORPRON). Essa condição estabelece condições diferenciadas para o preparo operacional, aumentando a capacidade de pronta resposta da brigada (BRASIL, 2021a).

A Força de Prontidão Lobo D'Almada é constituída por um batalhão de infantaria de selva e por módulos de apoio. Assim, esta força pode ser definida como um grupamento temporário de forças, de valor Unidade, sob um comando único, formado com o propósito de executar, preferencialmente, operações de defesa da pátria, assim como realizar ações subsidiárias e operações de coordenação e cooperação com as agências (BRASIL, 2021b). Essas características possibilitaram que os meios, as estruturas e os efetivos militares fossem empregados com extrema rapidez desde o início da crise.

Cabe ressaltar que o Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva tem sob sua subordinação o 4º Pelotão Especial de Fronteira, localizado em Surucucu-RR e o 5º Pelotão Especial de Fronteira, localizado em Auaris-RR. Conforme descrito anteriormente, ambos Pelotões estão situados na reserva *Yanomami* e se tornaram nas principais bases de apoio para as ações que estão sendo realizadas na contenção da crise.

O ciclo de prontidão da Força de Prontidão Lobo D'Almada, nos anos de 2021 e 2022, permitiu à essa Grande Unidade incrementar sua capacidade operacional, o seu adestramento e os seus meios necessários para atuar tempestivamente quando acionada,

melhorando sua capacidade de resposta às diversas hipóteses de emprego ou ações emergenciais como a crise *Yanomami*.

Assim, em 03 de fevereiro de 2023, foi ativado o Comando Operacional Conjunto Amazônia para atuar na área do Estado de Roraima e na porção do Estado do Amazonas incluído na reserva indígena *Yanomami*, cabendo a Força de Prontidão Lobo D'Almada o papel de ser a Força Terrestre Componente (BRASIL, 2023b).

4. Ações, resultados e perspectivas da operação *Yanomami* - 2023

A operação *Yanomami* - 2023 tem como objetivo principal realizar ações de cunho humanitário e de segurança. A sua atuação pode ser resumida nas missões de apoio ao Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das populações em território *Yanomami*, no suporte logístico aos órgãos de segurança pública e ambiental, como Polícia Federal e IBAMA; além de fornecer dados de inteligência para combater o garimpo ilegal na terra indígena *Yanomami*:

“[...] as missões de lançamento e distribuição de cestas básicas para atender aos indígenas; o envio de suprimentos para reconstrução da pista do Aeródromo de Surucucu; as Evacuações Aeromédicas (EVAM) para atendimento no Hospital de Campanha (HCAMP); o controle e fiscalização do espaço aéreo com a criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ZIDA); o fornecimento de dados de inteligência; e o transporte aéreo logístico das equipes da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Força Nacional de Segurança e dos demais órgãos e entidades da administração pública federal que participam diretamente da neutralização de aeronaves e de equipamentos relacionados com a mineração ilegal” (BRASIL, 2023d, n.p.).

De acordo com a Portaria nº 710 do Ministro da Defesa, a atuação das Forças Armadas brasileiras na operação *Yanomami* foi organizada com o estabelecimento do Comando Operacional Conjunto Amazônia, que ficou sediado na Base Aérea de Boa Vista-RR e foi integrado pelo Exército Brasileiro, pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira (BRASIL, 2023c).

Desde então, a operação *Yanomami* vem atingindo números expressivos em ações humanitárias e de apoio logístico, conforme recente balanço de resultados apresentados. O relatório integrado de ações do governo federal apontou que foram executadas 164 evacuações aeromédicas (BRASIL, 2023e) e foram transportadas por via aérea mais de 400 toneladas de materiais, incluindo cestas básicas, material para manutenção da pista de pouso, água envasada, medicamentos, equipes de apoio e combustível (BARROS, 2023).

A força de prontidão Lobo D'Almada na crise Yanomami

Esses números reforçam a relevância do trabalho que a Força de Prontidão Lobo D'Almada vem executando e que reverbera positivamente junto a comunidade indígena e suas lideranças, conforme descrito a seguir:

“O Vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, Dário Vitório Kopenawa Yanomami, que atua há 18 anos como representante de defesa de 30 mil Yanomamis, sendo 363 aldeias, dos Estados de Roraima e Amazonas, parabenizou o trabalho realizado pelo Comando Operacional Conjunto Amazônia destaca que o papel de vocês é muito importante neste momento que estamos vivendo uma crise sanitária. Tantos aviões, tantas cestas básicas. Não tínhamos essa experiência. É a primeira vez que a gente está avaliando a questão de logística e a colaboração de solidariedade com o povo Yanomami”, relatou” (BRASIL, 2023f, n.p.).

As perspectivas futuras da operação *Yanomami* - 2023 estão relacionadas com o transporte de mais medicamentos, mantimentos e materiais para atendimento aos indígenas, principalmente por via aérea, tendo em vista a dificuldade de acesso à esta remota região do país. No lado operacional, a Força de Prontidão Lobo D'Almada aumentará sua sinergia e a interoperabilidade com diversos órgãos e agências governamentais, permitindo um considerável aumento da capacidade operativa de prontidão desta Grande Unidade para empregos futuros.

5. Considerações finais

A operação *Yanomami* - 2023 reforça a necessidade de o Estado Brasileiro manter Forças Armadas bem adestradas e equipadas com materiais de emprego militar modernos e eficazes.

Em que pese a baixa possibilidade de emprego, dentre as hipóteses de conflito com outros Estados na região amazônica, o preparo e o estado de prontidão não podem deixar de receber prioridade. As capacidades adquiridas para o combate pela Força de Prontidão Lobo D'Almada possuem em sua ampla maioria emprego dual e, em situações de crise, se tornam no diferencial, na medida em que possibilita o governo brasileiro chegar e apoiar comunidades indígenas que vivem em regiões extremamente isoladas do país.

A imensidão da terra indígena *Yanomami*, o clima, o relevo e a vegetação, aliada a precária infraestrutura (ausência de estradas, portos, aeroportos, saneamento, água tratada, entre outros óbices) limitam a atuação de agências civis em situações normais e praticamente obrigam o emprego de meios e estruturas militares em situações de crise.

Apesar disso, a crise da comunidade demonstrou a necessidade de aperfeiçoamento de políticas de Estado que viabilizem o acesso as condições básicas de sobrevivência aos

indígenas. A solução passa pelo combate ao garimpo ilegal, que é um problema antigo, mas principalmente pela adoção de medidas que regularizem essa atividade, que deve continuar exercendo pressão pelo elevado valor que o metal possui.

Além disso, ficou comprovado a importância dos dois Pelotões Especiais de Fronteira situados no interior da reserva indígena, os quais serviram de base logística para as operações. Nessa questão, ressalta-se a necessidade do Estado em disponibilizar regularmente os recursos destinados a manutenção e recuperação das pistas de pouso. A ação emergencial executada pelo Exército Brasileiro no aeródromo do 4º Pelotão Especial de Fronteira poderia ter sido evitada, gerando economia de recursos e maior flexibilidade nas ações realizadas.

Por fim, a operação *Yanomami* demonstrou a elevada capacidade das Forças Armadas atuarem de forma integrada e no ambiente interagências. O advento da Força de Prontidão no Exército Brasileiro confirmou a máxima de “quem pode o mais, pode o menos”, ou seja, as capacidades militares voltadas para o combate serão suficientes para enfrentar crises humanitárias como a que ocorre na terra indígena *Yanomami*.

Referências:

BARROS, Marcelo. **Apoio a yanomamis tem a maior operação de lançamento aéreo de suprimento dos últimos anos.** Defesa em Foco, 2023. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/apoio-a-yanomamis-tem-a-maior-operacao-de-lancamento-aereo-d-e-suprimento-dos-ultimos-anos/>. Acesso em 22 de maio de 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Organograma - 1ª Brigada de Infantaria de Selva.** Brasil, 2019. Disponível em: https://www.1bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=category&id=57&Itemid=524. Acesso em: 27 de março de 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Militar da Amazônia. **Diretriz Nr 001/2021 – Plano de Preparo da FORPRON no CMA.** Brasil, 2021a. Manaus: Comando Militar da Amazônia, 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Portaria Nr 020 – COTER, de 09 de março de 2021 - Aprova a Diretriz para as Forças de Prontidão Operacional (FORPRON) para 2021.** Brasil, 2021b. Brasília: Exército Brasileiro, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Missão Yanomami JAN/2023.** Brasil, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami/publicacoes-tecnicas/relatorios/relatorio-missao-yanomami-jan-2023/view>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto no 11.384 de 20 de janeiro de 2023 - Institui o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência**

Sanitária das Populações em Território Yanomami. Brasil, 2023b. Brasília: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD Nr 710, de 03 de fevereiro de 2023 - Aprova a Diretriz Ministerial que orienta o apoio das Forças Armadas para as ações de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e de combate ao garimpo ilegal no Território Yanomami, nos termos do Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023.** Brasil, 2023c. Brasília: Ministério da Defesa, 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Exército conduz logística de lançamento de alimentos na Amazônia.** Brasil, 2023d. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticia-rio-do-exercito/-/asset_publisher/U3X7kX8FkEXD/content/id/16541739. Acesso em: 07 de abril de 2023.

BRASIL. Governo Federal. **Relatório Integrado de Ações Emergência Yanomami.** Brasil, 2023e. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/05/em-pouco-mais-de-100-dias-operacao-yanomami-muda-o-cenario-em-roraima/00_relatoriointegradoacoesemergencias-a4-final_11-05-23__vale.pdf/view. Acesso em: 22 de maio de 2023.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. **Comando Operacional Conjunto Amazônia divulga balanço de 30 dias de operação.** Brasil, 2023f. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/40438/OPERA%C3%87%C3%83O%20YANOMAMI%200-%20Comando%20Operacional%20Conjunto%20Amaz%C3%B4nia%20divulga%20balan%C3%A7o%20de%2030%20dias%20de%20opera%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 de abril de 2023.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Relatório Yanomami FUNAI - 2022.** Funai, 2022. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/wp-content/uploads/2023/01/RELATORIO-FUNAI-YANOMAMI-2022.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

GUITARRARA, Paloma. **"Yanomami"**. Brasil Escola, 2023. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/yanomami.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

ISA. **Povos indígenas do Brasil: Povo Yanomami.** Instituto Socioambiental (ISA), 2023. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 26 de abril de 2023.

AS CAPACIDADES E LIMITAÇÕES DOS GRUPOS TÁTICOS DE BATALHÃO (BTG) NA GUERRA RUSSO-UCRANIANA *

Vinícius de Castro Leal¹

1. Introdução

A invasão da Ucrânia pelas Forças Armadas russas lideradas por *Vladimir Putin*, iniciada no dia 24 fevereiro de 2022 e que perdura por mais de quinhentos dias, tem a relevância de ser a maior operação militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial (REIS, 2022).

Se para a maior parte dos países do sistema internacional, russos e ucranianos estão enfrentando uma típica guerra entre Estados, para *Vladimir Putin*, os russos deflagraram uma operação militar especial na Ucrânia, com o fito de apoiar o intento da população que vive nas províncias de *Donetsk* e *Lugansk*, ambas situadas na parte leste do território ucraniano. Diante dessa particularidade, o estudo da referida guerra precisa ser cuidadoso ao examinar suas definições, pois, como qualquer outro fenômeno social, os conceitos são variados e, frequentemente, o sentido proposto mascara uma postura política ou filosófica particular defendida pelo autor (PINTO, 2022).

A Ucrânia, palco do conflito armado, possui um território de aproximadamente 603.628Km², o que lhe confere a posição de segundo maior país em área territorial do velho continente, atrás somente da Rússia, a qual abarca uma região quase dezoito vezes maior. O país, situado no Leste Europeu, é banhado pelo mar de *Azov* e pelo mar Negro a Sul; faz fronteira com a Rússia a Leste em uma faixa terrestre de aproximadamente 1.925 Km; com Bielorrússia ao Norte; com a Polônia, Eslovênia e Hungria a Noroeste; e com a Romênia e Moldávia a Oeste. Atualmente a nação é comandada pelo presidente *Volodymyr Zelensky*.

A razão para a escalada da beligerância, em uma visão holística ocidental, está calcada em aspectos históricos, geopolíticos e militares. No primeiro deles, as origens das duas nações estão fortemente ligadas, desde a formação da Rússia de *Kiev*, passando pela aglutinação da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, até a independência da Ucrânia após o fim da Guerra Fria. Além disso, o território ucraniano configura-se

* Artigo originalmente publicado em 04 de outubro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

como uma barreira geográfica natural que provê segurança aos russos (REIS, 2022) frente à projeção de poder de países pertencentes à aliança militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à linha de mísseis nucleares estadunidenses alocados no leste do continente europeu.

Baseado na narrativa de proteção à sua segurança territorial e dos povos de origem russa na região do *Donbass* (composta pelas cidades da *Donetsk* e *Luhansk*, no limite leste ucraniano), e almejando restabelecer a liderança no seu entorno estratégico a partir do segundo semestre de 2021, Moscou mobilizou cerca de 170 grupos táticos de batalhões em sua fronteira sudoeste, divididos em cinco eixos de progressão, dos quais cerca de 120 invadiram a Ucrânia. Vale ressaltar que, tais motivos já foram utilizados pelos russos para intervenções militares na Chechênia (1994 -1996), na Geórgia (2008), na Criméia (2014) e na própria região do *Donbass* (2014).

Nesse sentido, o referido artigo busca realizar uma análise das capacidades e limitações dos grupos táticos de batalhão (BTG) russos na guerra russo-ucraniana. Entende-se que, devido a avultada importância, atualidade e a dimensão global alcançada, o estudo da guerra russo-ucraniana pode contribuir para a Doutrina Militar Brasileira, haja vista as inovações constatadas nas operações militares desencadeadas por russos e ucranianos nesse conflito, além dos óbices enfrentados pelos dois países.

2. As capacidades e limitações dos BTG

Durante a execução da *Operação Militar Especial*, iniciada em fevereiro de 2022, as Forças Armadas russas utilizaram o BTG como módulo básico de combate no domínio terrestre. O BTG, embora possua efetivo e comando semelhantes aos existentes nos Batalhões de Infantaria brasileiros (400 a 900 militares), caracteriza-se pela combinação de armas e capacidades.

Na doutrina brasileira, tal especificidade só é vista nos escalões Brigadas ou superiores (BRASIL, 2017), com a rara exceção das forças-tarefas nível Unidade da Brigada de Infantaria Paraquedista, em virtude de sua característica específica de estabelecer cabeças de ponte aérea de maneira descentralizada. Nesse sentido, tal comparação auxilia o entendimento da complexidade da formação dos BTG.

“Os Grupos Táticos de Batalhão (BTGs) (uma ideia que remonta à década de 1990) foram introduzidos em 2012 para gerar poder de combate efetivo a partir de brigadas, concentrando o pessoal contratado em um grupo do tamanho de um batalhão. Os BTGs geralmente compreendem um batalhão de tanques ou infantaria reforçado com armadura ou infantaria e com artilharia, defesa aérea, guerra eletrônica

e outros ativos de apoio de combate” (HACKETT, CHILDS, BARRIE, 2022, n.p).

Tendo em vista sua composição modular, as análises das diversas funções de combate estão intrincadamente ligadas à composição dos BTG. Dessa maneira, ao elencar os fatores presentes no referido módulo básico de combate, é possível observar as capacidades operativas da Rússia. Todavia, é inapropriado afirmar que as ações no campo de batalha se resumem às manobras dos BTG.

Os BTG têm sua origem na Segunda Guerra Mundial, momento em que foram empregados de maneira estanque, em virtude dos fatores da decisão: missão e meios. A retomada da referida organização de pessoal e meios foi resultado da reformulação das Forças Armadas russas na primeira década do século XXI, sendo novamente empregado nos conflitos na Chechênia e Geórgia (FIORE, 2017). Ademais, seu uso foi largamente empregado na Ucrânia, seja nos conflitos da década de 2010 e, principalmente na *Operação Militar Especial* iniciada em 2022.

“Assim, quando a ofensiva contra Donbass foi empreendida a sério ao longo de maio de 2022, estima-se que as forças russas estavam em campo com um total de 146 BTGs localizados na Ucrânia, dos quais 93 estavam ativos, 13 estavam sendo restaurados e 40 estavam em primeiro e reservas da segunda fase. Isso incluiu os 136 BTGs na força de invasão original e unidades adicionais formadas a partir de reservas e recrutas da República Popular de Luhansk e da República Popular de Donetsk” (ZABRODSKYI, 2022, p. 35).

A forte estagnação russa na década de 1990, registrando índices de crescimento negativos, que giravam em torno de -6,6% entre 1992 e 1998 (SERRANO; MAZAT, 2017), associada aos revezes militares obtidos em algumas investidas (como na Chechênia), ou mesmo pouco expressivas (como na Geórgia), fez com que Moscou iniciasse em 2008 uma profunda reforma militar em suas Forças Armadas, fortemente caracterizada pela redução de efetivos, sendo chamada de *New Look* (HACKETT; CHILDS; BARRIE, 2022).

Para Hackett et. al. (2021), o *New Look* foi uma reestruturação comandada pelo General russo *Serdyukov*, o qual reduziu em mais de 50% o número de oficiais, sendo que no alto comando, a redução chegou a quase 70%. Depois desse corte inicial, as Forças Armadas russas continuaram em seu intento na redução do efetivo militar, todavia empregando um maior percentual de soldados profissionais e com maior estado de prontidão.

Essa reforma redundou na reativação do BTG na doutrina militar russa. Contudo,

contando com mais capacidades, menos efetivo e uma organização militar mais enxuta do que a verificada nos tradicionais Batalhões de Infantaria existentes no Exército Brasileiro. Em linhas gerais, pode-se dizer que o poder de combate dos BTG russos possuem entre 2 a 4 Subunidades de fuzileiros (com cerca de 50 homens cada), contam com sistemas de apoio de fogo, vigilância, carros de combate e ainda possui forças paramilitares locais (FIORE, 2017).

Todavia, cumpre mencionar que a interação dos comandantes nível Subunidade e Pelotão normalmente só ocorrem quando os BTG são empregados, o que dificulta a coordenação e controle (ZABRODSKYI et. al., 2022). Dessa maneira, os BTG possuem uma composição de pessoal bastante heterogênea. A principal diferença entre um BTG e uma formação permanente de armas combinadas é a de que aproximadamente metade de seu pessoal e a maior parte dos comandantes de Unidade só entram em contato com a fusão do BTG propriamente dito e o conseqüente emprego dele em operações (ZABRODSKYI et. al., 2022).

De acordo com Ferreira (2022), por ocasião da guerra russo-ucraniana, os BTG apresentam as seguintes características: 1) ação de choque, típica das forças blindadas (combinado infantaria - carro de combate); 2) reconhecimento e vigilância (tropas terrestres, radares e aeronaves remotamente pilotadas); 3) apoio de fogo potente e flexível (morteiros, obuseiros e lançadores de foguetes) com alcance de até 40 km; 4) defesa anticarro (mísseis); 5) defesa antiaérea de baixa e de média altura (mísseis e canhões); 6) defesa química, biológica, radiológica e nuclear (QBRN); 7) apoio à mobilidade, contramobilidade e proteção (engenharia de combate); 8) guerra eletrônica; 9) comando, controle e comunicações e; 10) sustentação logística. Todavia, a composição desses não é uniforme e possuem limitações para realizar, simultaneamente, operações ofensivas e manter a segurança do flanco e da retaguarda.

“Como exemplo, considere a composição de dois BTGs, que operavam quase na mesma área no leste da Ucrânia no final de abril de 2022. Um deles era do 228º Regimento de Fuzileiros Motorizados da 90ª Divisão Blindada do Distrito Militar Central (distrito de Svatove): 23 APCs; seis tanques; uma bateria de artilharia autopropulsada de 122 mm; três MLRS BM-21 'Grad'; até 40 veículos; e cerca de 400 funcionários. Outro era da composição da 57ª Brigada de Fuzileiros Motorizados do 5º Exército do Distrito Militar Leste (distrito de Rubizhne): mais de 30 viaturas de combate de infantaria (IFVs); 14 tanques; uma bateria de artilharia autopropulsada de 122 mm; uma bateria de artilharia autopropulsada de 152 mm; uma bateria MLRS BM-21 'Grad'; até 60 veículos; e cerca de 800 funcionários” (ZABRODSKYI et. al., 2022, p. 31).

Outra questão que compromete a eficiência operacional dos BTG está relacionada à questão do comando e controle. Poucas Unidades possuem a capacidade de realizar um reconhecimento por intermédio de drones, como o *Shahed-136* de origem iraniana, utilizados também para as buscas de alvo, realidade que limita a consciência situacional no campo de batalha. Além disso, segundo Zabrodskyi et. al. (2022), em março de 2022, cerca de 85% das mensagens circuladas nos equipamentos rádio das tropas russas no nível BTG consistiam em informações sobre a localização de Unidades e apenas 15% das mensagens circuladas nos equipamentos rádio das tropas russas no nível BTG, relacionavam-se ao gerenciamento de combate. Não pelo acaso, em maio de 2022, um BTG foi praticamente dizimado ao realizar a transposição do rio *Seversky Donets* (WAACK, 2022).

Em virtude de possuir um efetivo análogo a um batalhão de infantaria, os BTG têm uma estrutura organizacional pesada para o escalão considerado, acarretando elevada demanda de suprimento, manutenção e logística. No eixo norte, na direção tática de atuação (DTA), *Belarus - Kyev*, que incide sobre a capital ucraniana, a longitude entre as bases logísticas e os elementos de 1º escalão extrapolaram a distância máxima de apoio (DMA) de 90 km, inviabilizando o adequado suprimento de alimento, combustível e munição, o que redundou no insucesso na conquista de *Kyev* (TOLEDO, 2022). Somado a isso, a deficiência no recompletamento de soldados com funções específicas denegriu o a capacidade dos BTG.

“[...] em 22 de abril de 2022, como resultado de combates na direção de Kurakhove, um BTG da 136ª Brigada de Fuzileiros Motorizados do 58º Exército de Armas Combinadas do Distrito Militar do Sul foi retirado da batalha tendo perdido 240 militares mortos em ação, 11 IFVs, quatro tanques, três canhões autopropulsados e três MLRS BM-21 'Grad'. Estatisticamente, o BTG perdeu apenas até 30% de seu poder de combate inicial e muitos de seus elementos de apoio estavam intactos. No entanto, como unidade, não era mais capaz de executar as tarefas que lhe eram atribuídas” (ZABRODSKYI et. al., 2022, p. 46).

Com isso, é possível concluir, de forma parcial, que a combinação de armas em alguns grupos táticos de batalhão russos pode resultar em um maior poder relativo de combate destes, em comparação, por exemplo, às peças de manobra, de mesmo escalão, do Exército Brasileiro. Tal aspecto pode ser justificado pelo maior poder de fogo atribuído aos BTG, proveniente de peças de artilharia autopropulsada.

Também é possível inferir, de forma preliminar, que o *déficit* de oficiais, comandantes e assessores nos diversos escalões; a falta de materiais de emprego militar

para o comando e controle; a falta de materiais de emprego militar para a busca de alvos, como o drone *Shahed-136*, aliados a ineficiente estrutura logística, constituem limitadores dos referidos módulos básicos de combate, os quais interferem na capacidade militar russa na Ucrânia. Somado a isso, em virtude de sua composição heterogênea e a utilização de forças paramilitares como força de manobra, os BTG possuem dificuldade para realizar operações ofensivas, bem como são ineficientes em manter a segurança do flanco e da retaguarda.

3. Conclusão

A guerra da Ucrânia tem se apresentado como placo das aspirações da Rússia em projetar poder em seu entorno estratégico e assegurar sua segurança territorial, postura que viola a legítima soberania de seu vizinho de oeste. Nesse contexto, o emprego dos BTG é utilizado como ferramenta da expressão de poder militar para o atingimento dos objetivos políticos de Moscou.

Em síntese, pode-se dizer que os grupos táticos de batalhão não confirmaram sua eficácia frente a um inimigo com menor poderio bélico, fato observado pela duração dos combates. Embora alguns BTG possuam poder relativo de combate mais elevados, em comparação com os elementos de manobra brasileiro de mesmo escalão, os módulos básicos de combate russos apresentam certa dificuldade para exercer o efetivo comando e controle, além de possuírem complexa logística, haja vista a existência de distintos sistemas operacionais.

Com isso, conclui-se que as particularidades dos BTG podem acarretar na necessidade da implantação do estudo desse tipo de organização militar nas escolas militares do Brasil. Nesse interím, é importante destinar um olhar especial para os seguintes aspectos: 1) *o emprego de sensores para vigilância e busca de alvos*, como os drones *Shahed-136*, os quais proporcionam maior consciência situacional do campo de batalha; 2) *o incremento de peças anticarro*, as quais possibilitam o engajamento junto aos carros de combate oponente e; 3) *a modernização das baterias de busca de alvo*, as quais possibilitam a detecção de peças de artilharia cada vez mais próximas do limite anterior da área de defesa avançada.

Por fim, a guerra russo-ucraniana tem-se se mostrado num valioso laboratório, o qual permite o estudo para o aprimoramento das capacidades operativas dos principais exércitos do mundo, o que inclui o Brasil, em um ambiente operacional cada vez mais complexo.

Referências:

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de Operações - EB70-MC-10.223**. Brasília: Exército Brasileiro, 2017.

FERREIRA, Walter da Costa. **Avaliação estrutural do Grupo Tático de Batalhão**. Revista Doutrina Militar, Vol. 10, nº 031, p. 4-11, 2022.

FIGLIORE, Nicolas J. **Defeating the Russian Battalion Tactical Group**. Disponível em: <https://www.moore.army.mil/armor/earmor/content/issues/2017/spring/2Fio17.pdf>. Acesso em: 30 de julho 2023.

HACKETT, James; CHILDS, Nick; BARRIE, Douglas. **If New Looks could kill: Russia's military capability in 2022**. International Institute for Strategic Studies, 2022. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/military-balance/2022/02/if-new-looks-could-kill-russias-military-capability-in-2022>. Acesso em: 02 de agosto 2023.

PINTO, Neyton Araujo. **Causas da Guerra (Ucrânia)**. Revista Doutrina Militar, Vol. 10, nº 031, p. 64-74, 2022.

REIS, Bruno Cardoso. **Da invasão de Putin a uma revolução Estratégica**. Instituto de Defesa Nacional, 2022. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/39943/1/REISBrunoCardos_AguerranaUcrania_IDNBrief_marco_2022.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2023.

SERRANO, Franklin; MAZAT, Numa. **A macroeconomia da federação russa: do tratamento de choque à recuperação nacionalista - uma interpretação heterodoxa/2017**. Revista Tempo do Mundo, Vol. 3, nº 1, p. 218-256, 2017.

TOLEDO, Carlos Adriano Alves. **A logística russa na Guerra da Ucrânia: óbices observados e lições aprendidas**. Revista Doutrina Militar, Vol. 10, nº 031, p. 30-39, 2022.

WAACK, Willan. **Rússia fracassa em tentativa de travessia do rio Donets (2022)**. CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/waack-russia-fracassa-em-tentativa-de-travessia-do-rio-donets>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

ZABRODSKYI, Mykhaylo; WATLING, Jack; DANYLYUK, Oleksandr; REYNOLDS, Nick. **Preliminary Lessons in Conventional Warfighting from Russia's Invasion of Ukraine: February–July 2022**. Royal United Services Institute for Defence and Security Studies, 2022. Disponível em: <https://rusi.org/explore-our-research/publications/special-resources/preliminary-lessons-conventional-warfighting-russias-invasion-ukraine-february-july-2022>. Acesso em: 14 de julho 2023.

ISRAEL E OS DESAFIOS DE UMA INCURSÃO MILITAR TERRESTRE NA FAIXA DE GAZA*

Anselmo de Oliveira Rodrigues¹

1. Introdução

Em pronunciamento feito em 26 de outubro de 2023, o ministro da Defesa israelense, *Yoav Gallant*, informou que Israel entraria em uma nova fase na guerra contra o *Hamas* na faixa de Gaza. Pelo discurso e pelas ações subsequentes desencadeadas pelas Forças de Defesa de Israel, tudo leva a crer que as tropas israelenses estão prestes a começar uma ofensiva militar terrestre na faixa de Gaza.

À medida que Israel passa de uma abordagem baseada no elemento aéreo e no apoio de artilharia, para uma abordagem que envolve as suas forças terrestres, muitos desafios se descortinam para os tomadores de decisão e para as tropas israelenses. Afinal, o oponente de Israel é um ator não estatal, organizado, violento, hiperdifuso e se encontra baseado numa localidade extremamente povoada e de difícil locomoção para veículos e pessoas.

Não restam dúvidas que esses fatores já foram pontuados e analisados pelo Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel, o qual procura elaborar planos, táticas, técnicas e procedimentos para realizar uma incursão terrestre exitosa dentro da faixa de Gaza e que ocasione os mínimos efeitos colaterais possíveis.

Acredita-se até que esses fatores estejam atrasando o processo de tomada de decisão das Forças de Defesa de Israel para iniciar a incursão terrestre na faixa de Gaza. Em vista dessa realidade e da importância desse tema nos dias atuais, este artigo procura pontuar os principais desafios que as Forças de Defesa de Israel poderão encontrar durante sua incursão terrestre.

2. Primeiro desafio - área densamente povoada

O primeiro desafio é o combate numa localidade extremamente povoada. Para que se tenha uma ideia desse desafio, a densidade demográfica na faixa de Gaza gira em torno de 10 mil hab/km², o equivalente a densidade demográfica de Nova Iorque ou duas vezes

* Artigo originalmente publicado em 05 de novembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro, Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha e Doutor em Ciências Militares.

a densidade demográfica da cidade do Rio de Janeiro. Esses números revelam que uma incursão terrestre robusta na faixa de Gaza, apoiada com fogos de artilharia e com carros de combate, possui grande probabilidade de gerar danosos e irreversíveis efeitos colaterais junto à população civil em Gaza.

Segundo o Ministério da Saúde da região, gerido pelo *Hamas*, 7.000 palestinos foram mortos até o presente momento. Com a iminente incursão terrestre, provavelmente esse número de mortes na faixa de Gaza sofrerá um aumento exponencial, o que poderá resultar em perda de liberdade de ação e até mesmo a paralisação das operações militares israelenses. Além disso, é interessante pontuar que boa parte da população civil residente em Gaza, que não pertence às fileiras do *Hamas*, provavelmente está apoiando o grupo em questões relacionadas à logística e refúgio.

3. Segundo desafio - arquitetura da faixa de Gaza

O segundo desafio é o combate numa região que possui uma área de cerca de 365 km² e com uma arquitetura semelhante às comunidades carentes existentes no Brasil, as quais são caracterizadas pela existência de ruas estreitas, becos, vielas e pela grande quantidade de pessoas existentes no local. No seu labirinto de ruas, edifícios e locais densamente povoados, não restam dúvidas de que o *Hamas* consegue diminuir fortemente a vantagem militar obtida por Israel.

Por mais que as tropas israelenses possuam equipamentos militares de alto nível tecnológico, a grande quantidade de pessoas civis em Gaza diminui drasticamente a liberdade de ação das tropas israelenses. Além disso, por mais que as Forças de Defesa de Israel possuam um efetivo militar robusto (incluindo o serviço ativo e mobilizável), para operar na faixa de Gaza, as Forças de Defesa de Israel terão de desmembrar as suas forças, que ficarão vulneráveis aos militantes armados do *Hamas* posicionados em casas, prédios, igrejas, hospitais e até em escolas. Não se pode desconsiderar os escombros gerados pelos bombardeamentos israelenses, que também oferecem oportunidades para a camuflagem, lançamento de armadilhas e posições provisórias de tiros para os militantes do *Hamas*.

4. Terceiro desafio - o combate contra um ator não estatal, organizado, violento e hiperdifuso

O terceiro desafio é o combate contra um ator não estatal, violento, organizado e hiperdifuso. Alguns meios da imprensa o classificam como grupo terrorista, outros

setores da mídia e alguns estudiosos adotam cautela e relembram que o grupo também é uma organização política na Palestina e que realiza ações sociais na faixa de Gaza. Sem adentrar em juízo de valor se o *Hamas* é ou não é um grupo terrorista, não se pode negar que o episódio ocorrido no dia 07 de outubro de 2023 é um típico ataque terrorista. Levando-se em consideração essas questões e de que o *Hamas* possui armamentos que alguns Exércitos não possuem, resta claro que o *Hamas* é um ator não estatal, organizado, violento e hiperdifuso.

Em vista disso, pode-se presumir que o *Hamas* se preparava há muito tempo para uma incursão israelense na faixa de Gaza e que o ataque perpetrado em 07 de outubro de 2023 representa apenas uma pequena parte de um plano muito mais abrangente. Há informações de que o *Hamas* colocou suprimentos e materiais de emprego militar em instalações civis e escolas, fatos que tornam ainda mais sensível e complexo a incursão terrestre das Forças de Defesa de Israel.

5. Quarto desafio - a existência de reféns

O quarto desafio é o combate contra um grupo que possui cerca de 200 reféns sob sua guarda. Como se não bastasse e para piorar ainda mais a situação, boa parte desses reféns são estrangeiros (tailandeses, norte-americanos e etc.), condição que dá contornos únicos e sensíveis para esse conflito, na medida em que pode escalar para uma crise internacional, envolvendo países terceiros. Acredita-se que esses reféns estejam em edifícios e túneis onde os líderes do *Hamas* estão escondidos. Logo, o envio de tropas para atacar esses locais pode resultar em mortes dos reféns, situação que causaria enormes prejuízos políticos para Israel, tanto domesticamente, como internacionalmente.

6. Quinto desafio - os temíveis túneis de Gaza

O quinto desafio é o combate nos temíveis túneis de Gaza. Para que se tenha uma ideia desse desafio, há relatos de que a rede de túneis construída pelo *Hamas* possui cerca de 420 km de extensão, comprimento maior do que a rede de metrô de Londres, considerada a quarta maior rede de metrô do mundo, e oito vezes maior do que a rede de metrô da cidade do Rio de Janeiro.

É óbvio que os túneis de Gaza não possuem a mesma estrutura que uma típica rede de metrô, mas a extensão da rede de túneis na faixa de Gaza dão uma ideia do tamanho do desafio das tropas israelenses. Pela extensão, complexidade, dificuldade e até desconhecimento, os túneis subterrâneos existentes em Gaza conferem ao *Hamas* uma

enorme vantagem contra as Forças de Defesa de Israel, na medida em que o grupo pode usar esses túneis para alocar suprimentos, refugiar seus líderes, garantir uma comunicação segura durante o conflito, realizar emboscadas pontuais e apoiar em ações episódicas na retaguarda das Forças de Defesa de Israel. Ou seja, os temíveis túneis de Gaza, indubitavelmente, se consubstanciam numa nova dimensão do campo de batalha na faixa de Gaza.

7. Sexto desafio - a manutenção do apoio dos Estados Unidos da América

O sexto desafio é a manutenção do apoio dos norte-americanos durante todo o período do combate contra o *Hamas*. Embora o presidente norte-americano, *Joe Biden*, tenha emitido um apoio público a Israel, essa ajuda possui limitações e regras. A primeira diz respeito a vida humana. Se por um lado, há uma preocupação com o custo humano do lado palestino. Por outro lado, há uma enorme preocupação com os reféns estrangeiros, situação que gera uma pressão interna e externa norte-americana. A segunda é de ordem geopolítica. As autoridades em *Washington* estão preocupadas com o risco do conflito se espalhar por toda a região e ameaçar as forças e aliados dos norte-americanos. Senão vejamos: no Líbano, o *Hezbollah* ameaçou entrar no conflito e intensificou os ataques a Israel; na Cisjordânia, a instabilidade vem crescendo dia-a-dia; no Iêmen, os *houthis* lançaram mísseis contra Israel; e em vários locais do Oriente Médio, inúmeras bases dos Estados Unidos da América sofreram ataques de representantes iranianos. Em suma, uma guerra mais ampla envolvendo o *Hezbollah* e outros grupos apoiados pelo Irã, representaria uma grave ameaça para Israel e poderia aumentar o terrorismo internacional.

8. Sétimo desafio - a crise humanitária na Faixa de Gaza

O sétimo desafio é como realizar uma robusta incursão terrestre na faixa de Gaza com a existência de uma crise humanitária de grandes proporções. Em sua estratégia, inicialmente Israel resolveu asfixiar o *Hamas* por meio de cortes e o interrompimento de combustíveis, eletricidade e outras necessidades na faixa de Gaza.

Contudo, a postura israelense ocasionou uma enorme crise humanitária e, por consequência, gerou grande pressão do sistema internacional, principalmente dos Estados Unidos da América, que se manifestaram a favor do fornecimento dos serviços básicos, alimentos e medicamentos para os civis residentes na faixa de Gaza. Caso as Forças de Defesa de Israel não mudem sua estratégia, o já elevado custo humano disparará, afetando

principalmente as crianças e os idosos, da mesma forma que pode resultar em perda de apoio norte-americano e pressão adicional do sistema internacional.

9. Considerações Finais

A insatisfação em Israel e entre os judeus diante do ocorrido em 07 de outubro de 2023 é imensa. Não pelo acaso, nota-se que judeus e israelenses têm clamado copiosamente pela destruição do *Hamas*. Contudo, as autoridades civis e militares israelenses sabem que uma incursão militar terrestre de grande porte é arriscada, pois pode elevar exponencialmente o custo humano para ambos os lados, da mesma forma que não garante o alcance da meta estabelecida pelo 1º ministro israelense, que é destruir o *Hamas*.

A maneira como foi realizada a guerra contra o terror, desencadeada pelos Estados Unidos da América, em decorrência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, pode iluminar os próximos passos do conflito que Israel vem travando contra o *Hamas* há algum tempo. Para que se tenha uma ideia, naquela ocasião, os norte-americanos, mesmo contando com o maior poderio militar, político e econômico do mundo, levaram cerca de 10 anos para eliminar o então líder da *Al-Qaeda*. Diga-se de passagem, *Osama Bin Laden* não veio a óbito em decorrência de uma ação militar robusta apoiada com fogos de artilharia, mas sim, de uma operação militar pontual, baseada na inteligência e no emprego de forças especiais norte-americanos.

Em vista desse exemplo e dos desafios apresentados ao longo do texto, visualiza-se que o conflito israelo-palestino se alongará por anos, talvez décadas e de que o sucesso de Israel nesse conflito dependerá, fundamentalmente, da manutenção do apoio norte-americano e da inexistência de pressão oriunda do sistema internacional durante todo o período desse embate.

ORGANIZAÇÕES QUE APRENDEM: UM NOVO OLHAR SOBRE AS ORGANIZAÇÕES MILITARES E O PAPEL DA LIDERANÇA MILITAR PARA A APRENDIZAGEM*

Luiz Augusto Fontes Rebelo¹

1. Introdução

“Aprendizagem e liderança são indispensáveis uma a outra”. Essa frase compunha o discurso presidencial planejado, mas jamais proferido, por *John F. Kennedy*, em Dallas, em 22 de novembro de 1963, data de seu assassinato.

O conceito de “Organizações que aprendem” foi cunhado por *Chris Argyris*, professor da universidade de Harvard. Nesse contexto, as organizações aprendem à medida que os seus colaboradores vão ganhando novos conhecimentos, pois a organização é um sistema (ARGYRIS; SCHÖN, 1978). Em 1990, *Peter Senge* popularizou tal conceito em seu livro “A Quinta Disciplina: Arte e Prática da Organização que Aprende”. Nessa obra, o autor propôs uma abordagem inovadora para organizações que expandem, continuamente, a sua capacidade de criar os resultados em um mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo (VUCA) (SENGE, 1990).

Para complementar o tema, é necessária a noção da liderança para aprendizagem. Nessa abordagem o líder assume o compromisso ativo de incentivar, fomentar e consolidar novos conhecimentos nos processos finalísticos e gerenciais na sua Unidade. Senge (1990) argumenta que, para enfrentar os desafios complexos e dinâmicos do século XXI, as organizações precisam adotar uma abordagem de aprendizado contínuo e permanente em todos os níveis. No aprendizado permanente está o verdadeiro valor dos times de aprendizagem, constituído pelos militares que fazem parte da Unidade.

Ao longo desse artigo, serão abordados o que é a aprendizagem organizacional, o papel da liderança militar para a aprendizagem e a arquitetura da referida organização.

2. Aprendizagem Organizacional

Segundo a diretriz do Comandante do Exército Brasileiro, os recursos humanos da instituição devem ser preparados para desenvolver competências que lhes permitam superar os desafios impostos pela complexidade da guerra moderna. Para tanto, os

* Artigo originalmente publicado em 30 de novembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro. Possui o CPEAEx na ECEME.

Organizações que aprendem: um novo olhar sobre as organizações militares e o papel da liderança militar para a aprendizagem

integrantes da Força Terrestre devem ser dotados de alto grau de flexibilidade e capacidade de autoaperfeiçoamento (BRASIL, 2023).

O aprendizado é próprio do ser humano, pois é uma característica predominante desde o momento do nascimento e que o acompanha por toda sua existência. Quando incorporada ao cenário profissional, essa característica não perde sua relevância. É nesse contexto que avulta de importância o conceito de aprendizagem organizacional no corpo de tropa, pois a efetividade da Força Terrestre, como instrumento de combate, está baseada na capacitação de suas tropas (BRASIL, 2019).

Sendo assim, a aprendizagem organizacional pode ser definida como a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que acentuem as capacidades da Organização Militar (GUNS, 1998). Com isso, pode-se inferir que uma Organização Militar orientada à aprendizagem reverberará para o aumento do seu poder de combate².

No entendimento de Argyris e Schön (1978), a aprendizagem organizacional e a individual ocorrem em dois níveis diferentes. O primeiro, usual nas Organizações Militares, é chamado de **ciclo único de aprendizagem**, onde o foco está no modo de fazer as coisas da melhor maneira possível, e não o porquê de fazê-las. Esse ciclo abrange o aumento da capacidade da Organização Militar em atingir objetivos predeterminados pelo escalão superior e tem associação com a aprendizagem rotineira, sem mudanças significativas no funcionamento da Organização Militar.

O segundo ciclo, que requer uma mudança de visão da Organização Militar, é alcunhado de **ciclo duplo de aprendizagem**. Esse ciclo estabelece uma nova abordagem na construção do conhecimento. Além disso, busca resolver inconsistências na compreensão dos militares, uma vez que se preocupa com a razão pela qual algo é realizado. Isso vai impactar diretamente na cultura organizacional.

3. A Liderança Militar orientada para aprendizagem

A era do conhecimento apresenta um novo e desafiador ambiente para os líderes militares. Na visão norte-americana, um líder militar é quem, por força da função assumida ou atribuída a responsabilidade, inspira e influencia as pessoas para atingir objetivos organizacionais (EUA, 2015). Para Hunter (2004), a liderança é a habilidade de

² **Poder de combate:** capacidade global de uma organização para desenvolver o combate, a qual resulta da combinação de fatores mensuráveis e não mensuráveis que intervêm nas operações, considerando-se a tropa com seus meios, valor moral, nível de eficiência operacional atingido e o valor profissional do comandante. (BRASIL, 2009, p-16).

influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir os objetivos identificados como sendo para o bem comum.

Ou seja, para a criação e o desenvolvimento de uma organização voltada à aprendizagem, o papel da liderança é fundamental, pois o líder e a sua equipe são os responsáveis por estabelecer os objetivos organizacionais a serem alcançados para que a Organização Militar consiga se tornar uma organização orientada à aprendizagem.

4. A arquitetura das organizações de aprendizagem

Nesse paradigma, as Organizações Militares devem ter uma configuração que se aproxime da figura 1, uma vez que esse arranjo dará as condições básicas para a Organização Militar consiga estar em condições de superar os desafios apresentados no mundo VUCA.

Figura 1 - Arquitetura das organizações de aprendizagem



Fonte: O AUTOR, 2023.

De acordo com a figura anterior, nota-se que ao centro, como o indutor do processo de mudança, encontra-se a liderança militar. Depois disso, percebe-se a existência da primeira camada da arquitetura, a qual é constituída pelas seguintes partes: 1) as *diretrizes e planos* oriundos da liderança militar; 2) os *meios* necessários para implementar as diretrizes e planos; e 3) a *estratégia* da liderança militar para a concretização do modelo de organização voltado para a aprendizagem.

As diretrizes e planos correspondem a materialização da intenção do comandante e das diretrizes do escalão superior para a implantação e implementação da cultura da

Organizações que aprendem: um novo olhar sobre as organizações militares e o papel da liderança militar para a aprendizagem

aprendizagem na Organização Militar. Nesses documentos devem estar evidentes os objetivos organizacionais orientados à aprendizagem.

Os meios relacionam-se aos materiais de emprego militar (MEM), tecnologias digitais da informação e conhecimento (TDIC), instalações e espaços pedagógicos para o desenvolvimento da cultura da aprendizagem.

A estratégia, por sua vez, estabelece o caminho a ser percorrido pela Organização Militar para alcançar os objetivos organizacionais estabelecidos em documentos, planos e diretrizes. Para tanto, considera elementos da primeira camada e da segunda camada da arquitetura.

A segunda camada da arquitetura propõe que a Organização Militar considere três importantes aspectos: 1) a **visão prospectiva** do comando da Organização Militar; 2) a sua **cultura organizacional**; e 3) a **estrutura organizacional** orientada para o fomento da aprendizagem na tropa.

A visão prospectiva da alta liderança antecipa os objetivos e a direção para o futuro da Organização Militar. Para tanto, tem como referência as diretrizes estabelecidas pelo escalão superior enquadrante. Como foco voltado na preparação da Organização Militar em enfrentar os desafios futuros, a visão prospectiva é caracterizada pela habilidade em pensar além do curto prazo, pela capacidade em compreender as mudanças no ambiente externo e pela propriedade em identificar tendências emergentes e possibilidades. O atributo da visão prospectiva é fundamental para a gestão estratégica e o sucesso sustentável da Organização Militar.

A cultura é constituída do sistema cultural e do clima organizacional. Com relação ao sistema cultural, pode ser entendido como a resultante natural da conjunção de propósito, visão, missão, tradição, instituições, estatutos, normas, costumes e práticas, que se consolidam e geram os padrões culturais militares, dentre os quais a ética e os valores militares possuem peso de valor (CARDOSO, 2015).

No que concerne ao clima organizacional, cabe ao comando da Organização Militar desenvolver, de maneira *top-down*, ações para a manutenção de um clima organizacional apropriado e saudável para o estímulo à aprendizagem contínua e para a construção de uma cultura de aprendizagem. Para desenvolver um ecossistema de aprendizagem na Organização Militar, os principais desafios das lideranças militares são tirar os liderados da zona de conforto e da procrastinação. Para que isso ocorra, é fundamental que esteja presente os seguintes aspectos: 1) o fomento de um ambiente de segurança psicológica

como elemento que habilita o aprendizado e o crescimento; 2) a tolerância ao erro³; 3) a comunicação assertiva e ativa; 4) o senso de propósito em aprender; e 5) estar aberto a novas ideias. Não menos importante, o líder deve estar presente sempre que possível e o seu bom exemplo são fundamentais nas principais atividades e exercícios militares para a construção do conhecimento.

A estrutura organizacional é o modo como se organiza e se articula a Organização Militar. De maneira geral, inclui o comando da Organização Militar, as seções do Estado-Maior, as subunidades, a formação sanitária e outros departamentos existentes, conforme as peculiaridades e especificidades da Organização Militar. Os sujeitos da aprendizagem são caracterizados pelo militar, pelas equipes, pela Organização Militar e pelas interorganizações similares (*benchmarking*).

Em termos de conhecimento, merecem destaque o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. De acordo com Nonaka e Takeuchi (1999), o conhecimento tácito é difícil de imitar, copiar ou medir, pois é um saber em ação individual ou social, de alta transcendência na criação de conhecimento, que determina o *Know how*. O conhecimento explícito, por sua vez, é comumente tangível, sendo encontrado em manuais, normas, diretrizes, planos, regras de trabalho, dentre outras formas (NONAKA; TAKEUCHI, 1999). Esse conhecimento deve ser socializado, exteriorizado, combinado e interiorizado.

5. Considerações finais

As Organizações Militares que aprendem são entidades que se desenvolvem constantemente por meio de um sistema cultural forte, resultados operacionais, gerenciais e orçamentários consistentes e recorrentes, adaptando-se as intercorrências.

Como a estrutura organizacional militar é hierarquizada, cresce de importância a ação de comando e a capacidade de liderança do comando da Organização Militar. O aprendizado organizacional é fortemente influenciado pelo comportamento dos líderes e a forma como o líder responde às falhas, constrói ou enfraquece a forma como a organização aprende.

Para o desenvolvimento desse ecossistema, sugere-se ao comando da Organização Militar a adoção das seguintes posturas: 1) **construir propósito** (Por que aprender?); 2) **servir de exemplo** (em todos os níveis - do comando ao grupo de combate); 3) **ter clareza**,

³ **Erro tolerável:** erro máximo que não coloque em risco a integridade física ou psicológica, lese a lei ou o patrimônio público ou comprometa a imagem da Unidade e do Exército Brasileiro.

Organizações que aprendem: um novo olhar sobre as organizações militares e o papel da liderança militar para a aprendizagem

objetividade e transparência (Qual o problema que o novo aprendizado poderá ajudar a solucionar?; e 4) *dar segurança* (para estimular a cultura do aprendizado, o militar precisa sentir segurança e ter apoio quando quiser se capacitar).

Por óbvio, não se pretende esgotar o assunto nessa breve reflexão, se não, apresentá-lo para que os líderes militares envidem esforços para serem os dínamos no processo de aprendizagem e na busca por resultados práticos em sua Organização Militar, pois, *aprendizagem e liderança são indispensáveis uma a outra.*

Referências:

ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. **Organizational learning: a theory of action perspective. Reading.** Massachusetts: Addison-Wesley, 1978.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha C 20-1 - Glossário de Termos e Expressões para uso do Exército.** Brasília: Exército Brasileiro, 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB).** Brasília: Exército Brasileiro, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz do Comandante do Exército Brasileiro - 2023.** Brasília: Exército Brasileiro, 2023.

CARDOSO, Alberto Mendes. **Valores Militares - Axiologia Aplicada.** Revista DaCultura, nº 25, p. 13-20, 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Manual de Campanha FM 6-22 Developing Leaders.** Washington: Department of the US Army, 2015.

GUNS, Bob. **A Organização que aprende rápido: seja competitivo utilizando o aprendizado organizacional.** São Paulo: Futura, 1998.

HUNTER, J. C. **O monge e o executivo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **La organización creadora de conocimiento. Cómo las compañías japonesas crean la dinámica de la innovación.** Cidade do México: Oxford University Press, 1999.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina.** São Paulo: Best Seller, 1990.

DQBRN



CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAL DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR (DQBRN) DO EXÉRCITO RUSSO*

*Roney Magno de Sousa¹
Danielle Morais Bourguignon Sparta²*

1. Introdução

Este artigo visa apresentar sumariamente a situação atual da Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) do Exército Russo, relacionando-a ao contexto da Rússia, tendo em vista a existência de possíveis ameaças QBRN, quer sejam oriundas de atividades rotineiras da sociedade russa (como usinas nucleares para geração de energia, pólos químicos e etc.), quer sejam oriundas das capacidades de ataque dos atores antagonistas. Na fase final, este artigo elenca alguns ensinamentos para a DQBRN do Brasil.

Para melhor esquematização, este artigo utilizou o acrônimo DOAMEPI³ (doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura) (BRASIL, 2019), como guia para a descrição genérica da capacidade DQBRN do Exército Russo, escolha que permitiu realizar comparações pontuais com a DQBRN do Exército Brasileiro (EB) e com a *CBRN Defense* americana.

Para tal, foi realizada uma revisão documental e bibliográfica, com base em documentos públicos russos, brasileiros e norte-americanos, sítios governamentais oficiais⁴, revistas especializadas⁵, manuais brasileiros e norte-americanos. Tendo em vista a natureza sensível do tema, informações mais detalhadas sobre o emprego das chamadas *weapons of mass destruction (WMD)*⁶ são de acesso restrito, razão pela qual o acesso não foi viabilizado. Desse modo, a proposta do presente trabalho não é a de esgotar o tema,

* Artigo originalmente publicado em 05 de abril de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² Mestre em Ciências Militares.

³ O foco foi a capacidade operativa, de acordo com o planejamento baseado em capacidades (PBC).

⁴ Com destaque para os sítios oficiais mantidos por órgãos do governo russo. Disponível em: <https://structure.mil.ru/>. Acesso em: 14 de março de 2023.

⁵ A principal revista se chama *Вестник Войск Рхб Защиты*, ou *Journal of NBC Protection Corps*, em inglês, ou ainda, *Revista das Tropas DQBRN*. ISSN 2587-5728. Disponível em <http://journal.ofhim.ru/index.php/vestnik/issue/archive>. Acesso em: 14 de março de 2023.

⁶ *Weapons of Mass Destruction (WMD)* ou armas de destruição em massa (ADM) são expressões usadas de forma recorrente como sinônimos de armas QBRN, embora nem todas as armas QBRN tenham o potencial devastador de uma WMD.

mas descrever genericamente a DQBRN do Exército Russo, iniciativa que busca jogar luz e enriquecer o debate em curso sobre a guerra travada entre a Rússia e Ucrânia.

2. As tropas DQBRN do Exército Russo

Até os episódios em *Hiroshima* e *Nagasaki*, em 1945, a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não dispunha de um programa significativo de bombas atômicas e a força de bombardeiros de longo alcance era quase inexistente.

Na esteira da Guerra Fria, o mundo experienciou uma evolução sem precedente dos armamentos, variando de canhões até a bomba atômica, com a escalada da letalidade das armas, até o ápice, com o surgimento dos mísseis balísticos intercontinentais e das ogivas termonucleares, realidade que descortinou a necessidade de investimento em pesquisas e desenvolvimento de capacidades DQBRN (HINGHAN; KAGAN, 2016).

Na atual Rússia, as *Войска Радиационной, Химической и Биологической Защиты (РХБЗ)*, ou tropas de proteção QBRN, podem ser definidas como sendo tropas especiais que operam em ambientes contaminados complexos e que procura reduzir as baixas de pessoal e material das tropas terrestres, contribuindo para o cumprimento das missões das forças terrestres. Ademais, cumpre salientar que tais tropas realizam as atividades e tarefas comuns às tropas DQBRN do mundo inteiro, principalmente no que se refere ao sensoriamento (reconhecimento, vigilância, identificação, entre outros); à sustentação (descontaminação individual, coletiva, em massa, entre outras); à segurança (proteção individual e coletiva); e ao comando e controle (C2) QBRN (BRASIL, 2016; EUA, 2019).

Além disso, as tropas de proteção QBRN do Exército Russo também executam duas atividades ofensivas que não são comuns às tropas DQBRN, quais sejam: ataques com foguetes⁷ e ataques com lança-chamas e meios incendiários (DEARDEN, 2001). Elas empregam, ainda, contramedidas de aerossol⁸ contra meios de reconhecimento e seleção de alvos inimigos (cortinas de fumaça com emprego do *ТДА-3* e *ПИЗ-8хм*).

⁷ Lançados pelo sistema TOS-1, montado sob plataforma do T-72.

⁸ O Exército Brasileiro chegou a prever o emprego de cortinas de fumaça no início da DQBRN brasileira, no entanto, não utiliza atualmente.

Figura 1 - TOS-1



Fonte: DEARDEN, 2001.

Em termos de doutrina, não foi possível acessar manuais de campanha relativos à DQBRN russa. No entanto, a Estratégia de Segurança Nacional Russa (RÚSSIA, 2021) e a Doutrina Militar Russa (RÚSSIA, 2010) são documentos públicos disponibilizados *on-line*, que trazem informações pertinentes com deduções sobre a DQBRN do Exército Russo. De toda sorte, ficam as lacunas dos fundamentos, princípios de emprego e táticas, técnicas e procedimentos (TTP).

Com relação à Estratégia Nacional, a Rússia salienta que: (i) o risco de conflitos envolvendo potências nucleares está aumentando; (ii) a OTAN está fortalecendo sua estrutura próxima à Rússia com capacidades nucleares, de modo a pressioná-la; (iii) é necessário manter um nível suficiente de dissuasão nuclear; (iv) o país deve aumentar a segurança de instalações nucleares-industriais, de armas nucleares e químicas; (v) o país deve prevenir e suprimir atividades terroristas que empreguem agentes QBRN; (vi) o país deve fortalecer a sua posição de liderança na área de pesquisa em energia nuclear, química, biológica, farmacêutica, entre outras (RÚSSIA, 2021).

Segundo a doutrina militar russa⁹, dentre as principais ameaças externas existentes, toma destaque as ações perpetradas por diversos atores que visam interromper o funcionamento das forças nucleares estratégicas, da mesma forma que buscam atacar os seguintes locais: 1) sistemas de alerta de ataque; 2) sistema de defesa antimísseis; 3)

⁹ A última Doutrina Militar Russa (ou *Военная Доктрина Российской Федерации*) disponível no sítio oficial do Kremlin é de 2010 e consta de 53 itens com abordagens gerais do emprego da expressão militar russa.

instalações de armazenamento de armas nucleares; 4) indústrias químicas; 5) indústrias nucleares e outras instalações potencialmente perigosas (RÚSSIA, 2010).

O mesmo documento cita que a distribuição ilegal (tráfico) de armas, munições, explosivos e outros meios no território da Federação Russa, podem ser usados para realizar sabotagem, atos terroristas e outras ações ilegais (RÚSSIA, 2010). Logo, há previsão de emprego das Forças Armadas russas e, por consequência, das Tropas DQBRN, tanto na defesa da soberania, quanto na manutenção da estabilidade nacional, em situações contra ameaças QBRN.

Além disso, a doutrina prevê que as Forças Armadas da Federação Russa e outras tropas devem estar prontas para conduzir operações ativas (tanto defensivas quanto ofensivas) em condições de massivo uso pelo inimigo de meios de combate modernos e promissores de destruição, incluindo armas de destruição em massa de todas as variedades (RÚSSIA, 2010). Tal colocação demonstra a preocupação em se defender de ataques/acidentes QBRN, sem mencionar intenção de ataque com essas ADM.

Em termos de organização, as Forças Armadas Russas são constituídas de:

- 1) *Сухопутные Войска* - Forças Terrestres (Exército);
- 2) *Воздушно-Космические Силы* - Forças Aeroespaciais;
- 3) *Военно-Морской Флот* - Marinha;
- 4) *Ракетные Войска Стратегического Назначения* - Forças Estratégicas de Mísseis;
- e 5) *Воздушно-Десантные Войска* - Forças Aerotransportadas.

No Exército Russo, há 08 (oito) comandos principais:

- 1) *Мотострелковые Войска*: Comando das Tropas de Fuzileiros Motorizadas;
- 2) *Танковые Войска*: Comando das Forças de Tanque;
- 3) *Ракетные Войска и Артиллерия*: Comando das Tropas de Foguetes e Artilharia;
- 4) *Войска Противовоздушной Обороны*: Comando das Tropas de Defesa Antiaérea;
- 5) *Разведывательные Соединения и Воинские Части*: Comando de Inteligência;
- 6) *Инженерные Войска*: Comando das Tropas de Engenharia
- 7) *Войска Радиационной, Химической И Биологической Защиты*: Comando das Tropas DQBRN; e
- 8) *Войска Связи*: Corpos de Sinais (Comunicações).

O comando das tropas DQBRN é composto por brigadas multifuncionais QBRN e unidades QBRN específicas. Ao todo, são 05 (cinco) brigadas DQBRN, com destaque para a *1-Я Мобильная Бригада РХБ Защиты* (1ª Brigada Móvel DQBRN), Grande Unidade que participou do gerenciamento das consequências do acidente nuclear em

Considerações sobre a atual DBORN do Exército Russo

Chernobyl, nas 1ª e 2ª guerras da Chechênia e na operação militar russa na Síria (RÚSSIA, 2016; KIRILOV, 2017). Além das brigadas, o país ainda dispõe de 11 (onze) Regimentos QBRN, 01 (um) batalhão lança-chamas, 01 (um) centro de treinamento, 02 (duas) bases de armazenamento e 01 (um) centro científico.

Concernente ao adestramento, verifica-se que as Forças Armadas russas vinham realizando exercícios de grande escala, incluindo os relacionados à DQBRN. Entre os exercícios realizados, destaca-se o exercício militar anual chamado de *Kavkaz-2020*:

“The exercise involves ground, air, naval, air defense, engineering, logistics, and chemical, biological, radiological, nuclear (CBRN) units in the Caspian and Black Seas, the Caucasus, and near Volgograd in southern Russia” (CLARCK et al., 2020).

Nesse exercício, as tropas DQBRN da 28ª brigada realizaram atividades de mascaramento de tropas, com destaque para os lançadores de chamas, que destruíram 50 alvos blindados leves no campo de treinamento de *Prudboy*, perto de *Volgogrado* (CLARCK et al, 2020).

Além desse exercício militar, cumpre salientar que as Forças armadas russas realizam rotineiramente outros exercícios DQBRN em diversos campos de treinamento espalhados pelo país, o que indica um alto nível de adestramento das tropas. Embora a Rússia não apresente, atualmente, a produção científica no nível demonstrado durante a Guerra Fria, ela tem renovado seus materiais de emprego militar (MEM) e conta com alguns equipamentos modernos. De fato, a Rússia tem mantido uma das maiores bases industriais de defesa do mundo desde finais da guerra fria, mesmo com as variações na saúde econômica do país (DAVIS, 2019).

Em sua pesquisa, Davis¹⁰ (2019) destaca que o país investiu e modernizou o *Russian Defence Industrial Complex* (OPK) durante a década de 1980 e, apesar da retração na década seguinte (anos 1990), o país voltou a investir fortemente no setor a partir de 2000, cujas consequências podem ser observadas em várias áreas, inclusive na DQBRN, com a mescla de modernos laboratórios, detectores, viaturas, com MEM antigos, como os lançadores de foguetes *TOS-1*, já mencionados.

Do acervo de defesa russo, ressalta-se o *RKhM-6 CBRN Reconnaissance Vehicle*¹¹ - viatura mecanizada sobre rodas, usada por tropas de reconhecimento e vigilância

¹⁰ O autor fez um amplo estudo da BID russa comparando três períodos: 1980-1991; 1992-1999; e 2000-2019. Ao final, ele ainda faz algumas previsões que têm se confirmado atualmente com a Guerra da Ucrânia.

¹¹ Disponível em: <https://www.army-technology.com/projects/rkhm-6-cbrn-reconnaissance-vehicle/>. Acesso em: 16 de março de 2023.

QBRN, e que está sendo amplamente empregada na Síria para fazer face às ameaças químicas, em especial, contra o agente Sarin. Ela é produzida pela empresa russa *Arzamas Machinery* e se assemelha ao *M1135 Stryker Nuclear, Biological, and Chemical Reconnaissance Vehicle (NBCRV)*, viatura produzida no Canadá e usada pelas tropas DQBRN norte-americanas.

Figura 2 - RKhM-6 CBRN Reconnaissance Vehicle



Fonte: ARMY TECHNOLOGY, 2016.

Para a tarefa de descontaminação operacional rápida, as tropas DQBRN russas usam o *TMS-65*, que consiste em uma turbina montada sobre a base do caminhão *Ural-375*, dando alta mobilidade, com elevado volume de descontaminante e sob alta pressão¹².

Figura 3 - TMS-65 Russian 6x6 Decontamination Vehicle



Fonte: ODIN, 2023.

¹² Várias atividades DQBRN russas podem ser vistas em vídeos institucionais no youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A8u0E8r-62Y>. Acesso em: 17 de março de 2023.

Considerações sobre a atual DBORN do Exército Russo

No que tange à formação, especialização e atualização do pessoal, o Ministério da Defesa russo (*Министерство Обороны Российской Федерации*) mantém uma academia militar específica para a atividade DQBRN, chamada de *Военная Академия Радиационной, Химической и Биологической Защиты*¹³, postura que denota o alto grau de importância dado à atividade. A DQBRN funciona como se fosse uma arma, quadro ou serviço (AQS), ou também uma qualificação militar singular (QMS), ou seja, o militar segue uma carreira somente na DQBRN.

No Exército norte-americano, a DQBRN também funciona como AQS/QMS. Nos Estados Unidos, há a *CBRN School*, localizada no *Fort Leonard Wood*, que conduz os cursos de liderança para tenentes QBRN (*CBOLC*), os cursos da carreira para capitães QBRN (*CBRN C3*), diversos cursos para os *Non-commissioned officers (NCO's)* e outros cursos, de menor duração, relativos às táticas, técnicas e procedimentos (TTP) da DQBRN.

No caso brasileiro, os oficiais e sargentos de carreira, já formados em alguma escola (como AMAN e ESA por exemplo), inseridos em qualquer AQS/QMS, realizam voluntariamente um dos cursos de DQBRN, na Escola de Instrução Especializada¹⁴ (EsIE), localizada no Rio de Janeiro, e depois aplicam os conhecimentos em alguma das organizações militares do Exército brasileiro.

A academia DQBRN russa tem uma longa história, que se iniciou em 1932, com a criação da Academia Militar Química do Exército Vermelho Operário e Camponês, ou *Военно-химическая академия Рабоче-крестьянской Красной армии (ПККА)*, em russo. Com o tempo, ela englobou o Instituto Militar de Segurança Biológica e Química, de *Saratov* e duas Escolas Superiores de Comando de Engenharia Militar. Atualmente, a academia está nomeada como Academia Militar das Tropas de Proteção QBRN e Engenharia (Academia Marechal da União Soviética S.K. *Timoshenko*) e está sendo comandada pelo Lieutenant General *Емельянов Игорь Михайлович*.

Sobre a infraestrutura, é suficiente dizer que as instalações são compatíveis com a importância dada pelo Exército Russo à DQBRN. Em todos os distritos militares, há tropas DQBRN, laboratórios, campos de treinamento e outras instalações voltadas para a atividade. Como exemplos, podem ser citados o *ГосНИИХиманалит* (Instituto Estatal de Pesquisa Químico-Analítica) e o *Приборный завод Сигнал* (grande complexo moderno de fabricação de instrumentos para a produção de aparelhos e equipamentos

¹³ Disponível em: <https://varhbz.mil.ru/>. Acesso em: 17 de março de 2023.

¹⁴ Disponível em: <http://www.esie.eb.mil.br/cursos>. Acesso em: 17 de março de 2023.

para usinas nucleares e indústrias radioquímicas, instrumentos e complexos para radiação).

3. Considerações Finais

Ainda que, até o presente momento, não tenha sido possível aferir o quantitativo do efetivo DQBRN russo, pelas informações até aqui trazidas, sobretudo ante a análise do modelo de formação observado e MEM disponíveis, aliado ao nível de especialização apresentado, pode-se dizer que as tropas DQBRN russas apresentam um perfil mais ofensivo, quando comparadas às tropas DQBRN brasileiras. Isso porque, além das atividades clássicas de DQBRN - como sensoriamento, proteção, sustentação e C2 -, as tropas DQBRN russas também podem realizar ataques com foguetes, munições anti-carro e com armas lança-chamas de variados alcances. Além disso, podem ocultar movimentos ofensivos e defensivos de outras tropas, em especial, durante a travessia de cursos d'água.

A Rússia aponta para a manutenção da capacidade de ataques nucleares dentro de uma estratégia de dissuasão, sem previsão de ações ofensivas com armas nucleares, mas com a capacidade de realizá-las. Nesse sentido, visualiza-se que os cenários prospectados pelos russos podem ser os seguintes: 1) em ambientes contaminados em território russo ou sob sua responsabilidade; 2) decorrentes de ataques convencionais estrangeiros; 3) decorrentes de ações provenientes de forças irregulares; e 4) em acidentes, como no caso de *Chernobyl*.

Nesse contexto, as atividades de descontaminação e proteção crescem de importância. Essa situação está coerente com o investimento russo em viaturas móveis de descontaminação, o treinamento de postos de descontaminação total e a manutenção de laboratórios de alto nível para identificação de agentes QBRN. A organização da DBRN como um comando, no mesmo nível dos comandos de tropas motorizadas, blindadas, aerotransportadas, engenharia, dentre tantas outras, demonstra o nível de importância que a Rússia destina para a atividade. A existência de cinco brigadas DQBRN e mais de doze organizações militares DQBRN nível unidade, reforçam essa afirmação.

O emprego das tropas DQBRN em guerras e missões reais em territórios estrangeiros mantém esses militares em alto nível de prontidão, e contribui para o objetivo nacional russo de projeção de poder em áreas de seu interesse, particularmente, no seu entorno estratégico.

Considerações sobre a atual DQBRN do Exército Russo

A Rússia também se vale da DQBRN como indutora do desenvolvimento científico militar, por meio de sua Academia Militar DQBRN e de vários laboratórios de pesquisa em áreas correlatas à DQBRN, contribuindo fortemente para o desenvolvimento de sua base industrial de defesa, em paralelo com áreas civis relacionadas (usinas nucleares, empresas dos pólos químicos, dentre outras).

Por fim, a apresentação da DQBRN russa contribui para o arcabouço de conhecimento sobre essa atividade e provoca o debate sobre como cada país e cada Força Armada usa sua capacidade DQBRN. Para além do emprego voltado exclusivamente às ameaças prospectadas, verifica-se a possibilidade de seu uso como parte da base industrial de defesa e dos campos civis correlatos, bem como parte da estratégia nacional de influência no entorno estratégico.

Referências:

ARMY TECHNOLOGY. **RKhM-6 CBRN Reconnaissance Vehicle**. Army Technology, 2016. Disponível em: <https://www.army-technology.com/projects/rkhm-6cbrn-reconnaissance-vehicle/>. Acesso em: 10 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. COTER. **DQBRN EB70-MC-10.233**. Brasília: COTER, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. EME. **Doutrina Militar Terrestre EB20-MF-10.102**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

CLARK, Mason et al. **Russia's Kavkaz-2020 Military Exercise**. Institute for the Study of War, p. 1-9, 2020.

DAVIS, Christopher Mark. **The Russian Defense Industry, 1980-2025. Systemic change, policies, performance and prospects**. In: HAETLEY, Keith; BELIN, Jean. The Economics of the Global Defence Industry. Cap. 4, p. 69-125, 2019. London: Routledge, 2019.

DEARDEN, P. **New Blast Weapons**. J R Army Med Corps, p. 80-86, 2001. Disponível em: <https://militaryhealth.bmj.com/content/jramc/147/1/80.full.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2023.

EUA. DoD - Department of the Army. **FM 3-11 CBRN Operations**. Washington: DoD, 2019.

HINGHAN, R. e KAGAN, F. W. **The Military History of the Soviet Union**. London: Palgrave MacMillan, 2016.

KIRILOV, Igor. **O papel das Forças Armadas na eliminação das consequências do desastre da usina nuclear de Chernobyl foi decisivo**. Artigo apresentado na

Conferência Científica e Histórica Interdepartamental “Chernobyl em 2016. Moscou: Ministério da Defesa, 2016. Disponível em: https://veteran.mil.ru/for_veterans/departme nt/chernobyl/more.htm?id=12082158@egNews. Acesso em: 14 de março de 2023.

ODIN. TMS-65 Russian 6x6 Decontamination Vehicle. Odin, 2023. Disponível em: https://odin.tradoc.army.mil/WEG/Asset/TMS-65_Russian_6x6_Decontamination_Vehicl e. Acesso em: 10 de março de 2023.

RÚSSIA. *Военная Доктрина Российской Федерации (Doutrina Militar da Federação Russa)*. Decreto do Presidente da Federação Russa Nr 146, de 5 de fevereiro de 2010. Moscou: Presidência da República, 2010.

RÚSSIA. *Стратегии Национальной Безопасности Российской Федерации (Estratégia De Segurança Nacional Da Federação Russa)*. Decreto nº 400, de 2 de julho de 2021. Moscou: Presidência da República, 2021.

GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA



O EXÉRCITO BRASILEIRO E A SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE*

Luciano Hickert¹

1. Introdução

As questões relacionadas ao meio ambiente vêm assumindo um protagonismo cada vez mais crescente ao longo dos anos. É comum ver notícias relacionadas ao mau uso, ou utilização irresponsável do meio ambiente pelo homem. Não raro, tais condutas costumam estar associadas às intempéries climáticas que ocorrem ao redor do globo. Ou seja, fica cada vez mais claro que o homem é responsável, parcial ou totalmente, pelas mudanças climáticas em curso.

No Brasil, essa responsabilidade está tipificada no documento de mais alto nível. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, prevê o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do poder público e da sociedade defendê-lo e preservá-lo. Dessa forma, o Estado brasileiro, materializado pelos seus diversos órgãos em todas as suas esferas de poder, tem a missão constitucional de estimular, fiscalizar e fomentar o desenvolvimento sustentável, assim como as práticas ambientais de preservação do bioma nacional (BASSO; DIAS, 2018).

O Exército Brasileiro, como integrante da esfera pública federal, está envolvido em processos que interagem com o meio ambiente, como qualquer outro segmento produtivo. Os militares conduzem um vasto leque de atividades que, em muitos aspectos, podem se assemelhar às empresas ou às indústrias privadas, tais como: utilização de veículos comerciais, construção de prédios e urbanização de espaços, destinação de resíduos hospitalares, logística reversa com combustíveis, destruição de materiais explosivos, dentre outras atividades (BASSO; DIAS, 2018). O leque de atividades com os impactos ambientais é muito extenso, envolvendo as atividades administrativas e operacionais, tendo diversas correlações com ramos civis. Nesse sentido, restaurantes, hospitais, postos de combustíveis, oficinas mecânicas e hotelaria são exemplos de atividades militares que se espelham às atividades civis e que, por mais administrativas que sejam, impactam o meio ambiente de alguma forma. Diante dessa realidade, este artigo procura apresentar

* Artigo originalmente publicado em 27 de março de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017). Atualmente é Comandante do 8º Batalhão Logístico.

as iniciativas realizadas pelo Exército Brasileiro a manter o meio ambiente sustentável.

2. A evolução da temática no Exército Brasileiro

Em 2016, o Exército Brasileiro elaborou diversos cadernos de orientação voltados para auxiliar as Organizações Militares na gestão do meio ambiente. Naquele anos, tais produtos representaram um marco para a evolução das práticas de gestão na instituição. Em 2017, o Exército Brasileiro avançou na temática e produziu uma cartilha de orientações, iniciativa que consolidou a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente como sendo a propulsora do assunto no Exército Brasileiro, difundindo o conhecimento através de cursos e capacitações, expandindo a educação ambiental para o Exército Brasileiro como um todo.

As evoluções do cuidado com o meio ambiente implicam em um conjunto de ações simples e complexas que abarcam a administração das organizações militares. Nos últimos anos, as preocupações com o meio ambiente aumentaram de forma exponencial, dando origem a um conjunto de normas, cartilhas e orientações que se complementam, criando um arcabouço que visa orientar os gestores militares.

“O Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (SIGAEB) orienta as ações da política militar terrestre para o gerenciamento ambiental efetivo em todos os escalões, em caráter permanente, promovendo a harmonia com os ecossistemas, com comprometimento e capacitação dos recursos” (BRASIL, 2019).

Em 2022, pode-se destacar que todos os militares em funções gerenciais nas Organizações Militares já possuem capacitação adequada, e a busca de aperfeiçoamento tem sido uma constante, em diversos níveis de gestão. Diversos cursos e estágios tem desenvolvido a educação dos gestores e tem sido integrado ao currículo dos cursos, garantindo uma base de conhecimento adequada para a melhoria das práticas. O conteúdo desses cursos abarca os resíduos sólidos, a gestão de afluentes, e se estende até mesmo para as atividades operacionais, com o cuidado do solo, da fauna e da flora.

Dentre as orientações dos estágios e cursos, o gerenciamento de resíduos abarca os diversos tipos de materiais. Tanto os sólidos, incluindo os de logística reversa, os de saúde e os orgânicos, quanto os hídricos, relacionados ao abastecimento de água potável. As novas diretrizes do SIGAEB visam evitar novos problemas e resolver passivos antigos, recuperando áreas e destinando corretamente o material inservível de forma adequada, preocupando-se inclusive com a poluição sonora.

3. As iniciativas realizadas pelo Exército Brasileiro para proteger o meio ambiente

Uma das iniciativas é voltada para o adestramento da tropa. Nesse caso, o Exército Brasileiro determinou uma gama de cuidados com a fauna e flora, com o solo e com os recursos naturais das áreas utilizadas durante as atividades de instrução, dentre os quais destacam-se o cuidado para evitar queimadas e a destinação do lixo e resíduos.

Outra iniciativa é sobre a atividade logística. Nesse ponto, a instituição estabeleceu normas especiais para as tropas de logística, pois elas realizam a entrega e recolhimento de produtos de saúde, de combustíveis e de diversos materiais considerados mais críticos, como munições e transporte de cadáveres em combate, cuja eficácia pode preservar vidas e o ecossistema, evitando doenças e poluição. A logística de material de saúde, em especial de medicamentos e material de proteção, tornou-se ainda mais importante em épocas de pandemia, tornando o adestramento dos militares uma condição essencial para a preservação de um ambiente hígido e protegido. A manipulação de uma série de produtos químicos sensíveis exige uma cadeia de suprimento, manipulação e destruição bem estruturada, dentro e fora das unidades militares, e incluem ainda a manipulação de agentes biológicos, nucleares e radioativos.

É importante ressaltar os esforços realizados pelo Exército Brasileiro na área administrativa, mais precisamente nos processos licitatórios. Atualmente, os processos administrativos, como os licitatórios, estão restringindo cada vez mais o emprego de materiais tóxicos, como o amianto. Por sua vez, tais processos estão buscando soluções mais sustentáveis e menos poluentes, como o uso de sensores de presença, energias renováveis, reutilização de água e individualização dos consumos.

Ainda, a previsão de licenciamentos ambientais para todas as obras reflete o aperfeiçoamento dos sistemas. A ampliação da logística reversa para determinadas classes de materiais, sobretudo de peças de veículos e maquinário em geral, são tendências irreversíveis, que tem tornado mais efetiva a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a preparação das empresas fornecedoras é essencial para o correto fluxo de entrega e retirada de insumos, visando a reciclagem e reaproveitamento. Dessa forma, a aquisição de novos meios deve estar em consonância com as tecnologias mais adequadas, levando em consideração o custo ambiental de cada material. Nesse sentido, estão sendo evitadas as compras de material com baixa vida útil, com maior potencial poluente e estão sendo priorizadas opções mais sustentáveis, como a substituição do óleo S500 por S10, com menos enxofre e menor potencial poluidor.

A correta destinação de peças usadas e recursos, assim como a reutilização de peças

e materiais por recondicionamento, é outro aspecto importante que tende a diminuir a produção de resíduos. Além disso, pode ocorrer economia com a diminuição de necessidade de aquisição de peças novas, mais caras. Ainda, a correta destinação de óleos usados pode gerar uma renda adicional para o país e pode se tornar numa medida muito efetiva para a redução da poluição. Além disso, a definição de áreas de proteção, preservação ambiental, encostas e áreas verdes urbanas tem recebido atenção crescente, influenciando na qualidade dos rios e na própria qualidade de vida das pessoas.

Na parte operativa, a instituição também registra significativos avanços. O manual Logística nas Operações, do Exército Brasileiro e publicado em 2019, destaca que um aspecto fundamental nas operações é a obtenção de dados médios de planejamento confiáveis e atualizados que permitam uma correta avaliação das necessidades, diminuindo o consumo e reduzindo os resíduos. Outro ponto destacado no citado manual se refere ao preparo da tropa. Com isso, tem se notado que as instruções sobre a preservação do meio ambiente estão sendo cada vez mais ministradas junto aos militares, destacando o cuidado com a fauna e flora.

Nessa mesma direção, o equilíbrio entre modernização e rusticidade dos equipamentos militares tem sido buscado pelo Exército Brasileiro, como se percebe com a adoção de veículos mais econômicos, menos poluentes e pela utilização de combustível com menos enxofre. Talvez evoluções como a adoção de motorização elétrica não possam ser estendidas para toda a frota, pela necessidade de investimento e pelos requisitos operacionais, mas percebe-se que a tendência de adoção de tecnologias menos poluentes são a tendência.

Por outro lado, uma nova família de veículos elétricos, acompanhando as tendências da produção civil, ainda não foi iniciada no mercado internacional militar. O mercado de defesa não tem adotado tais inovações, mas parece ser a tendência para veículos administrativos, apresentando constantes novos desafios para a manutenção, pois o crescente aumento de tecnologia embarcada apresenta novas exigências para o conserto de sensores, inclusive acerca de níveis de emissão de poluentes.

4. Considerações finais

A sustentabilidade tem sido uma preocupação crescente da sociedade brasileira e o Exército Brasileiro tem realizado diversas ações para aumentar a conscientização dos seus militares, a fim de melhorar os processos e difundir as melhores práticas. Nesse sentido, a obtenção de meios mais eficazes, que reduzam a produção de resíduos, e a construção

de estruturas de modo sustentável, tem recebido atenção crescente, colaborando na proteção do meio ambiente .

A busca da eficácia administrativa deve evoluir constantemente para a implantação de maiores cuidados com o meio ambiente, empregando uma ampla gama de aperfeiçoamentos para a melhoria das atividades produtivas, com economia, sem comprometer a capacidade de ação dos diversos setores. Em especial na logística, seja de pessoal, seja de material, é importantíssimo o estudo das viabilidades e o cuidado com a implantação de tecnologias menos poluentes e mais eficazes.

Nesse diapasão, a alteração das fontes de energia, a delimitação de quais e quantos produtos serão adquiridos e distribuídos, de como os produtos podem ser reutilizados, e a ampla variedade de questões levantadas neste estudo exigirão um questionamento permanente na busca de economia de recursos naturais. A ampliação da infraestrutura, com o aproveitamento de recursos renováveis e os cuidados com a reciclagem são temas cada vez mais comuns no seio militar.

A implantação de um sistema integrado de gestão logística permitiria o conhecimento da situação real e oportuna das necessidades logísticas e a modernização dos fluxos de solicitação de suprimentos, por programas automatizados que utilizem tecnologia para facilitar a separação e embarque das cargas, fato que aumenta a eficiência dos processos logísticos e amplia a proteção ao meio ambiente.

Adequar a estrutura logística planejada para situações de emprego real, com soluções sustentáveis, impactará na doutrina militar brasileira vigente, em especial no trato de feridos e mortos. Repensar a logística de combate, adequada ao novo perfil de combates urbanos, multidimensionais e não lineares, significa estudar as novas necessidades de energia, proteção das áreas e volumes a serem deslocados. O aumento do controle sobre os bens, como armamento, munição, veículos e alimentos, e a reutilização de materiais de boa qualidade, poderá resultar em maior poder de combate num futuro próximo.

As Forças Armadas brasileiras podem se tornar num ambiente de experimentação para a administração pública, estabelecendo parcerias com universidades e empresas, realizando processos de transformação de fontes de energia, reutilização de meios naturais e cuidados com o meio ambiente, trazendo benefícios que podem ser ampliados para toda a sociedade, em diversas áreas da economia, ciência e empreendedorismo.

Obter a capacidade de sustentar as mobilidades operacional e tática deve ser uma prioridade de uma Força Terrestre que busque o combate moderno, em um ambiente

O Exército Brasileiro e a sustentabilidade do meio ambiente

complexo e com demandas de diferentes atores no campo de batalha. Essa sustentação deve ser estendida também para o meio ambiente, como forma de manter com menores custos as operações. Assim, pode-se depreender que no atual tabuleiro geopolítico, o meio ambiente é uma variável inescapável para o planejamento e condução de quaisquer atividades militares.

Referências:

BASSO, Leandro Ferreira; DIAS, Raphael da Silva. **Análise da sustentabilidade ambiental com o auxílio do SICOGEA em uma organização militar da guarnição de Santa Maria-RS.** Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal de Santa Maria, 2018. Santa Maria: UFSM, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Logística nas Operações - EB70-MC-10.216.** Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

CEEEEX 20 ANOS: TRAJETÓRIA E RELEVÂNCIA *

Oscar Medeiros Filho¹

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército completará, no próximo mês de julho, 20 anos de existência. Trata-se de marco importante tendo em vista a relevância que o CEEEx assumiu ao longo dessas duas décadas, tanto como estrutura que subsidia o planejamento estratégico da Força Terrestre, quanto por suas contribuições na reflexão e na elaboração do pensamento prospectivo em Defesa Nacional.

O Centro foi criado em 2003, nos primeiros anos do século XXI, em um contexto marcado pelo elevado grau de incerteza e de insegurança. Vivia-se tempos de mudanças rápidas e constantes. O avanço acelerado da globalização, impulsionado pela revolução técnico-científico-informacional, materializada pelo alcance mundial da internet, gerava um ambiente permeado por características como volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, conforme acrônimo VUCA (em inglês: *volatility, uncertainty, complexity e ambiguity*) cunhado pelo Exército norte-americano no início dos anos 1990. Esse contexto exigia das organizações desafios constantes em relação ao seu planejamento futuro.

Para as organizações militares, isso não foi diferente. Essas duas últimas décadas testemunharam mudanças substanciais no emprego militar, cujo espectro de atuação foi se tornando cada vez mais amplo e complexo, incluindo desde aspectos ligados a ilícitos transnacionais, até o retorno dos tradicionais contenciosos geopolíticos no tabuleiro internacional. Diante de um futuro incerto, fazia-se necessário aprimorar o planejamento estratégico das organizações, criando-se estruturas capazes de fornecer aos gestores uma abordagem sistêmica para a melhor compreensão das mudanças e tendências futuras.

Nesse sentido, a criação do CEEEx demonstra a importância que o Exército Brasileiro dedica ao seu planejamento futuro. Na realidade, a história mostra que, em termos de planejamento estratégico, essa atenção é anterior. Vale destacar que em 1985, no contexto do pós-Guerra das Malvinas, o Exército Brasileiro, por meio do Estado-Maior do Exército (EME), criou o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx), com a finalidade de estabelecer as bases do Planejamento Militar Terrestre e de

* Artigo originalmente publicado em 31 de março de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro.

reestruturação da Força. Desde sua criação, o SIPLEx vem sendo atualizado em ciclos periódicos, considerando-se horizontes temporais de 4 anos. Uma das fases mais importantes para a atualização do SIPLEx é denominada de “Análise Estratégica”, fase que lida diretamente com os estudos prospectivos, envolvendo diagnóstico estratégico (fortalezas e fraquezas internas; ameaças e oportunidades externas), elaboração de cenários e indicações estratégicas.

Apesar dessa fase constar no SIPLEx desde a sua criação, o Exército Brasileiro se ressentia da necessidade de um estrutura permanente que pudesse desenvolver estudos de natureza prospectiva, como subsídio para o seu planejamento estratégico, o que veio a ser alcançado com a criação do CEEEx em 2003. Dentre os estudos preliminares para a criação do Centro, merece destaque o artigo do então Coronel Ruy César Brandi da Silva, publicado na revista da ESG com o título “O emprego de cenários prospectivos como suporte do planejamento estratégico do Exército Brasileiro”. Nele, o Coronel Brandi sugeria a criação de uma Assessoria de Planejamento Estratégico para o Exército (APEEx), ligada diretamente ao Chefe do EME e com a missão primordial de construir e monitorar os cenários necessários e imprescindíveis ao suporte do SIPLEx.

Tomando por base esse artigo, o então 3º Subchefe do Estado-Maior do Exército, General de Divisão Rui Monarca da Silveira, elaborou o documento intitulado de “Centro de Estudos Estratégicos do Estado-Maior do Exército: uma proposta”, datado de 8 de maio de 2003, segundo o qual, para que o Exército Brasileiro pudesse conduzir suas ações futuras, deveria guiar-se por permanente avaliação da conjuntura que permita clara previsão das consequências de cada rumo adotado (...), por meio de análise de trabalhos publicados e de estudos prospectivos”. Dois meses depois, em 14 de julho de 2003, por meio da Portaria nº 051-EME, de 14 Julho de 2003, foi criado o Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

Ao longo dessas duas décadas de existência, o CEEEx tem se destacado como estrutura fundamental na formulação do pensamento estratégico do Exército Brasileiro, por meio do desenvolvimento de avaliações estratégicas, investigações e debates prospectivos de interesse da instituição.

Dentre as entregas do CEEEx ao longo desse período, os cenários prospectivos merecem destaque. O primeiro grande esforço de sistematização de um cenário prospectivo feito pelo CEEEx ocorreu ao longo de 2005, com o desenvolvimento do projeto “Cenários Prospectivos para o EB em 2022”. A partir de 2010, passou-se a produzir o cenário “Exército Brasileiro 2030”. Neste, merece destaque a participação, em

sua elaboração, do Grupo de Estudos e Planejamento Estratégico do Exército (GEPEEx). Composto por oficiais superiores representantes dos órgãos de direção-geral, setorial e operacional, além dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI) e dos Comandos Militares de Área, o GEPEEx foi criado em 2013 com a finalidade principal de emitir pareceres sobre assuntos político-estratégicos na área de atuação desses órgãos, além de atualizar e monitorar os cenários prospectivos, em suporte ao EME. Em 2015 e 2026, o CEEEx elaborou o cenário intitulado “Força Terrestre 2035”, em parceria com o Instituto SAGRES, tendo como objetivo estudar a atuação da Força Terrestre em um ambiente operacional de amplo espectro, tendo como horizonte temporal o ano de 2035.

Ao longo dessas duas décadas de trajetória, também merece destaque a criação do Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP) em 2012, estrutura de apoio aos estudos estratégicos e que tem como objetivo selecionar pesquisadores para a produção de conhecimento de natureza prospectiva. Ao longo da última década, o NEP tem proporcionado maior qualidade nos estudos e planejamentos estratégicos no âmbito do EME, além de agregar visões diferentes de outros setores da sociedade, de cenários que impactam a missão e visão de futuro do Exército Brasileiro. Dessa forma, o NEP combina de maneira aderente o conhecimento científico, a demandas apresentadas pelo Exército Brasileiro, gerando insumos ao planejamento estratégico do Exército Brasileiro, sem perder, entretanto, o rigor acadêmico esperado. Além da publicação dos resultados das pesquisas, por meio de periódicos e livros, as atividades do NEP proporcionam a realização constante de *workshops*, possibilitando a construção de espaços de discussão e troca de ideias entre pesquisadores e analistas militares, além da elaboração de *policy papers*, por meio dos quais os pesquisadores apresentam implicações estratégicas e recomendações ao SIPLEEx.

Fato é que, ao longo desses 20 anos, o CEEEx tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento do pensamento estratégico, não só para o Exército Brasileiro, mas para todo o Estado Brasileiro. Muitas são as contribuições materializadas em formas de livros, periódicos e eventos diversos, nos quais pode contar com a sua vasta rede de parceiros estratégicos, que incluem universidades, *Think Tanks*, centros de estudo, órgãos do Estado, do Brasil e de nações amigas.

Ao longo desse período, temas e conceitos ligados à Defesa Nacional, como cibernética, dissuasão extrarregional, guerra híbrida, antiacesso e negação de área, entre

CEEEEX 20 anos: trajetória e relevância

tantos outros, foram estudos desenvolvidos de forma seminal pelo CEEEx, revelando sua importância para o pensamento estratégico nacional.

Os desafios militares futuros são enormes e complexos. Nesse sentido, o papel do CEEEx, oferecendo avaliações estratégicas e estudos prospectivos, tende a ganhar cada vez mais relevância. Não será tarefa fácil, afinal esses desafios devem ser caracterizados pela complexidade e por sinais de imprecisão. Nesse sentido, imaginar o futuro nunca foi e nunca será “preciso”, mas será sempre necessário!”. Ou seja, não se pode ter a pretensão de “acertar” o futuro, mas parece cada vez mais claro que planejar o futuro, tendo por base informações metodologicamente tratadas e analisadas, será sempre mais seguro que guiar-se apenas pela intuição dos decisores. Eis aí o grande o valor de um centro de estudos estratégicos.

Parabéns CEEEx, pelos seus 20 anos. Parabéns Exército Brasileiro, por mais essa decisão acertada!

O NOVO RAIAR DO SOL? A EVOLUÇÃO NA POLÍTICA DE DEFESA DO JAPÃO E AS TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS DO LESTE ASIÁTICO*

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira¹

Em 2022, o governo japonês lançou a revisão de documentos estratégicos que reforçam o debate sobre as percepções do Japão acerca das transformações no seu entorno próximo e a necessidade de maior autonomia em relação à sua segurança, o que tem fortalecido os ímpetus em prol de uma maior militarização do arquipélago. Os três novos documentos estratégicos lançados em dezembro de 2022 foram: (a) a Estratégia de Segurança Nacional (NSS)², (b) a Estratégia de Defesa Nacional³ (NDS) e (c) *Defense Buildup Program* (DBP)⁴. Tais documentos somam-se às publicações anuais do Livro Branco (Defesa) e Azul (Diplomático) do país em referência aos anos de 2021-2022, onde estão expressas as preocupações nipônicas com o seu entorno regional, considerado cada vez mais severo.

Os documentos oficiais e de defesa do Japão refletem preocupações compartilhadas pelo país diante das mudanças no equilíbrio de poder global. No Livro Branco de 2022, *Kishi Nobuo*, então Ministro da Defesa, expressa que a “*desobediência à ordem internacional não é apenas um problema da Europa. À medida que a competição estratégica entre nações se torna mais evidente em meio às mudanças no equilíbrio de poder global, a ordem existente está sendo exposta a sérios desafios, especialmente na região do Indo-Pacífico, que está no centro dessa competição*” (MOD, 2022, p.3, tradução nossa).

Ademais, ressaltam-se as preocupações nipônicas acerca das ações chinesas nos mares próximos, em relação à Taiwan e também com a Coreia do Norte, com o teste de mísseis, e a ação russa na Ucrânia, com a continuidade da guerra na Eurasia.

* Artigo originalmente publicado em 31 de maio de 2023 no site do OMPV.

¹ Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Vice-Coordenadora do LabChina (UFRJ) e Especialista Residente no ObservaChina.

² Ministério da Defesa do Japão. "National Security Strategy of Japan - 2022". Disponível em: <https://www.cas.go.jp/siryoku/221216anzenhoshou/nss-e.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

³ Ministério da Defesa do Japão. "National Defense Strategy - 2022". Disponível em: https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/strategy/pdf/strategy_en.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2023.

⁴ Ministério da Defesa do Japão. "Defense Buildup Program - 2022". Disponível em: https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/plan/pdf/program_en.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2023.

O novo raiar do sol? A evolução na política de defesa do Japão e as transformações geopolíticas do Leste Asiático

Nesse sentido, a intensificação de tensões e mudanças na balança ofensiva-defensiva dos países internacionalmente vem transformando, ou melhor, acelerando as mudanças japonesas no que tange às suas capacidades de defesa (GREEN, 2003; PYLE, 2008). De fato, desde o fim da Guerra Fria, em meio a uma multipolaridade emergente no tabuleiro regional do Leste Asiático, criaram-se expectativas de que o Japão abraçaria por completo o seu *status* de potência, o que conseqüentemente o levaria a aumentar suas capacidades militares (WALTZ, 1993). Em certa medida, por mais que a evolução das capacidades de defesa do Japão tenham se desenvolvido, mesmo que lentamente desde o fim da ocupação das Forças Aliadas (1945-1951), os anos 1990s foram cruciais para, talvez, a realização das primeiras grandes transformações na política de defesa do Japão em sua dimensão externa.

Na Guerra do Golfo (1990-1991), o Japão foi pressionado por países do sistema internacional para que ajudasse com os custos e com o possível envio de recursos humanos na guerra. Entretanto, o que os países e, inclusive, seu aliado preferencial, os Estados Unidos observaram foi um Japão executor de uma “diplomacia de pagamentos”, sem o envio de tropas e recursos humanos efetivos (TOGO, 2005). O Japão foi criticado pela comunidade internacional, pois esperava-se que a segunda maior economia do mundo arcasse de forma mais ampla com os custos de uma “ordem mundial” mais estável e pacífica.

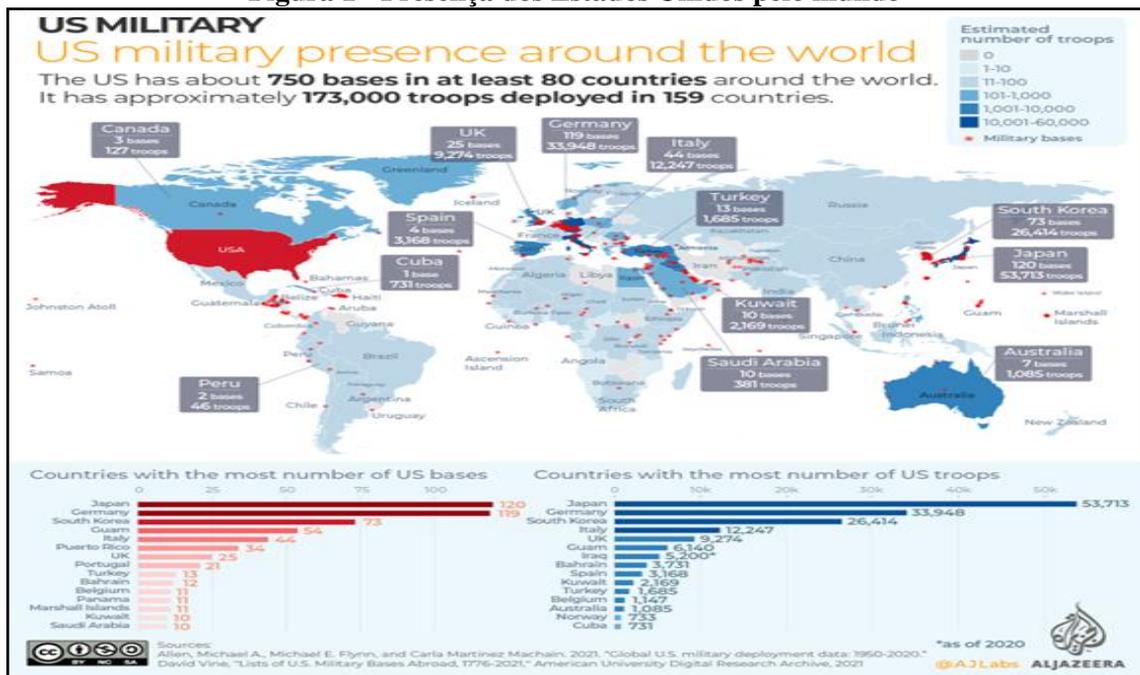
Dessa forma, a pressão internacional, sobretudo, do seu aliado estratégico, os Estados Unidos, impactou para que nos anos seguintes gradativamente o Japão aprovasse leis que flexibilizaram o envio de recursos humanos para fins pacíficos, por exemplo, operações de Paz. As Forças de Autodefesa (FAD) do Japão passaram a ter um maior papel na arena internacional e somente na década de 1990 participaram em missões de paz no Camboja, Timor-Leste e nas Colinas de Golan (TOGO, 2005).

No início do século XXI, também houve uma guinada no desenvolvimento na política de defesa e segurança japonesa, durante o governo do primeiro-ministro *Koizumi Junichiro* (HUGHES, 2017), em um momento de tensões com a Coreia do Norte. Um exemplo desse recrudescimento militar ocorreu em 2003, quando o gabinete emitiu uma declaração afirmando que havia decidido desenvolver um sistema de defesa de mísseis balísticos como uma medida defensiva contra as ameaças norte coreanas (TOGO, 2005; PYLE, 2008). Com o *Ballistic Missile Defense* (BMD), o Japão precisou reavaliar a sua posição a respeito do uso do espaço e da exportação de tecnologia militar.

Na segunda década do século XXI, a ascensão de *Shinzo Abe* (2012-2020) ao poder evidenciou o recrudescimento militar japonês, na medida em que a liderança japonesa passou a entoar a necessidade de uma maior participação do país internacionalmente, discursar acerca de uma possível flexibilização da Constituição e da necessidade de modificar interpretações para que o país pudesse agir mais prontamente em caso de riscos à sua sobrevivência (e, em certa medida, para proteção de seus aliados) (HUGHES, 2016).

A ascensão ao poder de *Shinzo Abe*, figura nacionalista e com fortes laços com o debate em relação ao poder militar, deve ser analisada também em meio à um cenário crescente de percepção de ameaças em relação aos seus vizinhos e, principalmente, aos receios quanto à confiabilidade da aliança com os Estados Unidos. Em relação aos Estados Unidos, as preocupações do Japão com a aliança são centrais. Historicamente, o arquipélago atuou como aliado estratégico de Washington na Ásia durante a Guerra Fria e até hoje o Japão é o principal país receptor de bases e tropas estadunidenses em território nacional.

Figura 1 - Presença dos Estados Unidos pelo mundo



Fonte: AL JAZEERA, 2021.

A aliança nipo-americana tem sua origem no fim da ocupação das Forças Aliadas em 1951 e no Tratado de Paz de São Francisco de 1951, sendo revisado no Tratado de Segurança Mútua em 1960. O tratado estabelece uma aliança de segurança entre os dois países, comprometendo-se a se consultarem e a cooperarem em caso de ameaças à paz e à segurança. O Japão é dependente dessa aliança para a sua proteção, sendo acusado constantemente de estar sob proteção demasiada do guarda chuva estadunidense. Não por

O novo raiar do sol? A evolução na política de defesa do Japão e as transformações geopolíticas do Leste Asiático

acaso, ações dos Estados Unidos reivindicando maiores ações japonesas em relação à aliança e possíveis crises no país norte-americano trazem receios à confiança e à própria manutenção do tratado. Desde 2012 essa preocupação está mais visível em um cenário de intensa competição e, até mesmo, de transição internacional. Os temores de ser abandonado por Washington têm crescido cada vez mais, especialmente desde o segundo mandato da administração Obama e os resultados da política do Pivô para a Ásia, bem como com a maior assertividade da China em tabuleiros marítimos próximos, indicando transformações na distribuição de poder e no *status quo* regional (GREEN, 2017; HUGHES, 2017).

A militarização japonesa tornou-se ainda mais evidente após a campanha presidencial de *Donald Trump*, quando ele afirmou que a aliança nipo-americana é "muito cara"⁵ e após as críticas de *Trump* sobre o custo da aliança antes da cúpula do G20. Naquela ocasião, *Trump* disse que quase todos os países do mundo se aproveitavam dos Estados Unidos. Nominalmente citou o Japão e o Tratado de 1960, assimétrico, em que o Japão caso fosse atacado, os Estados Unidos deveriam lutar "Terceira Guerra Mundial". Mas no caso contrário, Tóquio poderia não auxiliar Washington⁶. De fato, essas declarações frequentes de *Donald Trump* em relação à aliança e às exigências para que o Japão comprasse mais equipamentos militares dos Estados Unidos pressionaram Tóquio a aumentar suas capacidades militares.

Correlacionado, em 2015, *Shinzo Abe* impulsionou leis de segurança e reinterpretou o direito à defesa coletiva por parte do Japão. Em resumo, a legislação de Paz e Segurança implementada empoderou o Japão a exercer a autodefesa coletiva caso ocorra um ataque armado contra um aliado do Japão e represente uma clara ameaça ao país. Um dos objetivos da lei era fortalecer o compromisso do Japão com os Estados Unidos, na medida em que a reinterpretação permitiu que o arquipélago pudesse agir em apoio a um aliado em caso de percepção de ameaça à sua própria sobrevivência (SALTZMAN, 2015).

Também nesse cenário, o Japão buscou promover uma política externa mais ativa, intitulada "Contribuição Pró-ativa para a Paz". Essa política externa é amplamente atribuída à percepção do Japão sobre a geopolítica da Ásia-Pacífico e o interesse por ampliar suas relações com países da região, sobretudo aqueles que enfrentam disputas

⁵ Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2016/08/06/national/politics-diplomacy/trump-rips-u-s-defense-japan-one-sided-expensive/>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

⁶ Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-g20-summit-trump-japan-idUSKCN1TS057>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

territoriais com a China. Não por acaso, nos últimos anos, o Japão tem procurado estreitar laços com países do Sudeste Asiático (INOBUCHI; PANDA, 2018) em matéria de cooperação em defesa e por meio da realização, por exemplo, de treinamentos militares. Além disso, é possível notar a emergência na região de ações que visam a demonstração de poder e o aumento da vigilância. Em relação a esse último ponto, as reuniões e treinamentos promovidos pelos países do QUAD (composto por Japão, Índia, Austrália e Estados Unidos).

Tais pontos estão relacionados à estratégia de um Indo-Pacífico livre e aberto (*'Free and Open Indo-Pacific Strategy'*) promovido pelo governo japonês. A visão de FOIP (na sigla em inglês) é baseada no conceito de garantir a paz e a prosperidade de toda a região do Indo-Pacífico e, conseqüentemente, do mundo, por meio da realização de uma ordem livre e aberta baseada no Estado de direito na região (MOD, 2022). O aumento do ativismo japonês também pode ser observado recentemente com a notícia de que o Ministro das Relações Exteriores do Japão, *Yoshimasa Hayashi*, confirmou que existem planos para a abertura de um escritório da OTAN no Japão⁷, o que representa o interesse do arquipélago em aliar-se com os países da União Europeia e com os Estados Unidos em meio ao aumento de tensões na Eurásia. Além disso, existem indícios de aproximação do Japão com a Coreia do Sul, a despeito dos problemas históricos entre os dois⁸.

Portanto, é evidente que à medida que as tensões no Leste Asiático e no mundo crescem, o Japão tem se empenhado em fortalecer suas capacidades de defesa, como se pode observar durante o governo de *Fumio Kishida*. Como apresentado nas primeiras linhas do presente ensaio, a renovação de documentos de defesa do Japão indicam que o país está disposto a perseguir um caminho de recrudescimento militar e tem como principal, mas não única, a preocupação com a China. A NSS descreve a China como sendo o maior desafio estratégico (*'greatest strategic challenge'*) para o arquipélago e para a comunidade internacional, assim como Coreia do Norte e Rússia.

Para ilustrar o entorno, abaixo é possível notar: (i) o mapeamento das incursões chinesas nas proximidades das ilhas *Senkaku/Diaoyu* (figura - 2), (ii) a comparação dos gastos militares dos principais países entre 2000 e 2020 (figura - 3), onde é possível observar o aumento dos gastos chineses, e (iii) o lançamento de testes de mísseis norte

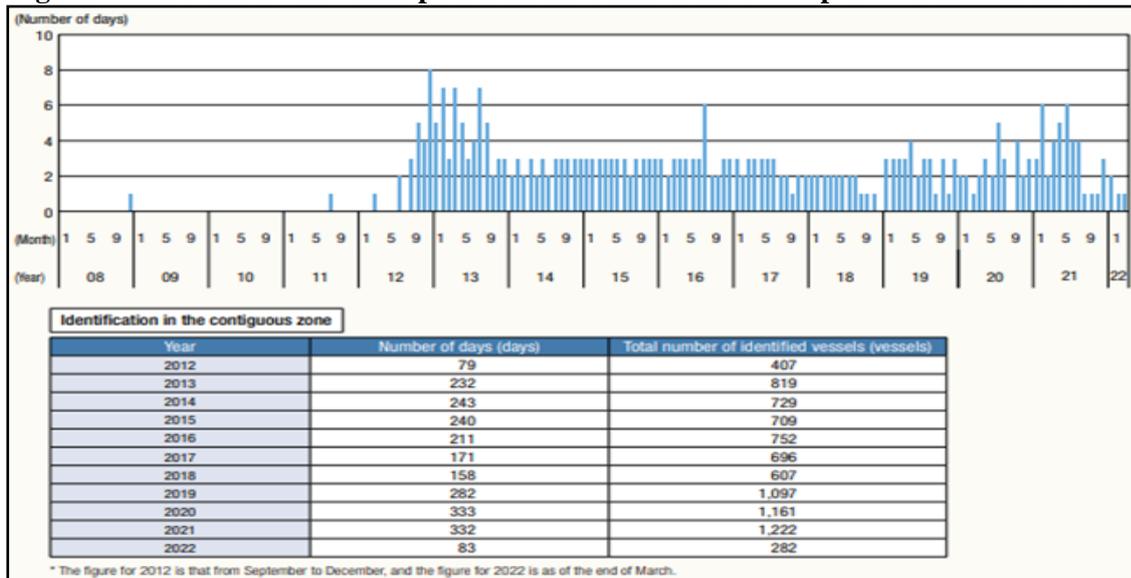
⁷ Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/05/10/asia/japan-foreign-minister-hayashi-nato-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

⁸ Disponível em em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/premie-do-japao-lamenta-violencia-historica-contra-sul-coreanos-em-busca-de-alianca-anti-china.shtml>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

O novo raiar do sol? A evolução na política de defesa do Japão e as transformações geopolíticas do Leste Asiático

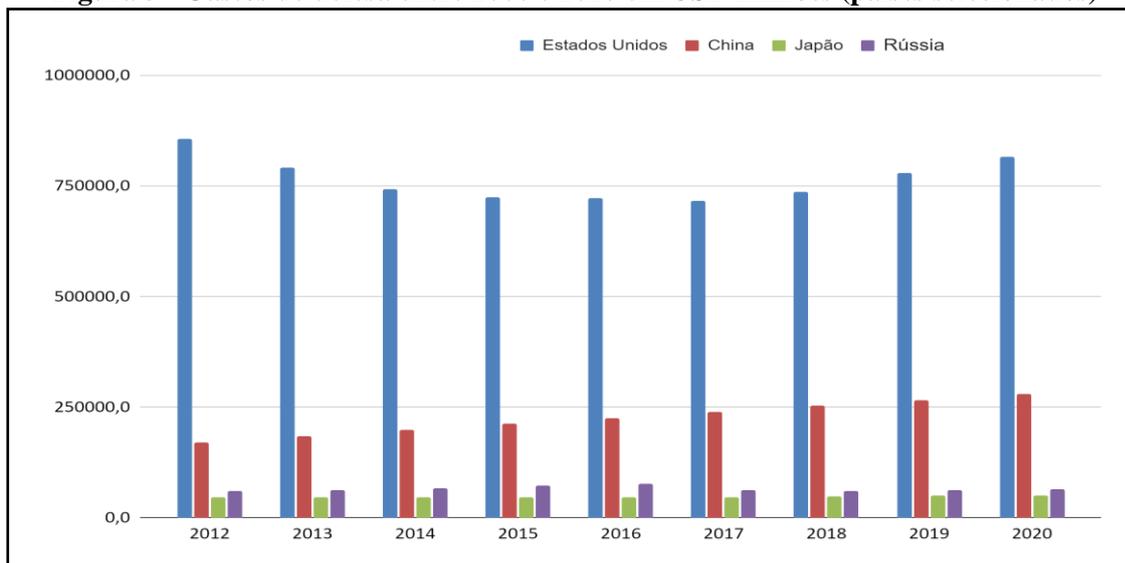
coreanos (figura - 4). Todos eles impactam a percepção do Japão sobre sua necessidade em desenvolver capacidades defensivas. Não por acaso, destaca-se o desejo ambicioso do Japão em romper o limite tradicional de gastos de até 1% do PIB em seu orçamento de defesa. Sob a administração *Kishida*, há a intenção de aumentar o orçamento de defesa para 2% do PIB nos próximos cinco anos⁹. Esses aspectos apontam para uma maior militarização do Japão, visando o fortalecimento de suas capacidades de contra-ataque e defesa, tanto em âmbito marítimo quanto aéreo.

Figura 2 - Atividades realizadas pela Guarda Costeira da China próximo às ilhas *Senkaku*



Fonte: MOD, 2022.

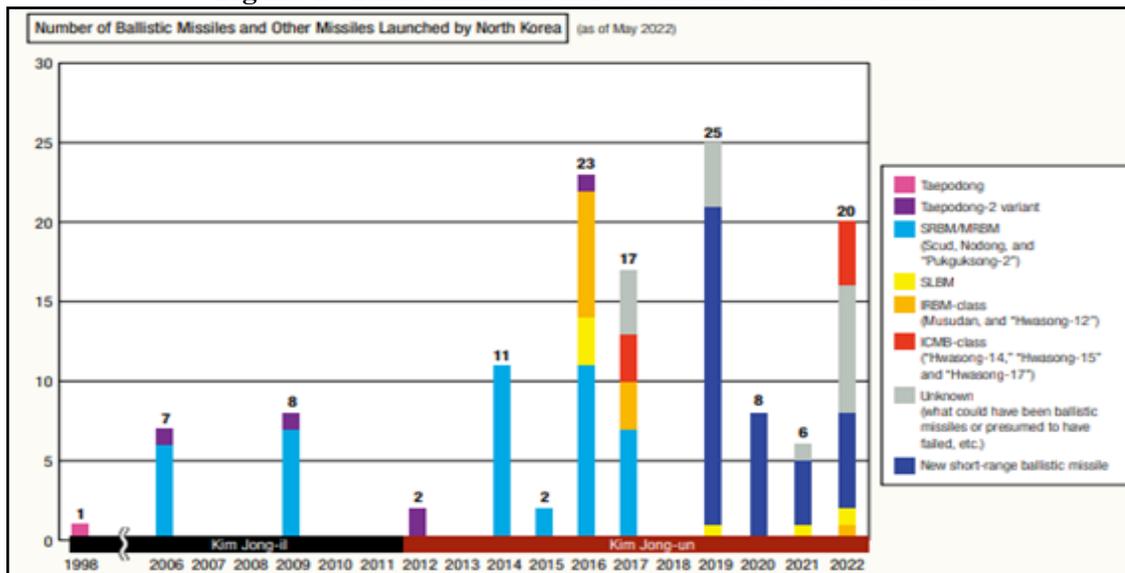
Figura 3 - Gastos de defesa entre 2000 e 2020 em USD milhões (países selecionados)



Fonte: SIPRI, 2022.

⁹ Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2022/11/29/national/japan-kishida-defense-spending-gdp/>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Figura 4 - Testes nucleares norte-coreanos no século XXI



Fonte: MOD, 2022.

Por fim, cabe ressaltar que evidenciar o aumento das capacidades militares japonesas não significa a volta de um “militarismo”, como ocorrido durante o passado imperial japonês, mas demonstra que o país tem agido de forma realista em um cenário internacional e, sobretudo, regional em crescente tensão. As transformações políticas de defesa do Japão refletem a evolução da geopolítica asiática e têm importantes implicações para o futuro não somente da região, como do mundo.

O Japão tem buscado maior autonomia e alternativas para a sua defesa e segurança, por isso Tóquio tem fortalecido suas capacidades militares, buscado parcerias estratégicas com outros países e reafirmado seu compromisso com a aliança com os Estados Unidos. Ainda assim, o futuro da geopolítica asiática permanece incerto. Nesse cenário dinâmico do Leste Asiático, o Japão terá que continuar adaptando suas políticas de defesa e abraçando o seu, relativamente “sonolento”, realismo.

Referências:

AL JAZEERA. **Infographic: US military presence around the world**. Al Jazeera, 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/9/10/infographic-us-military-y-presence-around-the-world-interactive>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

GREEN, Michael J. **Japan’s Reluctant Realism - Foreign Policy Challenges in an Era of Uncertain Power**. Nova Iorque: Palgrave, 2003.

GREEN, Michael J. **By More than Providence: Grand Strategy and American Power in the Asia – Pacific Since 1783**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2017.

O novo raiar do sol? A evolução na política de defesa do Japão e as transformações geopolíticas do Leste Asiático

HUGHES, Christopher. **Japan's 'Resentful Realism' and Balancing China's Rise.** The Chinese Journal of International Politics, Vol. 9, n.º.1, p. 109-150, 2016.

HUGHES, Christopher. **Japan's Grand Strategic Shift. From the Yoshida Doctrine to an Abe Doctrine?** In: TELLIS, Ashley et al. Power, ideas, and military strategy in the Asia-Pacific-Strategic Asia 2017-18, p.73-105, 2017. Washington: National Bureau of Asian Research, 2017.

INOGUCHI, Takashi; PANDA, Ankit. **Japan's Grand Strategy in the South China Sea. Principled Pragmatism.** In: CORR, Anders. Great Powers, Grand Strategies: The New Game in the South China Sea, Cap 7, 2018. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.

MOD. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa do Japão - 2022.** Tóquio: Ministério da Defesa do Japão, 2022.

PYLE, Kenneth B. **Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose.** Nova Iorque: PublicAffairs, 2008.

SALTZMAN, Ilai. **Growing Pains: Neoclassical Realism and Japan's Security Policy Emancipation.** Contemporary Security Policy, Vol. 36, n.º 3, p. 498-527, 2015.

TOGO, Kazuhiko. **Japan's Foreign Policy, 1945-2003 - The Quest for a Proactive Policy.** Leiden: Brill Academic Pub, 2005.

WALTZ, Kenneth N. **The New World Order. Millennium.** Journal of International Studies, Vol. 22, n.º 2, p.187-195, 1993.

A COMPLEXA GEOPOLÍTICA ENTRE ÍNDIA, PAQUISTÃO E CHINA*

*Jonathas da Costa Jardim¹
Robson Pinheiro Dantas²*

1. Introdução

Segundo Dodds (2019), a geopolítica possui três características bem definidas: 1) a preocupação com as questões de influência e poder sobre o espaço e território; 2) o uso de estruturas geográficas para dar sentido aos temas mundiais; e 3) a orientação para o tempo futuro.

Tomando como base essas características, este artigo se propõe a analisar, a luz da geopolítica, uma região do continente asiático que envolve três importantes países do cenário mundial: China, Índia e Paquistão.

Figura 1 - China, Índia e Paquistão



Fonte: GILLANI, 2020.

Tal opção foi escolhida pelo histórico de disputas territoriais, rivalidades históricas e choque de diferentes culturas e religiões entre esses países. Em que pese haja relações comerciais e diplomáticas entre os três países, nota-se que os conflitos regionais ainda persistem, realidade que vem fazendo com que a região seja palco de uma das maiores

* Artigo originalmente publicado em 7 de junho de 2023 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e possui o curso de Estado-Maior da República da Índia.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e possui o curso de Estado-Maior do Paquistão.

A complexa geopolítica entre Índia, Paquistão e China

disputas territoriais do mundo, envolvendo três importantes atores estatais detentores de armas nucleares, que são possuidores de uma representativa economia no globo e que envolvem uma população total de quase 3 bilhões de habitantes (ARMSTRONG, 2022).

Figura 2 - Disputas territoriais entre China, Índia e Paquistão



Fonte: WIKIMEDIA, 2011.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, realiza-se uma breve introdução com o fito de ambientar o leitor sobre o assunto. Posteriormente, serão analisadas as posturas políticas de cada país nas questões fronteiriças com seus vizinhos (China, Índia e Paquistão). Em seguida, será discutido sobre a questão nuclear que envolve os três países e, na parte final, serão realizadas breves considerações sobre a temática em pauta.

2. Índia - Paquistão

A fronteira entre o Paquistão e a Índia foi delineada em 1947 por um advogado britânico, *Cyril Radcliffe* (que nunca tinha ido à Índia). Naquela ocasião, *Cyril Radcliffe* dividiu o subcontinente indiano, tendo como premissa a questão religiosa (HANSI, 2017). No entanto, havia comunidades hindus e muçulmanas espalhadas por toda a Índia britânica. A consequência disso foi o deslocamento de aproximadamente 15 milhões de pessoas a procura de regiões favoráveis à sua cultura e que estavam receosas de futuras opressões.

Atualmente, a maior parte das fronteiras entre os dois países é delimitada e

reconhecida pelo sistema internacional. No entanto, há uma porção fronteiriça entre os dois países que é identificada como controle militar (*Line of Control - LoC*). As linhas de controle militar não se constituem em fronteiras internacionalmente reconhecidas (GOVERNMENT OF INDIA, 2022).

A questão da Caxemira se encaixa nessa temática e está sendo vista pela Índia e Paquistão como uma disputa territorial, com ambas as nações reivindicando a região como parte de seu território. O conflito na região iniciou em 1948 e terminou em 1949, após um cessar-fogo mediado pelos Estados Unidos da América e pelas Nações Unidas. Ao final de 1949, cerca de três quartos da região permaneceram com a Índia e o restante (1/4) foi ocupado pelo Paquistão. Desde então, crises, escaramuças e conflitos (em particular, o ocorrido em 1965 e a Guerra de *Kargil* em 1999), têm deixado a região da Caxemira instável, sendo considerada por muitos como sendo uma das maiores crises fronteiriças existentes no planeta.

Ocupando uma área equivalente ao Estado do Piauí, a região da Caxemira é imprescindível para a soberania de ambos os países, haja vista a existência de nascentes de vários rios como o *Ganges* e o *Indo*. A área está localizada nas montanhas do Himalaia, com altitudes médias que variam entre 1.000 metros e mais de 8.000 metros acima do nível do mar. Como a região é contestada pela Índia e Paquistão, obviamente existem pontos de vistas distintos e divergentes sobre a questão.

Sob o ponto de vista indiano, a questão da Caxemira é vista como um assunto interno e uma disputa territorial, na medida em que os indianos entendem que o Paquistão ocupa ilegalmente uma parte da região. Tal percepção está amparada pelo fato de a Índia considerar a Caxemira como uma parte de seu território, postura que está amparada em instrumentos legais e históricos, como a resolução da Assembleia Constituinte da Caxemira, que ratificou a decisão da caxemira em se juntar à Índia em 1954 (ADHIKARI; KAMLE, 2010).

Outro fato que causa bastante fricção entre os dois países é o entendimento da Índia de que o governo do Paquistão realiza esforços no sentido de fomentar a violência e o terrorismo na região, apoiando grupos militantes separatistas que buscam a independência ou a união com o Paquistão, o que tem causado instabilidade e sofrimento para os caxemires (OBEROI, 2011). Além disso, os indianos argumentam que o referendo proposto pelo Paquistão é inviável, uma vez que as condições para a realização do referendo nunca foram satisfeitas. Para reforçar esse aspecto, cumpre mencionar que o posicionamento estatal indiano entende que a Caxemira é uma democracia vibrante, com

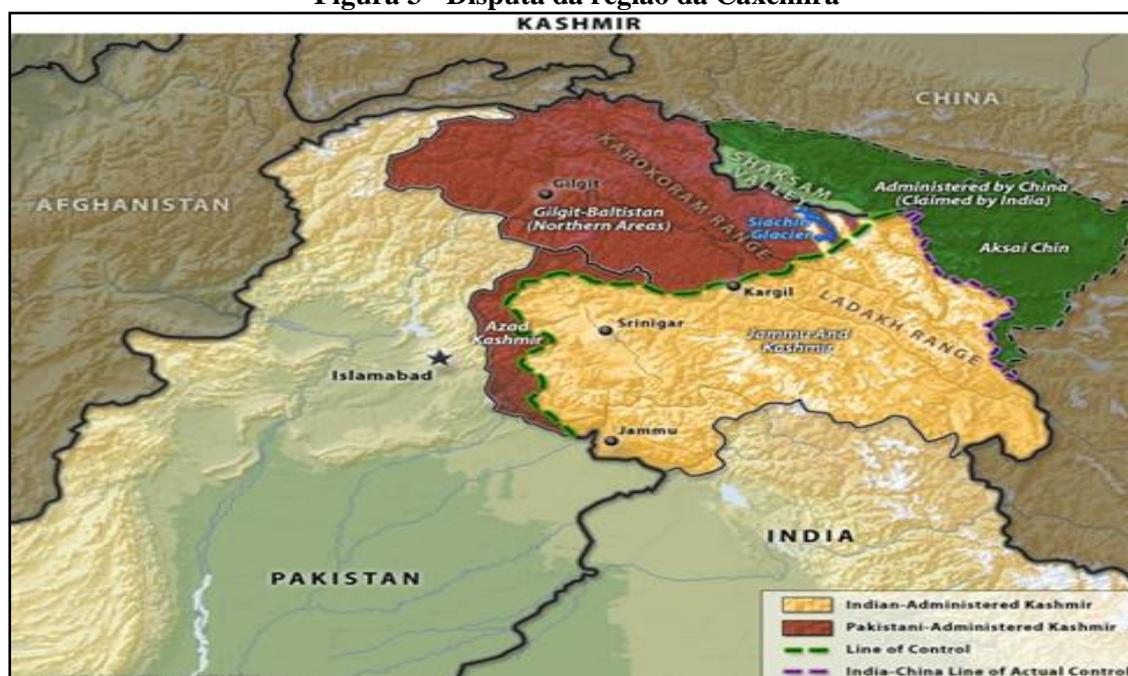
A complexa geopolítica entre Índia, Paquistão e China

eleições livres e justas sendo realizadas regularmente e que a maioria dos habitantes da região prefere a integração com a Índia.

Sob o prisma paquistanês, a disputa pela Caxemira deve ser resolvida por meio de um referendo livre e justo, conforme estipulado pela Resolução nº 47, do Conselho de Segurança da ONU, que foi adotada em 1948. O referendo deveria permitir à Caxemira a escolha de se juntar ao Paquistão ou à Índia. O governo do Paquistão compreende que o direito à autodeterminação dos povos é um direito universal e que o povo da Caxemira deve ter a oportunidade para decidir seu próprio destino, pois visualiza que a maioria da população de Caxemira deseja fazer parte do Paquistão por motivos religiosos.

De forma semelhante com o governo indiano, o governo do Paquistão compreende que a Índia está violando os direitos humanos junto aos habitantes da Caxemira, afetando o direito à vida, à liberdade e à segurança, bem como o direito à liberdade de expressão e de associação. O governo paquistanês afirma que a maioria da população paquistanesa tem expressado sua solidariedade junto ao povo da Caxemira e que o governo tem feito apelos à comunidade internacional no sentido de pressionar a Índia a respeitar os direitos humanos dos caxemires.

Figura 3 - Disputa da região da Caxemira



Fonte: RANE WORLD VIEW, 2010.

Atualmente, a fronteira entre os dois países na região da Caxemira está sendo marcada pela escalada de tensão entre indianos e paquistaneses, no que chamam de “*No War, No Peace*”, comportamento que faz com que esses limites fronteiriços sejam considerados como um dos mais militarizados do mundo (UNNITHAN, 2018).

3. China - Índia

O regime de Pequim, por sua vez, depois de suprimir o estado-tampão do Tibete em 1950, começou a disputar com a Índia a sua fronteira que estabelece com o país indiano em vários pontos no Himalaia.

Na região de *Ladakh*, a província glacial de *Aksai Chin* é controlada e administrada como parte da região autônoma chinesa de *Xinjiang*. No entanto, a região é reivindicada pela Índia. Outro grande território em disputa é o de *Arunachal Pradesh*, localizado na parte indiana mais oriental, delimitado pela linha *McMahon*. Os chineses, por seu turno, reivindicam também o território localizado ao longo do sopé meridional da cordilheira do Himalaia, denominado de *Tibet do Sul* (KISSINGER, 2011).

Devido a diferentes percepções dos limites fronteiriços, os dois países não concordam com a exatidão de algumas marcações e se acusam mutuamente de ultrapassá-las ou de tentar expandí-las em benefício próprio (YEUNG, 2022). Amparado pelo acordo feito entre os dois países em 1996, que proíbe o uso de armas e explosivos perto da fronteira, atualmente, os dois países buscam prevalecer, por meio de um *soft power*, seus interesses em suas fronteiras. O exemplo mais emblemático desse *soft power* é a Linha Atual de Controle (LAC), que se consubstancia por ser uma iniciativa em que os países buscam vivificar suas fronteiras, por meio da construção de infraestruturas ao longo da fronteira.

Contudo, de forma frequente, inúmeras ações de enfrentamento, conhecidas como “*Face Off*”, têm ocorrido na região, notadamente quando patrulhas dos dois países se encontram. Como exemplo desses embates, houve a chamada batalha do Vale de *Galwan*, ocorrida em junho de 2020, disputa bélica travada entre militares chineses e paquistaneses, portando paus e porretes (BBC, 2022).

4. China - Paquistão

O histórico das relações entre China e Paquistão denota que chineses e paquistaneses são próximos e cordiais desde 1951 e que cooperam em diversos campos como comércio, defesa, energia e infraestrutura.

Decorrente desse bom histórico, verifica-se que a China tem sido um importante parceiro econômico do Paquistão, realizando investimentos significativos em projetos de infraestrutura, como a construção do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), que inclui a construção de uma rodovia e ferrovia que liga a província de *Xinjiang*, no oeste da China, ao porto paquistanês de *Gwadar*, no Mar Árábico. Inclusive, o CPEC é

considerado uma parte crucial da iniciativa chinesa “*Belt and Road*”, que visa estabelecer rotas de comércio e investimento em todo o mundo.

A parceria não fica restrita ao campo econômico. Na esfera militar, nota-se que a China é o maior fornecedor de armas ao Paquistão, coopera na venda de equipamentos militares, auxilia na realização de treinamento de oficiais militares paquistaneses e realiza exercícios militares combinados regularmente com as Forças Armadas do Paquistão, o que revela elevado grau na relação entre os dois países (DAS, 2022).

Com isso, fica fácil concluir a inclinação e o apoio chinês ao Paquistão em diversas causas, inclusive na questão da Caxemira, uma vez que a região também interessa à China, pois a rota do CPEC passa pela região de *Gilgit-Baltistan*, no norte do Paquistão, próximo à Caxemira, postura que, obviamente, desagrada a Índia.

5. A Questão Nuclear

A questão nuclear envolvendo estes três atores é um tema complexo e delicado no âmbito da política internacional. A China foi o primeiro país da região a desenvolver armas nucleares, tendo iniciado oficialmente suas atividades nucleares em 1964. Desde então, a Índia e o Paquistão também desenvolveram suas próprias armas nucleares, realizando seus primeiros testes nucleares em 1974 e 1998, respectivamente. Esses testes levaram a uma escalada na corrida armamentista nuclear na região, gerando preocupações em todo o mundo (YANG, 2016).

Os três países adotam posturas semelhantes ao tema, com a política de “*no first use*”, ou seja, se comprometem a não usar armas nucleares em um primeiro ataque, mas mantém a capacidade de retaliar um ataque nuclear. A Índia adota a política mencionada, priorizando o uso da força nuclear em caso de retaliação a ataque de mesma natureza anteriormente recebido ou em casos extremos de penetração em faixa do território, onde sua recuperação seja inviável com a disponibilidade de meios militares regulares. Já o Paquistão, adota a política de “opções mínimas de dissuasão”, que significa manter um arsenal nuclear mínimo e suficiente para dissuadir um ataque nuclear inimigo.

O fato é que, quando comparado o número de ogivas nucleares ativas, Índia e Paquistão possuem um arsenal nuclear semelhante, com 160 e 165 ogivas nucleares, respectivamente. A China, por sua vez, com 350 artefatos nucleares, possui mais armas nucleares que a soma de ambos (MCCARTHY, 2020).

No entanto, o receio da comunidade internacional tem aumentado pelo fato de o Paquistão ser um país internamente instável e com base nessa instabilidade, a

probabilidade dessas armas nucleares pararem nas mãos de grupos terroristas é bastante elevada, produzindo efeitos colaterais de toda ordem.

O fato da Índia e do Paquistão serem potências nucleares gera tensões preocupantes. A situação litigiosa entre ambos é permanente. Como se não bastasse, indianos e paquistaneses entraram em conflitos diversas vezes no passado recente. Um novo conflito militar entre os dois países, dependendo da intensidade, pode facilmente gerar uma escalada nuclear envolvendo a China.

Devido ao risco de um conflito nuclear na região, a questão nuclear envolvendo os três países é uma preocupação constante na política internacional. Decorrente dessa realidade, há um esforço internacional para reduzir a tensão entre os países e promover o desarmamento nuclear.

6. Conclusão

A geopolítica entre Índia, Paquistão e China é bastante complexa e delicada, devido às disputas territoriais mencionadas e às tensões históricas entre esses países. A questão da Caxemira é um dos principais pontos de tensão na região. A Índia e o Paquistão têm uma relação histórica de conflitos e tensões não resolvidas desde o processo de independência.

A China, por sua vez, vem exercendo uma forte presença econômica na região, que se tornará ainda maior após a conclusão do CPEC. Essa presença tem se mostrado cada vez mais assertiva, fruto da política externa e de expansão territorial chinesa. Tal postura tem sido encarada pela Índia como uma ameaça à sua segurança, aumentando as tensões na área.

Além disso, os três países possuem armas nucleares, fato que aumenta ainda mais a possibilidade da eclosão de um conflito armado de proporções devastadoras. No entanto, ao observar por outro prisma, a dissuasão nuclear pode ter evitado conflitos mais decisivos ou definitivos.

Em resumo, a complexa geopolítica entre Índia, Paquistão e China na Ásia Meridional é uma fonte constante de tensão e preocupação para a região e para a comunidade internacional. Espera-se que haja um esforço contínuo para promover a diplomacia e a negociação das questões litigiosas, reduzindo as tensões e evitando novos conflitos armados.

Referências:

ADHIKARI, Suddepto; KAMLE Mukul. **The Kashmir: An Unresolved Dispute Between India and Pakistan**. Geopolitics Quarterly, Vol. 6, nº 4, p. 84, 2010.

ARMSTRONG, Martin. **India Overtakes UK to Become Fifth Biggest Economy**. Statista, 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/28258/gdp-of-india-and-united-kingdom/>. Acesso em: 16 de março de 2023.

BBC. **India-China dispute: The border row explained in 400 words**. BBC, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-53062484>. Acesso em: 16 de março de 2023.

DAS, Dipaneeta. **China Accounts For 72% Of Major Weapons Supply to Pakistan: Report**. Republic World, 2022. Disponível em: <https://www.republicworld.com/world-news/pakistan-news/china-accounts-for-72-percent-of-major-weapons-supply-to-pakistan-report-articleshow.html>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

DODDS, Klaus. **Geopolitics: A Very Short Introduction**. London: Oxford, 2019.

GILLANI, Mahan S. **India-China border dispute has implications for Pakistan and region**. SOUTH ASIA MONITOR, 2020. Disponível em: <https://www.southasianmonitor.org/spotlight/india-china-border-dispute-has-implications-pakistan-and-region>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

GOVERNMENT OF INDIA. **Line of Control**. MyGov, 2022. Disponível em: <https://indiancc.mygov.in/wp-content/uploads/2022/07/mygov-10000000002021905.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

HANSI, HPS. **Faultlines in Pakistan and Implications for India**. Centre for Land Warfare Studies (CLAWS), Manekshaw Paper, p.5-7, 2017.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MCCARTHY, Niall. **Nuclear Warhead Reductions Continue Despite Global Tensions**. Statista, 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/3653/the-countries-with-the-biggest-nuclear-arsenals/>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

OBEROI, Surinder Singh. **Ethnic separatism and insurgency in Kashmir**. Cap 8, p. 171-191, 2011. Disponível em: <http://www.apcss.org/Publications/Edited%20Volumes/ReligiousRadicalism/PagesfromReligiousRadicalismandSecurityinSouthAsiach8.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

RANE WORLD VIEW. **Disputa da região da Caxemira**. Rane World View, 2010. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/india-china-and-pakistan-tri-junction>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

UNNITHAN, Sandeep. **Why India, Pakistan follows the 'no war, no peace' motto at the Line of Control**. India Today, 2018. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/maga>

zine/cover-story/story/20180226-kashmir-pakistan-attack-indian-army-sunjuwan-army - camp-attack-nirmala-sitharaman-1170923-2018-02-15. Acesso em: 22 de maio de 2023.

WIKIMEDIA, 2011. **File:India Pakistan China Disputed Areas Map.png**. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:India_Pakistan_China_Disputed_Areas_Map.png. Acesso em: 20 de março de 2023.

YANG, Xiaoping. **China's Perceptions of India as a Nuclear Weapons Power**. Carnegie Endowment International Peace, 2016. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2016/06/30/china-s-perceptions-of-india-as-nuclear-weapons-power-pub-63970>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

YEUNG, Jessie. **Indian and Chinese troops fight with sticks and bricks in video**. CNN, 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/12/14/asia/india-china-border-tensions-video-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 16 de março de 2023.

A FOZ DO RIO AMAZONAS E SUA IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA PARA O BRASIL*

Carlos Henrique Moraes¹

1. Introdução

Em um país de dimensões continentais, com as mais variadas e complexas demandas na área da Defesa, merece destaque os 7.500 km de extensão do litoral brasileiro. Com relação à faixa litorânea brasileira, a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa (PND) - documentos de mais alto nível nos assuntos de Defesa no Brasil - apontam que duas áreas merecem especial atenção nessa faixa litorânea: a faixa compreendida entre Santos-SP e Vitória-ES e a foz do rio Amazonas.

Nessa mesma direção, percebe-se que a Diretriz expedida pelo atual Comandante do Exército Brasileiro para o recorte temporal (2023 - 2026) se alinha com a END e a PND e também destaca a importância da foz do rio Amazonas para a Defesa do Brasil, na medida em que considera a faixa de fronteira, a região amazônica e a costa do Atlântico Sul, como sendo as áreas de interesse prioritário para o Exército Brasileiro, que atuará em conjunto com a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira para manter a presença do Estado e defender os interesses nacionais nessas regiões citadas.

Em vista dessa realidade, este artigo se propõe a analisar a importância geopolítica da foz do rio Amazonas para o Brasil. Para tanto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, realiza-se uma breve introdução com o fito de ambientar o leitor sobre o assunto. Posteriormente, serão analisadas a importância estratégica da faixa litorânea compreendida entre Santos-SP e Vitória-ES e a importância estratégica da foz do rio Amazonas. Em seguida, serão apresentadas as ações realizadas pelo Exército Brasileiro na foz do rio Amazonas e na parte final serão realizadas breves considerações sobre a temática em pauta.

2. A importância estratégica da faixa litorânea Santos-SP e Vitória-ES

No que concerne a faixa litorânea situada entre Santos-SP e Vitória-ES, torna-se fácil compreender o motivo do olhar atento à Defesa do Estado brasileiro naquela área,

* Artigo originalmente publicado em 14 de junho de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e Mestre em Ciências Militares.

uma vez que a bacia petrolífera de Campos e a bacia petrolífera de Santos estão localizadas nessa faixa. A importância da bacia de Campos para o Brasil vem de longa data, uma vez que a Petrobrás vem lançando projetos *offshore* há cerca de 40 anos. Com relação a importância da bacia de Santos, cumpre mencionar que atualmente é a maior bacia sedimentar *offshore* do Brasil, sendo líder e maior produtora de petróleo e gás natural do país. Soma-se a isso, os campos do pré-sal presentes nas duas bacias, com grande volume de reservas petrolíferas, redundando em expressivo potencial de geração de valor ao Brasil.

Como se não bastasse, debruçado sobre essa faixa litorânea, encontra-se o centro nevrálgico, econômico e tecnológico nacional. Trata-se do eixo Rio-São Paulo, que apresenta altos índices econômicos, sendo também o local onde se localizam as melhores instituições tecnológicas do país. Essa estrutura, aliada a existência de um vasto complexo industrial, confere a esse eixo a capacidade de importar insumos e exportar seus produtos pelos portos dessa região.

3. A importância estratégica da foz do rio Amazonas

A foz do rio Amazonas detém grande importância estratégica. Não pelo acaso, a região é prioridade nas questões relacionadas à segurança e defesa. Além da importância militar, a foz do rio Amazonas possui grande potencial econômico, detém relevância na questão informacional e se consubstancia por ser a principal porta de entrada para a floresta amazônica sul-americana.

Sob a perspectiva militar, alguns planejamentos militares indicam que uma ação militar externa na foz do rio Amazonas provavelmente terá dois objetivos: 1) o primeiro poderá ser a conquista de alguma parte do território da floresta amazônica, capaz de conduzir uma força militar até aos principais acidentes capitais que controlam a região; 2) o segundo poderá ser a realização de um embargo, com negação do uso comercial dessa região. Esse último objetivo, em particular, poderá ser amparado num discurso ou narrativa internacional de que o país esteja sendo incapaz no combate ao narcotráfico, às madeiras ilegais, aos garimpos, aos crimes ambientais em geral e até mesmo na contenção ou regulação do agronegócio.

Para qualquer um dos objetivos militares anteriormente elencados, considera-se que a negação do uso não seria somente sobre o canal que limita as embarcações, mas também abarcaria o litoral que se alonga ao redor do estuário. Para atender o princípio de guerra da surpresa e segurança, a força militar invasora - aqui julgada com uma capacidade

A foz do rio Amazonas e sua importância geopolítica para o Brasil

militar superior à brasileira - não permitiria o lançamento de ações táticas em sua proximidade. Nessa perspectiva, visualiza-se que a foz do rio Amazonas não está limitada pelos acidentes geográficos que se debruçam no oceano Atlântico. Para fins estratégicos, a foz do rio Amazonas é a região que compreende a faixa litorânea que se estende desde o Oiapoque-AP (450 Km ao Norte do estuário) até São Luís-MA (470 Km à Sudeste do estuário). Ou seja, para fins estratégicos, a foz do rio Amazonas compreende uma faixa de cerca de 900 km de extensão.

Sob a perspectiva econômica, estudos de prospecção feitos pela Petrobrás na margem equatorial norte aumentam ainda mais a importância da foz do rio Amazonas. O litoral do Estado do Amapá e do Estado do Pará (locais abrangidos pela foz do rio Amazonas) tendem a receber plataformas de exploração de petróleo *offshore*. Para que se tenha uma ideia do potencial petrolífero dessa região, estudos realizados no local apontam que a produção petrolífera na foz do rio Amazonas pode igualar à produção petrolífera das bacias de Campos-RJ e Santos-SP somadas. Ou seja, estamos falando de uma potencial bacia do pré-sal.

Ainda na vertente econômica, não se pode omitir a existência do campo petrolífero *onshore* de Urucu, localizado no interior do Estado do Amazonas. O produto extraído em Urucu constitui-se em petróleo leve e de melhor qualidade, quando comparado ao petróleo do pré-sal. Apesar do principal item produzido em Urucu ser o gás liquefeito de petróleo (GLP), popularmente conhecido como “gás de cozinha” e sua distribuição destinar-se ao mercado interno, há de considerar que o gás de cozinha consumido nos Estados do Pará, do Amapá e do Maranhão se originam de Manaus-AM é oriundo de Urucu e uma paralização na foz do rio Amazonas tem grande potencial para impactar economicamente o consumo interno.

Outra questão econômica importante reside no escoamento do minério de ferro produzido pela empresa Vale em Carajás-PA. O fato do Brasil ser líder mundial na exportação de minério de ferro e ter sua principal reserva no complexo Carajás-PA, torna ainda mais relevante a foz do rio Amazonas. No campo científico, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), situado em São Luís-MA (na parte compreendida pela foz do rio Amazonas), é outro fator que aumenta a importância estratégica dessa região geográfica.

Outro aspecto que reforça a importância estratégica da foz do rio Amazonas reside no fato dela ser a principal porta de entrada regional, sendo o principal eixo de comunicação da floresta amazônica com o Brasil e com o mundo. Não custa lembrar que

as duas capitais mais pujantes da região norte do Brasil, Belém-PA e Manaus-AM, nasceram e se sustentam por meio deste modal.

Nessa mesma perspectiva, convém destacar que a foz do rio Amazonas é fundamental para o *dia-a-dia* das cidades de vulto que se debruçam sobre o rio Amazonas (Macapá-AP, Belém-PA, Santarém-PA e Manaus-AM), uma vez que tais cidades possuem uma cadeia logística específica e estruturada para a foz do rio Amazonas, devido às distâncias dos grandes centros urbanos nacionais. Parte das importações brasileiras seguem direto, via foz do rio Amazonas, para as cidades citadas anteriormente sem passarem pelos centros de distribuição no centro do Brasil. Como exemplo disso, há o caso do combustível (diesel e gasolina). Outro exemplo é a Zona Franca de Manaus (ZFM), iniciativa federal que permitiu a implantação de inúmeras indústrias e empresas e que atualmente é responsável pela geração de milhares empregos diretos e indiretos na região. Como a maior parte dos insumos necessários para o *dia-a-dia* da ZFM adentram e saem na região amazônica por meio da foz do rio Amazonas, uma instabilidade nessa região ocasionará efeitos colaterais na ZFM, afetando a vida de centenas de milhares de pessoas.

Além disso, mais da metade dos produtos do agronegócio brasileiro é escoado pela foz do rio Amazonas. Obras recentes de melhoria das infraestruturas da região amazônica estão norteando o escoamento da produção agrícola para os portos de Porto Velho-RO, Miritituba-PA, Santarém-PA e Belém-PA, os quais se comunicam pelo modal hidroviário com a foz do rio Amazonas. Ou seja, essa região catalisa a maior parte do escoamento da produção agrícola nacional. Como se não bastasse, o cenário futuro aponta para um incremento das exportações de grãos pelo arco norte do Brasil, haja vista que a proximidade geográfica com os Estados Unidos da América, Europa e China - por meio do canal do Panamá - favorecem as trocas comerciais da região norte, quando comparados com os portos situados nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

No domínio informacional, é importante destacar o peso que a Amazônia possui nas mídias do mundo inteiro. As repercussões dos eventos que ocorrem nesse ambiente ultrapassam o cenário nacional e reverberam internacionalmente, alcançando celebridades mundiais que, não raro, emitem suas opiniões por meio de suas redes sociais, que majoritariamente costumam estar alinhadas com a ideia de que o Brasil não consegue controlar os crimes e delitos que acontecem na floresta amazônica, quer sejam de natureza ambiental, quer sejam de outra natureza.

A foz do rio Amazonas e sua importância geopolítica para o Brasil

Portanto, além da flagrante quebra da soberania nacional, uma eventual intervenção sobre a foz do rio Amazonas pode gerar os seguintes impactos negativos ao Brasil:

1) a perda de relevância do Brasil sobre a Amazônia no cenário nacional e internacional;

2) prejudicar o agronegócio brasileiro, uma vez que é a principal porta de entrada de fertilizantes e insumos para o agronegócio;

3) dificultar o *dia-a-dia* dos habitantes locais, uma vez que é a principal porta de entrada e saída dos produtos feitos pelas empresas e indústrias da Zona Franca de Manaus;

4) prejudicar a economia do país, levando-se em consideração de que a foz do rio Amazonas é onde ocorre a maior parte do escoamento de grãos do Brasil e onde acontece todo o escoamento do minério de ferro extraído na serra do Carajás-PA;

5) dificultar o crescimento do país, uma vez que a região possui o potencial petrolífero semelhante ao da bacia de Campos-RJ e ao da Bacia de Santos-SP; e

6) negar a utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, instalação militar que está situado num dos melhores locais do mundo para o lançamento de satélites, haja vista sua proximidade com a linha do Equador.

4. As ações realizadas pelo Exército Brasileiro na foz do rio Amazonas

Coerente com a importância estratégica da foz do rio Amazonas, o Exército Brasileiro tem articulado a Força Terrestre a altura das exigências regionais. Em decorrência disso, em 2013 o Exército Brasileiro reativou o Comando Militar do Norte, que está sediado em Belém-PA. Em síntese, até 2013 a Amazônia brasileira estava sob a responsabilidade de apenas um Comando Militar de Área: Comando Militar da Amazônia. Após 2013, a região Amazônica ficou sob a responsabilidade de dois Comandos Militares de Área: o Comando Militar da Amazônia ficou com o encargo de proteger a floresta amazônica brasileira situada nos Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. O Comando Militar do Norte, por sua vez, ficou com o encargo de proteger a floresta amazônica brasileira situada nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

E as ações efetuadas pelo Exército Brasileiro não pararam por aí. Em 2017, o Exército Brasileiro instalou mais uma Grande Unidade junto à foz do rio Amazonas. Sediada em Macapá-AP, a 22ª Brigada de Infantaria de Selva aumentou o efetivo militar presente na região e, por consequência, o poder militar terrestre junto a região,

proporcionando mais operacionalidade e maior capacidade para o desdobramento da Força Terrestre ao longo litoral da foz do rio Amazonas.

Em que pese essas Organizações Militares ainda não funcionarem com todas as suas capacidades desejadas devido ao pouco tempo de existência, tais iniciativas descortinam uma demonstração clara da importância estratégica da foz do rio Amazonas junto ao Exército Brasileiro. Além disso, cumpre destacar os esforços efetuados pelo Exército Brasileiro na busca de uma doutrina própria para essa parte da região amazônica. Desde 2013, a instituição tem realizado diversas experimentações doutrinárias, tem promovido inúmeros simpósios acadêmicos e tem feito diversos exercícios no terreno na região, no sentido de colocar em prática e validar a doutrina militar brasileira na foz do rio Amazonas.

Nesse mister, é imperioso destacar também a necessidade premente da confecção, já em fase de planejamento no Ministério da Defesa, do Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) voltado para a defesa da foz do rio Amazonas, por meio do qual será possível definir as capacidades necessárias para a complexa missão de defender essa parte da região amazônica.

Na parte do ensino do Exército Brasileiro, cabe destacar os esforços realizados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) que, entendendo a necessidade em contribuir na formulação de uma doutrina específica para a foz do rio Amazonas, definiu que os alunos concludentes do curso de Comando e Estado-Maior do 2º ano, terão como tema a Defesa do Litoral para seu Projeto Interdisciplinar de 2023.

5. Considerações finais

Por fim, na parte militar, cumpre mencionar os esforços realizados pelo Exército Brasileiro que, protagonizados pelo Comando Militar do Norte e pela 22ª Brigada de Infantaria de Selva), visam melhor defender e salvaguardar os interesses brasileiros na foz do rio Amazonas. Tais esforços se juntam as iniciativas implementadas pela Força Aérea Brasileira, pela Marinha do Brasil e pelas demais instituições brasileiras na defesa de um local tão estratégico para o país. Pelo fato de a Amazônia possuir diversos biomas e inúmeros ambientes operacionais, torna ainda mais importante a necessidade de uma permanente atenção do Ministério da Defesa para que se intensifique as ações conjuntas e interações, seja de preparo, seja de emprego, nesse cenário de complexas demandas.

Na vertente econômica, restou clara que a importância da foz do rio Amazonas não está apoiada apenas no potencial petrolífero da região, que é comparável ao potencial

A foz do rio Amazonas e sua importância geopolítica para o Brasil

petrolífero da bacia de Campos e da Bacia de Santos somadas, mas também está ancorada em sua localização estratégica, uma vez que se tornou na principal rota de escoamento da produção agrícola nacional nos dias atuais, que é a principal fonte de divisas do país atualmente.

Além do aspecto econômico, merece destaque também a característica singular que a foz do rio Amazonas carrega consigo, que é a principal porta de entrada para a floresta amazônica. Qualquer instabilidade nesse local indubitavelmente acarretará efeitos colaterais em vários locais da região norte do país, afetando a vida de milhões de pessoas que dependem da estabilidade dessa região.

Em vista dessas considerações, conclui-se que a foz do rio Amazonas detém grande importância geopolítica para o Brasil e que todos os integrantes da sociedade devem destinar um olhar atento e especial para a região. ***Afinal, a Amazônia não é exclusiva dos militares, dos índios e/ou dos habitantes regionais, pelo contrário, ela é do povo brasileiro e requer a contribuição de todos os setores da sociedade brasileira!!!***

OS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA*

*Edvaldo Nunes Nascimento Junior¹
Carlos Eduardo da Silva Lourenço²
Thiago Lopes Barreto Velasco³*

1. Introdução

Devido às suas riquezas minerais e biodiversidade, constantemente a floresta amazônica tem sido alvo de grande atenção internacional. Além disso, a extensa faixa de fronteira amazônica contribui para existência de graves problemas que afetam a soberania nacional sobre a região. A entrada ilegal de armas, munições e drogas ilícitas gera instabilidade regional e na ordem pública do país. Como se não bastasse, a biodiversidade e a posição estratégica privilegiada da região amazônica atrai o interesse de inúmeras organizações não governamentais (ONG), muitas delas patrocinadas por governos de países desenvolvidos e por poderosos grupos econômicos.

Em vista dessa realidade, o Estado tem envidado inúmeros esforços no sentido de se fazer presente na região e, dessa forma, assegurar a soberania brasileira nesse local. Contudo, a baixa densidade demográfica e a grande extensão territorial dificultam a presença e atuação do Estado brasileiro. Face às peculiaridades da região, o Exército Brasileiro possui na faixa de fronteira amazônica diversos Pelotões Especiais de Fronteira, que vigiam aquela área sensível. Em consonância com as diretrizes da presença nacional estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa, o Exército Brasileiro vem aumentando a presença na área de fronteira amazônica, por meio de novos Pelotões Especiais de Fronteira.

Diante da importância do tema e considerando a importância tática e estratégica dos Pelotões Especiais de Fronteira junto ao Exército Brasileiro e ao país, este artigo objetiva analisar o trabalho efetuado por essas frações militares na faixa de fronteira amazônica, destinando um olhar especial para os Pelotões Especiais de Fronteira do Comando de Fronteira Acre - 4º Batalhão de Infantaria de Selva.

* Artigo originalmente publicado em 21 de junho de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² Major do Exército Brasileiro.

³ Major do Exército Brasileiro.

2. O Pelotão Especial de Fronteira

Segundo a concepção doutrinária do Exército Brasileiro, o Pelotão Especial de Fronteira é a fração orgânica do Comando de Fronteira/Batalhão de Infantaria de Selva, que está sediado em área de fronteira, cuja existência contribui significativamente para a projeção do poder nacional, por meio da participação da expressão militar na faixa de fronteira, área estratégica ligada a todas as atividades de governo e de produção do país em tempos de paz (BRASIL, 1997). Em termos operacionais, pode-se dizer que sua principal missão é realizar a vigilância da fronteira brasileira.

Contudo, suas tarefas não se limitam à atividade militar. Pelo contrário, por ser, quase sempre, a única presença do Estado na região de fronteira, o Pelotão Especial de Fronteira desempenha um papel essencial na região de seu entorno, prestando apoio de saúde junto à comunidade local, promovendo inclusão social e realizando inclusão digital dos habitantes locais. Ou seja, o Pelotão Especial de Fronteira funciona como indutor no desenvolvimento econômico local.

Em se tratando das fronteiras brasileiras na Amazônia, o trabalho desempenhado por essa fração militar se torna ainda mais relevante, pois além de proporcionar desenvolvimento em locais de difícil acesso, também é capaz de assegurar a soberania nacional sobre a imensidão da floresta e suas fronteiras.

3. Os Pelotões Especiais de Fronteira do Comando de Fronteira Acre

Com relação à faixa de fronteira sudoeste da Amazônia, em especial aquela sob responsabilidade do Comando de Fronteira Acre, observa-se que tal Comando de Fronteira possui uma característica ímpar, qual seja: todos seus Pelotões Especiais de Fronteira estão localizados no Estado do Acre. Nessa faixa de fronteira, nota-se que os Pelotões Especiais de Fronteira possuem uma estrutura mediana, tanto em aspectos sociais, como econômicos, quando comparados aos demais Pelotões Especiais de Fronteira localizados na Amazônia brasileira.

De uma maneira geral, o trabalho executado por essas frações militares é norteado pela tríade “vida - combate - trabalho”, que nada mais é do que uma metodologia de trabalho que orienta as principais atividades a serem desenvolvidas por essas frações militares.

Devido a inexistência de conflitos armados interestatais entre os países sul-americanos nesse século e pelo fato de as fronteiras brasileiras serem reconhecidas pelo sistema internacional, nota-se que as atividades realizadas por essas frações militares são,

majoritariamente, voltadas para a “vida” e para o “trabalho” da tríade metodológica citada anteriormente. Tal postura também fica expressa na doutrina militar brasileira, documento em que define as ações de vigilância e de reconhecimento, como sendo as principais ações de combate a serem realizadas pelos Pelotões Especiais de Fronteira na região amazônica.

Apesar de os municípios do Acre possuírem razoável estrutura, cumpre mencionar que as estruturas dos Pelotões Especiais de Fronteira potencializam esse aspecto, pois possibilitam a cooperação com outras instituições do poder público ali existentes, fortificando assim a presença do Estado nessa faixa de fronteira, melhorando as condições de vida da população local, principalmente na área da saúde, na área de educação, na inclusão digital, na inserção e no desenvolvimento de valores morais e cívicos, como patriotismo.

Diante do exposto, pode-se concluir que os Pelotões Especiais de Fronteira do Comando de Fronteira Acre suprem a ausência do Estado brasileiro em regiões de difícil acesso. Além de se consubstanciar numa estrutura militar voltada para garantir a soberania do país em território brasileiro, essas frações militares são, na maior parte das vezes, a única representação do Estado brasileiro nesses locais, características que conferem um aspecto singular aos Pelotões Especiais de Fronteira.

4. Os Pelotões Especiais de Fronteira e a Estratégia Nacional de Defesa

As diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa estabelecem que as Forças Armadas, por meio de sua presença, devem incentivar o desenvolvimento da fronteira. Os Pelotões Especiais de Fronteira, por sua vez, são elementos aglutinadores da população local, pois geram melhores condições de saúde, promovem educação, realizam inclusão social e digital em regiões em que grande parte das instituições estatais não consegue estar presente, consolidando dessa forma, a presença do Estado nesses locais.

Sob outra perspectiva, pode-se dizer que a presença física dos Pelotões Especiais de Fronteira contribui diretamente para a Estratégia da Presença, uma vez que, mesmo com a pouca presença física de outros órgãos públicos federais, estes não conseguem suprir as necessidades da população local, pois, na maior parte dos casos, possuem muitas deficiências e limitações, tanto em pessoal, como na parte estrutural.

Na vertente voltada para o combate, sugere-se atribuir maior autonomia e regularidade para as ações realizadas pelos Pelotões Especiais de Fronteira na faixa de

fronteira, principalmente contra as ameaças mais rotineiras na região, facilitando assim, a defesa da Amazônia.

Desta feita, sugere-se que haja a efetivação de novos Pelotões Especiais de Fronteira, tanto aqueles já contemplados no Planejamento Estratégico, bem como a criação de outros ao longo da extensa faixa de fronteira brasileira (área de responsabilidade do Comando Militar da Amazônia, do Comando Militar do Norte e do Comando Militar do Oeste), haja vista que essas frações militares são, na maior parte dos casos, a única representação estatal nessas regiões.

Para auxiliar o trabalho desenvolvido pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e pelo Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), pontua-se também que sejam instalados radares nos quartelamentos dos Pelotões Especiais de Fronteira. Tal iniciativa está inserida no Programa Estratégico do Exército “Amazônia Protegida”, que tem como um de seus objetivos específicos construir, adequar, reestruturar e propor a manutenção dos Pelotões Especiais de Fronteira.

Havendo a simbiose entre a Estratégia Nacional de Defesa e os Pelotões Especiais de Fronteira, será possível responder antigas perguntas da sociedade ao poder público, tais como:

- 1) Como proteger o meio ambiente de forma sustentável?*
- 2) Como controlar o narcotráfico e o contrabando de armas que atravessa as fronteiras?*
- 3) Como proteger e integrar as comunidades indígenas à sociedade brasileira?*
- 4) Como defender a extensa faixa de fronteira de todos esses malefícios?*

5. Considerações Finais

Conclui-se que, sob o guarda-chuva da Estratégia Nacional de Defesa, os Pelotões Especiais de Fronteira realizam a defesa da Amazônia da seguinte forma: contribuindo para o desenvolvimento da fronteira sudoeste da floresta amazônica brasileira; contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos locais onde estão sediados seus quartelamentos; fazendo-se presente em locais do Brasil de difícil acesso; ajudando a desenvolver o sentimento de patriotismo na população local; e principalmente, salvaguardando a soberania brasileira na fronteira.

Tendo em vista que a grande dimensão territorial da Amazônia resulta em vários ambientes operacionais, é interessante que o guia do Comandante de fronteira seja um

documento que traga orientações sobre cada ambiente amazônico, voltado para os assuntos de maior interesse para cada região e respeitando as especificidades e idiosincrasias regionais. Por conta da cobiça pela região amazônica, cresce de importância a preocupação com a soberania nacional e, desta feita, deve haver um constante aperfeiçoamento das missões do Exército Brasileiro na faixa de fronteira, em especial na faixa sudoeste, onde os Pelotões Especiais de Fronteira possuem papel bastante relevante na defesa e manutenção de nossa soberania na Amazônia.

Por fim, esse estudo compreende as dificuldades que o Estado enfrenta para integrar e desenvolver a Amazônia. Contudo, nos dias atuais, o Brasil assumiu um papel estratégico importante, já que possui recursos naturais imprescindíveis para a humanidade no século XXI, passando a ocupar uma posição de destaque no contexto internacional.

Referências:

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **IP 72-20: Batalhão de Infantaria de Selva**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1997.

AMAZÔNIA: O CONTRATO SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO*

Anselmo de Oliveira Rodrigues¹

Introdução

As queimadas ocorridas anualmente na floresta amazônica normalmente costumam desencadear crises internacionais, que são marcadas por forte guerra de informação, pela propagação de *fake news*, por pronunciamentos emitidos por personalidades (artistas, esportistas, políticos e personalidades em geral) e pelo corte de verbas europeias destinadas a determinadas ONG's que atuam na Amazônia.

Com essa atmosfera, recorrentemente o Brasil tem sido acusado por boa parte da sociedade e do sistema internacional em contribuir para o aumento da temperatura global. Diante da complexidade do mundo globalizado e da importância desse tema nas esferas nacional e internacional, este artigo procura destinar um foco especial sobre as principais percepções existentes sobre o meio ambiente e a relação estabelecida entre o Estado brasileiro e a floresta amazônica.

A consciência situacional sobre o meio ambiente

Os primeiros movimentos organizados pela sociedade para depreender a relação que o homem estabelece com o meio ambiente surgiram na década de 1950. Neste período, com o planeta experimentando forte crescimento populacional global, alguns cientistas e acadêmicos se mostraram preocupados com o futuro da humanidade, mais precisamente quanto à preservação dos recursos naturais essenciais para a vida humana. A manifestação desse grupo ficou materializada em diversos estudos realizados nas décadas de 1950 e 1960, os quais visavam a alargar a compreensão sobre a relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente. Foi nesse contexto que surgiu a teoria verde no âmbito das relações internacionais.

Não demorou muito para que esse tema despertasse o interesse de outras áreas do conhecimento. Assim, a teoria verde foi se expandindo para outros campos, tais como: ciência política, geografia, ecologia, biologia, história, geopolítica, dentre outros. De perspectiva multidisciplinar, rapidamente esse assunto foi ganhando relevo e importância

* Artigo originalmente publicado em 05 de julho de 2023 no site do OMPV.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha.

na sociedade e não tardou para que a Organização das Nações Unidas organizasse, em 1972, a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente: a Conferência de Estocolmo.

Mas a iniciativa onusiana não teve a força necessária durante a Guerra Fria, que literalmente congelou as ações da instituição no sistema internacional, da mesma forma que limitou o avanço dessa temática nesse período. Com o final da Guerra Fria e o conseqüente descongelamento das ações da ONU, naturalmente esse tema voltou a ser destaque no cenário internacional. Desde então, várias iniciativas (estatais, públicas e privadas) têm sido implementadas para melhor compreender, normatizar, organizar e definir parâmetros na relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente.

É dessa forma que a teoria verde tem evoluído, importando características relevantes de cada época e de várias áreas do conhecimento. Assunto sensível e de natureza complexa, uma consciência situacional adequada sobre o meio ambiente precisa passar, obrigatoriamente, pela compreensão das duas principais correntes de pensamento existentes na teoria verde e como elas se manifestam: a **corrente neoliberal** e a **corrente neorrealista**.

De uma maneira geral, a corrente neoliberal procura incentivar a criação de estruturas (públicas e privadas) que buscam aumentar a conscientização da sociedade sobre o meio ambiente. Com enfoque voltado nas implicações das atuais mudanças climáticas sobre o futuro da humanidade, a corrente neoliberal se materializa pela atuação de grupos econômicos de interesse, de organizações e de instituições. É com base nessa linha de pensamento que se dá a atuação de algumas instituições, da igreja, de ONG's, de ativistas, de alguns setores da mídia e de alas radicais acadêmicas.

A corrente neorrealista, por sua vez, está pautada pela preservação do Estado-Nação. Essa corrente de pensamento procura cumprir o contrato social firmado entre o Estado e a sua população, com foco voltado na proteção dos interesses nacionais frente a complexidade do mundo contemporâneo, quais sejam: ONG's, ameaças estatais, efeitos climáticos nos dias atuais, alguns setores da mídia, *fake news*, dentre outros. Para proteger os recursos naturais e ajudar a população afetada pelos desastres naturais, o Estado adota perspectiva geopolítica, vinculando esse tema à segurança e à defesa. Dessa forma, verificam-se basicamente que os Estados e alguns setores acadêmicos adotam essa linha de pensamento.

É com base nessa arquitetura que a temática que envolve o meio ambiente está estruturada no sistema internacional: de um lado os neoliberais, e de outro os

neorrealistas. Tema relativamente novo, as distintas posturas e os diversos atores em cena revelam a complexidade que envolve esse assunto nos dias atuais.

O Estado Brasileiro e a Amazônia

Em que pese a realidade do aquecimento global nos dias atuais, verifica-se que não há consenso na comunidade científica sobre a principal causa desse aquecimento. Em linhas gerais, a discussão paira sobre três aspectos: o avanço do capitalismo em diversos Estados; o uso indiscriminado e irresponsável do meio ambiente em inúmeros países; e os ciclos de precessão do planeta. Assim, adotar como premissa que a principal causa do aquecimento global reside num fenômeno que ocorre todos os anos há séculos na região amazônica (ocorrência de queimadas durante a estação seca) não se sustenta numa proposta científica isenta e credível.

Sob a perspectiva histórica, nota-se que o constructo da Amazônia brasileira representa o esforço de inúmeras gerações de brasileiros que vem atuando na região durante séculos para conquistá-la e mantê-la. Enquadram-se nesse universo pessoas ilustres como Pedro Teixeira, Barão do Rio Branco, Marechal Rondon, até indivíduos mais humildes, como os militares brasileiros (muitos deles indígenas) que atualmente resguardam a soberania brasileira nas fronteiras da Amazônia. Logo, a implementação de um espaço internacional ou uma guarda compartilhada desse bioma (corredor Triplo A por exemplo) em território brasileiro representa o rompimento de um contrato social firmado e mantido por séculos entre o Estado brasileiro e sua população.

Sob a perspectiva política, verifica-se que a Amazônia abrange territórios de nove países, sendo que a maior parte dela está inserida no Estado brasileiro, pelo que lhe confere a liderança natural e legítima para deliberar sobre ela no sistema internacional. Em decorrência disso, conclui-se que a participação do Brasil nesse assunto é condição *sine qua non* para que qualquer ideia (neoliberal ou neorrealista) logre êxito e venha a se transformar em ações e políticas públicas que venham ao encontro do contrato social firmado entre o Estado e a população brasileira.

Considerações Finais

Por fim, em respeito aos nossos antepassados e visando o melhor para as gerações futuras, entende-se que *a soberania brasileira na Amazônia e o uso sustentável da floresta são cláusulas pétreas de um contrato social firmado e mantido por séculos entre o Estado brasileiro e sua população, portanto inegociáveis.*

GEOPOLITICAL REASONING NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - DA GUERRA AO TERROR À CONTENÇÃO DA CHINA*

Mario Augusto Santos¹

Tuathail e Agnew (1992) enfatizam a geopolítica como uma ciência que nasce e floresce sob a égide dos interesses dos homens de Estado. Em outras palavras, a geopolítica seria a geografia a serviço do Estado. Neste sentido, apontam os autores que a prática de se produzir teoria geopolítica se embasa na produção de conhecimentos visando auxiliar o corpo estatal e impulsionar o poder estatal.

Partindo da concepção que a “Geopolítica é definida como uma prática discursiva na qual intelectuais do corpo estatal espacializam a política internacional e a representam como um mundo caracterizado por tipos particulares de lugares, pessoas e dramas” (TUATHAIL; AGNEW, 1992, p. 190, tradução nossa)², os autores identificam como o discurso se mostra um perfeito definidor e legitimador de conceitos e práticas que irão balizar as estratégias a serem adotadas pelos Estados Unidos no cenário internacional.

Neste sentido, a importância do discurso na análise é ressaltada, dado que este possui a capacidade de elaborar uma série de representações e práticas por meio das quais verdades são produzidas, assim como identidades são deliberadamente atribuídas e uma gama de relações sociais entre os mais diversos atores são estabelecidas, de sorte que determinados objetivos políticos possam vir a ser mais facilmente atingidos e legitimados (BIALASIEWICZ et al, 2007).

Ao se interpretar a geopolítica tendo o discurso como elemento primordial, pode-se identificar como o poder de agência do corpo estatal produz teses que são aceitas e legitimadas, tornando-se objetivos a serem abarcados pela política externa dos países, a exemplo dos Estados Unidos, que tem na guerra ao terror e na contenção da China seus maiores objetivos. Entretanto, cumpre registrar que tal instrumento, aqui conceituado como *Geopolitical Reasoning*, não se caracteriza como um mero ato discursivo, mas se

* Artigo originalmente publicado em 11 de julho de 2023 no site do OMPV.

¹ Doutorando em Ciências Militares na ECEME e Doutorando em Relações Internacionais na PUC-Rio.

² *Geopolitics is defined as a discursive practice by which intellectuals of statecraft ‘spatialize’ international politics and represent it as a ‘world characterized by particular types of places, peoples and dramas’* (Tuathail; Agnew, 1992, p. 190).

reveste de ações práticas na política externa norte-americana, sobretudo no que tange à guerra ao terror e às crescentes preocupações com a ascensão chinesa no cenário global.

Pode-se vislumbrar na política internacional dos Estados Unidos o constante recurso à criação de narrativas que fazem parte de um processo político por meio do qual uma visão de mundo é modelada, de sorte que os dramas, dilemas e histórias nela contidos indicam os cenários de ação norte-americanos. Assim é que se processa a *Geopolitical Reasoning* estadunidense na política externa a ser aplicada no cenário internacional, difundindo uma visão norte-americana de mundo na qual os Estados Unidos devem desempenhar um papel importante (TUATHAIL; AGNEW, 1992).

Neste contexto, os ataques de 11/9/2001 inauguram um discurso estadunidense aclamado e legitimado pela opinião pública do país e, sobretudo, propagandeado mundo afora pela indústria cinematográfica norte-americana calcado na guerra ao terror, devendo os imperativos de política externa, segurança internacional e defesa serem direcionados para esta cruzada, ou seja, um exemplo concreto e real da *geopolitical reasoning* pelos Estados Unidos (BIALASIEWICZ et al, 2007; TUATHAIL; AGNEW, 1992).

Ao longo dos anos a guerra ao terror foi, paulatinamente, deixando de ser a preocupação máxima presente nas diretrizes da política externa norte-americana, o que demonstra que discursos não são de forma alguma estáticos, mas sim, se encontram em constante mutação e são continuamente modificados pela prática humana (TUATHAIL; AGNEW, 1992). Isto ocorre na medida em que as preocupações com a ascensão chinesa no cenário global se tornam cada vez mais crescentes, sendo a China vislumbrada pelos Estados Unidos como uma ameaça em potencial, devendo, assim, ser contida (DEGUI, 2021).

A construção dessa *Geopolitical Reasoning* norte-americana no que tange à necessidade de contenção do avanço chinês na atual conjuntura mundial se mostra presente na percepção de que “o mais percuciente e sério desafio para segurança nacional dos Estados Unidos são os coercitivos e cada vez mais agressivos esforços da China visando redesenhar a região do Indo-Pacífico e o sistema internacional em prol de seus respectivos interesses e preferências autoritárias” (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2023, p. 4, tradução nossa)³, a qual embasa a *Biden Administration October 2022 National Defense Strategy*. Observa-se que o discurso que nasce e se fortalece

³ “The most comprehensive and serious challenge to U.S. national security is the PRC’s coercive and increasingly aggressive endeavor to refashion the Indo-Pacific region and the international system to suit its interests and authoritarian preferences” (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2023, p. 4).

durante a administração *Trump* vem se tornando mais forte na administração *Biden*, tendo em vista a escalada chinesa no cenário global.

Aponta Degui (2021) que, independentemente de a presidência norte-americana ser ocupada por democratas ou republicanos a contenção do desenvolvimento chinês não se mostra um mero expediente de uma política ou marketing eleitoral previamente elaborado, mas sim um inevitável expediente da estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos no intuito de manter a hegemonia global norte-americana, estratégia essa que, à medida que a China expande sua atuação, se torna mais evidente.

Ademais, a construção da ideia do crescimento de uma disputa entre grandes potências, o que vem intensificando a competição entre Estados Unidos e China, vem alterando profundamente as questões de defesa norte-americanas - anteriormente voltadas exclusivamente para o desenho de operações contraterroristas e intensificação de operações militares no Oriente Médio, devido aos episódios do 11/09/2001 - agora tem como base, a geopolítica no debate sobre as questões de defesa norte-americanas frente à alegada da China (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2023).

Cumprir registrar, no tocante à elaboração de todo um discurso norte-americano reforçando uma *Geopolitical Reasoning* que tem na contenção chinesa seu elemento essencial, o pronunciamento de *Christopher Ashley Ford* - Secretário Assistente do *Bureau* de Segurança Internacional e Não-Proliferação dos Estados Unidos, ou seja, elemento importante do corpo estatal norte-americano - perante a Comissão Econômica e de Revisão Securitária EUA-China em *Washington*, em 20 de Junho de 2019 (US DEPARTMENT OF STATE, 2019). Nas palavras do Secretário:

“Nossa Estratégia de Segurança Nacional descreve a China como uma das ‘potências revisionistas’ que ameaçam os interesses de segurança dos EUA [...] Apesar da propaganda retórica de relações ‘win-win’, isto não significa uma pacífica e benevolente viva e deixe viver perspectiva de um modelo corrente de engajamento internacional [...] A autoproclamada missão nacional chinesa é tornar a si própria mais poderosa com relação aos demais países – e particularmente com relação aos EUA [...] Hoje em dia a China está trabalhando para exportar seu modelo de autoritarismo por meio de sua ‘Comunidade de Destino Comum’ a fim de redesenhar a governança global, utilizando-se do poder de sua economia para coagir e corromper governos ao redor do mundo que já padecem por conta de um subdesenvolvimento ou de democracias instáveis, bem como procurando levar vantagem sobre países que sofrem por conta de instabilidades financeiras [...] A China parece pensar ser realmente capaz de reordenar o mundo” (US DEPARTMENT OF STATE, 2019, n.p., tradução nossa)⁴.

⁴ *Our National Security Strategy describes China as one of “the revisionist powers” threatening U.S. security interests [...] Despite the “win-win” propaganda rhetoric, then, this is no peaceable, benevolent*

De forma análoga, o que denota uma homogeneidade no discurso norte-americano que embasa a atual *Geopolitical Reasoning* do país, o *Congressional Research Service* (2023) aponta a China, inserida no âmbito da competição entre grandes potências, como a única a ser capaz de remodelar a ordem internacional para atingir seus respectivos objetivos econômicos, diplomáticos e militares, constituindo-se em uma crescente ameaça para os Estados Unidos, o que enseja uma política externa norte-americana cada vez mais direcionada para a contenção da ascensão chinesa.

No que diz respeito especificamente à América Latina, anteriormente vista como uma zona de influência exclusiva dos Estados Unidos, as preocupações com relação à ascensão chinesa se mostram presentes em diversos aspectos, sobretudo econômico, militar, tecnológico e energético. O fluxo de investimentos e empréstimos chineses aos países da região (BAUMANN et al, 2022), a corrida chinesa por minerais estratégicos para transição energética, a exemplo do que ocorre no chamado Triângulo do Lítio⁵, os cabos submarinos chineses que cortam o Atlântico Sul e que fazem parte da iniciativa *Digital Silk Road*, bem como a celebração de acordos de cooperação em termos de defesa com países latino-americanos (a exemplo do Brasil), são fatores que vem contribuindo para que a *Geopolitical Reasoning* norte-americana guie a intensificação de esforços visando a contenção chinesa no continente.

Em suma, buscou-se aqui propor uma análise, tendo como elemento conceitual essencial a geopolítica crítica, acerca da forma pela qual a prática *Geopolitical Reasoning* norte-americana vem sendo construída e operando ao longo dessas duas primeiras décadas do século XXI. Da Guerra ao Terror, muitíssimo bem encampada pela indústria cinematográfica norte-americana e suas diversas produções enfatizando a cruzada norte-americana⁶, à contenção da China, atualmente encarada como a maior ameaça existente aos Estados Unidos. Vale ressaltar, neste sentido, a importância do discurso para a geopolítica crítica, como bem atestam Ó Tuathail e Agnew (1992) e Bialasiewicz et al (2007).

live-and-let-live vision of 21st-Century international engagement [...] Its self-conceived national mission is to make itself ever more powerful vis-à-vis everyone else – and particularly vis-à-vis the United States [...] Today, China is working to export its model of authoritarianism through its “Community of Common Destiny” to reshape global governance, utilizing the power of the Chinese economy to coerce and to corrupt governments around the world that are already suffering from underdeveloped or unstable democracies and taking advantage of countries suffering from financial instability [...] China seems to think that it really can reorder the world (US DEPARTMENT OF STATE, 2019, n.p.).

⁵ Espaço geográfico formado por Argentina, Bolívia e Chile, e que concentra cerca de 68% das reservas de lítio de todo o mundo.

⁶ Em 2010 o filme *The Hurt Locker*, que no Brasil teve o título traduzido para Guerra ao Terror, foi o grande vencedor do Oscar, tendo conquistado seis estatuetas, entre elas a de melhor diretora e de melhor filme.

Referências:

BAUMANN, R.; LIBANIO, G.; SANTOS, M. A.; IASCO, H. **Research for Investment Cooperation Between Brazil and China**. Technical Note (IPEA), nº 8, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=9b29af8a-2b71-4f21-b924-e739828d8326>. Acesso em: 22 de Junho de 2023.

BIALASIEWICZ, L.; CAMPBELL, D.; ELLEN, S.; GRAHAM, S.; JEFFREY, A.; WILLIAMS, A. J. **Performing Security: The Imaginative Geographies of Current US Strategy**. Political Geography, Vol. 26, nº 4, p. 405-422, 2007.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **Great Power Competition: Implications for Defense - Issues for Congress**. CRS Report, 2023. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/natsec/R43838.pdf>. Acesso em: 22 de Junho de 2023.

DEGUI, I. **Geopolitical Thinking behind the US Policy-Making toward China and the Diplomatic Choice of Japan**. East Asian Affairs, Vol. 1, nº 2, p. 2150010-1 - 2150010-24, 2021.

Ó TUATHAIL, G.; AGNEW, J. **Geopolitics and discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy**. Political Geography, Vol. 11, nº 2, p. 190-204, 1992.

US DEPARTMENT OF STATE. **Technology and Power in China's Geopolitical Ambitions**. US Department of State, 2019. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/technology-and-power-in-chinas-geopolitical-ambitions/index.html>. Acesso em: 23 de Junho de 2023.

O VALOR SOCIAL DAS CAPACIDADES DE DEFESA: RECURSOS PARA AS FORÇAS ARMADAS*

*Amanda Neves Leal Marini¹
Tigernaque Pergentino de Santana Junior²*

1. Introdução

Em âmbito mundial, um dos principais papéis desempenhados pelas Forças Armadas é o de contribuir com a percepção de Segurança Nacional, missão que implica, dentre outras coisas, defender a população de seus respectivos países. Nos Estados democráticos, como o Brasil, a autoridade governamental deriva da vontade da sua população e, por essa razão, deve destinar recursos para a defesa do povo (MAROWSKI; HALL; WYLIE, 2010).

No Brasil, nota-se que a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) são os principais instrumentos que orientam a política de defesa brasileira. Em linhas gerais, pode-se dizer que esses documentos visam preparar e empregar as Forças Armadas na defesa da pátria. Numa primeira prateleira se encontra a Política Nacional de Defesa, documento que condiciona o planejamento das ações no mais alto nível visando a defesa do país. Esse documento, além de estabelecer os objetivos nacionais de defesa, apresenta os objetivos a serem alcançados pelo preparo e pelo emprego das cinco expressões do poder nacional em prol da Defesa Nacional: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica (BRASIL, 2020). Sobre o Poder Nacional, compreende-se como sendo a capacidade do país para atingir seus objetivos nacionais.

Para conseguir realizar as ações necessárias para garantir a Defesa Nacional, o Brasil precisa manter uma adequada capacidade logística. Entretanto, os próprios documentos de defesa, com destaque à Estratégia Nacional de Defesa, relatam que ainda há uma vulnerabilidade e certa deficiência entre os sistemas nacionais de logística e de mobilização nacional, sendo um dos gargalos que precisam ser resolvidos na estrutura atual da Defesa Nacional (BRASIL, 2012).

* Artigo originalmente publicado em 02 de agosto de 2023 no site do OMPV.

¹ Mestranda em Ciências Militares na ECEME.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM e o curso de Doutorado em Ciências Militares na ECEME.

A respeito da logística militar, é importante se ater ao fato de que, segundo Ribeiro (2018), a logística militar se configura como sendo as atividades preparatórias e condições para o enfrentamento na guerra. Normalmente o esforço de guerra resulta de operações logísticas e, dessa maneira, engloba as compreensões de estratégia, operações, tática e planejamento militar. A logística militar e suas ações sistematizadas possui sete funções, sendo elas: Engenharia; Manutenção; Recursos Humanos; Salvamento; Saúde; Suprimentos; e Transporte (BRASIL, 2020).

Mas, para manter essa infraestrutura adequada, existe um alto custo financeiro que deve ser sustentado pelo Estado. Assim, é necessário que seja realizada uma campanha de divulgação para que a população e os políticos brasileiros percebam que a existência de uma infraestrutura de defesa adequada contribui para o desenvolvimento nacional, pois garante ao Estado o acesso a pontos estratégicos do território, gera tempestiva mobilização e oportuno apoio logístico à Defesa Nacional (BRASIL, 2020). Entretanto, é preciso salientar que essa percepção de importância é subjetiva e está sujeita a pressões políticas que atuam para determinar quais aquisições na área de defesa são realmente essenciais e quais as capacidades da indústria local são genuinamente necessárias para apoiar o país (MAROWSKI; HALL; WYLIE, 2010).

Em vista da importância dessa temática, esse estudo pretende analisar se o valor social das capacidades de defesa do Brasil pode ajudar na justificativa de incrementar recursos para sustentar as aquisições para as Forças Armadas brasileiras.

2. Desenvolvimento

A capacidade de proteção do território e da população brasileira exprime o mais relevante objetivo nacional, qual seja: o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial (BRASIL, 2020). Para alcançar esse objetivo, são necessárias a realização de ações e posturas “*hard power*” e ações e posturas “*soft power*”. O lado “*hard power*” é representado pelo emprego do poder militar e sua capacidade dissuasória. O lado “*soft power*” se materializa pelos esforços realizados pela diplomacia brasileira.

Para nortear e orientar as ações necessárias (*hard power* e *soft power*) para dotar o Estado das capacidades para atender seus interesses, foi elaborada a Estratégia Nacional de Defesa, a qual possui estratégias de defesa e ações estratégicas de defesa. Uma das estratégias de defesa trata das atribuições subsidiárias das Forças Armadas brasileiras que, em cooperação com as diversas agências e instituições públicas, são empenhadas na

O valor social das capacidades de defesa: recursos para as Forças Armadas

manutenção do bem-estar da população e na conservação do nível de segurança no seu sentido mais amplo (BRASIL, 2020).

A relação das estratégias de defesa com o bem-estar da população está coerente com a releitura do conceito de segurança que, a partir do fim da Guerra Fria foi ampliado. A partir da década de 1990, o conceito de segurança passou a integrar novos temas, como direitos humanos, a preocupação geral com o bem-estar do indivíduo, a responsabilidade de proteger (R2P), dentre tantos outros fatos considerados importantes para a dignidade da pessoa humana. Foi dessa forma que surgiu o conceito de segurança humana (DIGOLIN; MILANI; SOARES, 2021), que foi criado com a intenção de levar em conta que os modos de vida das populações podem se tornar inseguros, mesmo na ausência de um conflito violento (ELLIOT, 2015).

Ao cumprir suas missões constitucionais, com destaque para o artigo 142 da Constituição Federal de 1988, as Forças Armadas são constantemente empregadas em ações subsidiárias que impactam diretamente no bem-estar da população e que têm o seu valor social mais facilmente percebido. Dentre essas missões, destacam-se as seguintes:

Quadro 1 - Ações subsidiárias realizadas pelas Forças Armadas

Lançamento aéreo de suprimentos em apoio a comunidades isoladas.
Construção de rodovias e ferrovias.
Apoio à Defesa Civil em locais de desastres, empregando capacidades como lançamento de pontes, desobstrução de estradas, resgates de áreas inundadas com uso de embarcações, helicópteros e etc.
Ações de polícia em regiões isoladas da faixa de fronteira.
Combate aos crimes ambientais (exemplo: operação Verde Brasil).
Ações de pacificação de áreas dominadas pelo crime organizado, visando a manutenção da ordem pública (exemplo: operação Arcanjo).
Ações de entrega de água na região do semiárido brasileiro (exemplo: operação Pipa).
Construção de pistas de pouso na Amazônia, por meio da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA).
A Missão de Misericórdia - (realizada pelo Comando da Aeronáutica, proporcionando o transporte aéreo para doentes ou feridos civis, exceto as vítimas de acidentes aeronáuticos e marítimos, bem como transporte de medicamentos e recursos médicos em geral, inclusive órgãos e tecidos, desde que não existam no local os recursos necessários ao atendimento da urgência requerida).

Fonte: OS AUTORES, 2023.

A quantidade de ações subsidiárias realizadas pelas três Forças Armadas ajuda a entender a afirmação de Oliveira (2009) de que, apesar das dificuldades, as Forças Armadas brasileiras gozam de significativo prestígio junto à sociedade. Essa afirmação é

ainda mais fácil de entender quando podemos associar o impacto das capacidades das Forças Armadas brasileiras na segurança humana e no bem-estar da população.

Apesar de destituídas da condição de atores políticos decisivos, as Forças Armadas brasileiras não devem ser desconsideradas em razão do seu poder simbólico, do prestígio de que gozam na sociedade, do contingente significativo dos funcionários civis e de militares pertencentes em seus quadros (OLIVEIRA, 2009), fato que explica a robusta capacidade de influência de suas assessorias parlamentares que atuam em Brasília, ou diretamente junto aos políticos nos Estados.

Mas, para que as Forças Armadas brasileiras possuam as capacidades necessárias para garantir a Defesa e a Segurança Nacional, além da disponibilização dos recursos necessários, é imperioso que exista uma cadeia de suprimento funcionando de maneira que as informações, os planos e os dados sejam compartilhados consistentemente, através de manuais e transações automatizadas de sistemas de informação, em toda a cadeia de suprimentos, com outras funções e organizações, com a adequada flexibilidade que permita enfrentar todos os problemas e situações (PELTZ; ROBBINS; MCGOVERN, 2012).

Sobre a cadeia de suprimentos, Glas, Hofmann e Essig (2011) afirmam que, em contraste com a logística comercial, a logística desenvolvida nas Forças Armadas inclui todos os processos usados para permitir que as tropas possam manter a prontidão para realizar suas missões, contribuindo com a capacidade de dissuasão do país.

Em 2010, por ocasião do terremoto no Haiti, ficou evidente a falta de capacidade das Forças Armadas do Brasil em mobilizar meios e se deslocar para o país caribenho. No mesmo evento, os Estados Unidos decidiram atuar e naquela ocasião, utilizaram enorme quantidade de recursos, incluindo um porta-aviões, um navio-hospital, helicópteros e todas as ferramentas necessárias para enviar ajuda. Ao passo que o Brasil teve que aceitar, pelo menos em um primeiro momento, uma posição secundária no controle da ajuda internacional a essas vítimas, devido a fragilidade de sua cadeia de suprimento. Como diz Bertonha (2010), diante de um enorme poder material, mesmo em missões humanitárias, boa vontade e bondade não são suficientes.

3. Conclusão

Logo, com base no que fora discutido e apresentado anteriormente, é importante ressaltar a relevância, tanto perante os órgãos políticos, como o Congresso Nacional, quanto à população civil, dos gastos referentes à Defesa Nacional e como o valor social

das capacidades das Forças Armadas brasileiras contribuem com o bem-estar da população brasileira e, por consequência, da Segurança Nacional.

Apesar de não ser considerada nos documentos de Defesa, o conceito de segurança humana, para além dos conceitos de Segurança Nacional e de Defesa Nacional, deveria ser destacado em tais documentos, haja vista o papel desempenhado pelas Forças Armadas brasileiras, em muitas das atividades que afetam diretamente o bem-estar da população brasileira, dentre as quais se destacam as ações em apoio às catástrofes naturais, a operação covid-19, a assistência à população no semiárido nordestino e as operações de menor envergadura desencadeadas em todas as partes do território nacional.

Por fim, entende-se que destacar o valor social das capacidades e ações das Forças Armadas brasileiras é uma ferramenta importante para ajudar o Ministério da Defesa justificar a alocação de recursos orçamentários perante o Congresso Nacional e a opinião pública brasileira.

Referências:

BERTONHA, J. F. **Brazil: an emerging military power? The problem of the use of force in Brazilian international relations in the 21st century.** Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 53, nº 2, p. 107-124, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

DIGOLIN, K. A.; MILANI, L. P.; SOARES, S. A. **Temas de segurança internacional e de defesa.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

ELLIOT, L. **Human Security/Environmental Security.** Contemporary Politics, Vol. 21, nº 1, p.11-24, 2015.

GLAS, A.; HOFMANN, E; ESSIG, M. **Performance-based logistics: a portfolio for contracting military supply.** International Journal of Physical Distribution & Logistics Management, Vol. 43, nº 2, p. 97-115, 2011.

MARKOWNSKI, S.; HALL, P.; WYLIE, R. **Defence Procurement and Industry Policy: A small country perspective.** London; New York: Routledge, 2010.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas.** Interesse Nacional, p. 71-83, 2009.

PELTZ, E.; ROBBINS, M.; MCGOVERN, G. **Integrating the Department of Defense Supply Chain**. Santa Monica: RAND Corporation, 2012.

RIBEIRO, Eric Herejk. **Logística militar**. In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina Giseli. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

A NOVA ERA DE COMPETIÇÃO GEOPOLÍTICA E OS DESAFIOS PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL*

Renan Azevedo de Souza¹

1. Introdução

O alvorecer do século XXI tem evidenciado um aspecto extremamente relevante e aparentemente incontornável nas relações internacionais: a competição entre grandes poderes. Diante de um mundo anárquico, no qual uma autoridade superior é incapaz de resolver os diversos contenciosos, os países entendem que a melhor maneira de sobreviver é tornar-se o mais poderoso ator, condição que garante que outras potências não exerçam um poder hegemônico sobre sua região (MEARSHEIMER, 2022).

Nesse contexto, a geopolítica contemporânea tem sido marcada pela emergência de uma nova era de competição entre os Estados Unidos da América, a China e a Rússia. A aliança estratégica entre Pequim e Moscou contém, em sua essência, o profundo descontentamento com a ordem internacional estabelecida no pós-Guerra Fria e a disposição de seus regimes em expandir seus poderes e influências no mundo.

Os constantes embates entre esses colossos, nas mais diversas expressões de seus poderes nacionais, têm o potencial para influenciar o destino de inúmeras nações ao redor do globo (BRANDS, 2022). Nesse universo situa-se o Brasil, país com a quinta maior extensão territorial, estando entre os dez países mais populosos e que se coloca entre as maiores economias do planeta.

Hodiernamente, o Estado brasileiro tem pautado sua inserção internacional com base nos princípios norteadores de sua política externa, consagrados em sua Constituição, que privilegiam a paz e o diálogo na solução das controvérsias entre as nações (BRASIL, 1988). Muito embora o legado diplomático brasileiro seja importante como instrumento de sua atuação externa, os atuais desdobramentos da conjuntura mundial chamam atenção para a necessidade de fortalecer as capacidades de projeção internacional do país (CÔRREA, 2014). Assim, a Política Nacional de Defesa (PND) contribui para a projeção do Brasil no concerto das nações, bem como com a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2020).

Diante da complexidade do mundo contemporâneo, este artigo tem como objetivo

* Artigo originalmente publicado em 15 de setembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

destacar os principais aspectos relacionados à elaboração da Política Nacional de Defesa, bem como busca iluminar os principais desafios impostos para a realização daquilo que está contido na Política Nacional de Defesa.

2. A atual conjuntura mundial

A dissolução da ex-União Soviética e o conseqüente fim da Guerra Fria inauguraram um novo período nas relações internacionais, caracterizado pelo paradigma da universalização da democracia liberal como a forma final de governo humano (FUKUYAMA, 1989). A defesa de uma comunidade internacional baseada nas liberdades individuais, na propriedade privada e nos mercados abertos mostrava-se como um reflexo da posição hegemônica alcançada pelos Estados Unidos da América ao longo do século XX (KOTKI, 2021).

A História não acabou, nem tampouco as disputas por poder entre as nações. Tal como anteviu o célebre professor *Samuel Huntington*, a atual conjuntura mundial tem sido marcada pela ocorrência de inúmeros conflitos ao redor do globo, nos quais as identidades culturais têm exacerbado movimentos separatistas e de cunho religioso (HUNTINGTON, 1998).

Nesse diapasão, os eventos dos últimos anos parecem sugerir que uma pretensa ordem unipolar deixou definitivamente de existir. Muitos países estão insatisfeitos com a maneira com a qual enxergam o mundo e buscam modificá-lo em benefício próprio. Tal cenário tem sido manifestado no comportamento da China e da Rússia, grandes potências que se ressentem da hegemonia norte-americana e que têm confrontado os Estados Unidos da América em todas as expressões de seus poderes nacionais. Ambos têm invocado o princípio da soberania do Estado para operar conforme suas necessidades, à medida que buscam estabelecer novas regras nas áreas de ciberespaço e de outras novas tecnologias (MENON, 2022).

Não obstante, a nova era de competição geopolítica tem sido acompanhada pela aparente perda da credibilidade e da legitimidade do sistema internacional. Tal percepção tem sido compartilhada por grande número de países subdesenvolvidos, que tem observado uma permanente incapacidade dos organismos multilaterais na solução de problemas como o aquecimento global e os efeitos nefastos da pandemia da covid-19. Assim, uma espécie de anarquia encontra-se surgindo nas relações internacionais, comprometendo a atual estrutura de poder edificada pelos Estados Unidos da América e seus aliados (MENON, 2022).

3. A Política Nacional de Defesa

A Política Nacional de Defesa (PND) é o principal documento do governo brasileiro para elaborar suas políticas de defesa, estabelecendo objetivos e diretrizes a serem seguidas no preparo e no emprego de suas Forças Armadas (CORREA, 2014). Desde sua primeira versão, aprovada em 1996, a Política Nacional de Defesa tem sido constantemente revisada e atualizada pelas sucessivas gestões do governo federal.

A atual PND foi submetida ao Congresso Nacional para sua apreciação no ano de 2020. Esse documento apresenta uma concepção política baseada no trinômio: **Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa**. Destarte, a paz e a estabilidade nas relações internacionais requerem ações integradas e coordenadas para: reduzir as deficiências estruturais do país; conjugar interesses conflitantes entre o Brasil e outros países; e dissuadir ou enfrentar ações hostis (BRASIL, 2020).

Dessa forma, a PND foi concebida a partir de 15 (quinze) pressupostos, que buscam orientar a formulação dos Objetivos Nacionais de Defesa (OND). Nesse contexto, destacam-se: a defesa do uso sustentável dos recursos naturais, respeitando a soberania dos Estados; a cooperação no âmbito internacional e a integração entre os países sul-americanos; a atuação em operações internacionais sob a égide de organismos internacionais; o apoio às iniciativas para a eliminação de armas de destruição em massa; e o repúdio a qualquer intervenção na soberania dos Estados (BRASIL, 2020).

É mister observar que, uma vez que se trata de um documento voltado para fazer frente a ameaças externas, muitos dos aspectos nele contidos fazem uma clara menção ao ambiente internacional. A leitura da PND permite depreender que o Estado brasileiro se encontra atento às mudanças no cenário mundial, particularmente na competição pela supremacia global, com reflexos na rivalidade entre os Estados e na expansão dos gastos militares de defesa (BRASIL, 2020).

Consoante com essa perspectiva, o Ministério da Defesa tem trabalhado com a elaboração de cenários prospectivos. Ou seja, com reportes de ações em curso ou futuras que incluem informações acerca de ameaças, contextos, antecedentes político-militares, suposições, restrições, limitações e outros pontos de interesse desejados para o planejamento (MIGON; SILVA, 2023). Assim, a Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN) publicou no ano de 2017 o documento Cenário de Defesa 2020 - 2039.

Tal instrumento tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento do processo de planejamento estratégico do Ministério da Defesa e fundamentar a redação da PND, da Estratégia Nacional de Defesa (END), dos planos setoriais e dos Planos Estratégicos

da Forças Singulares (BRASIL, 2017). Essa publicação apresenta aspectos conjunturais e estruturais que poderão afetar a segurança e a defesa nacionais, os quais serão essenciais para a identificação das capacidades necessárias para a garantia da soberania e da integridade do Estado brasileiro (BRASIL, 2017).

Em decorrência da análise dos ambientes nacional e internacional, são estabelecidos os 8 objetivos nacionais de defesa, que devem ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de Defesa (BRASIL, 2020):

- I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas;
- III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa;
- IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais;
- V. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior;
- VI. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional;
- VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; e
- VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais” (BRASIL, 2020).

Em última instância, a PND e seus objetivos nacionais de defesa estão condicionadas à realidade presente e futura dos fatos nos âmbitos interno e externo. Suas implicações orientam as ações estratégicas, que são as medidas necessárias para concretizar a capacidade defensiva do país e que demandam longo prazo e continuidade para sua implementação (LIMA, 2011).

4. Desafios para a Política Nacional de Defesa

Inicialmente, é necessário considerar que o Brasil detém relações políticas e econômicas privilegiadas com a Rússia e com a China, principais potências antagônicas à primazia norte-americana no mundo. O país é membro fundador e participante ativo do fórum BRICS, acrônimo cunhado no início do século XXI para indicar o grupo de mercados emergentes em razão de seu desenvolvimento econômico (O’NEILL, 2001). Além disso, tem a China como principal parceiro comercial e destino de parcela expressiva de seu volume total de exportações.

Não obstante, as relações entre os Estados Unidos da América e o Brasil não têm sido particularmente estreitas desde o fim da II Guerra Mundial. Durante maior parte do período pós-1945, Brasília e Washington envolveram-se em disputas por conflitos reais

de interesse (particularmente em questões econômicas e comerciais) e muitas vezes divergiram sobre a forma como enxergam o sistema internacional (HURREL, 2009). Nesse contexto, a atual posição sustentada pelo Estado brasileiro diante da invasão russa à Ucrânia, difere da condenação instrumentalizada pela administração *Biden*, revelando, em última análise, uma ambivalência global sobre o conflito (MILIBAND, 2023).

No que concerne à política de defesa do Estado brasileiro, deve-se admitir que sua articulação com a política externa registra um grau insuficiente. Tal estado de coisas deriva de fatores estruturais, tais como: a baixa prioridade da política de defesa; a ausência de direção política efetiva; o perfil não confrontacionista da política externa; e a ausência de mecanismos operacionais de articulação entre as duas. Nesse sentido, a manutenção de uma estrutura militar inadequada reduz o campo de manobra da política externa, limitando sua latitude, expondo o país a condicionais derivadas do eventual surgimento de disputas com potências estrangeiras e contribuindo para a diminuição do *soft power* nacional (JÚNIOR, 2009).

Feitas essas considerações, alguns desafios para a implantação da atual PND podem ser sublinhados. Em primeiro lugar, faz-se necessário ampliar a conscientização da sociedade sobre a importância da defesa para a nação brasileira (LIMA, 2008). Tal óbice é particularmente relevante num país que dedica grandes esforços institucionais à problemática do desenvolvimento e cuja percepção de ameaças externas é intangível para grande parcela de sua população (JÚNIOR, 2009).

Em segundo lugar, há que se construir um robusto fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), que promova a autonomia tecnológica e produtiva e que contribua para a capacidade dissuasória do Brasil (LIMA, 2008). Em que pese os recentes avanços em projetos estratégicos das Forças Armadas, com a produção e venda de produtos de defesa com alto valor agregado, o segmento ainda sofre com as decisões do nível político e com as variações do setor econômico. Nesse particular, é dramática a situação vivenciada pela empresa AVIBRÁS, que se encontra em processo de recuperação judicial.

Outro desafio consiste exatamente na própria inserção brasileira no plano externo. O país deve lidar com as mudanças no sistema internacional e preparar-se para um futuro incerto. Nessa situação, a vantagem encontra-se com aqueles Estados que entendem claramente a balança de poder e que têm o entendimento de uma ordem cooperativa, voltada para o bem comum (MENON, 2022). Tal preceito parece ser exatamente o caso brasileiro, que orienta suas relações exteriores com base na solução pacífica dos conflitos e na cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (BRASIL, 1988).

No entanto, essa prática tem-se mostrado complexa e até mesmo contraditória. As hodiernas contendidas entre países têm se caracterizado pela aplicação de sanções econômicas e comerciais, de caráter unilateral e que desafiam a autoridade dos organismos multilaterais. Exemplos concretos são encontrados nas sanções impostas à Síria, ao Irã, à Venezuela e, mais recentemente, à Rússia (FILHO, 2022). Essas medidas, tomadas com base em um discurso humanista, com o pretenso objetivo de proteger a comunidade internacional da tirania e do terror, na verdade obedecem à lógica da velha conveniência geopolítica (SLOBODA, 2018).

Desse modo, a atuação brasileira no plano exterior deve estar atenta a temas caros e intrinsecamente ligados à segurança e à defesa nacionais, tais como a proteção do meio ambiente, a soberania brasileira sobre a Amazônia, a salvaguarda de seus recursos naturais, além da defesa e da garantia dos direitos humanos, particularmente de suas populações indígenas.

5. Conclusão

A pretensa Ordem Mundial unipolar inaugurada com o final da Guerra Fria parecer ter chegado a um ponto de esgotamento. A emergência de potências tidas como revisionistas, como a China e a Rússia, deu início a um novo período das relações internacionais, marcado pela competição e pelo acirramento das tensões geopolíticas em todo o globo. Tal conjuntura demandará inúmeros esforços do Estado brasileiro na consecução de seus objetivos de defesa.

Em síntese, a implementação de sua PND dependerá, em grande medida, da capacidade de articulação de sua política externa com sua política de defesa. Tal esforço é necessário, uma vez que o Brasil tem mantido profícuas relações com os principais atores competidores no plano internacional e deve manter uma posição equidistante, a fim de preservar sua posição autônoma e independente.

Além disso, alguns desafios devem ser superados para a consecução dos objetivos nacionais de defesa. Destacam-se a necessidade de ampliar a conscientização da sociedade brasileira sobre a temática da Defesa nacional e o imperioso fortalecimento da BID, de forma reduzir o *gap* tecnológico com os países desenvolvidos. Outro óbice consiste na própria atuação brasileira no plano internacional, que deve buscar assertividade e protagonismo em temas sensíveis à defesa nacional, como o meio ambiente e os direitos humanos.

Por fim, a nova era de competição geopolítica continuará a demandar novos estudos e interpretações sobre o seu real significado para o Estado brasileiro. No entanto, é mister reconhecer que grandes mudanças no cenário internacional tendem a oferecer grandes oportunidades ou enormes desafios para os países periféricos, na medida que podem reduzir sua liberdade de ação estratégica. Em que pese o evidente amadurecimento da mentalidade de defesa no Brasil nos últimos anos, é premente a consecução de seus objetivos, a fim de portar o país de capacidade dissuasória adequada para o pleno exercício de sua soberania.

Referências:

BRANDS, Hal. **The Twilight Struggle: What the Cold War Teaches us about Great-Power Rivalry today**. New Haven: Yale University Press, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenários de Defesa 2020 - 2039: Sumário Executivo**. Brasília: Ministério da Defesa, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

CORRÊA, Glauco Corbari. **A Política de Defesa do Brasil no Século XXI**. Coleção Meira Mattos, Vol. 8, nº 31, p. 29-38, 2014.

FILHO, Ernani Teixeira Torres. **Sanções contra a Rússia: bomba-dólar, desglobalização e geopolítica**. OIKOS - Revista de Política Internacional, Vol. 21, nº 2, p. 73-85, 2022.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History**. The National Interest, nº 16, p. 3-18, 1989.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

HURREL, Andrew. **Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes**. In: HURREL, Andrew et al. Os Brics e a Ordem Global, Cap 1, p. 9-41, 2009. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

JÚNIOR, João Paulo Soares Alsina. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 52, nº 2, p. 173-191, 2009

KOTKI, Stephen. **The Cold War Never Ended: Ukraine, the China Challenge, and the Revival of the West**. Foreign Affairs, Vol. 100, nº 6, p. 48-58, 2021.

LIMA, Reinaldo Nonato de Oliveira. **Desafios à Defesa Nacional no Mundo Contemporâneo**. A Defesa Nacional, Vol. 96, nº 817, p. 45-55, 2011.

MEARSHEIMER, John J. **The Inevitable Rivalry: America, China and the Tragedy of Great Power Politics**. Foreign Affairs, Vol. 101, nº 3, p. 64 -78, 2022.

MENON, SHIVSHANKAR. **Nobody Wants the Current World Order: How All the Major Powers - Even the United States - Became Revisionists**. Foreign Affairs, 2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/world/nobody-wants-current-world-order>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; SILVA, Marco Aurélio Vasques. **A utilização de cenários para a consolidação de uma política de defesa**. Coleção Meira Mattos, Vol. 17, nº 58, p. 25-39, 2023.

MILIBOND, David. **The World Beyond Ukraine: The Survival of the West and Demands of the Rest**. Foreign Affairs, Vol. 102, nº 3, p, 36-43, 2023.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs, 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/archive/buildingbetter.html>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

SLOBODA, Pedro M. **A Síndrome de Brás Cubas: Sanções Unilaterais e a Responsabilidade Internacional dos Estados**. Brasília: FUNAG, 2018.

AMAZÔNIA À LUZ DA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA*

*Bruno de Moraes Silva¹
Renato de Sousa²*

1. Introdução

Para Tuathail e Agnew (1992), geopolítica é uma ciência que nasce e floresce sob a égide dos interesses dos homens de Estado. Ou seja, a geopolítica é uma ciência a serviço do Estado e como tal, ela pode cambiar e modificar com o decorrer do tempo.

Com o fim da bipolaridade travada entre os Estados Unidos da América e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, se extinguiram também as rivalidades Leste-Oeste. O término da Guerra Fria sepultou de vez a Ordem Mundial Bipolar e deu espaço para o surgimento de uma Ordem Mundial Unipolar liderada pelos Estados Unidos da América, o que gerou novos interesses do Estados e, por consequência, inspirou o desenvolvimento de novas abordagens geopolíticas a partir da década de 1990.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o conflito Leste-Oeste deu espaço para a relação de dependência Norte-Sul, na medida em que a maior parte do pensamento geopolítico internacional que surgiu após a década de 1990, ficou marcado, preponderantemente, por ideias e conceitos que enfatizavam o protagonismo dos países do hemisfério Norte sobre os países subdesenvolvidos do hemisfério Sul. Diante dessa realidade, os geopolíticos brasileiros começaram a demonstrar grande preocupação com a região amazônica. Esses pensadores, em sua grande maioria, enfatizavam a necessidade de o Estado brasileiro ocupar e integrar, efetivamente, a Amazônia ao território nacional, vez que se trata de área muito rica, pouco explorada e que desperta cobiça internacional.

Para que se tenha uma ideia, o território da região amazônica possui uma área de aproximadamente 7 milhões de km² e envolve 8 países, com destaque para o Brasil, Colômbia, Venezuela e Guiana Francesa. Desse total, cerca de 5 milhões de km² estão situados no Brasil, o que representa cerca de 57,72% do território brasileiro. Como se não bastasse, essa região possui a maior reserva de capital natural, a maior floresta tropical do mundo, a maior bacia hidrográfica do mundo e também possui reservas incalculáveis de minerais.

* Artigo originalmente publicado em 22 de setembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

“Dado seu potencial econômico incalculável, graças a diversidade e abundância da fauna, da flora e dos recursos minerais, a Amazônia é alvo de cobiça por atores estrangeiros que articulam incessantemente para colocar sob suspeita a capacidade do Brasil em tratar dos assuntos referentes à região, como o desmatamento, as questões indígenas, a exploração dos recursos, entre outros. Diante dos fatos, o país precisa defender sua soberania sobre a Amazônia, visto que, com o crescente aumento populacional e econômico, a demanda por recursos naturais tende a crescer exponencialmente e ser um grande gerador de conflitos no futuro” (FERREIRA, 2021, p.57).

Diante da importância estratégica da Amazônia para o Brasil, este artigo tem por finalidade destacar o papel que ela ocupa no pensamento geopolítico contemporâneo internacional e no pensamento geopolítico nacional. Para tanto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente é apresentada a conjuntura geopolítica pós-Guerra Fria e alguns aspectos relacionados à Amazônia. Na sequência, discorre-se sobre o pensamento geopolítico internacional e nacional, com suas respectivas interfaces com a Amazônia. Na parte final, este artigo confronta o pensamento geopolítico internacional contemporâneo com o pensamento geopolítico nacional, tendo como elemento comparativo a Amazônia.

2. O pensamento geopolítico internacional e a interface com a Amazônia

Nesta seção, serão apresentadas as principais teorias geopolíticas que norteiam o pensamento geopolítico internacional contemporâneo e seus respectivos pontos de contato com os interesses do Estado brasileiro na floresta amazônica.

Segundo *Brochard*, em sua teoria dos blocos, o mundo seria dividido em quatro zonas de influência política e militar, sendo que a maior potência de cada bloco criaria uma zona monetária. No caso brasileiro, verifica-se que os Estados Unidos da América seriam o líder do bloco das Américas e o dólar, a moeda circulante. Nessa teoria, o autor afirma que o país líder seria industrializado e os países subdesenvolvidos forneceriam as matérias-primas necessárias para as indústrias daquela potência.

Contextualizando-a ao caso brasileiro, nota-se que a teoria dos blocos defende ideias que ratificam o domínio da potência do bloco das Américas sobre os demais países desse continente. Ou seja, de acordo com essa teoria, os Estados Unidos da América poderiam requisitar aos brasileiros o envio de matérias-primas existentes na região amazônica e que são necessárias ao seu crescimento, fato que foi explicitado publicamente durante o pronunciamento feito por *Al Gore* em 1991, então Vice-presidente dos Estados Unidos da América naquele ano.

A teoria dos Limes, idealizada por *Rufin* em 1991, pontua que os países ricos do Norte não precisariam mais ajudar os países pobres do Sul. Segundo *Rufin*, essa postura potencializaria a pobreza dos países do hemisfério sul, o que geraria uma migração em massa da população desses países em direção aos países do Norte. Outro elemento relevante dessa teoria é que, aos mesmos moldes da teoria dos blocos, os países do hemisfério sul seriam fornecedores de matérias-primas aos países industrializados do hemisfério norte, o que suscita a ideia de que as principais potências teriam direito sobre os recursos das nações subdesenvolvidas do sul, pensamento que veio a se tornar público em 1989, por ocasião do pronunciamento de *Françoise Mitterrand*, então Presidente da França naquele ano.

Em 1992, *Lellouche* elaborou a teoria da incerteza. Esse pensamento apontava para uma desordem mundial após o fim da Guerra Fria e que perduraria por três décadas. *Lellouche* entende que, nesse período, os Estados Unidos da América seriam a única potência dominante, mas que esse fato não asseguraria, *per si*, a estabilidade mundial, realidade que veio a se configurar, haja vista a ocorrência de vários pequenos conflitos e distúrbios intraestatais ao redor do globo, a exemplo de distúrbios raciais nos Estados Unidos da América e as revoluções eclodidas nas ex-repúblicas socialistas soviéticas. Para *Lellouche*, a América Latina não era uma área de turbulência e que o Brasil deveria se aproveitar dessa condição para sair da estagnação sozinho ou juntamente com outros países do continente sul-americano. Em suma, pode-se dizer que a teoria da incerteza não apresenta elementos que se contrapõem a soberania brasileira na região amazônica.

Referente a teoria da tríade apresentada pelo Clube de Roma, a globalização seria o meio pelo qual os países ricos do Norte dominariam os países pobres do Sul. Nessa proposta, seriam criados três blocos, sendo que cada um seria dominado por uma potência líder: os Estados Unidos da América seriam os líderes do bloco das Américas, a Alemanha seria a líder do bloco europeu e o Japão seria o líder do bloco asiático. Além dessas considerações, a teoria da tríade ainda aponta que os Estados Unidos da América seriam os líderes supremo, o que suscita um governo único transnacional mundial. Tal teoria ainda previa um cenário prospectivo caracterizado por uma crise mundial nunca vista anteriormente. No entendimento do Clube de Roma, o futuro seria marcado pelo esgotamento de recursos naturais, crise energética, escassez de alimentos, aumento da violência, desemprego em massa e poluição. Ou seja, um cenário de caos, favorecendo ao protecionismo dos países ricos e o liberalismo econômico, por meio do consenso de Washington, junto aos países subdesenvolvidos, tornando-os endividados. Nessa

proposta, o Brasil seria afetado, principalmente as suas Forças Armadas, que estariam forçadas a reduzirem seus efetivos. Com base na teoria *Malthusiana*, haveria o enfraquecimento da população brasileira e, conseqüentemente, de sua defesa, o que facilitaria o acesso do interesse internacional na maior floresta tropical do mundo. Não pelo acaso, em 1983, a Primeira Ministra da Inglaterra - *Margareth Thatcher*, emitiu um pronunciamento direcionado aos países subdesenvolvidos, destacando que os países subdesenvolvidos que não conseguiram pagar suas dívidas externas, que deviam vender suas riquezas, seus territórios e suas fábricas.

A teoria do choque de civilizações, proposta por *Samuel Huntington*, apresenta uma prospecção de que os conflitos ocorridos a partir da década de 1990 seriam causados em decorrência de fricções civilizacionais. Esse pensamento não visualizava a América Latina como pertencente à civilização ocidental. Nessa teoria, os Estados Latino-americanos são percebidos como possíveis causas ou causadores de conflitos. No caso brasileiro, o sistema internacional pode questionar a atuação do Estado Brasileiro na proteção ambiental e, alegando que a floresta amazônica é um bem comum e pertence a todos, tal sistema internacional pode se achar no direito e no dever de intervir na Amazônia, o que justifica a necessidade do Estado Brasileiro em envidar esforços no sentido de resguardar a soberania brasileira em seu território.

Diante dessas considerações, no tocante à Amazônia, nota-se que o pensamento geopolítico contemporâneo internacional se caracteriza por apresentar elementos e ideias que reforçam a relação de domínio dos países do hemisfério norte, diante dos países do hemisfério sul, fato que, por si só, já embasa as iniciativas brasileiras, estatais e/ou privadas, que estejam voltadas para resguardar a soberania brasileira na região amazônica.

3. O pensamento geopolítico nacional e a interface com a Amazônia

Nesta seção, serão apresentados as principais ideias contidas no pensamento geopolítico do General Golbery do Couto e Silva, do General Meira Mattos e da Professora Therezinha de Castro, com seus respectivos pontos de contato com a Amazônia.

Segundo o General Golbery do Couto e Silva, a principal característica do sistema internacional é a anarquia, uma vez que não visualiza uma autoridade superior que seja capaz de ditar os rumos e comportamentos dos Estados. Essa característica impõe ao Estado brasileiro a realização de um planejamento voltado à Segurança Nacional que

expresse a necessidade de elaborar um novo modelo de planejamento estratégico que substitua o empirismo e ações desonestas.

Para o geopolítico brasileiro, o território brasileiro é dividido em cinco ilhas pouco conectadas, sendo a região Sudeste pertencente à ilha coração. Diante dessa realidade, o Estado Brasileiro deve realizar uma efetiva integração nacional, envidando esforços no sentido de unir a ilha coração com as demais ilhas do Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Esse empreendimento deve priorizar a ocupação de espaços vazios com intuito de integrar efetivamente as áreas anecúmenas, iniciando pela integração das ilhas do litoral Nordeste, Sudeste e Sul. Em uma segunda fase, seria ocupada a ilha do Centro-Oeste, a qual estaria materializada pela transferência da capital nacional para o Planalto Central e, por fim, a ilha Norte seria integrada. Com relação à integração da região Norte, esta seria inundada com brasileiros, incorporando-a de fato ao Brasil. Visualiza-se que esse movimento apresenta um efeito dissuasório por representar a presença do Estado brasileiro na Amazônia, que ainda está inconclusa, pois ainda apresenta grandes vazios demográficos que despertam a cobiça internacional, o que aponta para uma necessidade de o Estado brasileiro continuar com seus esforços voltados para resguardar a soberania brasileira nessa região.

Passando para o pensamento geopolítico do General Meira Mattos, nota-se que o pensador enfatiza a necessidade de os países amazônicos se unirem em prol da defesa e da soberania de seus países na região. Pode-se dizer que o General Meira Mattos foi o precursor daquilo que hoje é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), pois o pensamento dele ficou marcado por defender a elaboração de iniciativas e empreendimentos direcionados para a construção de pólos de desenvolvimento transnacionais nas zonas de fronteira da Pan-Amazônia (FERREIRA, 2021).

Segundo Meira Mattos, esses pólos de desenvolvimento integrariam o imenso espaço amazônico (nacional e internacional) e potencializariam a cooperação econômica entre as diferentes nacionalidades dessa macrorregião. Na Amazônia brasileira, teriam três pólos de desenvolvimento: 1) Boa Vista (Brasil) - Lethen (Guiana) - Santa Helena (Venezuela); 2) Tabatinga (Brasil) - Letícia (Colômbia) - Ramon Castilla (Peru); e 3) Porto Velho e Rio Branco (Brasil) - Riberalta e Cobija (Bolívia). Em decorrência do desenvolvimento desses pólos e do aumento da cobiça internacional sobre a região amazônica, anos depois os países amazônicos realizaram medidas políticas voltadas para a proteção e integridade da floresta amazônica. Uma dessas medidas, foi a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA).

Ainda, segundo General Meira Mattos, o tempo amazônico exige uma capacidade nacional de resposta aos estímulos continentais e uma estratégia integradora que privilegie a utilização de modernas tecnologias para o aproveitamento e otimização dos múltiplos recursos existentes.

No que concerne ao pensamento de Therezinha de Castro, o fim da Guerra Fria deu espaço para o surgimento do neocolonialismo econômico, que foi a forma encontrada pelos países do hemisfério Norte em dominar os países do hemisfério Sul. Em suma, para manter seu desenvolvimento, os países industrializados do Norte precisariam do fornecimento de matérias-primas dos países subdesenvolvidos do Sul (CASTRO, 1992).

Devido às suas riquezas incalculáveis, a hileia Amazônica torna-se extremamente atrativa para os países do hemisfério Norte, fazendo-a ainda mais importante e estratégica para o Brasil. Com uma narrativa de proteção às populações indígenas e proteção à floresta amazônica, o sistema internacional busca relativizar a soberania brasileira na Amazônia, alegando que o país não consegue proteger o meio ambiente e as populações desfavorecidas. Conforme Therezinha de Castro, a região amazônica requer atenção e estratégia adequada para superar os óbices da pouca integração com a parte do território nacional onde se concentra a maior parte do Poder Nacional.

Diante dessas considerações, no tocante à Amazônia, conclui-se que o pensamento geopolítico nacional se caracteriza por apresentar elementos e ideias que reforçam a necessidade de o Estado brasileiro envidar esforços no sentido de integrar a região amazônica aos demais centros de poder e desenvolvimento do país. Destaque a parte deve ser dado a Meira Mattos, que lançou as bases para a cooperação interestatal voltada à proteção do meio ambiente e da soberania na Amazônia.

4. Considerações Finais

Na fase final, este artigo aponta que a Amazônia ocupa um papel importante no pensamento geopolítico internacional e se consubstancia em elemento central para o pensamento geopolítico nacional contemporâneo.

Com relação ao pensamento geopolítico internacional, nota-se que a queda do muro de Berlim e o conseqüente rearranjo na Ordem Mundial, proporcionou um cenário favorável para o lançamento de novas ideias, que estavam alinhadas aos interesses dos Estados ditos desenvolvidos. Conforme descrito ao longo do artigo, a maior parte dos geopolíticos internacionais contemporâneos entende que a disputa Leste-Oeste deu lugar

a dependência Norte-Sul, onde os países do hemisfério Sul seriam fornecedores de matérias-primas para fomentar o desenvolvimento dos países do hemisfério Norte.

Contextualizando esse pensamento com o caso brasileiro, mais especificamente a Amazônia, resta claro que a floresta amazônica desperta grande cobiça internacional por tudo que representa e por tudo que está contido naquela região (reservas descobertas e reservas não descobertas). Diante disso, é imperioso que o Estado Brasileiro, com todas as expressões do poder nacional, envide esforços no sentido de resguardar a soberania brasileira na região.

No tocante ao pensamento geopolítico nacional, preocupados com as ideias geopolíticas internacionais propagadas após a queda do muro de Berlim, os autores brasileiros enfatizaram a necessidade de realizar uma efetiva integração da região amazônica aos principais pólos de poder e desenvolvimento do país. Tal fato se torna ainda mais importante, devido a existência de grandes anecúmenos populacionais na Amazônia brasileira. Cumpre destacar as bases lançadas por Meira Mattos no sentido de promover uma cooperação interestatal entre os países amazônicos para proteger o meio ambiente e resguardar a soberania desses países, iniciativa que redundou na criação da OTCA.

Por fim, ao confrontar as ideias do pensamento geopolítico contemporâneo que possuem uma interface com a Amazônia brasileira, com o pensamento geopolítico nacional, chega-se à conclusão de que o Estado brasileiro deve envidar esforços, com todas as expressões do poder nacional, para garantir a efetiva soberania brasileira naquela região. Não basta apenas atuar com o poder militar, é necessário que o país também empregue o poder econômico, psicossocial, político, a ciência e tecnologia.

Referências:

BRASIL. Exército Brasileiro. **Força Tarefa Componente**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019.

CASTRO, Terezinha de. **Amazônia - Geopolítica do confronto e Geoestratégia da integração**. A Defesa Nacional, nº 755, p.68-82, 1992.

FERREIRA, Alexandre da Silva. **Amazônia: um paralelo entre o pensamento geopolítico de Meira Mattos e as atuais políticas públicas para a região**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2021. Rio de Janeiro: ECEME, 2021.

Ó TUATHAIL, G.; AGNEW, J. **Geopolitics and discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy**. *Political Geography*, Vol. 11, nº 2, p. 190-204, 1992.

AS AÇÕES RUSSAS EM SEU ENTORNO ESTRATÉGICO*

Stênio da Silva Ribeiro¹

1. Introdução

No século XVIII, a Rússia, sob Pedro - o Grande -, fundou o Império Russo em 1721. Anos depois, sob a imperatriz Catarina - a Grande -, o Estado russo voltou-se para o oeste, postura motivada em se tornar uma das grandes potências da Europa. Posteriormente, a Rússia ocupou a Ucrânia e chegou aos Cárpatos. Decorrente desses movimentos, os russos se apoderaram da maior parte do que hoje são os países bálticos: Lituânia, Letônia e Estônia. De posse desses territórios, a Rússia sentiu-se protegida de qualquer incursão por terra oriunda desse caminho ou a partir do mar Báltico (MARSHALL, 2018).

Dentre os diversos episódios que marcaram o período imperial, três tomam destaque: 1) a tentativa de napoleônica invadir à Rússia; 2) a fundação de várias cidades para funcionarem como entreposto comercial entre o oriente e o ocidente, como é o caso de São Petersburgo; e 3) a expansão em busca de uma saída para o mar, seja pelo Mediterrâneo, seja pelo Índico.

Tais movimentos já indicava a vocação expansionista pautada pela geografia Russa, como sendo, segundo *Halford J. Mackinder*, parte do *heartland* do planeta, e demarcava o espírito eurasiático do povo russo. Isso ficou muito claro no período da 1ª Guerra Mundial, no qual o Império Russo ficou dividido entre as ações bélicas do lado ocidental, em favor da Tríplice Entente, e as ações de contenção contra a invasão japonesa anos antes, no extremo leste (BELMONTE, 2016).

No século XX, mais precisamente durante o reinado do czar Nicolau II, o descontentamento popular e o enfraquecimento político, econômico e militar, bem como as derrotas colhidas contra os japoneses, fizeram surgir grupos político-ideológicos baseados nas teorias de *Marx e Engels* que, após uma conspiração orquestrada para insuflar as massas e causar uma luta armada do proletariado, conseguiram derrubar o czar Nicolau II, no que ficou conhecido como a Revolução Bolchevista de 1917, dando fim ao Império Russo (BELMONTE, 2016).

* Artigo originalmente publicado em 26 de setembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

Com o advento do novo modelo político, implantou-se o comunismo na Rússia e, em 1921, surgiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com o mesmo espírito expansionista do Império Russo. Todavia, a União Soviética, com outro viés, passou a aglomerar novas repúblicas que faziam parte da zona de influência eurásiana soviética.

Com a subida de *Joseph Stálin* ao poder, a ideia de expandir o comunismo rapidamente para o mundo perdeu velocidade. Stálin aumentou o poder de domínio sobre a população, fortalecendo a União Soviética em seus territórios. A consequência desse fechamento foi a execução de medidas de contenção do governo soviético sobre suas áreas de interesse, fazendo surgir a “Cortina de Ferro” (BELMONTE, 2016).

Durante os anos 1980, uma profunda crise econômica se juntou a uma crise política dentro da União Soviética, aproximando o país do colapso. Na verdade, várias causas somadas deram cabo à União Soviética, quais sejam: as questões econômicas, a crise política, o ressurgimento das questões étnicas, o ressurgimento das questões nacionalistas, dentre tantas outras (SEGRILLO, 2013).

Com isso, o mundo presenciou o acelerado movimento de desmoronamento dos pilares do socialismo soviético com a queda do muro de Berlim em 1989 e dos governos socialistas dos países que gravitavam na sua órbita de influência, culminando em 1991 com a dissolução da União Soviética. Os russos perderam controle e a influência, não apenas nos países das suas regiões circunvizinhas (as ex-Repúblicas Socialistas tornaram-se independentes), bem como de toda a Europa Centro-Oriental e dos Balcãs, processo no qual foi emblemática a absorção da Alemanha Oriental pela Alemanha Ocidental (COSTA, 2015).

O processo de desintegração da União Soviética gerou quinze novos países. A geografia cobrou sua vingança da ideologia soviética e apareceu no mapa uma imagem mais lógica, em que montanhas, rios, lagos e mares delineiam os lugares onde as pessoas vivem, em que as cidades se desenvolvem e que costumes comuns são praticados. As exceções a essa regra são os “istões”, como o Tadjiquistão, cujas fronteiras foram deliberadamente traçadas por Stálin de modo a enfraquecer cada Estado, assegurando que em cada qual houvesse minorias de povos provenientes de outros Estados (MARSHALL, 2018).

Após a queda do muro de Berlim, o que se viu foi uma nova geopolítica mundial, marcada pela hegemonia norte-americana e pelo declínio do Estado russo. A extinção do grande império sentenciou ao fracasso tudo no qual os russos confiaram ao longo dos

séculos, o que constituiu o processo de transmutação na realidade histórica e de percepção do mundo. A partir de 2000 com o pano de fundo de *Dmitri Medvedev* e *Vladimir Putin*, Moscou buscou reafirmar seus intentos como superpotência, ocasionando diversas tensões num sistema internacional marcado por profundas transformações (MARCUS, 2007).

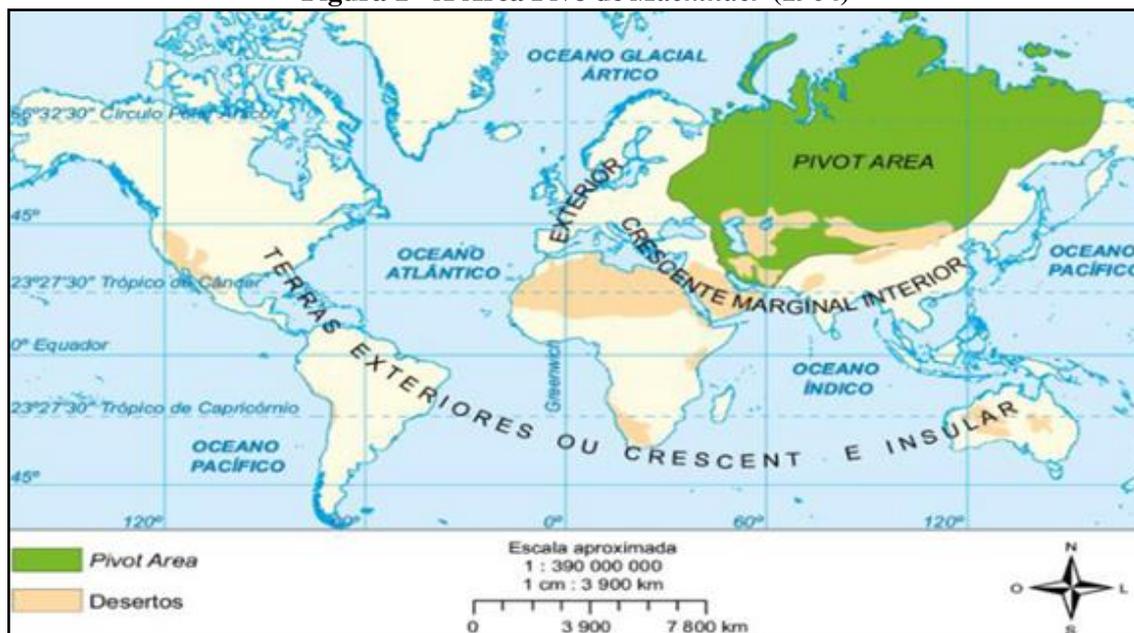
Nos últimos anos, percebe-se que a Rússia vem utilizando sua capacidade de projetar poder para reconquistar seu protagonismo e influência no sistema internacional. Considerando o conturbado histórico de conflitos regionais e globais que acompanharam a ação do Império Russo e da União Soviética, é de se esperar que o fortalecimento do nacionalismo na Federação Russa, capitaneado por seu atual Presidente, *Vladimir Putin*, provoque temores nos seus vizinhos europeus e nos Estados Unidos da América, provocando ações e reações de parte a parte, levando a uma espiral ascendente de tensões geopolíticas, fazendo ressurgir o clima que caracterizou a ordem internacional no período da guerra fria, agora num contexto de um mundo multipolar. Em vista dessas considerações, este artigo tem como objetivo analisar, a luz da teoria do poder terrestre, as ações russas em seu entorno estratégico.

2. A teoria do Poder Terrestre

Halford John Mackinder, notório geógrafo inglês e considerado um dos principais teóricos do campo da Geopolítica, emitiu o célebre postulado “Quem governar a Europa Oriental comandará o *heartland*; quem governar o *heartland* comandará a ilha do Mundo. Quem governar a ilha do Mundo comandará o Mundo” (PEREIRA, 2017).

A área pivô ou o *heartland* é a região que corresponde mais ou menos ao gigantesco território russo, o que seria o núcleo do continente eurasiático. Esta região pode possibilitar uma economia autárquica e um invencível poder terrestre. As características que dão a primazia desta região sobre as demais são as seguintes: *a extensão dessa região, a topografia plana dessa região e o isolamento dessa região do mundo exterior*. Tais fatores possibilitariam a geração do maior poder do mundo (MANTOVANI, 2011).

Figura 1 - A Área Pivô de Mackinder (1904)



Fonte: FREITAS; PAZ, 2022.

As concepções teóricas de *Mackinder* são consideradas o grande marco teórico da geopolítica clássica e a grande formuladora da teoria geopolítica e geoestratégica do poder terrestre e, por assim ser, firmou-se como o caminho e o embasamento teórico para a hegemonia do poder terrestre. Constituem poderosa ferramenta de análise da política do poder dos Estados que compõem um sistema internacional cada vez mais complexo (ASSIS, 2008). Não por coincidência, constata-se que os pressupostos de *Mackinder* estão presentes e pautam diversas ações do Estado russo no seu entorno regional.

3. As ações russas na Geórgia (2008) e na Criméia (2014)

No início do século XXI, a União Europeia, com o interesse de aumentar sua presença no mar Negro, incorporou novos países, como por exemplo a Estônia, Letônia e Lituânia, Polônia, Romênia e a Bulgária, integrantes da zona de influência da antiga União Soviética. Tal movimento aproximou a União Europeia, da Rússia. Em decorrência desses movimentos, nota-se que desde 2003 houve três revoluções eleitorais na região, mais especificamente na Geórgia (Revolução das Rosas), na Ucrânia (Revolução Laranja) e no Quirguistão (Revolução das Tulipas). Todos estes movimentos, consistiram na tentativa de contestar os governos vigentes (GALVÃO, 2023). Diante das revoluções citadas, o governo do *Kremlin* passou a adotar medidas mais duras para mitigar as instabilidades políticas, os movimentos separatistas e os grupos entendidos como terroristas dessa região. E foi neste contexto que ocorreram as ações militares russas nos países de sua área de influência, como a Georgia e Ucrânia.

As ações russas em seu entorno estratégico

A Geórgia tem grande valor estratégico para os Estados Unidos da América, na medida em que pode realizar uma contenção na área de influência russa, além de ser local geoestratégico para o oleoduto *Nabucco*², via alternativa para o petróleo da Arábia Saudita que não necessita passar pelo Estreito de *Ormuz*. Para a Rússia, o território georgiano é parte fundamental de sua *Kultur*³, principalmente as regiões da *Abkhásia* e *Ossétia do Sul*. Essas duas repúblicas autônomas, dentro da Geórgia, tornaram-se o cerne da motivação desse conflito (CAMARGO, 2018).

A guerra na Geórgia ou guerra dos 5 Dias, deflagrada em agosto de 2008, começou quando as tropas georgianas invadiram de surpresa a capital *Tsequinváli*, da *Ossétia do Sul*, região que de fato era separada da Geórgia. Com a ajuda russa, que rapidamente tomou conta da situação, as tropas georgianas foram rapidamente rechaçadas do território, aonde a Rússia rapidamente chegou perto da capital georgiana *Tbilisi*. A *Abkhásia* aproveitou a movimentação, entrou no conflito e recebeu apoio russo. Após a contenda, a Rússia reconheceu as duas províncias como Estados independentes e aproveitou a situação para dar sinais de força e influência. O conflito serviu para demonstrar o desejo russo de ser reconhecido no sistema internacional e para expressar suas novas capacidades na nova ordem mundial (GALVÃO, 2023).

Figura 2 - Áreas conflituosas na Georgia



Fonte: SILVA, 2009.

² O gasoduto *Nabucco* é um projeto para transporte de gás natural entre a Turquia e a Áustria, passando pela Bulgária, Romênia e Hungria. Um de seus objetivos é diversificar as fontes de insumos energéticos que abastecem a Europa, diminuindo sua dependência da Rússia.

³ O *Kultur* se relaciona com a identidade do povo, algo que é dado como consolidado, sem a possibilidade de ser transmitido ou desenvolvido por outros povos.

A revolução ocorrida na Ucrânia, impactou a atitude do *Kremlin* de forma mais profunda ante as tendências políticas na região. Essa revolução foi originada por alegações de fraude eleitoral, marcada pelo confronto de um candidato presidencial pró-russo, *Yanukovich*, que estaria sendo favorecido por esta fraude, e *Yushenko*, que adotava uma postura ostensivamente nacionalista e pró-ocidente, situando a Ucrânia no ocidentalismo cosmopolita da União Europeia e dos Estados Unidos da América. Essa disputa eleitoral acirrou a polaridade ideológica existente no país, qual seja: o Leste do país, fortemente integrado à sociedade russa, *versus* o Oeste católico e nacionalista. A cor que simbolizou a campanha de *Yushenko*, laranja, foi adotada para designar a revolução que o levou ao poder. A polarização político-cultural do país extrapolou a questão regional das relações bilaterais Rússia-Ucrânia, culminando em mais uma ação militar russa (LAZZARI, 2011).

A reação de *Putin* foi apoiar as regiões de maioria populacional russa situadas dentro da Ucrânia, resultando dessa forma, na anexação da península da Crimeia:

Figura 3 - Crimeia



Fonte: FRANCESCA; GIOVANA, 2021.

Há grandes fatores estratégicos na integração da Crimeia ao território russo. Obviamente existe a base da consolidação da *heartland*, o estabelecimento do efetivo controle da *Kultur* russa. Não obstante, há também, uma geoestratégia envolvida, a consolidação do acesso ao mar Negro e das reservas de hidrocarbonetos do próprio mar Negro e mar de *Azov* (CAMARGO, 2018). Ademais, os portos da Rússia nesta região

ficam muito tempo congelados. Assim, o Porto de *Sebastopol*, na Península da Crimeia, tem importância vital para os interesses russos, pois se consubstancia na única saída russa com águas quente todo o ano. Sem contar que a península tem uma posição estratégica para controle do mar Negro e saída para o Mediterrâneo, pelo estreito de Bósforo (GALVÃO, 2023).

Dessa forma, a percepção russa, assim como na Geórgia, era de que o Ocidente queria promover reformas em *Kiev* contrárias aos negócios russos e agenciar a aproximação ucraniana ao Ocidente. Moscou buscou agir rapidamente para garantir seus interesses na região, como no caso do local estratégico, o Porto de *Sebastopol*. Além disso, reverteu as dinâmicas da aproximação da Ucrânia ao Ocidente para tentar consolidar o país na sua esfera de influência (GALVÃO, 2023).

Após a anexação da Criméia em 2014, houve uma revolta separatista na região oriental ucraniana de *Donbass*, que resultou na declaração de independência das Repúblicas Populares de *Lugansk* e *Donetsk*, apoiadas e reconhecidas pela Rússia. Tanto *Donetsk*, como *Lugansk*, são províncias localizadas na região de *Donbass*, situada no sudeste da Ucrânia e que faz fronteira com a Rússia (ficando a menos de 800 quilômetros de Moscou). Essa região ocupa uma posição estratégica, por ter acesso ao Mar Negro e, por consequência, promove o escoamento para o Mar Mediterrâneo. Além disso, é importante pontuar que a bacia de *Donbass* é a mais importante fonte de energia e a maior região industrial da Ucrânia; além de ser um local conhecido por suas riquezas minerais, principalmente ligadas à produção de carvão e aço. Não pelo acaso, a bacia de *Donbass* abriga um grande parque siderúrgico, químico e metalúrgico.

4. O conflito russo-ucraniano

O dilema de segurança sincrônico entre a Rússia e a Ucrânia não teve início em 2021 e 2022. Tal dilema aparece como uma espiral de conflito baseada em vários eventos que precedem o conflito bélico atual, quais sejam: 1) as pressões da própria OTAN sobre as fronteiras russas; 2) a invasão russa à Crimeia em 2014; 3) o governo de separatistas pró-russos na província de *Donbass*; e o 4) o ingresso e apoio militar de países do Leste europeu à Ucrânia. O resultado dessa espiral foi a eclosão de um conflito em finais de fevereiro de 2022, com um ponto de intersecção de mútuos dilemas de segurança, que conduziram inevitavelmente à guerra (LEBELEM; VILLA, 2022).

A *Operação Militar Especial*, assim definida por *Vladimir Putin*, está sendo o maior conflito em território europeu desde a 2ª Guerra Mundial. Antes mesmo do início da

invasão, a União Europeia e os Estados Unidos da América já haviam imposto sanções a indivíduos e empresas russas, como resposta ao reconhecimento da independência das províncias ucranianas de *Donetsk* e *Lugansk*. Nesse contexto, a perspectiva difundida na Rússia é de que esse conflito consiste em um confronto por procuração com o Ocidente, especialmente a OTAN.

No que diz respeito às operações militares, o conflito passou por diversas fases, com avanços e recuos dos dois lados. Na 1ª fase, Moscou foi capaz de avançar a partir de bases próximas às fronteiras e conseguiu superioridade marítima no mar Negro. Na 2ª fase, as forças russas recuaram de *Kiev* e consolidaram seus avanços no Leste do país, enquanto a Ucrânia recebeu os primeiros pacotes de ajuda dos Estados Unidos da América. Na 3ª fase, o avanço russo no Leste da Ucrânia foi interrompido e a contraofensiva ucraniana teve o seu início. Atualmente, o conflito se encontra em sua 4ª fase, caracterizada por avanços militares russos e pelo aumento da ajuda ocidental à Ucrânia (MARTINS, 2023).

Em suma, pode-se dizer que o conflito marca a atuação da Rússia para resgatar sua influência sob os países do leste europeu. De forma mais efetiva, pode-se dizer que os pressupostos de *Mackinder* continuam dominando a geopolítica russa para ascender mais uma vez ao protagonismo regional e mundial.

Figura 4 - Situação atual (4ª fase do conflito russo-ucraniano)



Fonte: INSTITUTE FOR THE STUDY OF WAR, 2023.

5. Considerações Finais

As ações russas na *Abkhásia*, Ossétia do Sul, Crimeia, *Lugansk*, *Donetsk* e a subsequente guerra contra a Ucrânia, refletem uma estratégia contínua de preservação do *heartland* e de sua influência na Eurásia. Ao longo dos anos, a Rússia tem demonstrado um compromisso incansável em proteger suas áreas estratégicas vitais e manter sua influência numa área estratégica, que abrange uma vasta parte do continente.

A anexação da Crimeia em 2014, juntamente com o apoio a grupos separatistas no leste da Ucrânia, ilustra a determinação russa em assegurar sua presença em zonas próximas e consideradas fundamentais para a segurança nacional. O acesso ao mar Negro, às bases navais e o controle sobre parte da Ucrânia, que historicamente foi considerada parte da esfera russa, são elementos que reforçam a visão da Rússia sobre a manutenção de sua área pivô.

Além disso, a intervenção russa na Geórgia, apoiando as regiões separatistas da *Abkhásia* e da Ossétia do Sul, bem como o envolvimento nos conflitos no leste da Ucrânia (*Lugansk* e *Donetsk*), demonstra a busca russa por influência e pelo controle em áreas-chave, que circundam suas fronteiras. Essa atuação não apenas protege interesses econômicos e de segurança, mas também reafirma a posição da Rússia como uma potência regional e global.

A manutenção do *heartland*, um conceito geopolítico de importância estratégica centrado na vasta área continental da Eurásia, é uma prioridade de longa data para a Rússia. Controlar regiões que podem servir como tampão ou como pontes de acesso a territórios russos é fundamental para a segurança nacional e para a projeção de poder. A guerra contra a Ucrânia, por exemplo, se encaixa nessa lógica, uma vez que a Rússia busca evitar a aproximação da Ucrânia com o ocidente e, assim, impedir que potências estrangeiras possam ganhar influência direta em seu *heartland*.

Por fim, as ações russas na *Abkhásia*, Ossétia do Sul, *Lugansk*, *Donetsk*, Crimeia e o conflito na Ucrânia, são manifestações da estratégia russa em manter seu *heartland* e consolidar sua influência na Eurásia. Através de anexações, apoio a separatistas e intervenções estratégicas, a Rússia busca proteger suas áreas geográficas essenciais e garantir que sua voz continue sendo ouvida em questões regionais e globais. Esses eventos, que já estão marcados na história, ressaltam a complexidade das dinâmicas geopolíticas contemporâneas e a constante busca por equilíbrio de poder no cenário internacional.

Referências:

BELMONTE, Giancarlo. **O ressurgimento do Grande Urso**. A Defesa Nacional, Vol. 103, nº 830, p. 29-47, 2016.

CAMARGO, Felipe. **A geopolítica da Rússia nos governos de Vladimir Putin - as ações econômico-político-militares e a teoria neo-eurasiana**. Dissertação de Mestrado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2018. Rio Claro: UNESP, 2018.

COSTA, Wanderley. **O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial**. Revista franco-brasileira de geografia, nº 15, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10551>. Acesso em: 21 maio 2023.

FRANCESCA; GIOVANA. **Crimeia: entre a Ucrânia e a Rússia**. Mapamundi, 2021. Disponível em: <https://mapamundi.org.br/2021/crimeia-entre-a-ucrania-e-a-russia/>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

FREITAS, Guilherme; PAZ, Otacílio. **O resgate da teoria do Heartland de Mackinder no entendimento do conflito russo-ucraniano**. Trabalho de Conclusão de Curso no Centro Universitário Internacional, 2022. Curitiba: Centro Universitário Internacional, 2022.

GALVÃO, Genildo. **Rússia, em busca de seu espaço no novo contexto internacional**. Brasil Escola, 2023. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/geografia/russia-busca-seu-espaco-no-novo-contexto-internacional.htm>. Acesso em: 1 de julho de 2023.

INSTITUTE FOR THE STUDY OF WAR. **Corrent Situation in the Ukraine War**. ISW, 2023. Disponível em: <https://www.understandingwar.org/>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

LAZZARI, Tiago. **A política externa russa do início do século XXI: tendências e perspectivas**. Revista Conjuntura Austral, Vol. 2, nº 34, p. 59-78, 2011.

LEBELEM, Cristiane; VILLA, Rafael. **A guerra russo-ucraniana: impactos sobre a segurança regional e internacional**. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, nº 3, p. 112-136, 2022.

MANTOVANI, Rafael. **Geopolítica como Ação Racional com Relação a Meios e Fins; Nacionalismo como Relação Afetiva**. Revista do Departamento de Geografia da USP, Vol. 21, p. 136-151, 2011.

MARCU, Silvia. **La geopolítica de la Rusia postsoviética: desintegración, renacimiento de una potencia y nuevas corrientes de pensamiento geopolítico**. Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Vol. XI, nº 253, 2007.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARTINS, Pedro. **Edição Especial Mar negro: 1 ano do conflito russo-ucraniano.** Boletim Geocorrente, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/Funcional.E2018122/Downloads/BOL-ESP-Mar-Negro-1-ano.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2023.

NIKOLSKAYA, Polina. **Tanques são vistos em Donetsk após Putin reconhecer regiões separatistas.** CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/tanques-sao-vistos-em-donetsk-apos-putin-reconhecer-regioes-separatistas/>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

PEREIRA, Ricardo. **O tabuleiro geopolítico pós conflito da Criméia de 2014.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2017. Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

SEGRILLO, Angelo. **Os Russos.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SILVA, Richard. **Ficheiro: Georgia, Ossetia, Russia and Abkhazia.** Wikipédia, 2009. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Georgia,_Ossetia,_Russia_and_Abkhazia_%28pt%29.svg. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

EXPANSÃO DA INFLUÊNCIA REGIONAL DO IRÃ*

João Gabriel Fischer Morais Rego¹

1. Introdução

O Irã expande a sua influência pelo Oriente Médio usando diferentes estratégias. O aumento da capacidade de atuação iraniana nesta região provoca instabilidades em diferentes áreas, causando distintas preocupações a alguns países, principalmente aos adversários iranianos regionais, como Israel e Arábia Saudita.

Com foco voltado em expandir e manter a sua área de atuação regional, Teerã apoia diferentes atores, como, por exemplo, o regime sírio de *Bashar al-Assad* e alguns grupos alinhados aos interesses iranianos, como o *Hezbollah*. Em vista dessa realidade, esta análise visa abordar algumas estratégias iranianas utilizadas para a expansão da influência de Teerã no Oriente Médio.

2. Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica

Para analisar as estratégias iranianas, é necessário mencionar um importante instrumento utilizado por Teerã na sua política externa, a Força *Quds*. Ela integra o corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, criada pelo líder supremo *Khomeini*, após a Revolução Iraniana de 1979, tendo como principais objetivos a proteção do novo regime contra ameaças de diferentes escalas e atuar como uma organização para contrapor às Forças Armadas Regulares (*Artesh*), que ainda possuíam membros relacionados ao Xá no seu início.

A Guarda Revolucionária é observada como um ator que opera em distintos setores no Irã, como na economia, em ações externas de Teerã, no programa nuclear, no desenvolvimento de mísseis de diferentes categorias, entre outras áreas (ADGHIRNI, 2014). A Guarda Revolucionária é relacionada diretamente ao líder Supremo, possuindo divisões internas, como a Força Aeroespacial, Força Terrestre, Marinha, *Força Quds* e *Basij* (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019; COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

* Artigo originalmente publicado em 25 de outubro de 2023 no site do OMPV.

¹ Doutorando em Ciência Militares na ECEME.

Expansão da influência regional do Irã

A Força *Quds* é o principal instrumento iraniano para a condução de ações consideradas não convencionais e externas ao país. Ela se relaciona com atores estatais e não estatais, atuando em distintos níveis. Esta organização possui a confiança do líder Supremo para realizar ações de apoio a grupos armados na região e atua na área de inteligência contra adversários iranianos. A Força *Quds* fornece auxílio financeiro, treinamento e equipamento para diversos atores alinhados ideologicamente com Teerã. Tais parceiros iranianos permitem um nível significativo de negação na atuação de rivais e proporciona a possibilidade de operações ofensivas contra seus adversários, desenvolvendo um elemento com considerável dissuasão para ações contrárias aos interesses iranianos (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019). Um dos líderes desta organização foi um dos responsáveis pela expansão da influência e atuação iraniana pelo Oriente Médio: General *Soleimani*, o qual tinha interesse em reestruturar as relações do Oriente Médio segundo as intenções de Teerã (COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

3. Influência regional iraniana

Para analisar a atuação iraniana em alguns países no Oriente Médio, é preciso identificar alguns objetivos dessa estratégia para sua geopolítica regional. Teerã realiza a sua expansão de influência visando aumentar a quantidade de integrantes do eixo de resistência. A parceria entre o Irã e seus aliados regionais pode ser denominada eixo de resistência. Alguns desses integrantes são a Síria e o *Hezbollah* (ator não estatal libanês), porém, existem outros. Esta estratégia de Teerã se baseia em alguns fatores: o primeiro é a ideologia, que usa o pensamento anti-imperialista, tendo interesses contrários aos do Ocidente, em especial dos Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados regionais, como Israel e Arábia Saudita (TRAUMANN; BIEZUS, 2020). O segundo fator é a segurança, a qual se baseia na balança de poder como sendo um elemento importante na manutenção dos interesses iranianos em um cenário desfavorável para os objetivos de Teerã, podendo também ser visto na lógica defensiva do território do Irã. Desta forma, o Irã visa alcançar seus objetivos securitários e benefícios políticos. Neste cenário, pode-se compreender o eixo da resistência como um caminho utilizado por Teerã para a condução de sua política externa, permitindo que o Irã defenda seus interesses na região (TRAUMANN; BIEZUS, 2020; COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

Na escala regional, Teerã atua em diferentes países, não necessariamente operando somente na área do eixo de resistência. Desde 2015, a Arábia Saudita realiza uma

intervenção militar no Iêmen contra o grupo *Houthi* - este ator não estatal armado derrubou o governo aliado de Riad e possui o apoio de Teerã para suas operações. Outro assunto que provoca tensões entre Irã e Arábia Saudita é a *Hajj*. Autoridades sauditas acusam Teerã de desejar provocar instabilidades para afetar o regime de Riad. É interessante mencionar que Irã e Arábia Saudita retornaram a ter relações diplomáticas em 2023, após anos sem as possuir. No Bahrein, existem acusações de auxílio iraniano aos grupos deste país e apoio a movimentos xiitas que buscam mudar o regime do Bahrein, aliado saudita (KATZMAN, 2021).

No caso do Iraque, Teerã visa realizar a sua influência e conter a de rivais, alterando as decisões de líderes iraquianos e expandindo a sua atuação sobre grupos armados pró-Irã. Teerã exerce suas ações sobre os grupos devido a alguns fatores, como o fim do regime de *Saddam Hussein* em 2003, devido à intervenção militar norte-americana, a qual provocou a ascensão de líderes políticos xiitas, que possuem relações com Teerã. Além desta estratégia, a Força *Quds* realiza o treinamento, fornece armamento e auxilia diferentes grupos armados no Iraque (KATZMAN, 2021).

No Líbano, o Irã possui um dos seus principais aliados regionais, o ator não estatal armado *Hezbollah*, este grupo realiza ações para defender os seus próprios interesses e os do Irã de diferentes formas; no fornecimento de treinamento e operando em outros países, como no caso da Síria. Teerã utiliza a Força *Quds* para apoiar as operações e estratégias do *Hezbollah*; o Irã também usa o grupo como um instrumento para defender alguns de seus interesses, sendo um fator que causa preocupações a Israel. Além disso, cumpre mencionar que o *Hezbollah* é uma força política no Líbano e que o auxílio iraniano se baseia no treinamento, ajuda financeira e envio de armamentos para seu aliado regional (KATZMAN, 2021).

O Irã apoia o regime sírio por alguns fatores: o primeiro é facilitar a conexão territorial entre *Hezbollah* e o Irã, o segundo se deve ao fato de que a Síria é um aliado estratégico de Teerã no mundo árabe. O desejo iraniano pela continuação do governo sírio é suficiente para ocorrer o envio de conselheiros militares da Força *Quds* para a manutenção do regime aliado na região. Além desta cooperação com o Estado sírio, o Irã auxilia grupos armados na Síria. Além disso, convém destacar que também há a presença do *Hezbollah*, o qual realiza apoio às operações de Teerã no país (KATZMAN, 2021).

As relações entre Irã e *Hamas* foram construídas na década de 1990. O *Hamas* tem utilizado foguetes e outros armamentos fornecidos pelo Irã em suas operações ao longo dos anos. Porém, as relações entre eles nem sempre foram estáveis. Em 2012, por

exemplo, ocorreu um distanciamento entre o Hamas e Irã devido às posições divergentes entre os dois sobre o conflito na Síria. Nesse episódio, o *Hamas* foi contrário à prestação de apoio para as operações desencadeadas pelo governo sírio. Contudo, o retorno das relações entre *Hamas* e Irã aconteceu em 2017 (KATZMAN, 2021).

4. Conclusão

Portanto, observa-se que o Irã realiza ações de apoio a diferentes atores, principalmente para atores não estatais armados. Assim, o país consegue expandir a sua influência sobre outras regiões do Oriente Médio, aumentando a área de atuação do eixo de resistência. O auxílio iraniano a estes grupos armados não necessariamente permite ao Irã o total controle sobre as ações desses atores, que possuem seus próprios interesses, podendo não ser os mesmos de Teerã, como observado anteriormente na divergência entre Irã e *Hamas* sobre o conflito na Síria.

A expansão iraniana provocou o aumento da instabilidade geopolítica nesta região, sendo ocasionado, em parte, pelas estratégias iranianas contra seus adversários, como os Estados Unidos da América, Israel e Arábia Saudita. É interessante observar que um dos principais instrumentos utilizados pelo Irã nas suas ações que visam o aumento de sua influência regional é a Guarda Revolucionária Islâmica que, através da Força *Quds*, apóia aliados no Oriente Médio.

Israel e Arábia Saudita possuem ao redor dos seus respectivos territórios, alguns Estados que têm atores pró-Irã, os quais provocam instabilidades nas fronteiras destes dois países. Tais instabilidades causam preocupações aos regimes em Israel e na Arábia Saudita, pois, estes grupos armados, auxiliados por Teerã, podem realizar ações que afetam os interesses sauditas e israelenses, como também pode prejudicar os objetivos do principal aliado externo destes Estados: os Estados Unidos da América. Dessa forma, o Irã, através da estratégia de auxílio a grupos armados e alguns regimes, como na Síria, conseguiu expandir a sua atuação, bem como pôde conter a expansão de seus rivais.

Referências:

ADGHIRNI, Samy. **Os iranianos**. São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew; BIEZUS, Devlin. **A Política Externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio (Obama e Trump): seu impacto no Irã em 2019 e 2020**. In: COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew. República Islâmica do Irã:

40 anos de Khomeini a Soleimani, Cap. 11, p. 275-302, 2020. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY. **Iran Military Power: Ensuring Regime Survival and Securing Regional Dominance.** Washington: U.S. Government Publishing Office, 2019.

KATZMAN, Kenneth. **Iran's Foreign and Defense Policies.** Congressional Research Service, Estados Unidos, 2021. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R44017>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

TRAUMANN, Andrew; BIEZUS, Devlin. **Da Guerra contra o Iraque ao Programa Nuclear: 40 anos de Política Externa Iraniana.** In: COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew. República Islâmica do Irã: 40 anos de Khomeini a Soleimani, Cap. 5, p. 121-142, 2020. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

AMAZÔNIA: COMO DESENVOLVÊ-LA COM PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, JUSTIÇA SOCIAL E CUIDADO COM TODOS AMAZÔNIDAS?*

Tigernaque Pergentino de Sant'ana Junior¹

Marcus Vinicius Gonçalves da Silva²

Washington Rocha Triani³

Tássio Franchi⁴

Introdução

Este artigo procura reportar, de maneira sintética, as principais ações, ideias e sugestões ocorridas no I Seminário de Defesa, Segurança e Proteção da Amazônia Ocidental, realizado em 17 de outubro de 2023, na cidade de Manaus. Organizado pelo Comando Militar da Amazônia (CMA), por meio do seu Núcleo de Estudos Estratégicos, tal seminário teve como propósito promover a integração dos diversos atores que atuam na região. Conforme as palavras do Comandante Militar da Amazônia, General de Exército Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, a partir do diálogo entre os variados participantes do Seminário, serão delineadas ações a serem executadas pelo CMA, com vistas a destacar a relevância da colaboração entre os diversos órgãos envolvidos.

Não pelo acaso, estiveram presentes no I Seminário de Defesa, Segurança e Proteção da Amazônia Ocidental representantes de diversas instituições, tais como: o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Polícia Rodoviária Federal, Instituto Meira Mattos, Faculdade La Salle, Universidade do Estado do Amazonas, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, Secretaria do Meio-Ambiente do Estado do Amazonas, Instituto de Computação da Universidade Federal do Amazonas, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, dentre outros.

Amazônia brasileira

A Amazônia Brasileira é uma vasta região do país que abriga aproximadamente 38 milhões de brasileiros. Ela é rica em recursos culturais, minerais, vegetais e diversas

* Artigo originalmente publicado em 14 de novembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e doutorando em Ciências Militares na ECEME.

² 1º Tenente QAO do Exército Brasileiro e analista Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar da Amazônia.

³ General de Brigada do Exército Brasileiro, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia e Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar da Amazônia.

⁴ Professor em Ciências Militares na ECEME.

outras áreas. Portanto, é de suma importância que esta região seja adequadamente preservada e promovida, reconhecendo as complexas e interligadas relações entre os atores internos e externos presentes neste ambiente. Compreender essas conexões, que podem ser complementares ou ambíguas, é fundamental para embasar a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas sustentáveis (MOREIRA; FRANCHI, 2023).

Diante desse contexto, ao longo dos séculos XX e XXI, inúmeras iniciativas têm sido implementadas para direcionar as ações do Estado brasileiro na Amazônia. Esse amplo portfólio de empreendimentos inclui a criação de órgãos de pesquisa notáveis, como o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e políticas públicas significativas, como a Amazônia Legal e o Programa Calha Norte (OMPV, 2023).

Esse ambiente complexo que existe na Amazônia não permite a criação de soluções fáceis ou que envolvam apenas um ator, exigindo um trabalho integrado dos diversos órgãos, com suas diferentes visões, para que se pense soluções para os problemas dessa região (TRIANI, 2023).

O evento - I Seminário de Defesa, Segurança e Proteção da Amazônia Ocidental

O Seminário ocorreu da seguinte forma: inicialmente, o General de Exército Costa Neves realizou a abertura do evento. Posteriormente, houve a apresentação de três palestrantes especialistas na temática Amazônia, cada uma seguida de debates. O Professor Tássio Franchi, do Instituto Meira Mattos, discorreu sobre o tema “Os crimes ambientais na Pan Amazônia: o caso do garimpo ilegal”, o Superintendente da Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Amazonas, falou sobre o tema “A importância da cooperação internacional na Defesa da Amazônia Ocidental”, e a senhora Michele dos Ramos, Diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, abordou o tema “A atuação da SENASP na segurança e proteção da Amazônia Ocidental”.

Durante a abertura do Seminário de Defesa, Segurança e Proteção da Amazônia Ocidental, o General de Exército Costa Neves enfatizou a necessidade em definir objetivos estratégicos claros para a Amazônia. Como a Amazônia ganhou destaque internacional, essa definição é essencial para a condução de ações eficazes na região.

Amazônia: como desenvolvê-la com preservação ambiental, justiça social e cuidado com todos amazônidas?

Assim, aproveitar o interesse global pode ser benéfico para a região e para o país. A integração de diversas instituições é um fator crucial para o sucesso das iniciativas na Amazônia, uma vez que os desafios enfrentados são multifacetados.

Desenvolver a região de forma sustentável, com ênfase na preservação ambiental, justiça social e respeito aos povos indígenas, é uma tarefa que exige uma abordagem equilibrada e cuidadosa. Além disso, a Amazônia desempenha um papel significativo nas relações internacionais, especialmente no contexto ambiental e na integração na América do Sul.

Dessa forma, a Amazônia Brasileira seria um recurso de valor inestimável, mas também um desafio complexo. À medida que o mundo reconhece a sua importância, é imperativo adotar abordagens colaborativas e sustentáveis. Com uma visão estratégica clara e a integração de diversas instituições, a Amazônia pode contribuir não apenas para a prosperidade do Brasil, mas também para a promoção da cooperação regional.

O professor Tássio Franchi, da Escola de Comando e Estado-Maior de Exército, durante sua participação no Seminário de Defesa, Segurança e Proteção da Amazônia Ocidental, trouxe à tona uma série de questões fundamentais relacionadas aos impactos do garimpo e à segurança humana na região. Ele ressaltou como o garimpo exerce influência direta sobre a segurança, ilustrando como essa atividade ilícita frequentemente desencadeia conflitos e ameaças à vida de comunidades locais (FRANCHI, 2023). Além disso, foi enfatizada a intrincada relação entre questões ambientais e segurança na Amazônia. A exploração desenfreada de recursos naturais, como o ouro, não apenas prejudica o meio ambiente, mas também desencadeia consequências sociais e de segurança significativas. Na visão de Franchi (2023), o garimpo transpassa fronteiras, muitas vezes em resposta à variação nos níveis de fiscalização. Por esse motivo, é importante a cooperação internacional para combater esse problema.

A observação de que países ricos muitas vezes não se preocupam com a origem do ouro que compram, trouxe à tona a necessidade de maior controle e rastreabilidade na cadeia de suprimentos do ouro, até mesmo porque há indícios de que o ouro é usado como mecanismo de lavagem de dinheiro relacionado ao tráfico de drogas. Nesse viés, foi ressaltado que a legislação atual e em vigor não exige a fiscalização da origem do ouro, o que torna a exploração de minerais valiosos uma atividade atraente para atividades ilícitas.

Diante desse cenário, Franchi (2023) destacou a necessidade de buscar alternativas para as comunidades locais, da mesma forma que é importante criar mecanismos que

abordem toda a cadeia produtiva do ouro, visando tanto à sustentabilidade ambiental, quanto à melhoria da segurança humana na Amazônia. Na visão de Franchi (2023), as abordagens multidisciplinares e colaborativas são essenciais para enfrentar os desafios complexos da região.

O senhor Edwin Lang, superintendente da Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Amazonas, elencou uma série de observações, tais como a complexidade da Amazônia, salientando que é difícil abordar apenas a região ocidental de forma isolada. Em vez disso, ele propôs a necessidade de abordar as questões relacionadas à Amazônia como um todo, considerando a integração com os países vizinhos, reconhecendo que muitos dos desafios enfrentados têm uma dimensão internacional inerente.

Lang enfatizou a interligação de temas na Amazônia, ocasião em que apontou que os problemas ambientais, as questões de segurança e os desafios econômicos estão profundamente interconectados na região. Ele também ressaltou a importância de se concentrar no âmbito internacional e promover a economia verde como uma abordagem fundamental para enfrentar os desafios enfrentados na Amazônia, reconhecendo que a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável estão intrinsecamente ligados.

Outro ponto relevante mencionado por Lang, foi a importância da guerra da informação na Amazônia. Ele destacou como o desconhecimento dos países ricos sobre o Brasil pode facilitar a disseminação da desinformação e como diversos atores podem moldar a opinião pública por meio de *fake news*. Ademais, enfatizou o desafio da cooperação entre os diversos atores envolvidos, particularmente entre os Estados, ressaltando a necessidade de uma abordagem colaborativa e coordenada para lidar com os complexos desafios da Amazônia. Suas observações destacaram a complexidade e a importância da abordagem multidisciplinar e internacional para abordar as questões da região.

A senhora Michele Ramos, Diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ofereceu *insights* significativos durante o Seminário. Ela enfatizou a importância da cooperação entre diversos órgãos em todos os níveis da esfera Federal, Estadual e Municipal para enfrentar os desafios da região. Isso sublinha a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa para abordar as complexas questões de segurança e soberania na Amazônia.

Com relação ao Programa Amazônia: Segurança e Soberania - AMAS (BRASIL, 2023), Michele destacou a implementação de bases fluviais e terrestres, como sendo uma

Amazônia: como desenvolvê-la com preservação ambiental, justiça social e cuidado com todos amazônidas?

estratégia viável na área de segurança. Além disso, ela mencionou a relevância da integração interagências, seguindo o modelo do município de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, para outras regiões do Brasil, incluindo a Amazônia. A atualização de matrizes curriculares para a capacitação dos diversos agentes de segurança, principalmente, nos aspectos relacionados no trato com os indígenas, reflete um compromisso com o aprimoramento da formação e eficácia das forças de segurança na região.

A Diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública também destacou a conexão crucial entre segurança e desenvolvimento, reconhecendo que a estabilidade e a segurança são fundamentais para o progresso sustentável. Igualmente, ela mencionou a possibilidade de parcerias entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e as Instituições de Ensino Superior para desenvolver programas de mapeamento de dados de ilícitos, apoiando assim, a tomada de decisões nas ações de segurança pública. Essas iniciativas demonstram o compromisso com a melhoria da capacidade das autoridades de segurança e com a promoção da segurança e soberania na Amazônia.

Ainda no Seminário, a senhora Fabrícia Amanda Moreira, Secretária Executiva Adjunta de Gestão Ambiental do Amazonas, apontou a integração já existente entre os órgãos estaduais do Amazonas, destacando a importância dessa colaboração para abordar os desafios da região de maneira eficaz. Ela discorreu que essa integração é um passo significativo para uma resposta coordenada aos desafios ambientais e de segurança na Amazônia.

Fabrícia também expressou preocupação com a falta de investimentos no desenvolvimento da infraestrutura na região, o que limita a capacidade do Estado de se fazer presente em áreas remotas da Amazônia, tanto para combater atividades ilícitas, quanto para prestar assistência humanitária. A importância do asfaltamento da BR-319 (Manaus-Porto Velho) foi ressaltada, juntamente com a ideia de instalar portais para o controle e fiscalização ao longo da estrada, para prevenir o aumento dos crimes ambientais. Essas observações destacam a necessidade premente de equilibrar o desenvolvimento de infraestrutura com a preservação ambiental e a promoção de uma abordagem integrada que combine o cuidado com o meio ambiente com o progresso sustentável na Amazônia.

A Polícia Rodoviária Federal, por intermédio de seu superintendente, o senhor Benjamin Affonso, enfatizou a importância de centralizar esforços entre o órgão, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça e Segurança Pública na construção de bases terrestres

de forma integrada. Ele ressaltou que essa abordagem integrada além de otimizar o uso de recursos orçamentários, agiliza as operações e, fundamentalmente, aumenta a segurança dos agentes devido ao maior efetivo presente nessas bases colaborativas.

A ênfase na cooperação e coordenação entre os diferentes órgãos de segurança destaca a importância de uma abordagem unificada para enfrentar os desafios complexos da região amazônica, na medida em que unifica os esforços e evita desperdícios.

Propostas apresentadas

No quadro 1 estão consolidadas as propostas e observações feitas pelos participantes do Seminário de Defesa, Segurança e Proteção da Amazônia Ocidental. O quadro fornece uma visão abrangente das ideias e recomendações discutidas durante o evento, oferecendo um panorama das ações e estratégias que podem ser adotadas para enfrentar os desafios complexos na região amazônica.

As propostas representam um conjunto de perspectivas valiosas que refletem o compromisso em promover o desenvolvimento sustentável, com justiça social e cuidado com os povos indígenas, preservar o meio ambiente e fortalecer a segurança e a soberania na Amazônia.

Quadro 1 - Proposições sugeridas pelos participantes do Seminário

Temas	Proposições
Garimpo Ilegal	Legalizar as atividades, a fim de promover a formalização do trabalho, o rastreamento dos recursos minerais, certificação dos minerais extraídos, tributação etc. Implementar um Projeto Piloto de Mineração Sustentável, a ser desenvolvido por Instituições de Ensino Superior, para substituir o uso do mercúrio.
Cooperação Interagências	Ampliar a integração entre a Polícia Rodoviária Federal e o Exército. Alinhar os projetos de infraestrutura no estado do Amazonas (PF, PRF, EB etc.), a fim de utilizar infraestruturas existentes ou construir novas instalações com viés estratégico/tático/operacional. Operar e Capacitar os órgãos de Defesa e Segurança no uso de Sistemas de Inteligência e Monitoramento em Rede (desmatamento, tráfico de drogas, garimpo ilegal).
Plano AMAS	Incluir o CMA na estrutura de Governança no Comitê Estratégico do Estado do Amazonas (Art. 9º, Dec. 11.614, de 21 Jul 23). Promover, em parceria com Institutos de Ensino Técnico e Tecnológico do estado do Amazonas, ações sociais permanentes nas comunidades ribeirinhas e fronteiriças, a fim de contribuir com a Formação Técnico-Profissional, Agricultura Familiar, Economia Criativa etc. Capacitar os Agentes de Defesa e Segurança que atuam na Amazônia, em temas relacionados à origem e cultura dos povos indígenas. Promover ações de inclusão dos indígenas à sociedade civil. Utilizar de modo compartilhado os Materiais de Emprego Militar (MEM) adquiridos pelo SISFRON (Ex.: Óculos de Visão Noturna, Drones etc.), e

Amazônia: como desenvolvê-la com preservação ambiental, justiça social e cuidado com todos amazônidas?

Plano AMAS	verificar a possibilidade de destinar recursos orçamentários do AMAS para a manutenção desses equipamentos. Ampliar e modernizar a infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira, de forma conjunta com o Ministério da Defesa, para que essas Organizações Militares sejam empregadas como Bases Terrestres, com a finalidade de ampliar a capilaridade e a presença do Estado em locais estratégicos, buscando integrar e promover ações/operações conjuntas entre os órgãos de Defesa e Segurança. Padronizar o uso dos equipamentos de comunicações, vigilância, sensoriamento remoto etc., a fim de proporcionar uma melhor integração entre as agências, e facilitar o apoio logístico para os materiais adquiridos, além de atender ao princípio da economicidade nas aquisições.
Infraestrutura/ Logística	Ampliar o debate para promover soluções em Logística na Amazônia em Tempos de Crises Ambientais. Entregar à sociedade, no mais curto prazo possível, a BR-319, a fim de promover o desenvolvimento “da” e “para” Amazônia. Adquirir lanchas rápidas, leves e blindadas para dar solução de continuidade às operações de Defesa e Segurança, e ao abastecimento das populações ribeirinhas.
Crimes Ambientais	Criar arcabouço legal para que os órgãos de Defesa e Segurança (EB, PRF etc.) possam autuar os crimes ambientais.

Fonte: OS AUTORES, 2023.

Para tanto, é essencial que tais proposições sejam transformadas em ações concretas, garantindo a implementação das estratégias e medidas necessárias para enfrentar os desafios da Amazônia.

Considerações Finais

A importância de manter e aprofundar o diálogo entre os diversos órgãos envolvidos na segurança, proteção e desenvolvimento da Amazônia é fundamental para criar sinergias, promover a coordenação eficaz e garantir a implementação de estratégias abrangentes na região.

Essa colaboração contínua permitirá que essas instituições aproveitem suas competências e recursos de maneira mais eficaz, abordando os desafios multifacetados da Amazônia de forma mais integrada e abrangente, contribuindo assim para a preservação da região e o avanço do desenvolvimento sustentável, com justiça social e cuidado com os povos indígenas.

Referências:

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 11.614, de 21 de julho de 2023 - Institui o Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano Amas.** Brasília: Casa Civil, 2023.

FRANCHI, Tássio. **Soberania e crimes ambientais na Amazônia: uma oportunidade para o Brasil atuar como líder regional?**. Diálogos Soberania e Clima, Vol. 2, p. 98-147, 2023.

MOREIRA, A. S.; FRANCHI, T. **As ameaças líquidas e híbridas sobre o caótico ambiente amazônico**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Vol. 13, nº 38, p. 47-70, 2023.

OBSERVATÓRIO MILITAR DA PRAIA VERMELHA. **Grupo de Estudo: Amazônia: Defesa, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. OMPV, 2023. Disponível em: <https://ompv.eceme.eb.mil.br/amazonia-defesa-meio-ambiente-desenvolvimento>. Acesso em: 22 de outubro de 2023.

TRIANI, W. R. **Apresentação realizada durante o 1º Seminário de Defesa, Segurança e Proteção da Amazônia Ocidental**. Manaus: CMA, 2023.

O CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL COMO VETOR DE PROJEÇÃO DO BRASIL EM SEU ENTORNO ESTRATÉGICO*

Rafael Nunes Pereira¹

1. Introdução

De acordo com os principais documentos de Defesa do Brasil (Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa), o entorno estratégico do Brasil é uma área de interesse prioritário, englobando uma região que abarca a América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e os países da costa ocidental da África (BRASIL, 2020a), conforme apresentado a seguir:

Figura 1 - Entorno Estratégico do Brasil



Fonte: BRASIL, 2020b.

Nesse espaço, Souza e Monteiro (2021) entendem que o país deve envidar esforços em todos os campos do poder nacional para exercer sua liderança. Teixeira Jr (2016) tece detalhes adicionais e aponta que o Brasil precisa exercer forte influência política, econômica e militar junto aos países situados em seu entorno estratégico.

Em vista dessas considerações, há que se ressaltar o trabalho desenvolvido pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) nos últimos anos e que vem

* Artigo originalmente publicado em 30 de novembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

projetando positivamente a imagem do Brasil no entorno estratégico regional. Desde a sua criação em 15 de junho de 2010, o CCOPAB vem se consolidando como um centro de referência internacional em sua área de atuação, cuja competência foi reconhecida pela ONU, que já outorgou ao CCOPAB cinco certificações de reconhecimento de estágios (VAZ, 2022).

Tendo como missão principal apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros, bem como profissionais de nações amigas para atuarem em missões de paz e desminagem humanitária (BRASIL, 2023a), o CCOPAB também tem se constituído numa valiosa ferramenta de integração internacional e de diplomacia militar para o Brasil, uma vez que a expertise contida no CCOPAB na capacitação de recursos humanos e o alto grau de especialização de seu corpo docente, têm viabilizado a expansão do escopo de atuação para muito além de suas atividades-fim (VAZ, 2022).

Dessa forma, este artigo tem como objetivo destacar o papel do CCOPAB como vetor de projeção do Brasil em seu entorno estratégico. Para tanto, será adotado o estágio de ação contra minas (EACM) realizado no CCOPAB, como estudo de caso a ser analisado. Dessa forma, este manuscrito está estruturado da seguinte forma: inicialmente são apresentados elementos de interesse sobre o entorno estratégico do Brasil, sobre o CCOPAB, seguidos da exposição do objetivo. Após isso, é apresentado um breve histórico da participação brasileira em missões de desminagem humanitária. Posteriormente, expõe-se o estágio de ação contra minas realizado no CCOPAB em 2022. Na fase final, são realizadas algumas considerações sobre a temática em pauta.

2. Breve histórico da participação brasileira em missões de desminagem humanitária

Com quase trinta anos de atuação em missões de desminagem humanitária mundo afora, o Brasil possui elevada tradição nessa área. A participação brasileira em missões de desminagem humanitária teve início em 1994. Naquela ocasião, o Brasil enviou dois militares (um oficial e um sargento) para o Suriname com o fito de realizar ações de desminagem humanitária sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA, 2001).

Um ano depois, em 1995, o Brasil enviou vários militares para integrar uma missão de paz sob a égide das Nações Unidas, mais precisamente a Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III). Desde então, o Brasil tem

desminagem humanitária, também atue como instrumento político de cooperação (BORLINA, 2015).

3. O Estágio de Ação Contra Minas - 2022

No portfólio de cursos e estágios ofertados pelo CCOPAB, há o estágio de ação contra minas (EACM), que especializa militares brasileiros e estrangeiros para missões ligadas à desminagem humanitária no exterior (BRASIL, 2023b). O EACM foi criado por meio das Portarias nº 337 e 338 do Estado-Maior do Exército (EME), de 28 de abril de 2017 (BRASIL, 2017a; BRASIL, 2017b). Em 2022, o EACM contou militares brasileiros e 07 militares estrangeiros, oriundos de países como Paraguai, Guatemala, Colômbia e São Tomé e Príncipe. Ou seja, todos os países situados no entorno estratégico brasileiro.

Figura 3 - Militares estrangeiros no EACM em 2022



Fonte: O AUTOR, 2023.

Os militares estrangeiros foram designados para o EACM - 2022 após o Ministério da Defesa do Brasil ofertar vagas para cursos e estágios no país durante a reunião do Conselho de Segurança da ONU. O interesse de outros países foi imediato, vez que os brasileiros são referência em desminagem humanitária. E assim, os militares estrangeiros foram designados para participar do EACM - 2022, juntamente com militares do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil, haja vista que os brasileiros estavam em preparação para as missões ligadas à desminagem humanitária na Colômbia.

O CCOPAB como vetor de projeção do Brasil em seu entorno estratégico

O EACM - 2022 ocorreu com seu quadro de trabalho normal, sendo duas semanas na modalidade de ensino a distância e três semanas na modalidade presencial, que funcionou nas instalações do CCOPAB, no Rio de Janeiro-RJ, e no Centro de Instrução de Engenharia, em Araguari-MG. Nesse período, os discentes receberam o conhecimento teórico baseado nas Normas Internacionais para Ação Contra Minas, nas técnicas desenvolvidas no Brasil e nas normas técnicas colombianas. Assim, foram nivelados conhecimentos e desenvolvidas capacidades, viabilizando a execução das atividades práticas e a preparação para missões sob a égide de organismo internacionais.

Figura 4 - Instrução prática do EACM em 2022



Fonte: O AUTOR, 2023.

Ao concluírem o EACM - 2022, os militares brasileiros levaram o conhecimento adquirido para as missões que foram desdobrados em outros países. Alguns deles até se destacaram, como foi o caso na Colômbia, evidenciando o excelente nível de especialização recebido no referido estágio. Dentre os militares estrangeiros, foi unânime o entendimento de que os instrutores brasileiros do CCOPAB possuíam excelente nível e, por isso, ministravam ótimas instruções.

Em suma, o estágio de ação contra minas realizado em 2022 no CCOPAB, demonstrou ser um vetor de exportação do conhecimento do Brasil, particularmente em temas relacionados à desminagem humanitária. Seja por meio dos militares brasileiros ou dos militares estrangeiros que estavam realizando o referido estágio, as imagens e informações que esses alunos levaram para outros países contribuíram de forma

significativa para projetar de forma positiva a imagem do Brasil em seu entorno estratégico.

4. Considerações finais

Considerando a gravidade do problema das minas no entorno estratégico brasileiro e a tradição do país em desminagem humanitária, acredita-se que os esforços do Brasil realizados nesse setor, além de ajudar o país vizinho a superar esse desafio, também se consubstancia num importante instrumento de cooperação brasileira no entorno estratégico do país. Portanto, cabe ao Brasil utilizar sua diplomacia para inserir essa pauta na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a fim de ampliar sua cooperação em desminagem humanitária na América do Sul e em países da costa ocidental da África, abrindo portas para o crescimento da influência brasileira em seu entorno estratégico (BORLINA, 2015).

O General Meira Mattos, em seu livro *Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira*, publicado em 2001, destacou que o Brasil necessita projetar poder na bacia do Atlântico Sul para alcançar o *status* de grande potência regional (MATTOS, 2002). Dito isso, entende-se que as missões de desminagem humanitária realizadas em países situados no entorno estratégico brasileiro e o EACM realizado no CCOPAB, auxiliam o país na manutenção de *status* de grande potência regional.

Por fim, para além de sua missão principal, nota-se que o trabalho desenvolvido pelo CCOPAB tem contribuído fortemente para o crescimento das relações multilaterais brasileiras, da mesma forma que tem fortalecido o *status* do Brasil como referência na desminagem humanitária no globo. Ou seja, resta claro que o CCOPAB também tem atuado como vetor de projeção de poder do Brasil em seu entorno estratégico.

Referências:

BORLINA, Marcelo Florentino. **A Desminagem Humanitária como Instrumento Político da Diplomacia Brasileira**. Coleção Meira Mattos, Vol. 9, nº 34, p. 9-20, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 337-EME, de 28 de abril de 2017 - Cria o Estágio de Ação Contra Minas**. Brasília: EME, 2017a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 338-EME, de 28 de abril de 2017 - Estabelece as condições de funcionamento do Estágio de Ação Contra Minas.** Brasília: EME, 2017b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa: 2020.** Brasília: Ministério da Defesa, 2020a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha 2040.** Brasília: Estado-Maior da Armada, 2020b.

BRASIL. Governo Federal. **Colômbia elogia cooperação de militares brasileiros em capacitação de desminagem.** Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/governo-colombiano-destaca-cooperacao-de-militares-brasileiros-para-a-desminagem-naquele-pais>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. CCOPAB. **Missão do Centro.** Brasil, 2023a. Disponível em: <https://www.ccopab.eb.mil.br/pt/missao>. Acesso em 03 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. CCOPAB. **Estágio de Ação Contra Minas.** Brasil, 2023b. Disponível em: <https://www.ccopab.eb.mil.br/pt/estagios/eacm>. Acesso em 03 de fevereiro de 2023.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Peace and Democracy in Suriname: Final Report of the Special Mission to Suriname (1992-2000).** Washington: OEA, 2001.

SOUZA; MONTEIRO. **A importância do Atlântico Sul como entorno estratégico.** Observatório Militar da Praia Vermelha, 2021. Rio de Janeiro: ECEME, 2021.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **Era uma vez um Complexo Regional de Segurança: Entorno Estratégico Brasileiro ou Vazio de Poder Sul-Americano.** In: WINAND, Érica C. A.; RODRIGUES, Thiago; AGUILAR, Sérgio. Defesa e segurança do Atlântico Sul, p. 224-242, 2016. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

THE UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). **Mine Contamination: Status 2020.** OCHA, 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/map/world/mine-contamination-status-2020>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

VAZ, Carlos Alberto Moutinho. **O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: Referência Internacional na Capacitação de Recursos Humanos.** OMPV, 2022. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

MISSÕES DE PAZ



POR QUE O AUMENTO DA PRESENÇA DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS É IMPORTANTE PARA A PAZ MUNDIAL?*

Wilmarie Gloria Marchany¹

1. Introdução

Em 2000, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução nº 1.325 visando incrementar a participação de mulheres em todas as fases dos conflitos e processos de manutenção da paz. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), tal medida foi adotada porque há um entendimento de que num conflito armado, as mulheres e as crianças são as partes mais afetadas e, portanto, incorporar a representação igualitária de mulheres em cargos de liderança nos níveis nacional e internacional é vital para o sucesso da paz e da segurança no mundo (ONU, 2000). A citada resolução ainda aborda a participação das mulheres nas operações de paz da ONU e insta, explicitamente, os Estados Membros a expandirem a participação feminina nas operações de campo.

Entretanto, a ONU tem identificado ao longo dos anos, uma série de desafios que dificultaram a uma maior participação das militares nas operações de manutenção da paz. Muitos desses desafios são decorrentes de políticas e práticas dos Estados Membros, que ainda não conseguiram proporcionar as oportunidades desejáveis para que as mulheres ocupem cargos e funções em diferentes níveis dentro de suas respectivas Forças Armadas.

Este é o caso do Brasil, onde as políticas de integração para as mulheres nas Forças Armadas ainda se encontram na fase inicial e, por consequência, a participação de brasileiras *peacekeepers* tem ficado aquém das expectativas. Considerando a relevância desse tema e da importância do Brasil no processo de evolução das operações de paz, este artigo elabora a seguinte pergunta: **Por que o aumento da presença das mulheres nas Forças Armadas brasileiras é importante para a paz mundial?**

Para responder essa pergunta, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente é realizada uma ambientação sobre a importância do aumento da participação feminina nas operações de paz. Na sequência, discorre-se sobre as políticas de integração no Brasil, seguido de uma abordagem sobre a importância da mulher nas

* Artigo originalmente publicado em 17 de fevereiro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército dos Estados Unidos da América.

operações militares contemporâneas e nas operações de paz. Após isso, este artigo trata sobre a implementação da agenda sobre as mulheres, paz e segurança no Brasil. Na parte final, realizam-se breves considerações sobre o tema visando responder a pergunta que norteia a proposta deste artigo.

2. As políticas de integração no Brasil

Os primeiros esforços para formalizar a participação de mulheres nas Forças Armadas brasileiras começaram a partir da década de 1980, por meios de leis exclusivas a cada uma das Forças: Marinha, Exército e Força Aérea. Nessa época, a integração das mulheres foi decorrente das necessidades das Forças Armadas brasileiras diante dos desafios decorrentes do processo de transformação ocorrido no fim da década de 1980.

Desde então, nota-se que as políticas de integração adotadas se caracterizaram pela evolução da inserção feminina de forma progressiva e pontual, focando em pontos que procuram debater os preconceitos sobre a mulher e seu papel na sociedade brasileira. Para Dantas (2018), a participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras foi exatamente uma reprodução da divisão de trabalho à base de gênero que já existia no setor civil do país.

Nos últimos anos constata-se que houve um incremento significativo de mulheres nas Forças Armadas brasileiras. Segundo Nóbrega e Sampaio (2022), atualmente a porcentagem de mulheres no efetivo total de cada Força Armada é o seguinte: 12,7% na Marinha do Brasil, 19,7% na Força Aérea Brasileira e 6,4% no Exército Brasileiro. No entanto, é importante destacar que atualmente as mulheres ocupam, em sua grande maioria, os postos temporários das carreiras, o que limita a sua atuação na atividade finalística das Forças Armadas brasileiras (GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2017).

3. A importância da mulher nas operações militares contemporâneas

Após a Guerra Fria, as razões políticas das Forças Armadas da maior parte dos países do globo mudaram de prioridade, passando de uma segurança sob a perspectiva do Estado, para uma segurança com foco voltado para a pessoa humana. Em vista dessa realidade, fica claro que a participação da mulher é vital para o sucesso das operações militares, haja vista o caráter mais humanizado que a segurança assumiu após a queda do muro de Berlim. Segundo Egnell (2016), o chamado às mulheres militares para os campos das operações de paz não originou de um movimento feminista, mas sim, de uma necessidade operacional diante de uma nova realidade conjuntural.

Por que o aumento da presença das mulheres nas Forças Armadas brasileiras é importante para a paz mundial?

Dessa forma, a perspectiva de gênero tem se mostrado numa bela ferramenta na condução de todas as partes das operações militares, o que aumenta a possibilidade de eficácia no enfrentamento dos desafios constantes. Assim, mesmo que a tarefa central de uma organização militar é lutar e ganhar as guerras para o seu país, faz-se necessário integrar a perspectiva de gênero para ganhar a guerra. Para Kvarving et al. (2016), a paridade de gênero nas Forças Armadas não é apenas a coisa certa a fazer, mas é uma postura que também nos ajuda a fazer as coisas certas.

4. A mulher nas operações de paz

Vários estudos publicados pela ONU demonstraram que as mulheres militares não enfrentam as mesmas barreiras do que os homens em áreas devastadas pela violência. As mulheres são capazes de coletar informações mais facilmente, já que são percebidas como confiáveis pela população civil, particularmente pelas mulheres vitimizadas (IVANOVIC, 2014). Dito isto, pode-se depreender que as mulheres *peacekeepers* tem sido cada vez mais importantes nas operações de campo, a ponto de se tornarem essenciais em tarefas simples, como trabalhar em postos de controle de segurança, deter e revistar pessoas em geral.

Para Egnell (2016), a mulher *peacekeeper* serve de voz e modelo em lugares onde a mulher é silenciada pela cultura. A presença da mulher *peacekeeper* pode servir de inspiração para criar respeito pelos direitos humanos da mulher em sociedades onde não existe. Elas são ainda essenciais em tarefas mais complexas, como por exemplo, trabalhar com ex-combatentes femininas durante os processos de mobilização e reintegração à vida civil. As mulheres ainda podem entrevistar sobreviventes de violência a base de gênero e localizar grupos vulneráveis. Ou seja, grupos constituídos por militares integrados (homens e mulheres) têm comprovado ser muito mais efetivos do que os grupos constituídos somente por militares do segmento masculino em operações de paz (TORNAGHI, 2019).

5. A implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança (MPS) no Brasil

Apesar das mulheres brasileiras desempenharem um papel decisivo no processo de manutenção de paz em várias missões, o Brasil ainda não conseguiu atingir as metas de paridade de gênero estabelecidas pela ONU. No Haiti por exemplo, em mais de uma década de operações, menos de 1% dos militares que participaram na MINUSTAH eram mulheres. Nesse percentual, a maior parte das mulheres militares que participaram das

missões dos batalhões brasileiros enviados ao Haiti eram médicas, dentistas, tradutoras e enfermeiras (KOLLING, 2021).

Vanessa Newby, pesquisadora do Instituto de Segurança e Assuntos Globais da Universidade *Leiden*, na Holanda, enfatiza que a participação das mulheres nas Forças Armadas precisa evoluir ainda mais, pois ainda há um longo caminho a ser percorrido pelos países em geral na busca pela verdadeira integração das mulheres em todos os aspectos das missões. A contribuição das *gender advisers* e das equipes de mulheres *ad hoc* são importantes, mas a paridade de gênero efetiva requer integrar plenamente a perspectiva feminina nas Organizações Militares, para que as tropas estejam propriamente equipadas para exercer as funções necessárias no campo (NEWBY, 2019).

Newby (2019) ainda argumenta que as missões de paz requerem a participação das mulheres em todos os aspectos das atividades militares e limitar a contribuição das mulheres às funções historicamente femininas dentro das Forças Armadas e às funções especiais, como *gender advisers* dentro das operações de paz, não atinge os objetivos da paridade de gênero da agenda MPS. Para a pesquisadora do Instituto de Segurança e Assuntos Globais da Universidade *Leiden*, a paridade de gênero nas tropas deixa um legado que auxilia na reconstrução das instituições nos países anfitriões das missões de paz (NEWBY, 2019).

6. Conclusão

Ao longo dos anos, tornou-se evidente que a participação das mulheres é essencial para o sucesso do processo de resolução de conflitos e manutenção de paz. A agenda mulher, paz e segurança (MPS) busca promover a paridade de gênero e a participação equitativa da mulher nesse processo. Estudos realizados nas operações de paz, mostram que as equipes integradas por ambos os sexos demonstraram atender as necessidades locais com mais efetividade e com mais sucesso do que as equipes constituídas somente por elementos do segmento masculino. Esses estudos concluíram que as mulheres possuem capacidade de alcançar populações inacessíveis aos homens, visto que são percebidas como não-agressivas e confiáveis, especialmente por mulheres vítimas de conflitos.

Nesse contexto, fica evidente a necessidade de integrar, ainda mais, a mulher nas Forças Armadas dos países que contribuem com tropas para as missões de paz. No Brasil, particularmente no Exército Brasileiro, as políticas de integração feminina se restringem às funções tradicionais de gênero. A lei nº12.705/2012 permite, mas não exige a integração plena da mulher no Exército Brasileiro. Por conseguinte, além das mulheres

Por que o aumento da presença das mulheres nas Forças Armadas brasileiras é importante para a paz mundial?

serem limitadas a poucas funções, majoritariamente centradas na parte administrativa e na área da saúde, as funções acessíveis às mulheres, em sua maioria, são aquelas que não permitem fazer do serviço militar uma carreira. Consequentemente, apesar da participação nas operações de paz ser um pilar na política exterior do Brasil, o país não tem conseguido desdobrar um significativo número de mulheres para cumprir as metas de igualdade de gênero propostas pela ONU em suas operações de paz.

Das poucas mulheres brasileiras que foram desdobradas em missões de paz, várias delas foram pioneiras em suas funções, e se destacaram de maneira extraordinária. O recente reconhecimento da capitão-de-corveta Márcia Braga, da Marinha do Brasil, pelo seu desempenho como *gender adviser* na República Centro-Africana, trouxe prestígio ao Brasil no palco internacional, da mesma maneira que atraiu forte crítica pela falta de paridade de gênero dentro das Forças Armadas brasileiras. Se é certo que as mulheres podem se destacar no âmbito internacional em situações de perigo e incerteza, é certo também que são capazes de alcançar os mesmos logros no âmbito nacional.

Hoje, o argumento em torno das mulheres nas Forças Armadas não é mais sobre a cultura e o papel das mulheres na sociedade, mas sim sobre a sua participação como necessidade para a eficácia militar. Nos Estados Unidos da América (EUA), a participação feminina nas operações militares em grandes operações, como Iraque e Afeganistão, tem sido indispensável para o sucesso da missão.

Portanto, é imperativo que a percepção sobre a participação feminina nas Forças Armadas brasileiras se consolide. Tal feito garantirá efetividade e eficácia das Forças Armadas brasileiras e permitirá atingir o objetivo político do país em desempenhar um papel mais significativo nas operações de paz. Seja por efetividade militar ou por igualdade de gênero, a paridade de gênero tem se tornado prioridade nas organizações internacionais. Uma força militar integrada é a ferramenta necessária para o processo de resolução de conflitos e manutenção da paz de forma mais efetiva e eficaz. Como o Brasil é destaque em operações de paz, o aumento da presença feminina brasileira nessas operações contribuirá diretamente para a paz mundial.

Referências:

DANTAS, Stela da Rocha de Medeiros. **Mulheres e Forças Armadas: Uma Análise da Participação Feminina nas Forças Armadas Brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal da Paraíba, 2018. João Pessoa: UFPB, 2018.

EGNELL, Robert. **Gender Perspectives and Military Effectiveness: Implementing UNSCR 1325 and the National Action Plan on Women, Peace, and Security**. Prism: A Journal of the Center for Complex Operations, Vol. 6, nº 1, p.73-89, 2016.

GIANNINI, Renata; FOLLY, Maiara; LIMA, Mariana Fonseca. **Situações extraordinárias a Entrada de Mulheres na Linha de Frente das Forças Armadas Brasileiras**. Instituto Igarapé, Artigo Estratégico nº 27, 2017. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

IVANOVIC, Alexandra. **Why the United Nations Needs More Female Peacekeepers**. United Nations University, 2014. Disponível em: <https://ourworld.unu.edu/en/why-the-United-nations-needs-more-female-peacekeepers>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

KOLLING, Marie. **The UN Should Not Accept Member States' Using the Women, Peace and Security Agenda as Gender-Washing**. Danish Institute for International Studies Policy Brief, 2021. Disponível em: <https://www.diis.dk/en/research/the-un-should-not-accept-member-states-using-the-women-peace-and-security-agenda-as-gender>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

KVARVING, Lena P.; GRIMES, Rachel. **Why and How Gender is Vital to Military Operations**. Handbook on Teaching Gender in the Military, 2016. Gênova: DCAF and PfPC, 2016.

NEWBY, Vanessa. **Challenges for Female Peacekeepers can come from within UN Militaries**. The Strategist, 2019. Camberra: Australian Strategic Policy Institute, 2019.

NÓBREGA, Isabela; SAMPAIO, Bianca. **A Força delas: a crescente participação feminina no Exército Brasileiro**. Defesanet, 2022. Disponível em: defesanet.com.br/terrestre/noticia/43818/A-Forca-delas-a-crescente-participacao-feminina-no-Exercito-Brasil-eiro-/. Acesso em: 10 de junho de 2022.

UNITED NATIONS. **Resolution 1325, do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2000.

TORNAGHI, Cecilia. **Why It's Essential to Have More Women in Latin America's Militaries**. Americas Quarterly, 2019. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/why-its-essential-to-have-more-women-in-latin-americas-militaries/>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

A EQUIPE MÓVEL DE TREINAMENTO EM OPERAÇÕES NA SELVA (JWMTT) NA MONUSCO - RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO*

Hugo David Araújo¹
Luís Fernando Tavares Ferreira²
Rafael Henrique Rodrigues de Souza³

1. Introdução

Devido a prolongada instabilidade existente na República Democrática do Congo (RDC), a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de suas operações de paz, está presente na RDC há mais de vinte anos. Disputas políticas, tribais e econômicas impedem o país de ingressar num período estável, conforme relatado por Alonso:

“A República Democrática do Congo (RDC) alcançou sua independência em 30 de junho de 1960, porém na prática o país continuou tendo caráter colonial, visto que seus quadros administrativos continuaram sob o poder dos belgas, fato que levou a manifestações da população e à invasão de tropas belgas para neutralizá-las. Anos mais tarde, os congoleses presenciaram o primeiro golpe de Estado que deu origem à ditadura de *Joseph Mobuto*. Quando seu governo perdeu força com o fim da Guerra Fria, o país mergulhou na Primeira Guerra Civil do Congo (1996-1997) e ao fim desta, a Segunda Guerra Civil do Congo (1998-2003). Nesse contexto, a RDC passou por golpes de Estado, governos ditatoriais e a Organização das Nações Unidas (ONU) já estabeleceu três missões de paz na tentativa de encerrar o conflito e garantir a paz, até o momento sem sucesso” (ALONSO, 2017).

Mais recentemente, tal escalada de violência passou a ter como alvos os integrantes da missão de paz, fato que resultou em mudança no mandato da MONUSCO. Em vista dessa realidade, o General brasileiro Santos Cruz, antigo *Force Commander* da MONUSCO, produziu, a convite da ONU, o *Cruz Report* em 2017, cujo teor enfatizava a necessidade de adaptações das características da missão, às novas ameaças existentes na atualidade. A partir dessas observações, em 2019, o General brasileiro Elias Rodrigues Martins Filho, *Force Commander* à época, verificou a necessidade de implantar uma equipe móvel de treinamento em operações na selva, conforme seu relato:

“Ao ocupar o cargo de Comandante da Força de Paz na MONUSCO, logo verifiquei uma fragilidade das tropas que foram

* Artigo originalmente publicado em 12 de abril de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

³ Major do Exército Brasileiro.

disponibilizadas ao então Departamento de Operações para a Manutenção da Paz (DPKO), hoje Departamento de Operações de Paz (DPO).

As tropas que operavam em ambiente de selva não estavam preparadas para o combate naquele ambiente que, aliás, é muito semelhante ao que temos na região Amazônica. A MONUSCO ainda vivia na pele o trauma de *Semulike*, ocorrido em dezembro de 2017, em que a Base de Operações da MONUSCO, ocupada por militares da Tanzânia, foi atacada pelo *Allied Democratic Forces* (ADF), **um grupo armado que se homiziava na região de floresta** vizinha à Base. Havia um **verdadeiro terror das tropas que se encontravam no terreno** – região de *Beni, Kivu* do Norte – em realizar qualquer operação que exigisse o patrulhamento no interior da selva.

[...] isto tudo gerou perdas de vidas, inclusive nas operações ocorridas durante o meu comando. **Enfim, as tropas não estavam preparadas para realizar operações no ambiente operacional da selva.**

A discussão entre o COTER, CMA e o próprio CIGS ocorreu por meses, e, em **junho de 2019, desembarcou em território congolês a primeira equipe do *Jungle Warfare Mobile Training Team***” (MARTINS FILHO, 2022, grifo nosso).

Em síntese, pode-se dizer que a *Jungle Warfare Mobile Training Team* (JWMTT) é uma equipe móvel de treinamento, *in-mission*, especializada em operações na selva, que foi constituída em 2019, com o intuito de contribuir na preparação das tropas da Missão para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO) no combate a grupos armados no ambiente operacional de selva. Em outubro do mesmo ano, a missão da equipe foi expandida para o treinamento de tropas das Forças Armadas da República Democrática do Congo.

Nesse curto espaço de tempo, a *Jungle Warfare Mobile Training Team* já contribuiu com o desenvolvimento e aperfeiçoamento de inúmeras capacidades para mais de 2 mil militares, sendo a maior parte desse efetivo, oriundos da *Force Intervention Brigade* (FIB), que foi criada em 2013 pela MONUSCO e atualmente é constituída por militares da África do Sul, Malauí e Tanzânia e tem como objetivo investir contra grupos armados que atuam na área de operações das tropas da MONUSCO.

Diante dessa realidade e considerando a importância do tema, este artigo se propõe a realizar uma análise sobre a participação da *Jungle Warfare Mobile Training Team* na MONUSCO.

2. Resultados obtidos pela JWMTT no Teatro de Operações

Dentre os diversos resultados tangíveis e intangíveis alcançados pela *Jungle Warfare Mobile Training Team* nesses mais de três anos de missão, pode-se destacar a

melhora significativa da performance das tropas da MONUSCO e das Forças Armadas da República Democrática do Congo nas operações na selva e o aumento da autoconfiança dessas tropas para o emprego nesse ambiente operacional.

O alinhamento estabelecido entre as vulnerabilidades e deficiências das tropas da MONUSCO e os programas de treinamento conduzidos pela JWMTT permite à equipe melhorar a performance desses contingentes de forma efetiva e rápida. Relatórios como o *Cruz Report* e observações do próprio *Force Commander* e das células do Estado-Maior da missão identificaram capacidades a serem aprimoradas e, até mesmo desenvolvidas, para que os batalhões pudessem combater as ameaças presentes na República Democrática do Congo.

“Com vistas a dirimir essas ameaças, o CR (*Cruz Report*) aponta a necessidade de treinamentos de capacitação das tropas contra essas ameaças, a utilização de tecnologias que previnam os ataques como o uso de drones, equipamento antibombas, melhoria da proteção das bases (cercas, portões, grades) e adoção de uma postura proativa como a formação de Unidades de Reação Rápida para casos de ataques às bases, por exemplo” (MACEDO; DA SILVEIRA, 2018, p.21).

Segundo o General brasileiro Affonso da Costa, atual *Force Commander* da MONUSCO, a atuação da equipe móvel brasileira já gerou melhores procedimentos das tropas em primeiros socorros em combate, evacuação aeromédica, solicitação de apoio de fogo aéreo, tiro de reação ao contato fortuito e durante o assalto, conduta contra explosivos improvisados, conduta contra armadilhas, navegação em ambiente de selva, técnicas aeromóveis, operações ofensivas, operações de reforço de base, dentre outras (DA COSTA, 2022).

A absorção e utilização desses conhecimentos têm se refletido, inevitavelmente, no incremento da confiança das tropas em operações no interior da selva. Segundo o General brasileiro Elias Rodrigues Martins Filho, havia um verdadeiro terror das tropas que se encontravam no terreno para realizar qualquer operação que exigisse o patrulhamento no interior da selva (MARTINS FILHO, 2022). Atualmente, já se verifica a reversão desse quadro, sendo reconhecida pelos *Force Commander* que já estiveram em função e pelos mais altos escalões da ONU. A percepção do Departamento de Operações de Paz da ONU (DPO) é a de que após a conclusão do treinamento fornecido pela *Jungle Warfare Mobile Training Team*, as tropas da MONUSCO realmente ficam mais eficazes, autoconfiantes e adaptáveis ao ambiente de guerra na selva (KEKERE; SECKER, 2022).

A mudança de mentalidade vai ao encontro do programa onusiano denominado de *Action for Peacekeeping* (A4P), que em síntese é um conjunto de medidas que visam a

garantir que as operações de manutenção da paz tenham as capacidades certas no lugar certo, na hora certa e com a mentalidade certa (NAÇÕES UNIDAS, 2020). Dessa forma, a efetividade da atuação da equipe se torna cada vez mais visível e eficaz.

Além disso, a capilaridade da JWMTT tem se expandido progressivamente. A partir do sucesso inicial, surgiram solicitações de outros países externos à FIB para participação nos programas treinamento. Inicialmente, o governo congolês solicitou, ao Comando da MONUSCO, a inclusão de suas tropas, seguido da aviação ucraniana. Recentemente, as tropas da Guatemala, Uruguai e Índia foram inseridas no programa, resultando na capacitação de mais de 2 mil soldados da MONUSCO até julho de 2022.

O desempenho apresentado pelo 141st *Special Battalion* da FARDC nas ações contra o grupo armado denominado de Forças Aliadas Democráticas na província congolês de *Nord-Kivu*, comprova o sucesso dos treinamentos conduzidos pela JWMTT. A atuação desse batalhão levou à conquista de importantes territórios que estavam de posse das Forças Aliadas Democráticas. Não pelo acaso, o Major-General *Fall Sikabwe*, comandante da 3ª Zona de Defesa, mais alta autoridade militar presente naquela zona de ação, agradeceu os esforços realizados pela *Jungle Warfare Mobile Training Team*, conforme descrito a seguir:

“...os militares que compõem a equipe móvel de treinamento do Brasil, caros camaradas, companheiros de armas, saibam que o desdobramento de vocês aqui na RDC, meu país, não está sendo em vão. O trabalho que vocês fizeram vai trazer frutos, mesmo depois de sua partida. Vocês vão ouvir uma boa notícia: comunico que a 1ª Cia, que vocês formaram, já começa a dar resultados muito bons dentro da selva do “triângulo da morte”. Nós conseguimos chegar a algumas pequenas posições inimigas, graças às unidades que vocês formaram aqui neste lugar. Saibam que a RDC jamais se esquecerá deste momento e do trabalho que vocês realizaram aqui em Beni” (CARVALHO FILHO, 2020).

3. Contribuições da JWMTT junto ao Exército Brasileiro

Os resultados positivos do trabalho executado pela *Jungle Warfare Mobile Training Team* na MONUSCO proporcionaram uma série de contribuições ao Exército Brasileiro, como o aumento da projeção da instituição na MONUSCO e no sistema internacional, a melhora nas técnicas, táticas e procedimentos do curso de operações na selva do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), a assinatura de acordos de cooperação militar com outros, dentre outros.

Os integrantes do escritório do Departamento de Operações de Paz da ONU em Nova Iorque enfatizaram a contribuição que a JWMTT têm dado para o aumento do poder

de combate das forças militares na RDC e para a proteção dos civis locais. Para o DPO, o treinamento, também fornecido a algumas unidades das Forças Armadas da República Democrática do Congo, também serviu como multiplicador de força e ajudou, em muitas ocasiões, a reduzir efetivamente a ameaça de alguns grupos armados junto aos civis, e a reduzir as baixas em combate e os riscos incorridos pelas unidades da MONUSCO em operações de guerra não-convencionais (KEKERE; SECKER, 2022).

Atualmente, já há ações brasileiras no sentido de preparar e enviar novas equipes móveis de treinamento, uma vez que os países da FIB já manifestaram interesse no treinamento fornecido pelas equipes brasileiras para melhor capacitar os militares de suas Forças Armadas para a MONUSCO. Nesse contexto, é importante destacar que já há militares brasileiros oriundos do Centro de Instrução de Guerra na Selva realizando treinamento *pre-deployment* (antes do desdobramento) das tropas do Malauí para a missão da MONUSCO, fruto de acordo trilateral entre Brasil, Estados Unidos da América e Malauí. Da mesma forma, o Gabão manifestou interesse para receber o apoio de uma equipe móvel de treinamento para o adestramento no uso de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotados (SARP) em ambiente de selva.

Com vistas a aproveitar essa janela de oportunidade, as Forças Armadas brasileiras, por intermédio do Exército Brasileiro, já emitiram diretrizes para o incremento da participação em operações de paz da ONU, conforme atesta o Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva:

“Essa já é uma ação determinada pelo Cmt EB para o Comando de Operações Terrestres, descrita da seguinte forma: estudar e propor ao COTER a inclusão de equipes móveis de treinamento no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS), para o treinamento de equipes de engajamento (*engagement teams*), operações especiais e/ou em ambiente de selva, bem como em áreas ligadas à gestão do meio ambiente, gerenciamento de projetos de engenharia, operação de equipamentos de engenharia, energia renovável, entre outras julgadas viáveis e oportunas” (LUSTOSA, 2022).

Tudo isso tem contribuído para a ampliação da projeção do Exército Brasileiro no cenário internacional, ação que está diretamente alinhada com o objetivo estratégico do Exército nº 2. No entendimento do General brasileiro Elias Rodrigues Martins Filho, os êxitos alcançados pela pequena equipe de militares brasileiros (cerca de 13 profissionais) em operações na selva projetou muito forte e positivamente a imagem dos militares e do Exército Brasileiro no cenário Internacional. Como se não bastasse, o sucesso alcançado

pela *Jungle Warfare Mobile Training Team* despertou o interesse das delegações e comitivas que visitavam a MONUSCO:

“A JWMTT **contribuiu muito para a projeção do Exército Brasileiro**, e por conseguinte o Brasil, no exterior. É o que entendo como *smart power* presente nas operações de paz, sendo que neste particular **ficou evidente o *hard power* das tropas brasileiras, seu preparo e emprego para as operações em ambiente de selva.**

A MONUSCO já era única por conceber um Mandato que incluía uma Brigada de Intervenção com o objetivo de neutralizar ameaças e grupos armados. Deveriam ser, portanto, os militares mais bem preparados da Missão de Paz para as ações de combate. A Missão chegou a ser visitada por **delegações de países que tinham entre seus objetivos de viagem a visita ao JWMTT, conhecer seus programas de treinamento, e como o mesmo era desenvolvido.**

Uma **delegação do Conselho de Segurança** em visita técnica à MONUSCO também teve a oportunidade de receber informações a respeito e **visitar a equipe em ação.** Relatos feitos a mim diretamente indicaram que a **delegação ficou impressionada com a qualidade do treinamento e da contribuição dada pelo Brasil**” (MARTINS FILHO, 2022, grifo nosso).

Outro fato que atesta a contribuição proporcionada pela *Jungle Warfare Mobile Training Team* para o fortalecimento da imagem do país, reside no discurso do Embaixador do Brasil na ONU, Ronaldo Costa Filho, na abertura do Comitê Especial de Operações de Manutenção da Paz (C34) - Debate Geral, em 14 de fevereiro de 2022, ocasião em que cita diretamente as colaborações da JWMTT junto à MONUSCO.

“...a implantação de equipes móveis de treinamento têm dado uma contribuição essencial para suprir as lacunas de treinamento nas operações de manutenção da paz, particularmente aquelas relacionadas às habilidades específicas do contexto operacional. A **Equipe Brasileira de Treinamento de Guerra na Selva**, por exemplo, treinou *peacekeepers* da Brigada de Intervenção de Força (FIB) da MONUSCO, além de militares das Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), com resultados positivos” (MARTINS FILHO, 2022, grifo nosso).

Diante do que foi apresentado, entende-se que alicerçada pela existência de um pólo formador de combatentes de selva de excelência e reconhecimento internacional, o Centro de Instrução de Guerra na Selva, a *expertise* brasileira em operações em ambiente de selva tem colaborado na ampliação e na expansão da doutrina brasileira de operações na selva nas missões reais dos capacetes azuis na República Democrática do Congo, fato que vem contribuindo para o fortalecimento da imagem do Exército Brasileiro e do Brasil no cenário internacional.

Além da projeção no cenário internacional, visualiza-se que a *Jungle Warfare Mobile Training Team* ainda contribui com a Força Terrestre com proposições de lições

aprendidas para mudanças na Doutrina Militar Terrestre e melhores práticas executadas pelas tropas treinadas pela equipe no combate aos grupos armados na República Democrática do Congo. Algumas técnicas, táticas e procedimentos (TTP) executadas pela *Jungle Warfare Mobile Training Team* em seus treinamentos já estão sendo estudadas pela Divisão de Doutrina e Pesquisa, do Centro de Instrução de Guerra na Selva e outras TTP estão sendo aplicadas no curso de operações na selva.

4. Considerações Finais

Assim, pode-se concluir que a *Jungle Warfare Mobile Training Team*, em seus 3 anos missão na MONUSCO, consolidou-se como um caso de sucesso. Além de colaborar com a estabilização e a manutenção da paz na República Democrática do Congo, a *Jungle Warfare Mobile Training Team* vêm contribuindo efetivamente para a projeção do Exército Brasileiro e do país no cenário internacional, além de ser um vetor para o aprimoramento da Doutrina Militar Terrestre voltadas às Operações na Selva.

Referências:

ALONSO, I. Z. **O conflito na República Democrática do Congo**. UNESP, 2017. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/30547/artigo-o-conflito-na-republica-democratica-do-congo/>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

CARVALHO FILHO, Adelmo de Sousa. **As Forças Armadas Brasileiras e o seu protagonismo nos treinamentos das tropas da ONU em operações na selva**. Revista do Exército Brasileiro, p. 3-10, 2020.

DA COSTA, Marcos de Sá Affonso. **Entrevista concedida a Hugo David Araújo e Rafael Henrique Rodrigues de Souza**. Manaus, 9 de agosto de 2022.

KEKERE, P. D.; SECKER, A. **Entrevista concedida a Hugo David Araújo e Rafael Henrique Rodrigues de Souza**. Manaus, 5 de agosto de 2022.

LUSTOSA, Fábio Pinheiro. **Entrevista concedida a Hugo David Araújo e Rafael Henrique Rodrigues de Souza**. Manaus, 7 de agosto de 2022.

MACEDO, G. C.; DA SILVEIRA, K. V. R. **Cruz Report: conteúdo e críticas**. Conjuntura Internacional, Vol. 15, nº 3, p. 18-27, 2018.

MARTINS FILHO, E. R. **A JWMTT e a projeção brasileira na ONU**. Brasília, 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **A4P+ - Priorities for 2021-2023: Action For Peacekeeping +**. Nações Unidas, 2020. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/a4p_background_paper.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS



A EUROPA E OS DESAFIOS DECORRENTES DA MOBILIDADE HUMANA FORÇADA NO SÉCULO XXI*

*João Carlos de Almeida Lima¹
Felipe Vieira Monroe²
Christian Alberto Becker Scarduelli³*

1. Introdução

A União Europeia se constitui, atualmente, no modelo mais avançado de integração existente atualmente no globo terrestre. Seu processo de ampliação tem sido progressivo e em finais do século XX, ganhou uma velocidade maior em direção ao leste europeu. Todavia, o continente não está livre de problemas e a mobilidade humana forçada apresenta-se como um grande desafio a ser superado pelos europeus atualmente.

Para Júnior (2005), mobilidade humana forçada é o movimento de entrada (imigração) ou saída (emigração) de um indivíduo ou grupo de indivíduos, a qual é provocada geralmente pela busca de melhores condições de vida. No tocante aos deslocados, Júnior (2005) descreve que esse grupo se refere às pessoas que foram forçadas a fugir ou sair de suas casas, em decorrência de conflitos armados, violência generalizada, violação de direitos humanos, desastres naturais ou humanos e que não tenham atravessado a fronteira de um Estado reconhecido no sistema internacional.

No século XXI, a mobilidade humana forçada ganhou nova impulsão na Europa, particularmente na segunda década do século XXI (2010-2020), provocada, notadamente, por conflitos decorrentes da Primavera Árabe. Em decorrência dessa realidade, nota-se que muitas pessoas oriundas do norte da África têm buscado a União Europeia como destino. A propagação de tais conflitos para o Oriente Médio, em particular para a Síria, ocasionou um novo *boom* nos movimentos populacionais em direção ao continente europeu, sobretudo entre os anos de 2015 e 2016. Diante dessa realidade e considerando a importância do tema em questão, esse artigo procura jogar luz sobre as consequências desse fenômeno junto ao continente europeu.

* Artigo originalmente publicado em 08 de fevereiro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

³ Major do Exército Brasileiro e atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

2. Impactos dos fluxos migratórios no campo econômico

O cenário econômico europeu no século XXI é marcado pela eclosão de diversas crises econômicas, sendo a mais impactante ocorrida em 2008. Sob o acrônimo dos PIIGS, Portugal, Itália, Irlanda, Espanha e Grécia foram seriamente afetados pela crise do sistema financeiro de 2008, necessitando de ajuda financeira externa para se restabelecerem como Estados. A associação de um cenário econômico débil, com o aumento da mobilidade humana forçada, intensificou a crise econômica experimentada por esses países

O cidadão comum, por sua vez, não conseguiu distinguir o que era reflexo da crise financeira, daquilo que era decorrente do fluxo migratório. Para Da Costa e Vieira (2020), o aumento dos deslocamentos de pessoas aconteceu no mesmo período da crise financeira europeia, acentuando o sentimento xenófobo e o euroceticismo. Adiciona-se a isso, o fato de o cidadão europeu passar a conviver com ameaças e ataques terroristas no continente, realidade que impactou diretamente na qualidade de vida da população europeia. Para os PIIGS, um dos maiores problemas foi gerir as dívidas com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso exigiu dos governos desses países o compromisso e a adoção de uma política de austeridade. Tal política, por sua vez, recrudescer o euroceticismo em parcela significativa da população dos PIIGS.

Todavia, alguns autores destacam que há impactos positivos nos grandes volumes de migrantes. Para Matias e Guimarães (2022), as ondas de imigração contribuem para elevar a produtividade em economias desenvolvidas no curto e no médio prazo, apresentando ganhos para esses países, o que não se repete de forma rápida ao analisar os fluxos migratórios nas economias em desenvolvimento. Outro aspecto positivo é que o migrante costuma concorrer por posições de trabalho de pouco interesse dos nacionais do país anfitrião. Isso porque os imigrantes aceitam receber baixas remunerações, postura que permite a inovação e o empreendedorismo, o que assegura aos nativos ascender a empregos de maior prestígio, aumentando suas rendas médias *per capita*, ao passo que os migrantes complementam a força de trabalho com outras habilidades (MATIAS; GUIMARÃES, 2022).

Segundo Matias e Guimarães (2022), os fluxos migratórios impactam o PIB dos países europeus, mas o efeito imediato sobre esse indicador não pode ser percebido a curto prazo, pois são de difícil mensuração, na medida em que parte dos refugiados permanece de forma definitiva, mas outra parte sofre a repatriação voluntária, ocasionada pelo estímulo ao reassentamento em outras nações anfitriãs.

Diante do exposto, percebe-se que os fluxos migratórios geram impactos no campo econômico da União Europeia. Saber como atuar diante deste grande desafio permitirá aos europeus colher bons resultados. Nesse caso, singular destaque deve ser dado para um elemento central que precisa ser superado: xenofobia. A não superação desse desafio pode resultar numa perda de oportunidade da utilização de mão-de-obra estrangeira a um custo mais barato.

3. Impactos dos fluxos migratórios no campo político

Nos últimos anos, a Europa foi o continente que recebeu o maior número de refugiados em todo o mundo. Para fazer frente a esse desafio, foram adotadas as mais diversas medidas. De acordo com Wiebusch (2018), essas medidas só foram possíveis em razão da reforma do sistema de asilo e da promoção da integração dos refugiados no continente europeu.

Esse fenômeno gradativamente se agravou durante a década de 2010, por conta de desdobramentos da Primavera Árabe (MARY, 2016). Não pelo acaso, em 2014 registra-se um recorde de ingressos irregulares de pessoas no continente e infindáveis números de mortes decorrentes da tentativa de adentrar na Europa de forma clandestina (MAGALHÃES, 2016). Fruto da pressão migratória ocorrida a partir de 2015, a Comissão Europeia apresentou um conjunto de propostas para reformar o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA).

Os países da União Europeia acreditavam que as mudanças no SECA poderiam garantir maior harmonização no tratamento dos requerentes de asilo, prevendo uma partilha equitativa da responsabilidade. Para tanto, foi implementada a agenda europeia de migração, a qual buscou reduzir a quantidade de imigrações ilegais, da mesma maneira que procurou exercer maior controle sobre as fronteiras. Com relação ao controle de fronteiras na Europa, Mary (2016) aponta que em junho de 2016, o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia se juntaram e criaram duas instituições voltadas especificamente para o controle das fronteiras e para a guarda da costa marítima europeia: Guarda Costeira e Guardas de Fronteiras Europeia. Contudo, os esforços das autoridades europeias na recolocação das pessoas entre seus membros se mostrou ineficiente (LOPES, 2018).

Outro marco político importante foi a declaração firmada entre a União Europeia e a Turquia em março de 2016. Esse acordo estipulou que todos os refugiados que adentrassem à Grécia de maneira irregular deveriam ser devolvidos à Turquia e, em

contrapartida, a União Europeia deveria receber refugiados indicados pelo governo turco para ingressarem de forma legal no continente.

Ou seja, fica claro que a União Europeia estruturou propostas para remodelar a estrutura que era voltada para o controle do fluxo migratório até então. Diante dos desafios impostos à União Europeia pela crise dos refugiados, os países membros passaram a preocupar-se com a política migratória do bloco como um todo, visto que os reflexos desse fenômeno, incidiram não somente em um único país, mas em vários países europeus. Dessa forma, o que tem se notado é que o grande fluxo de pessoas buscando acesso ao continente tem demandado das autoridades competentes uma articulação interna do bloco, a qual visa atingir uma política de comum acordo e de equidade entre todos.

4. Impactos dos fluxos migratórios no campo da segurança de fronteiras

As turbulências ocorridas no norte da África, advindas da eclosão da Primavera Árabe a partir de dezembro de 2010, tiveram como uma de suas consequências, o aumento dos fluxos migratórios oriundos do continente africano e do Oriente Médio, tendo como destino o continente europeu (WICHERS, 2019).

Diante dessa realidade, cumpre destacar o papel desempenhado pela *Frontex* no controle das fronteiras europeias. A *Frontex*, agência da União Europeia responsável pela gestão de fronteiras do bloco europeu, realiza o monitoramento diuturno da mobilidade humana forçada ocorrida na Europa. A agência tem como atribuições o compartilhamento de informações com os Estados-Membros, inclusive as obtidas por meio de interrogatórios, a realização de triagens, a obtenção de impressões digitais e a identificação dos migrantes, ações que elevam a capacidade de controle migratório europeu.

A *Frontex* também possui autorização para realizar retornos forçados de migrantes em situação de permanência ilegal na União Europeia, podendo até implementar operações em território de países externos ao bloco, caso haja grande pressão migratória oriunda desse Estado (FRONTEX, 2022). Como exemplo de operações desencadeadas pela *Frontex* para aumentar o controle das fronteiras europeias, tem o caso da **operação Aeneas**, desencadeada em 2011 no mar Adriático e no mar Jônico nas costas da Itália, Grécia e Albânia; da **operação Hermes**, desencadeada também em 2011, numa região que abrange a parte norte da África e o sul da Itália, com grande atenção para a poção do mar localizada entre a Tunísia e Lampedusa; da **operação Triton**, desencadeada em 2014,

a qual teve como objetivo exercer a vigilância marítima, a realização de resgates em situações de extrema necessidade; e da **operação Sophia**, deflagrada em 2015, a qual também teve como objetivo exercer a vigilância marítima (MORONI, 2021).

Além dessas iniciativas, cumpre mencionar que os europeus também passaram a fornecer recursos e forças militares para os países africanos e para os países oriundos do Oriente Médio. Tal iniciativa visava realizar a contenção dos movimentos populacionais ainda nos territórios dos países de origem. A exemplo disso, em fevereiro de 2017 foi firmado um memorando de entendimento entre os italianos e líbios. Apesar das críticas de órgãos não governamentais como a Anistia Internacional, esse memorando previa o apoio para a implementação de centros de detenção administrados pelo Departamento de Combate à Migração Ilegal do Ministério do Interior na Líbia, e que seriam financiados por fundos italianos e por fundos da União Europeia (MORONI, 2021; RODRIGUES, 2018). Ademais disso, a União Europeia também firmou acordos similares com a Tunísia e a Turquia, postura que tem demonstrado o caráter de securitização nas ações tomadas pelos países europeus diante de tal desafio (SILVA, 2021; WICHERS, 2019).

5. Conclusão

Diante do que foi apresentado, chega-se a conclusão de que a mobilidade humana forçada provoca impactos positivos e negativos na economia da União Europeia. Para o grupo dos PIIGS, países endividados em razão dos acordos de austeridade para sair da crise financeira de 2008, os fluxos migratórios acentuaram os problemas sociais existentes e pioraram ainda mais o cenário interno. Nesse grupo (PIIGS), apenas Portugal e Irlanda não são portas de chegada para os migrantes. Todavia, os demais países (Itália, Espanha e Grécia) receberam grandes fluxos populacionais enquanto estavam reorganizando suas economias para atender aos compromissos assumidos com o FMI e a União Europeia. Entretanto, os aspectos positivos poderiam ser mais bem aproveitados pela União Europeia. Estudos apontam que a imigração pode elevar a produtividade em economias desenvolvidas, que é a situação de boa parte dos países da Europa.

Neste momento, o continente parece não saber como aproveitar a imigração porque os cidadãos desenvolveram certo preconceito em relação aos imigrantes. Além disso, é latente que os Estados europeus não estão conseguindo separar a migração regular, da migração irregular, dada a complexidade com que elas ocorrem.

Quanto ao campo político, as discordâncias existente em alguns países sobre determinados pontos, em particular, quanto à presença de estrangeiros circulando dentro

do espaço *Schengen*, tem dificultado a adoção de uma política comum. Todavia, tem-se notado que nos últimos anos a União Europeia tem trabalhado no sentido de adequar sua legislação de forma mais cooperativa, o que nos últimos anos vem caminhando para um resultado mais positivo. Ou seja, a crise dos refugiados não foi e continua não sendo uma situação que possa ser evitada pelos países europeus. A circunstância de ajuda humanitária a ser proporcionada, justamente por esses países que já viveram os dois maiores conflitos mundiais, é quase que uma obrigação do “Velho Continente”.

Com relação à segurança das fronteiras, a União Europeia tem como foco repelir os movimentos migratórios de pessoas em busca de asilo. O bloco europeu, por sua vez, tem fortalecido a *Frontex*, agência responsável pelo controle das fronteiras e da costa dos países europeus. Não pelo acaso, a *Frontex* vem realizando operações com intuito de barrar esses deslocamentos. Ademais, nota-se que a União Europeia também tem buscado realizar acordos com os países tidos como pontos de partida, tendo como foco principal dificultar a chegada dos migrantes à Europa. Para tanto, os europeus tem apoiado governos estrangeiros com vultosos recursos destinados para o desenvolvimento de barreiras para a saída e de aumento da sua capacidade e propensão para a reabsorção dos migrantes “devolvidos”.

Referências:

DA COSTA, Vitória Volcato; VIEIRA, Luciane Klein. **Nacionalismo, xenofobia e União Europeia: barreiras à livre circulação de pessoas e ameaças ao futuro do bloco europeu.** Revista da Faculdade de Direito UFPR, Vol. 64, nº 3, p. 133-160, 2020.

FRONTEX. **Agência Europeia de Fronteira e Guarda Costeira.** Frontex, 2022. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/>. Acesso em: 04 de julho de 2022.

JÚNIOR, Alberto do Amaral. **Direito Internacional e Desenvolvimento.** Barueri: Editora Manole, 2005.

LOPES, Rita. **Crise dos Refugiados: O Acolhimento de Refugiados na União Europeia - Uma Análise Crítica (2011-2016).** Dissertação de Mestrado na Universidade Católica Portuguesa, 2018. Lisboa: UCP, 2018.

MAGALHÃES, Patrícia Santos. **A União Europeia e a Segurança Humana - O Caso dos Refugiados Sírios.** Dissertação de Mestrado na Universidade de Minho, 2016. Braga: Universidade do Minho, 2016.

MARY, Lucy. **A Situação dos Refugiados Sírios: Uma Análise das Políticas Migratórias da União Europeia e do Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso no Centro Universitário de Brasília, 2016. Brasília: CEUB, 2016.

MATIAS, João Luís Nogueira; GUIMARÃES, Gabriel Braga. **Os impactos econômicos positivos da migração na Europa: a oportunidade que não pode ser perdida.** Revista de Direito Internacional, Vol. 19, nº 1, 2022.

MORONI, Lisa. **Migração e sustentabilidade: o caso do Mediterrâneo.** Dissertação de Mestrado no Instituto Universitário de Lisboa, 2021. Lisboa: ISCTE, 2021.

RODRIGUES, Laura Beatriz Oliveira. **Migrações e pressões sobre as políticas de imigração na Europa.** Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal Fluminense, 2018. Niterói: UFF, 2018.

SILVA, Isabela Montilha da et al. **Deslocamentos contemporâneos e a utilização do fetichismo categórico migrante-refugiado na externalização da política migratória europeia: uma análise do fluxo migratório Tunísia-UE.** ÍANDÉ: Ciências e Humanidades, Vol. 5, nº 2, p. 04-23, 2021.

WICHERS, Jamille Adriene Pereira. **O processo de externalização de fronteiras europeias e o acordo de devolução com a Turquia.** Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal da Paraíba, 2019. João Pessoa: UFPB, 2019.

WIEBUSCH, Larissa Alana. **Conflitos Regionais e Migrações: Consequências da Guerra da Síria para a imigração na Europa.** Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade do Vale do Taquari, 2018. Lajeado: UNIVATES, 2018.

A GUERRA CIVIL DA SÍRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A UNIÃO EUROPEIA*

*Christian Alberto Becker Scarduelli¹
Letiane Lopes de Freitas²*

1. Introdução

A guerra civil da Síria, com mais de uma década de existência e com muitas pessoas mortas e deslocadas, já pode ser compreendida como um dos mais graves conflitos da história contemporânea. Motivada por questões políticas, econômicas e sociais, a guerra civil eclodida em 2011 na região não é algo novo. Pelo contrário, devido a sua posição estratégica privilegiada, a atual região da Síria sempre foi palco de diversos conflitos ao longo dos séculos.

A Europa, localizada relativamente próxima à Síria, é um dos continentes que mais sofrem atualmente com a guerra civil da Síria, principalmente no que concerne à mobilidade humana forçada. Diante desse cenário, o bloco europeu tem executado inúmeros acordos e tratados entre seus membros buscando formular regras comunitárias entre os países membros e condições adequadas de recepção aos refugiados, com vistas a mitigar os efeitos colaterais advindos da migração descontrolada e da imigração ilegal e sem controle.

2. Antecedentes históricos

A Síria é um país que possui uma história milenar que remonta às primeiras civilizações que habitavam a região da Mesopotâmia. Essa região geográfica sempre serviu como ligação e ponto de confluência entre o continente europeu, africano e asiático, condição que possibilitou a ocorrência de diversos conflitos voltados ao domínio da região. Não pelo acaso, a região da Síria fez parte de diferentes impérios e reinos ao longo da história (SABINO, 2018).

Até o século XVIII, a região esteve sob o domínio do Império Turco-Otomano. A partir desse período, ainda sob a tutela do Império Turco-Otomano, pela sua condição estratégica, a região passou a ser atrativa para outros povos. Os europeus, impulsionados

* Artigo originalmente publicado em 01 de novembro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM na ECEME.

² 1º Tenente do Exército Brasileiro. Atualmente trabalha no 5º Grupamento de Engenharia.

A guerra civil da Síria e suas implicações para a União Europeia

pela revolução industrial em curso, razão pela qual passou a receber as primeiras influências europeias, movimento que acirrou as disputas econômicas na região. A contínua presença europeia fomentou o acirramento de conflitos entre os diversos grupos religiosos existentes no local, sendo que cada segmento religioso ficou sob a tutela de um país dominante. Em decorrência disso, a França declarou-se protetora dos católicos; a Rússia ofereceu proteção aos ortodoxos; e a Inglaterra se colocou como protetora dos druzos e dos judeus (PETROCELLI, 2020). E assim, gradativamente, os europeus foram ampliando a sua influência e domínio na região ao longo dos anos.

No século XX, ainda sob a tutela do Império Otomano, os habitantes das províncias da Síria, independente da religião, receberam uma ordem oriunda do Império Otomano para se alistarem de forma obrigatória para a 1ª Guerra Mundial, o determinou o alistamento obrigatório para todos os membros das províncias. Isso fez com que diversos grupos contrários ao regime imperial se aproximassem dos países europeus, que haviam se manifestado de que iriam apoiar uma futura independência dos países da região (HITTI, 1959). E assim, por meio de um acordo secreto entre Inglaterra e França, chamado de acordo *Sykes-Picot*, os países europeus substituíram o Império Otomano do domínio geopolítico da região.

Após a 1ª Guerra Mundial, o povo árabe conquistou sua independência do Império Otomano, mas permaneceu em zonas de influência sob controle dos países europeus. Em 1920, os franceses receberam da Liga das Nações o mandato dos atuais Líbano e Síria (ZAHREDDINE, 2013). Especificamente quanto ao território sírio, o elemento étnico/religioso pautou a divisão sucedida entre 1920 e 1923 em 6 Estados: *Alepo e Damasco* (maioria sunita); *Jabal Druze* (maioria drusa); *Grande Líbano* (maioria cristã); *Alaui* (maioria alauita) e *Alexandreta* (de maioria turca) (PETROCELLI, 2020).

A imposição dos interesses das potências europeias, quanto ao “dividir para reinar”, resultou na fragmentação social e política que levou a permanente instabilidade regional nos anos que se sucederam. Tal descontentamento da população proporcionou constantes atritos com a França, que somados a pressão internacional exercida pelas Forças Aliadas durante a 2ª Guerra Mundial, a fim de que os franceses abrissem mão de seus protetorados, culminou na independência da Síria em 1946, sendo os muçulmanos sunitas a maioria da população e vários grupos minoritários importantes como alauitas, drusos e cristãos (FEITOSA, 2016).

Os anos seguintes à independência síria foram marcados pela disputa do poder entre diferentes grupos, com sucessivos golpes políticos até o ano de 1971, quando o partido

Baath de fato conseguiu se sobrepôr no poder e implementar uma política alinhada ao bloco soviético, graças ao golpe militar executado por *Hafez al-Assad* (ZAHREDDINE, 2013).

Em 2000, o presidente *Hafez al-Assad* veio a falecer e, por meio de uma manobra política realizada pelo partido Baath, o seu filho, *Bashar al-Assad*, foi declarado como o novo presidente do país (OMRAN, 2014). Desde então, *Bashar al-Assad* vem governando o país sírio.

3. A guerra civil da Síria

Desde o seu início, por volta de 2000, o governo de *Bashar al-Assad* foi marcado por grande opressão e por perseguições políticas contra os opositores que estavam descontentes com a crise social e econômica do país (COSTA, 2018). Contudo, a primavera árabe, eclodida em 2010 em países do Norte da África e do Oriente Médio, potencializou a insatisfação da população síria, na medida em que era um movimento popular regional caracterizado por protestos em busca de melhores condições de vida e contra os governos ditatoriais nessa região (MCHUGO, 2014). Esse movimento de fato se iniciou no território sírio em 2011, decorrente das falhas no governo de *Bashar al-Assad* em realizar diversas ações no campo político e econômico que havia prometido.

As autoridades militares eram em sua maioria pertencentes ao grupo alauita, enquanto os militares de postos inferiores, assim como os demais manifestantes, eram de origem sunita e representavam a maior parte da população, passando a questionar às ordens recebidas dos superiores (PETROCELLI, 2020). Desse modo, os choques entre os grupos pró e contra *Bashar al-Assad* iam assumindo um aspecto sectário religioso, à medida que os sunitas começavam a atacar os grupos minoritários (GOULART, 2021).

O alargamento dos conflitos entre as forças do regime e os grupos rebeldes, já com caráter armado, configurou o início da guerra civil que devastou o país, sendo considerada o maior desastre humano do século XXI por muitos estudiosos (MCHUGO, 2014). No ano de 2012, os insurgentes passaram a atacar as principais cidades da Síria, com destaque para *Aleppo* e *Damasco*, confrontando mulçumanos sunitas contra os alauitas, que era o ramo xiita de *Bashar al-Assad* (SANFELICE, 2018).

Como se não bastasse e inserindo ingredientes adicionais no complexo tabuleiro geopolítico que envolve a guerra da síria, o grupo *jihadista* Estado Islâmico, que surgiu em 2011 e havia rompido ligações com a *Al-Qaeda*, expandiu seu foco de atuação e

começou a atuar no território sírio, acarretando mais um problema ao território sírio (PETROCELLI, 2020).

Quanto aos aspectos internacionais, o confronto sírio se transformou em um complexo jogo geopolítico a partir do envolvimento de países regionais e potências globais, o que tem impossibilitado uma solução para o conflito (SANFELICE, 2018). A oposição contra *Bashar al-Assad* é liderada pelos Estados Unidos da América e seus aliados ocidentais, uma vez que apoiam os grupos sunitas. Em contrapartida, o apoio de *Bashar al-Assad* é oriundo da Rússia, Irã e China (PACHECO, 2016).

Os efeitos da guerra, desde 2011, têm levado a um fluxo de refugiados sem precedentes, abalando principalmente a estrutura política da União Europeia, o que determinou inicialmente uma resposta rápida e eficiente em relação ao movimento sírio, buscando resguardar os preceitos da ajuda humanitária, bem como salvaguardar os interesses econômicos, políticos e sociais dos seus nacionais.

4. Impactos na Política Migratória da União Europeia

Desde o início da guerra civil da Síria, a União Europeia tem sido um dos principais destinos dos refugiados oriundos desse conflito. Milhares de pessoas se apresentam nas fronteiras do “Velho Continente” na esperança de conseguirem sobreviver ao colapso que a guerra causou ao Estado sírio, tendo o fluxo se intensificado a partir do ano de 2015 e impactando de sobremaneira os países do bloco.

A Europa é um continente que historicamente acolheu migrantes e refugiados em diferentes oportunidades, principalmente quando da dissolução de impérios e do surgimento de vários países (LOPES, 2018). De acordo com o Parlamento Europeu (2017), o aumento da imigração na Europa exigiu atitudes mais contundentes diante dos desafios apresentados. A necessidade de políticas de migração regular e irregular e, ainda, regras comuns de asilo à escala da União Europeia, são questões que corriqueiramente compõem pautas de reuniões no âmbito europeu.

Cabe uma digressão histórica anterior à crise supracitada quanto a política migratória da União Europeia, que sempre foi pautada como uma política exterior e de segurança comum conforme descrito a seguir:

“uma gestão eficaz dos fluxos migratórios, um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residam legalmente nos Estados-Membros, bem como a prevenção da imigração ilegal e do tráfico de seres humanos” (LAUREANO; RENTO, 2014, p.101).

Contudo, a política migratória original se baseava no fato de que cada país membro possuía liberdade para decidir suas próprias políticas de asilo, sendo de jurisdição exclusiva. Dessa forma, de forma a facilitar os processos entre os membros do bloco e dar maior eficiência na proteção dos indivíduos necessitados, a ideia de uma política comum se configurou como um objetivo a ser alcançado pela Comissão Europeia (MARY, 2016).

Em vista disso, o Sistema Europeu de Comum Asilo (SECA) estipulou normas básicas e procedimentos quanto aos requisitos necessários para solicitação de asilo (SARAIVA, 2017). Em 2008, em paralelo a diversos protocolos, foi estabelecido o Pacto Europeu de Comum Asilo, que representou mais uma ação do bloco europeu voltada para buscar a harmonização de políticas migratórias do bloco, por meio de colaborações mais eficazes entre seus integrantes, atribuindo responsabilidades específicas a cada um de seus membros (MAGALHÃES, 2016).

Com o início da migração de sírios para o bloco europeu, uma das soluções encontradas para a modificação do SECA foi a implementação de uma agenda europeia de migração, proposta pela Comissão Europeia em 13 de maio de 2015 (BREDA; JESUS, 2019). Assim, medidas foram estabelecidas para enfrentar a crise, tendo como objetivos a definição de prioridades nas questões migratórias, de refugiados e de fronteiras para os anos subsequentes. Ações de execução imediatas foram definidas, dentre as quais tomam destaque a partilha de tarefas entre o Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a Agência da União Europeia de Cooperação Policial. Tais iniciativas tinham como objetivo conceber maior sinergia entre os países integrantes e dar maior capacidade de trabalho para os Estados mais afetados, particularmente apoiando as tarefas de identificar, registrar e recolher com maior celeridade os dados dos migrantes que chegam à União Europeia (RIJO, 2017).

Outro marco importante foi a Declaração entre União Europeia e a Turquia, celebrada em março de 2016, em decorrência do alto fluxo de refugiados sírios que vinham da Turquia. Esse acordo previu que todos os refugiados que adentrassem à Grécia de maneira irregular fossem devolvidos à Turquia e, em contrapartida, a União Europeia deveria receber refugiados indicados pelo governo turco para ingressarem de forma legal na Europa (PACHECO, 2016).

Assim, diante dos desafios impostos à União Europeia por conta da crise migratória ao longo da última década, os países membros passaram a preocupar-se com uma política comum ao bloco, visto que os reflexos incidem não somente em um único país, mas em todos os seus integrantes. O grande fluxo de pessoas buscando acesso ao continente tem

demandado das autoridades competentes uma articulação interna ao bloco visando atingir uma política de comum acordo e de equidade entre todos.

5. Conclusão

Os problemas que envolvem o conflito da Síria remontam tanto a existência de causas profundas, relacionadas à época do Império Turco-Otomano e ao momento da formação do Estado Sírio, quanto às circunstâncias mais recentes, como o período da ditadura da família *al-Assad*.

O povo sírio, impulsionado pela onda de protestos no Oriente Médio, clamou por mudanças políticas e por melhores condições sociais de vida, resultando em uma severa retaliação por parte do governo de *Bashar al-Assad* e que serviu de estopim para o início da guerra civil no país. Ademais, as tentativas de resolução do conflito têm sido prejudicadas em razão de diversos interesses na região, principalmente por parte dos Estados Unidos da América e da Rússia, o que acarreta ainda em uma maior tensão ao conflito.

As graves consequências dessa guerra se refletem principalmente na população local, com inúmeras mortes e muitas pessoas vivendo em estado de pobreza. Além disso, a quantidade expressiva de sírios migrando internamente na síria e para outros países evidenciaram a gravidade da situação, tornando-se uma preocupação para a comunidade internacional.

Muito dos sírios buscaram a Europa como única opção de sobrevivência e alternativa para recomeçarem suas vidas. Em razão da grande quantidade de pessoas, o “Velho Continente” não conseguiu absorver a elevada demanda de refugiados, dando origem a um grave problema humanitário.

Os países europeus mais próximos à Síria tiveram grande dificuldade em controlar as fronteiras e absorver todo o controle do processo de solicitação de asilo, não solucionando o problema. Além desses aspectos, a necessidade posterior de acompanhamento dos refugiados em termos de educação, saúde, programas sociais e adaptação ao novo país, configuraram outra etapa que, diga-se de passagem, a União Europeia necessitou de adaptação. Alguns membros alegaram não terem condições de receber a grande quantidade de pessoas interessadas em migrar para a Europa, abrindo suas fronteiras para passagem dos refugiados na direção de outros países do bloco, sobrecarregando outros membros e gerando uma crise interna.

A União Europeia, a fim de salvaguardar seus interesses, propôs uma série de medidas com o intuito de inicialmente barrar o acesso de sírios que tentavam cruzar as fronteiras para adentrar à Europa de forma irregular. Isso acabou por comprometer os sistemas sociais internos aos países e dificultou a adoção de uma política comum logo no início da crise migratória. No entanto, a partir da escalada da problemática com o aumento do número de refugiados, a União Europeia trabalhou no sentido de adequar sua legislação de forma mais consistente e cooperativa entre os países do bloco, o que nos últimos anos vem caminhando para um resultado mais positivo, a exemplo do Pacto Europeu de Comum Asilo.

Dessa forma, a crise dos refugiados não foi e continua não sendo uma situação que possa ser evitada pelos países da Europa. A ajuda humanitária a ser proporcionada justamente pelos países que já viveram os dois maiores conflitos mundiais é quase que uma obrigação do “Velho Continente”, não havendo outra opção aos seus governantes que não seja a de solucioná-la e de trabalhar em sinergia para a resolução desta crise humanitária, corroborando para a busca da paz social em seus territórios.

Referências:

BREDA, Gabriella Wotkosky; JESUS, Layse Rodrigues de. **As Políticas Migratórias da União Europeia e o Contemporâneo caso Italiano.** In: BARROS, Ana Maria Leite; ZANOTELLI, Cláudio Luiz. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, p. 1400-1415, 2019. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

COSTA, Leandro Santos da. **Estado Islâmico: Análise de sua expansão na Síria.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018. Rio de Janeiro: ECEME, 2018.

FEITOSA, Alexandre Mariano. **As ações da ONU na Guerra da Síria: Uma experiência multicultural.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola Superior de Guerra, 2016. Rio de Janeiro: ESG, 2016.

GOULART, Gabriela Lopes. **Estado, Soberania e os Curdos na Guerra Civil da Síria.** Trabalho de Conclusão de Curso na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021. Goiânia: PUC-Goiás, 2021.

HITTI, Phillip K.. **Syria: A Short History.** New York: The Macmillan Company, 1959.

LAUREANO, Abel; RENTO, Altina. **Consequências das Divergências entre os Estados no Desenvolvimento do " Espaço Schengen" da Europa.** Revista de Derecho, nº 42, p. 96-116, 2014.

LOPES, Rita. **Crise dos Refugiados: O Acolhimento de Refugiados na União Europeia - Uma Análise Crítica (2011-2016)**. Dissertação de Mestrado na Universidade Católica Portuguesa, 2018. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2018.

MAGALHÃES, Patrícia Santos. **A União Europeia e a Segurança Humana - O Caso dos Refugiados Sírios**. Dissertação de Mestrado na Universidade de Minho, 2016. Braga: Universidade do Minho, 2016.

MARY, Lucy. **A Situação dos Refugiados Sírios: Uma Análise das Políticas Migratórias da União Europeia e do Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso no Centro Universitário de Brasília**, 2016. Brasília: CEUB, 2016.

MCHUGO, John. **Syria: A Recent History**. London: Saqi Books, 2014.

OMRAN, Muna. **As marcas da história na Guerra Civil Síria**. Revista Topoi, Vol. 15, nº 28 p. 366-371, 2014.

PACHECO, Fabio de Oliveira. **A Crise Atual dos Refugiados e a transformação do tema refugiado em questão de segurança por parte dos países da Europa**. Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2016. Recife: FADIC, 2016.

PARLAMENTO EUROPEU. **A resposta da UE em matéria de migração e asilo**. Parlamento Europeu, 2017. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20170629STO78632/a-migracao-na-europa>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

PETROCELLI, Leonardo Johas. **O Conflito sírio como resultado da formação territorial: poder político e sectarismo religioso**. In: FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. Debates geográficos da realidade brasileira, Cap. 19, p. 245-253, 2019. Ponta Grossa: Atena, 2020.

RIJO, Diana Filipa Rodrigues. **A União Europeia face à crise dos migrantes e refugiados: Um ator dividido sob escrutínio**. Dissertação de Mestrado na Universidade do Minho, 2017. Braga: Universidade do Minho, 2017.

SABINO, Paulo Manuel Duarte. **A Guerra Civil da Síria: Subsídios para uma compreensão do seu impacto global**. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada na Academia Militar de Portugal, 2018. Lisboa: Academia Militar, 2018.

SANFELICE, Guilherme Tasso Dantas. **As interferências externas no Regime de Bashar al-Assad e suas contribuições para o prolongamento da Guerra Civil na Síria**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018. Rio de Janeiro: ECEME, 2018.

SARAIVA, María Francisca Alves Ramos de Gil. **A securitização da crise dos refugiados na Europa. Implicações para o complexo de regimes sobre migrações internacionais**. Revista de Estudios em Seguridad Internacional, Vol. 3, nº 1, p. 43-60, 2017.

ZAHREDDINE, Danny. **A Crise na Síria (2011-2013): uma análise multifatorial.** Conjuntura Austral. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre: Vol. 4, nº 20, p. 6-23, 2013.

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO INTERNACIONAL



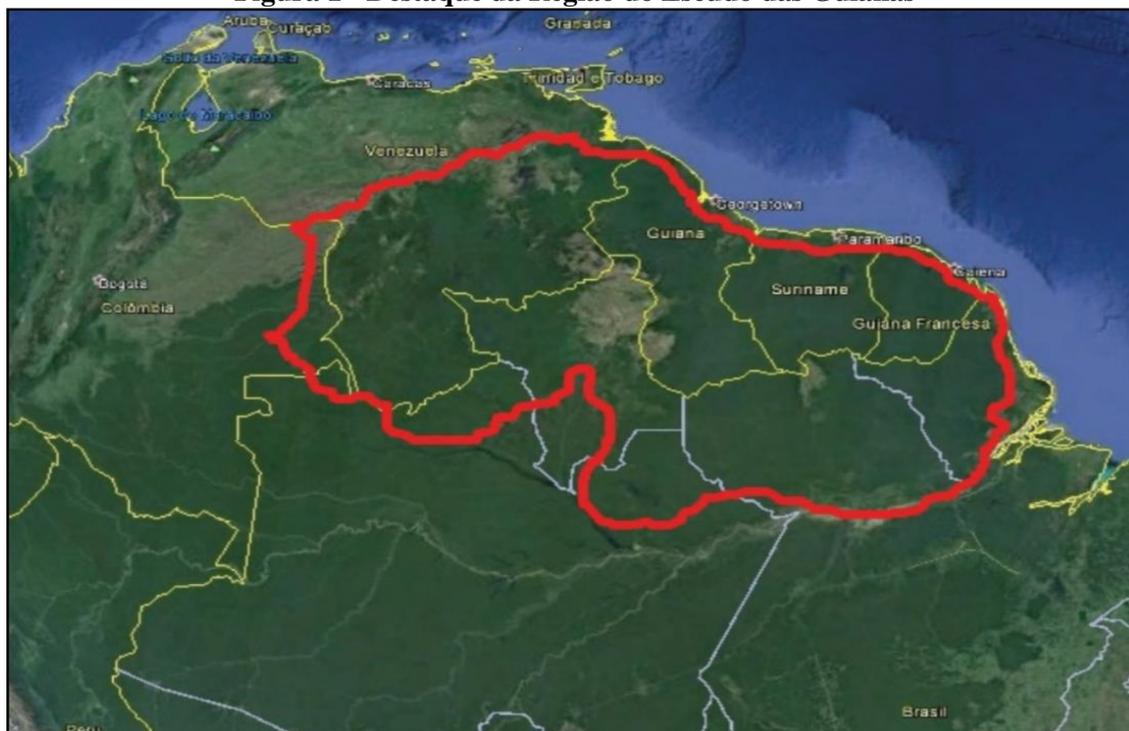
CRIME ORGANIZADO, OURO E MIGRAÇÕES: ASPECTOS DA DINÂMICA DE FRONTEIRA NO ESCUDO DAS GUIANAS*

*Lucas Barreto Rodrigues¹
Everaldo Bastos Furtado²*

1. Introdução

A porção norte da América do Sul chamada de Amazônia Caribenha, platô das Guianas ou Escudo das Guianas (PROCÓPIO, 2007), é um recorte geológico que pode ser limitado (com pequenos ajustes) pelos rios Amazonas e Negro ao sul, rio Orinoco ao oeste e pelo litoral atlântico. Esse recorte geográfico engloba dois países: Guiana e Suriname, e parte de outros quatro: Brasil, Venezuela, Colômbia e a Guiana Francesa (FERREIRA, 2015).

Figura 1 - Destaque da Região do Escudo das Guianas



Fonte: FERREIRA, 2015.

Para além da geografia política, a geologia apresenta a região como um planalto derivado das formações tectônicas que impulsionaram a separação continental ocorrida entre a América do Sul e a África (REIS et al, 2006). Dessa maneira, parte da região das

* Artigo originalmente publicado em 30 de agosto de 2023 no site do OMPV.

¹ Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional na UFRJ. Atualmente está realizando o curso de Doutorado em Ciências Militares na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM e o curso de Mestrado em Ciências Militares na ECEME.

guianas, assim como outros pontos da costa da América do Sul, possuem características similares à costa africana, incluindo recursos energéticos. como as bacias petrolíferas presentes na costa da Guiana/Venezuela e na foz do rio Amazonas, similares às bacias da costa africana (MILANI et al, 2001), da mesma forma que tem concentrações metálicas como jazidas de ferro, manganês e ouro (FERREIRA, 2015).

Particularmente sobre esses recursos, o valor estratégico dessas reservas impulsiona uma série de problemas a nível internacional, como as disputas entre a Venezuela e a Guiana pelo território relativo ao antigo Vice-Reino de Nova Granada durante a colonização espanhola, que estenderia o território venezuelano até o Rio *Esequibo* e que, por sua vez, poderia alterar os limites territoriais marítimos e adicionar as bacias petrolíferas ao controle venezuelano (OLIVEIRA, 2013); e de nível doméstico, como o quase crônico sistema de mineração paralegal que transpassa os limites políticos dos países da região. Sobre esse último exemplo, o tráfego de pessoas entre os países da região destacada é decorrente da mineração de ouro e apresenta uma série de circunstâncias diferentes que tornam o tema “mineração ilegal” impossível de ser tratado de forma unânime na região.

O garimpo é visto como meio de desenvolvimento por parte significativa da população do Suriname, sendo responsável por lucros maiores que o da extração de bauxita ou da agricultura (OLIVEIRA, 2011) em um país que, até pouco tempo, era governado por um presidente conivente com as redes de tráfico de drogas e ouro (FORD; DEN HELD, 2022).

Para a Guiana, único país membro da *Commonweath* na América do Sul e que possui grande dependência do mercado externo (principalmente os Estados Unidos e Reino Unido), o ouro é o principal produto exportado, representando 35,9% do valor adquirido pelo país com mercado externo em 2015 (SILVA, 2015). Nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Guiana Francesa, fica evidente essa disparidade, enquanto uma delas passa por um processo de imigração que tem como zona de trânsito uma região de minas ilegais (RODRIGUES, 2006), a outra estabilizou-se sob uma rede de emigração, que tem entre seus principais destinos as áreas de mineração ilegal e que enfrenta rígido controle do Estado francês (GÓES, 2014).

A partir disso, a proposta desse *paper* é apresentar a dinâmica da fronteira do Brasil a partir da comparação entre dois recortes da faixa que possuem características similares em torno da mineração ilegal de ouro, mas que resultam em dinâmicas migratórias e criminosas completamente diferentes: a fronteira Brasil/Guiana Francesa e a fronteira

No entanto, como diferenças significativas, a fronteira do estado de Roraima com a Venezuela possui um saldo migratório ingressante de venezuelanos atualmente (SIMÕES; FRANCHI, 2020; FRANCHI, 2019), embora essa dinâmica tenha se consolidado dessa maneira nos últimos anos, uma vez que se trata de um país em crise político-financeira recente e que, nos anos 1980 e 1990 por exemplo, possuía fluxo contrário de migrantes, com brasileiros ingressando em território venezuelano atraídos pela oportunidade de mineração ilegal de ouro no país vizinho, a ponto de causar crises diplomáticas (RODRIGUES, 2006).

Enquanto isso, a fronteira do Amapá possui um estabilizado fluxo emigratório, contido pela fiscalização, eventualmente violenta, do governo francês (GÓES, 2014; MARTINS et al., 2015). Nesse caso, a Guiana Francesa, parte política da Europa, cuja moeda de circulação é o Euro, representa circunstância de estabilidade e desenvolvimento maior, quando comparada ao Brasil, o que se torna atrativo para as populações em geral (MARTINS et al., 2015), mesmo esse fenômeno sendo anterior à consolidação política dos Estados na região, tendo seu início por volta do século XIX (ROMANI, 2010).

Sobre tal fato, o objetivo do *paper* tem como norte a seguinte questão: ***quais elementos influenciam na dinâmica migratória e criminosa da conjuntura em questão, a ponto de apresentar o cenário das duas fronteiras brasileiras bastante díspares, mesmo possuindo características similares?***

A dinâmica de fronteiras aqui analisada se baseia no conceito de “fronteiras” cunhado por Lia Osório Machado (2000) ao defini-la em função de outro conceito, o de “limite”. Em síntese, segundo a autora, fronteira é uma dinâmica interativa populacional que não se restringe às definições jurídicas dos Estados, ou seja, não está sujeita aos “limites” dos Estados. Os limites, configuram-se apenas como marcos geográficos definidores das ações dos Estados, mas não de suas populações em constante fluxo e interatividades. Nesse contexto, a dinâmica de fronteira se apresenta como uma constante migratória em torno de elementos econômicos que são potencializados pela condição socioeconômica derivada da conjuntura política, às quais os países da região se encontram.

Dentro desse contexto, tal como Bertha Becker (1982) explica, a fronteira configura-se como uma área cuja orientação “pra dentro” possui relevância no propósito de integração e consolidação nacional de unidade político-territorial; enquanto, “pra fora” pode vir a ser interpretada como uma região de perigo e integração pelo contato com o “externo”.

3. Políticas brasileiras de Segurança de fronteiras

A fronteira norte do Brasil possui uma série de corredores que interligam as populações e, conseqüentemente, a dinâmica econômica com os outros países componentes do Escudo das Guianas. Essa integração, por muito tempo, foi uma política de Estado brasileira destinada a construção da segurança pela vivificação da fronteira e de “zonas com baixa presença e produtividade”; isto é, criar condições para atrair populações capazes de estabelecer a presença local de maneira permanente muito fundamentada na ideia de “produção do espaço” pelo Estado (BECKER, 2001).

No caso da fronteira norte, isso é verificável pelos objetivos e movimentações do Programa Calha Norte (ALBUQUERQUE, 2013). O Programa Calha Norte possui, desde sua criação, duas vertentes: uma civil e uma militar. A vertente militar focada na construção e manutenção das estruturas das organizações militares criadas na Amazônia após 1985; e a vertente civil na construção e manutenção de infraestruturas civis de suporte ao desenvolvimento regional, como escolas, hospitais, postos de saúde e outros (FRANCHI, 2013).

Isso também se refletiu na criação de entrepostos na fronteira destinados a serem cidades que, mais tarde, cresceram de ambos os lados entre os países limítrofes, convertendo-se nas cidades-gêmeas (VIRGA, 2017). Comumente, esse processo foi acompanhado por obras de acessibilidade como a construção de portos, aeroportos e, principalmente, rodovias (ALBUQUERQUE, 2013). Os migrantes inseridos nesse contexto, normalmente incentivados a ocupar remotos terrenos “desabitados” da Amazônia, foram reconhecidos, em algumas circunstâncias, com certo “heroísmo”, tal como os garimpeiros no contexto de Roraima que, até hoje, possuem um monumento em sua homenagem na praça central de Boa Vista (MELO, 2022).

Isso ocorre também na história do Amapá, cujo grande “herói local” é Francisco Xavier Veiga Cabral, o Cabralzinho. Trata-se do líder de uma resistência armada que combateu os franceses no norte do estado. A região, à época (até por volta de 1900), era parte de um contestado entre a França e o Brasil e, ambas as populações ocuparam a região motivadas por uma corrida do ouro (BENTO; GIORGIS, 2014).

Embora os exemplos de atrativos econômicos no caso destacado seja apenas o garimpo. Na Amazônia Brasileira como um todo, outras atividades econômicas serviram de atrativo para a ocupação das “terras desocupadas” ou “não-integradas” e, até mesmo de territórios além-fronteira, tal como a ocupação do Acre em torno da exploração de

látex para a produção de borracha (KLEIN, 2019), ou a pecuária no caso de Roraima, que possui certa rivalidade pelo título de pioneirismo na ocupação (MELO, 2022).

Em outra fase, o Estado brasileiro mudou sua forma de pensar a segurança de fronteiras, não mais pela presença de populações permanentes, mas pela consolidação de áreas de preservação capazes de diminuir o trânsito de pessoas. Isso é verificável em casos de instalação de terras indígenas na fronteira como o Parque Raposa Serra do Sol (ROSA, 2004). Algumas dessas áreas foram estabelecidas em conjunto aos vizinhos fronteiriços com esse propósito, como pode-se observar no caso do parque do Tumucumaque e das reservas da Guiana Francesa (STEIMAN, 2011).

Entretanto, isso não garante, por si, o fim do fluxo de populações por entre a fronteira. Paralelamente à criação dos parques nacionais e outras unidades de preservação, entre o final do século XX e início do século XXI, o Estado Brasileiro promoveu um adensamento da presença de organizações militares na região, sendo a última grande unidade criada na região a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada na cidade de Macapá (MORAES, 2023).

4. Ilícitos Transnacionais e Migrações

Para além desses meios estatais de incentivo (ou desincentivo) à ocupação, o fato de, as duas regiões, possuírem entre seus principais problemas de ilícitos transnacionais, atividades como o tráfico de drogas e extração ilegal de ouro (RODRIGUES, 2021; CHAVES, 2010) pode, por vezes, sugerir que os processos migratórios giram em torno da oportunidade criminosa. No entanto, o mais provável é que as atividades paralegais derivam, primeiramente, da consolidação das rotas e corredores de abastecimento lícitos, da ocupação e, por fim, da marginalização dessas populações. Por sua vez, o fluxo migratório direciona-se em função da qualidade de vida comparada entre as condições de um Estado para com seu vizinho.

Embora o Suriname seja o único país sul-americano a fazer parte da Organização da Cooperação Islâmica e tenha recebido migrantes de forma regular da Indonésia e de outros países do islâmicos, não há o transbordamento desses migrantes para o Brasil (GOLDFELD, FRANCHI, 2017). Isso se dá, pois, a fronteira com o Suriname é relativamente despovoada e não conta com vias de acesso fáceis, uma vez que as principais vias de conexão estão concentradas próximas ao litoral. Além disso, há ainda uma área em litígio, o triângulo do rio *Novo*, onde existe a presença esparsa de garimpeiros.

Enquanto a Guiana Francesa, em relação ao Brasil, apresenta-se como território mais estável e promissor; a Venezuela apresenta-se como menos segura e instável quando comparada ao Brasil (PAZ, 2018). Outros fatores potencialmente contribuintes se dão pela acessibilidade da fronteira seca entre o Estado de Roraima e a Venezuela, que permite a populações com menos recursos poderem atravessar a pé (o que explicaria o movimento massivo) (PAZ, 2018; SOUZA, 2020); ao passo que a fronteira Brasil-França, em sua maior parte, é definida por um curso d'água (o rio Oiapoque), que seleciona migrantes em condições de custear os meios de travessia.

A fragilidade estatal contribui para o aparecimento das atividades criminosas que se valem dos *black spots* para consolidar suas atividades territorialmente. É notável o potencial de controle e fiscalização da França quando comparado ao da Venezuela. Contudo, a proliferação de organizações e atividades criminosas apresenta-se inversamente proporcional a esse fato. O número de organizações criminosas ordenadas em torno de atividades como tráfico de drogas, armas, ouro, sequestros, assassinatos e lavagem de dinheiro do lado Venezuelano é bem maior quando comparado ao números de organizações criminosas na Guiana Francesa. Algumas delas são: *Tren de Aragua*; *Tren de Guayana*; *Organización R*; *Cartel de Paraguaná* e grupos guerrilheiros como o *Ejército de Liberación Nacional - ELN* e dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC (TRANSPARENCIA VENEZUELA, 2022). Do lado brasileiro, os grupos criminosos atuantes nos dois estados recortados são, basicamente os mesmos e com modos de operar similares: O Primeiro Comando da Capital - PCC e o Comando Vermelho - CV, centralizados em presídios e contando com aliados locais (RODRIGUES, 2022).

A fronteira com a Venezuela também se configura como uma rota de interesse maior das organizações criminosas em função da proximidade com territórios produtores de cocaína (região andina), quando comparado ao Amapá e a Guiana Francesa. Enquanto esses dois últimos são eventuais destinos finais de consumo da droga ou pontos de exportação para a Europa com escassos recursos de acessibilidade, a fronteira entre Roraima e a Venezuela está no centro do eixo que interliga a costa venezuelana à Manaus, importante conexão entre os dois países que se apresentam como principais plataformas de exportação de drogas para a Europa a partir do continente sul-americano; além de redes de mercado de armas ilícitas e tráfico humano (RODRIGUES, 2022).

5. Hipótese e Considerações Finais

Portanto, como hipótese, pode-se sugerir que os principais elementos definidores do fluxo migratório se baseiam em dois fatores principais: estabilidade político-financeira comparada dos Estados e acessibilidade dos corredores que transpassam os limites dos Estados. As oportunidades lícitas e ilícitas são condições secundárias de influência dos fluxos migratórios na região do Escudo das Guianas. Por fim, a consolidação das redes criminosas demanda, necessariamente, da ocupação territorial e, posterior condição de instabilidade capaz de tornar o vácuo do poder estatal passível de ser ocupado por organizações criminosas.

A condição crítica da fronteira do Estado de Roraima em comparação ao Estado do Amapá se dá, portanto, em função de fatores como o grau de estabilidade estatal do vizinho fronteiriço imediato e, conseqüente, condições de controle sobre potenciais vácuos de poder que poderiam vir a serem utilizados por organizações criminosas. Embora haja mineração ilegal e organizações criminosas atuantes em ambos os cenários, o destaque e prevalência de suas atividades se faz na fragilidade da região controlada pela Venezuela, catabolizada por elementos como a acessibilidade territorial.

Estudar os cenários de instabilidade além fronteira pode representar indicadores úteis a construção de estratégia de emprego dos meios destinados a conter eventuais crises, como as que vem ocorrendo ao norte do Estado de Roraima. Tal como a resposta do Estado brasileiro através da Operação Acolhida, mesmo de que maneira emergencial e sob demanda do estado de Roraima, que potencializou os meios para evitar a proliferação da crise dentro do território nacional. A observação da conjuntura do entorno estratégico é necessária para preparar os meios disponíveis ao resgate da estabilidade de fronteiras excepcionalmente mais vulneráveis.

Referências:

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **A Geopolítica da Amazônia no Século XXI**. Revista Geonorte, Vol. 4, nº 12, p. 933-952, 2013.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia. A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, Bertha. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas, nº 12, p. 135-159, 2001.

BENTO, Cláudio; GIORGIS, Luiz. **A Intrusão Francesa no Amapá em 1895 e o Massacre da Vila Amapá.** In: BENTO, Moreira Cláudio. Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção, Cap. 22, p. 212-233, 2017. Barra Mansa: Gráfica Drummond, 2017.

CHAVES, Daniel Santiago. **O Narcotráfico e seus Submarinos: um Novo Elemento na Logística do Crime na América do Sul?** Cadernos do Tempo Presente, nº 2, 2010.

FERREIRA, Rubens. **O Escudo Guianês em uma perspectiva patrimonial.** Revista CPC, nº 19, p. 136-163, 2015.

FERREIRA, Simone Dias; TOSTES, José Alberto. **Territórios protegidos no corredor transfronteiriço entre Amapá e Guiana Francesa.** Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, nº 47, 2020.

FORD, Alessandro; DEN HELD, Douwe. **Corruption, Cocaine, and Gold: Interview with Suriname's President Santokhi.** Insight Crime, 2022. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/corruption-cocaine-gold-interview-suriname-president-santokhi/>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX.** 2013. Tese de Doutorado na Universidade Nacional de Brasília, 2013. Brasília: UNB, 2013.

FRANCHI, Tássio. **Operation Acolhida: The Brazilian Armed Forces' Efforts in Supporting Displaced Venezuelans.** Military Review, p. 1-13, 2019.

GÓES, David Souza. **Circulação de garimpeiros brasileiros na fronteira oiapoque-guiana francesa: uma etnografia de vivências em conflitos.** Fronteiras & Debates, Vol. 1, nº 2, p. 177-189, 2014.

GOLDFELD, Monique Sochaczewski; FRANCHI, Tássio. **O Brasil e a sua fronteira com o Islã: o caso do Suriname.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Vol 6, nº 12, p. 134-153, 2017.

IBGE. **Panorama do Amapá.** IBGE, 2022a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

IBGE. **Cidades e Estados - Roraima,** IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

KLEIN, Daniel. **Historiografia amazônica: discutindo questões demográficas nos tempos da borracha.** Jamaxi, Vol. 3, nº 1, p. 44-52, 2019.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade.** Revista território, Vol. 8, p. 9-29, 2000.

MARTINS, Carmentilla; SUPERTI, Eliane; PINTO, Manoel de Jesus. **Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa: novas sociabilidades.** Revista Tomo, nº 27, p. 361-196, 2015.

MELO, Jimmy Iran. **A cidade de Boa Vista e as transformações do espaço urbano.** Temporalidades - Revista de História, edição 37, Vol. 14, nº 1, p. 574-587, 2022.

MILANI, E.; BRANDÃO, J.; ZALÁN, P.; GAMBOA, L. **Petróleo na margem continental brasileira: geologia, exploração, resultados e perspectivas.** Revista Brasileira de Geofísica, Vol. 18, p. 352-396, 2000.

MORAES, Carlos Henrique. **A foz do rio Amazonas e sua importância geopolítica para o Brasil.** Observatório Militar da Praia Vermelha, 2023. Rio de Janeiro: ECEME, 2023.

OLIVEIRA, Rafael. **Garimpeiros no Suriname: panorama histórico e atuais implicações.** Meridiano 47-Journal of Global Studies, Vol. 12, nº 125, p. 53-60, 2011.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. **Venezuela e os antecedentes de uma Política Externa ativa: petróleo e democracia como elementos da Política Externa do regime de Punto Fijo.** Revista do Imea, Vol. 1, nº 2, p. 132-140, 2013.

PAZ, Richard Peixoto. **Análise mapeamento de conflitos na região das Guianas 2008-2018.** Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Amapá, 2018. Macapá: UFPA, 2018.

PROCÓPIO, Argemiro. **A Amazônia caribenha.** Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 50, p. 97-117, 2007.

REIS, N.; SZATMARI, P.; WANDERLEY FILHO, J.; YORK, D.; EVENSEN, N.; SMITH, P. **Dois eventos de magmatismo máfico mesozóico na fronteira Brasil-Guiana, escudo das Guianas: enfoque à região do rifte Tacutu-Torth Savannas.** XLIII Congresso Brasileiro de Geologia, 2006. Aracajú: XLIII Congresso Brasileiro de Geologia, 2006.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela.** Estudos Avançados, Vol. 20, p. 197-207, 2006.

RODRIGUES, Lucas Barreto. **Aspectos da violência em zonas de baixo controle do Estado: análise sobre o narcotráfico na Amazônia Brasileira.** Dissertação de Mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2022. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

RODRIGUES, Lucas Barreto. **Sobre a relação entre organizações criminosas narcotraficantes e o garimpo no Estado de Roraima.** Observatório Militar da Praia Vermelha, 2021. Rio de Janeiro: ECEME, 2021.

ROMANI, Carlo. **A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque.** Antíteses, Vol. 3, nº 5, p. 145-169, 2010.

ROSA, Fernando Henrique Pereira. **A política indigenista: a utilização das terras indigenistas (TI) no contexto da Defesa Nacional, em especial na faixa da fronteira.** Revista da Escola Superior de Guerra, Vol. 20, nº 43, p. 105-126, 2004.

SANTOS, Francisco. **Diagnóstico de Áreas Institucionais de Roraima para o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Roraima (ZEE-RR)**. Boa Vista: Governo do estado de Roraima, 2021.

SILVA, Ronaldo. **A política externa da república cooperativa da Guiana**. I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana, 2015. Foz do Iguaçu: UNILA, 2015.

SIMÕES, Luciano Correa; FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: um balanço do executado até 2019**. Observatório Militar da Praia Vermelha, 2020. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

SOUZA, Washington. **Migração venezuelana na fronteira norte brasileira e seus reflexos na segurança e defesa da região amazônica**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola Superior de Guerra, 2020. Rio de Janeiro: ESG, 2020.

STEIMAN, Rebeca. **Áreas protegidas em zona de fronteira**. Para Onde!?, Vol. 5, nº 2, p. 101-121, 2011.

TRANSPARENCIA VENEZUELANA. **Los grupos criminales tras las actividades ilícitas en Venezuela - Capítulo 3**. Transparencia venezolana, 2022. Disponível em: <https://transparencia.org.ve/economias-ilicitas/los-grupos-criminales-tras-las-actividades-ilicitas-en-venezuela/>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

VIRGA, Thais. **Fronteira, urbanização e desenvolvimento na Amazônia sul-americana: compreendendo disparidades nas “cidades-gêmeas” de Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil)**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Vol. 6, nº 12, p. 109-133, 2017.

TERRORISMO



PEDRAS, FOGUETES E POSTS - O CONFLITO ENTRE ISRAEL E HAMAS SOB A ÓTICA DA GUERRA IRREGULAR NA ERA DA INFORMAÇÃO*

Frederico Chaves Salóes do Amor¹

“Verdade e perdão são a única solução para o Oriente Médio. Mas o desafio, principalmente entre israelenses e palestinos, não é encontrar a solução. O desafio é ser o primeiro com coragem suficiente para abraçá-la.” (Mossab Hassan Youssef, 2023, p. 187).

1. Introdução

A história da tensão entre judeus e palestinos é tão antiga quanto a existência da guerra irregular². Nos dias atuais, de um lado se encontra o Estado de Israel e de outro lado, há uma miríade de atores não estatais contrários aos israelenses. Dentre tantas definições sobre guerra irregular, talvez a do general alemão *Friedrich August Freiherr von der Heydte*, que se traduz em uma forma arcaica de condução da guerra, contextualize bem o hodierno conflito entre Israel e o grupo *Hamas*, sobretudo pelos fatos que marcaram o antagonismo entre os dois atores (HEYDTE, 1990).

O fato é que, ainda que a guerra irregular possa ser considerada uma das formas mais antigas de se combater, a capacidade regenerativa e adaptativa do ator irregular se tornou um fator determinante na inovação das táticas, técnicas e procedimentos. Da mesma forma, a era da informação catalisou a capacidade de atuação dos atores, potencializando, de maneira integrada, ideias e opinião pública sobre fuzis e soldados.

Os aspectos que envolvem o emprego de um Exército regular numa guerra eminentemente irregular na era da informação, não tornam as ações perpetradas pela Força regular disfuncionais ou fadadas aos efeitos cinéticos de pouca expressão. Muito pelo contrário, o portfólio de ameaças ao Estado moderno, exige que cada vez mais seus soldados sejam capazes de atuar, de maneira convergente, na defesa da pátria contra qualquer ator que venha a perpetrar ataque ou tentar debilitar a sua soberania, não se

* Artigo originalmente publicado em 20 de outubro de 2023 no site do OMPV.

¹ Major do Exército Brasileiro.

² Guerra irregular é todo conflito armado conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica e institucional. É a guerra travada por uma força não regular. São consideradas formas de guerra irregular nesse contexto: a guerra de guerrilha; a subversão; a sabotagem; o terrorismo; e a fuga e evasão (BRASIL, 2017).

restringindo aos atores estatais e suas forças armadas. Há que se levar em consideração as três dimensões do campo de batalha: dimensão física, humana e informacional, bem como os diversos domínios existentes: terrestre, naval, aéreo, espacial, cibernético e eletromagnético.

Dessa forma, o presente artigo procura analisar o conflito entre Israel e o *Hamas* sob a ótica da guerra irregular na era da informação. Acredita-se que assim procedendo, será possível lançar luz em alguns aspectos importantes que envolvem os dois atores nesse conflito.

2. Breve histórico do conflito entre Israel e o *Hamas*

A origem do conflito entre o Estado de Israel e o grupo *Hamas* antecede a própria criação dos dois atores que protagonizam os embates na região da faixa de Gaza. Revisitando a história, nota-se que nos primórdios civilizacionais da humanidade, os Hebreus e Filisteus ocuparam a região oeste da bacia do rio Jordão por volta de 1400 a.C. As afinidades e animosidades destes povos são relatadas no Gênesis, descrito no primeiro livro da bíblia católica, tendo como protagonistas Abraão, Sara, Hagar e Abimeleque (YOUSSEF, 2010).

Saltando na linha do tempo, quase 3000 anos depois, mais precisamente em 1916, franceses e britânicos firmaram o acordo de *Sykes-Picot*³, seguido posteriormente pela declaração de *Balfour*, em 1917. Esses dois eventos balizaram as questões econômicas e psicossociais na região do Oriente Médio. O primeiro tratava da remodelagem das fronteiras no Oriente Médio após a derrota do Império Turco-Otomano e o segundo propunha o estabelecimento de um lar para os judeus na região da Palestina. É importante frisar que o petróleo ali existente, questões estratégicas importantes e outros interesses econômicos também balizaram tais acordos (FELDBERG, 2008).

O período que se seguiu após esses acordos, particularmente o compreendido entre a década de 1910 e a criação do Estado de Israel em 1948, ficou marcado por uma série de conflitos de baixa intensidade entre atores não estatais. As tribos árabes e os grupos que formavam a autodefesa dos assentamentos judaicos combatiam entre si por questões

³ O **Sykes-Picot agreement** foi negociado secretamente, durante a 1ª Guerra Mundial (maio de 1916) pelos diplomatas *François Georges-Picot*, da França, e *Mark Sykes*, da Grã-Bretanha, com a concordância da Rússia, ainda sob o reinado do czar Nicolau II Romanov (1894-1917). A linha de fronteira, desenhada pelos diplomatas *Sykes* e *Picot*, corria do Acre (*Akko*), na baía de *Haiifa*, na costa do Mediterrâneo, até *Kirkuk*, na proximidade da Pérsia, e os Estados, que então nasceram, configuraram um mosaico de etnias, culturas, religiões, seitas e subseitas, clãs e tribos, grande maioria nômades, que viviam nos desertos da Arábia.

oriundas das decisões políticas estabelecidas pelas grandes potências vitoriosas da 1ª e 2ª Guerra Mundial. Quando os assentamentos judaicos se desenvolveram e se tornaram um Estado com uma Força Armada própria, só restou aos árabes mulçumanos que habitavam a Palestina, a opção pela luta armada de maneira irregular. Neste período, a ameaça árabe de caráter irregular tinha uma importância estratégica. Com a criação do Estado de Israel, o ator irregular perdeu importância (SHAMIR; INBAR, 2016).

As décadas seguintes impuseram aos israelenses testes de sobrevivência do seu Estado recém-criado. As operações de combate em larga escala ocuparam as estratégias militares diante das múltiplas ameaças oriundas dos países árabes, resultando em guerras estatais como a guerra dos Seis Dias (1967), a guerra do *Yon Kippur* (1973) e a guerra do Líbano (1982). Nesses embates, Israel pôde mostrar ao mundo o robusto poderio bélico convencional contra aqueles que rejeitavam sua existência. Nesse mesmo período, como se não bastasse as guerras convencionais contra os israelenses, grupos irregulares também perpetravam ataques terroristas contra os israelenses e instalações judaicas pelo mundo. Episódios como o sequestro e posterior assassinato dos atletas israelenses nas olimpíadas de Monique (1972) e o sequestro de passageiros judeus em Entebbe (1976), davam conta de que a ameaça irregular se desenvolvia com certa liberdade de ação, uma vez que o foco das Forças de Defesa de Israel estava concentrado no emprego do seu poderio bélico convencional contra ameaças estatais.

Foi nesse ínterim que surgiram organizações como *Fatah*, Irmandade Mulçumana e o *Hamas*. Inicialmente, essas organizações tinham como objetivo apoiar o povo palestino com ações que deveriam ser executadas por um Estado em setores como: saúde, educação e assistência social. Entretanto, para algumas lideranças desses grupos citados anteriormente, o Estado de Israel era a principal causa para a não existência de um Estado Palestino. E assim, essas organizações passaram a disputar poder entre si, da mesma forma que começaram a praticar a desobediência civil, realizando pequenas ações de distúrbio contra as Força de Defesa de Israel, tudo com o objetivo de despertar, unificar e mobilizar o povo palestino (CAMARGO, 2006).

O *Hamas*, em particular, desde sua criação em 1986, se tornou uma organização com uma vasta gama de atividades, que variavam desde ações filantrópicas para o povo palestino, especialmente na região da faixa de Gaza, até ataques terroristas (SHAMIR; INBAR, 2016). As ações de força do *Hamas* iniciaram em 1987, mais precisamente na 1ª Intifada, ocasião em que o grupo empregou crianças e jovens para atirar pedras em blindados israelenses. Essas ações procuravam obter o apoio da opinião pública no

embate travado contra um oponente muito superior, no caso Israel. A 2ª Intifada, iniciada em 2000, registrou a adoção de ataques terroristas suicidas, forçando a retirada das Forças de Defesa de Israel na faixa de Gaza.

No século XX, com o crescimento da globalização e a popularização da *internet*, essas organizações extremistas ficaram hiper conectadas, condição que propiciou ao *Hamas* a possibilidade de adquirir no mercado paralelo diversos tipos de armamento, em particular mísseis e foguetes, os quais passaram a ser lançados pelo grupo a partir de 2009 contra determinados alvos no território de Israel.

Em que pese os episódios ocorridos no dia 07 de outubro de 2023 não serem algo novo no histórico recente do conflito envolvendo *Hamas* e Israel, tais atentados estão sendo considerados pelos judeus como o seu “11 de setembro”, haja vista a complexidade dos ataques, bem como o número de judeus mortos - o maior número de judeus mortos desde o holocausto, segundo as agências de imprensa.

3. A guerra irregular na era da informação

Segundo Royal (2012), a informação, comprovada ou deformada, sempre foi uma arma extremamente eficaz. Em 1998, *John Arquilla* já chamava a atenção para um fenômeno denominado “**social netwar**”, *onde aponta que a* revolução da informação está favorecendo e fortalecendo as formas de organização em redes, pelo que tem gerado desafios mais complexos para as estruturas tradicionais, que são em sua grande maioria, verticais e hierarquizadas.

O crescimento das **networks**, especialmente as **networks** abertas, onde cada um de nós está diretamente conectado a todos os demais, significa que o poder está migrando para as mãos de atores não estatais, que são capazes de se adaptar dentro de redes multi organizacionais. Não pelo acaso, nota-se cada vez mais, que os conflitos têm sido travados em ambientes estruturados pelas **networks**, impondo em mais um desafio a ser superado pelas estruturas tradicionais.

Desde a ascensão da *Al-Qaeda* e, posteriormente, do Estado Islâmico, acadêmicos, especialistas e a imprensa em geral, se dedicam cada vez mais à análise dos grupos que praticam a violência extremista para conseguir seus objetivos. Em linhas gerais, pode-se dizer que esses grupos possuem uma estrutura sistêmica, adaptativa e regenerativa. Isso lhes permite terem um alcance virtual e global. David Kilcullen (2007) aponta que o uso da informação na guerra irregular pelo ator não estatal é o aspecto mais importante

atualmente, na medida em que a dimensão física tem se mostrado ser apenas uma ferramenta para alcançar um resultado de propaganda.

Do mesmo modo e de maneira simultânea, grandes corporações de mídia acabam por disseminarem o medo para a população em geral, na medida em que veiculam matérias voltadas para atrair a atenção do público, e não matérias voltadas para informar segundo critérios pré-estabelecidos de análise e metodologia. Se o medo se espalha nos lares daqueles que repudiam os ataques, a admiração ocupa as mentes e os corações daqueles que não tiveram suas expectativas correspondidas, que sofreram frustrações psicológicas e etc. Para este público em específico, terroristas e lideranças avessas aos valores democráticos e direitos humanos, passam a se tornar novas referências de conduta, sobretudo entre as massas de jovens que se sentem obliteradas pelos sistemas socioeconômicos estagnados.

Levando-se em consideração que um ator irregular não pode confrontar com um Estado num campo de batalha tradicional, é necessário que o ator irregular adote uma abordagem alternativa para a consecução de seus objetivos. Se no século XX, o desgaste das forças militares, por si, poderia comprometer a opinião pública, como ocorreu na guerra do Vietnã (1973). Na atualidade, pela onipresença dos meios de mídia e pelo fenômeno da hiper conectividade, a desestabilização, a fragilização psicológica, a disseminação da angústia e do medo se tornam ferramentas mais eficazes. Isso, de alguma forma, induz aos planejadores a necessidade de empregar um pensamento obtuso para enfrentar um ator assimétrico que possui menos meios e menos poder de combate, mas conta com uma rede de informações capaz de moldar a narrativa da imprensa e, por consequência, da sociedade, a seu favor (CHALMIN, 2013).

Se no passado, as pedras atiradas pelas crianças e pelos jovens palestinos contra os blindados israelenses na faixa de Gaza, uma versão remodelada do duelo de um Davi, agora palestino, contra um gigante Golias, agora Judeu, o emprego dos ataques terroristas suicidas disseminou o medo por todo e qualquer lugar do Estado de Israel quando da movimentação das intenções do *Hamas*.

Atualmente, não obstante a sincronização de ações como lançamento de foguetes com atiradores ativos surgindo do céu, há também, de maneira sistemática, a disseminação de vídeos com mortes. As cenas de horror que são postadas e compartilhadas nas mídias sociais, alimentando um monstro na pisque humana, atende a dois objetivos: o primeiro é disseminar o medo e paralisar o gigante Golias (nesse caso o Estado de Israel), o segundo é fazer que Golias use sua força de maneira desproporcional,

não restando outra opção a seus apoiadores, que não a de vetar e impedir a continuidade de suas ações, postura que, provavelmente, pode levar a uma derrota.

4. Considerações Finais

Diante do crescimento das ameaças proveniente de atores não estatais, especial atenção deve ser dedicada às mudanças que podem impactar os fundamentos da sociedade e sua base cultural. A resiliência passou a ser um atributo que deve ser desenvolvido por aqueles que sofrem abordagens indiretas que visam desgastar e corroer sua coesão.

A preparação das Forças Armadas em geral, seus projetos estratégicos e tudo aquilo que envolve sua cultura organizacional, não deve se resumir a dimensão física, mais precisamente contra as ameaças estatais que tentem ultrajar o território nacional. No século XXI, diante da crescente convergência e hibridização de atores, gerando um cenário marcado pelo nexos crime-terror, e este atuando, de maneira consciente ou não, como *proxies* de outros Estados, é necessário que os líderes (militares e civis) realizem uma compreensão holística que seja capaz de compreender diferentes visões de mundo, que construa um ambiente moldável e que proteja a sociedade dos ataques perpetrados por um ator irregular, quer seja por meios de ações no campo físico, quer seja por meio de ações no domínio informacional, tornando o Estado mais coeso. Do mesmo modo, não deve ser abandonado o perfil combativo, porém este deve ser intensamente balizado, pela legitimidade, pelo equilíbrio, por meio do entendimento dos anseios da sociedade e das intenções dos líderes civis e militares.

Referências:

CAMARGO, Claudio. **Guerras Árabes-Israelenses**. In: MAGNOLI, Demétrio. História das Guerras, Cap. 15, p. 425-452, 2013. São Paulo: Contexto, 2013

FELDBERG, Samuel. **Acordo Sykes-Picot (1916)**. In: MAGNOLI, Demétrio. História da Paz, p. 183-209, 2008. São Paulo: Contexto, 2008.

HEYDTE, Friedrich August Freiherr von der. **A Guerra Irregular Moderna**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1990.

KILCULLEN, David J. **Out of the Mountains: The Coming Age of the Urban Guerrilla**. Londres: Oxford, 2015.

YOUSSEF, Mosab Hassan. **O filho do Hamas: Um relato impressionante sobre terrorismo, traição, intrigas políticas e escolhas impensáveis**. Rio de Janeiro: Sextante, 2023.

INBAR, Efraim; SHAMIR, Eitan. **Israel's Counterinsurgency Experience**. In: HEUSER, Beatrice; SHAMIR, Eitan. *Insurgencies and Counterinsurgencies: National Styles and Strategic Cultures*, Cap. 8, p. 168-190, 2016. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB70-MF-10.212: Operações Especiais**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2017.

ROYAL, Benoît. **A Guerra pela Opinião Pública**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2019.

CHALMIN, Stéphane. **Ainda é possível vencer uma guerra?** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2021.

Declaração de Direitos Autorais

Está permitido compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato. Além disso, também é possível adaptar, remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

Aviso importante

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros que esta obra é um produto da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.





ISBN: 978-85-64844-15-5

